

94	03
04	99

Rodrigo Sabino G. Borges

CELENE CUNHA MONTEIRO ANTUNES BARREIRA

**VÃO DO PARANÃ — A ESTRUTURAÇÃO DE
UM TERRITÓRIO REGIONAL**

Tese de doutoramento apresentada ao
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a orientação da
Professora Doutora Claudette B. Junqueira.

SÃO PAULO
1997

CELENE CUNHA MONTEIRO ANTUNES BARREIRA

**VÃO DO PARANÃ — A ESTRUTURAÇÃO DE
UM TERRITÓRIO REGIONAL**

Tese de doutoramento apresentada ao
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a orientação da
Professora Doutora Claudette B. Junqueira.

SÃO PAULO
1997

AGRADECIMENTOS

Ao final deste percurso, devo agradecer ao Aluizio, Bernardo e Clara, amores de minha vida, por suportarem pacientemente as minhas ausências durante as viagens, tanto à São Paulo quanto as do trabalhos de campo no Vão do Paranã. Ao Aluizio especialmente por se dispor a me acompanhar ao Vão do Paranã em algumas das viagens. Tiveram também que suportar os momentos a eles subtraídos durante a realização deste trabalho. Foram solidários e de uma certa forma viveram, cada um a sua maneira, este processo.

O apoio do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da UFG foi vital para o cumprimento desta etapa de minha formação acadêmica, pois concedeu-me licença para a realização deste curso de doutoramento na Universidade de São Paulo. A este coletivo, meus agradecimentos pela compreensão e apoio recebidos em todas as etapas de realização deste trabalho.

Na USP, encontrei na pessoa da Prof.^a Dr.^a. Claudette B. Junqueira, a orientação segura, estimuladora e sobretudo amiga, que com grande competência e espírito aguçado, auxiliou-me a encontrar os caminhos corretos pelas veredas que, na prática, percorri.

À Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Marangoni, do Departamento de Geografia da USP, que me apoiou desde os primeiros contatos havidos nesta instituição e demonstrou o seu apoio e amizades constantes.

Ao Prof. Dr. Roberto Lobato Correia da UFRJ, pela gentileza e presteza com as quais atendeu às minhas solicitações, e pela interlocução que muito contribuiu para o encaminhamento do trabalho.

À Clyce, a amiga sempre presente nos melhores e — nos piores momentos, ao percorrer comigo os vários caminhos do Vão do Paranã, a discussão teórica, a leitura crítica de textos, as belezas do Vão do Paranã, a abstração. Devo ainda agradecer-lhe pela solidariedade, amizade, tolerância e estímulo, ao suportar com doçura que Deus lhe deu, os meus altos e baixos.

Ao historiador Sérgio Paulo Moreyra, grande amigo e crítico atento, pelas sugestões e contribuições na matriz histórica que embasa este trabalho.

Ao Prof. Dr. Roberto Lobato Correia da UFRJ, pela gentileza e presteza com as quais atendeu às minhas solicitações, e pela interlocução que muito contribuiu para o encaminhamento do trabalho.

À querida amiga Maria Amélia, pelas longas conversas e discussões nas quais partilhávamos as nossas dúvidas e incertezas e dividíamos os nossos sonhos.

À professora Darcy Costa pelo paciente, transformador e enriquecedor trabalho de revisão dos originais.

Ao Laerte, uma amizade que nasceu e floresceu pelos caminhos e "imagens" do Vão do Paranã.

À Lana, pelo companheirismo nos difíceis caminhos de São Paulo e Brasília, durante o período de realização de cursos, durante os quais partilhamos as dúvidas e as esperanças.

Às pessoas que encontrei pelos caminhos do Vão do Paranã, as que entrevistei, com quem conversei, a quem perguntei e que de bom grado falaram sobre suas vidas e sobre o lugar que habitam ou habitaram. Outras que estão há pouco no lugar e mesmo assim não se furtaram a fornecer informações.

Aos colegas do Departamento, pela compreensão nos momentos que necessitei. Muito especialmente a Vanilda Aleixo pela colaboração na produção de material cartográfico e a Gislaine Cristina Luiz pela companhia em trabalho de campo na região do Vão do Paranã. Ao geógrafo Emerson Caldas cujo apoio foi imprescindível na execução dos mapas e desenhos feitos com cuidado e dedicação.

À CAPES, pela concessão da bolsa, e à Pró-Reitoria de Pós-graduação e pesquisa da UFG, pelo amparo institucional durante o período de afastamento para realização deste Doutorado.

À minha mãe Luzia, matriz amorosa,
presença constante e apoio silencioso.

A meu pai, Esmeraldo, presença na memória
e que provavelmente teria realizado um
trabalho desta natureza, se o tempo e as
condições tivessem permitido.

Ao Bernardo e Clara, filhos muito amados, de
presença vivaz, irrequieta e sobretudo
estimuladora.

Ao Aluizio, o companheiro da vida e
presença solidária.

À Clyce, a amiga de sempre e presença
constante, crítica e carinhosa.

Aos sobrinhos queridos, Ademar Jr., Isabella,
Arthur e a pequena Elisa, presenças
cotidianas que me trouxeram alegria.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os processos que resultaram numa organização geográfica regional em parte do território goiano denominada região do Vão do Paranã. Região em que o processo produtivo passou por etapas sucessivas de diferentes articulações com o espaço, desde o âmbito estadual até nacional. Atualmente insere-se no mercado notadamente através da pecuária comercial e extração de madeira numa reutilização, em novas bases, de um território que se estruturou no passado, a partir da pecuária num contexto tradicional, como uma região contígua aos currais baianos. Nela, a fronteira econômica avançou paulatinamente nas duas últimas décadas desencadeando transformações numa combinação de fatos, formas e processos que a caracterizam como a última área de Goiás a conhecer processos típicos de fronteira em movimento, com transformações rápidas, intensas e sua conseqüente problemática. A estruturação do território regional se desenvolve ao longo de três séculos, com períodos que se alternam entre a estagnação e prosperidade. Trata-se de um lento processo no qual se delinea o perfil de uma sociedade local, com traços singulares onde o contraste da presença do "outro", os que estão chegando agora, faz ressaltar esta diferença. A abordagem desta situação localizada possibilitou o estudo do específico, através do recorte, traço fundamental da abordagem geográfica, que pode se revelar extremamente rico no contexto atual, face à interação de múltiplos agentes e no qual as diferenças persistem e se manifestam, enquanto forma e função.

Palavras Chaves: ocupação do território, paisagem, região, complexo geográfico, expansão da fronteira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PRIMEIRA PARTE	
UMA VIAGEM, UM OLHAR, UMA REGIÃO	25
CAPÍTULO I — O OLHAR GEOGRÁFICO	26
1. O Olhar Casual	26
2. Olhares Geográficos.....	30
2.1. O Meio Natural.....	30
2.2. Os Registros de Um Olhar Percorrendo a Região.....	41
CAPÍTULO II - O OLHAR DISTANCIADO	63
CAPÍTULO III- REGIÃO UMA PERSPECTIVA NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA	76
SEGUNDA PARTE	
DO PASSADO AO PRESENTE :	
A FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO	87
CAPÍTULO I — O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO VÃO DO PARANÃ	88
1. A Ocupação do Nordeste de Goiás.....	88
2. A Ocupação no Vão do Paranã.....	97
CAPÍTULO II — A PECUÁRIA TRADICIONAL - A NATUREZA E O	

HOMEM	109
1. A Natureza: os diferentes ambientes existentes na região do Vão do Paranã	109
2. Natureza, Geografia e História.....	119
3. A pecuária no Vão do Paranã.....	135
4. A Organização decorrente da pecuária no século XX no Vão do Paranã	141

CAPÍTULO III — A FUNÇÃO REGIONAL DO VÃO DO PARANÃ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....

150

1. A região no contexto que antecede a integração de Goiás às políticas da Marcha para o Oeste.....	150
2- A inserção de Goiás na dinâmica nacional e a reorganização do território no século XX.....	154
2.1. O impacto da integração nacional sobre o território goiano.....	175

TERCEIRA PARTE

UM ESPAÇO: O VELHO E O NOVO.....

183

CAPÍTULO I — O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO REGIONAL ATUAL.....

184

1. Análise dos fatores que desencadearam a mudança.....	184
1.1. Papel e influência das políticas públicas.....	193
1.2. Organização resultante.....	199
2. Evolução da interligações: uma dinâmica regional.....	201

CAPÍTULO II — AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS NO VÃO DO PARANÃ.....

208

1. Dinâmica produtiva : uma face visível da transformação.....	208
1.1. Transformações percebidas na organização territorial.....	2121
1.2. O que mudou com a produção agrícola.....	232
1.3. O que mudou com a pecuária.....	239
1.4. O novo: exploração de madeira.....	249

1.5. Organização agrária resultante das transformações no Vão do Paraná.....	255
2. Dinâmica demográfica: outra face visível das transformações.....	261
3. Dinâmica de uso do meio natural.....	280

**CAPÍTULO III — VÃO DO PARANÃ — O ESPAÇO ATUAL, UMA
CONVIVÊNCIA DO VELHO E DO NOVO.....**

1. O velho e o novo , um confronto ou submissão?.....	290
2. A organização regional	295

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

BIBLIOGRAFIA.....

305
311

TABELAS

01. Saída de Gado Para a Bahia.....	132
02. Registros Paroquiais - 1853-1855.....	143
03. Tipo de Apropriação da Terra - Registros Paroquiais - 1853-1855.....	143
04. Goiás: Crescimento Demográfico dos julgados.....	145
05. Casas Existentes nos Arraiais em 1824.....	145
06. Casas Existentes em 1872 nas Paróquias.....	145
07. Evolução Populacional das Paróquias no Vão do Paranã.....	146
08. População da Região do Vão do Paranã em 1872.....	148
09. Profissões Constantes no Censo de 1872 na Região do Vão do Paranã.....	149
10. Evolução da População Entre 1920 e 1950 na Região do Vão do Paranã.....	150
11. Número de Estabelecimentos e Área em 1920, 1940, e 1950.....	151
12. Modalidade de Exploração da Terra, Conforme Área Ocupada em 1940 e 1950.....	151
13. Área e Estabelecimento no Estado de Goiás entre 1960 e 1980.....	176
14. Evolução da População Total no Vão do Paranã.....	187
15. Proporção de Incorporação de Terras Novas - 1950/1985.....	218
16. Quadro comparativo de Informações de IBGE e INCRA.....	220
17. Discriminatória Judicial em Andamento - 1995.....	222
18. Discriminatória Administrativa - 1995.....	222
19. Incremento de Área Conforme o Uso da Terra no Período 1970-1985.....	242
20. Evolução do Efetivo de Rebanho Bovino no Vão do Paranã.....	246
21. Participação Relativa do Rebanho Bovino do Vão do Paranã no Total do Rebanho do Estado de Goiás.....	247
22. Rebanho Bovino no Vão do Paranã em 1994.....	247
23. Serrarias registradas no IBAMA.....	253
24. Madeira em Tora - Produção Regional e Participação Desta no Total Estadual em Anos Seleccionados.....	245

25. Carvão - produção regional e Participação Desta no Total Estadual Em Anos Seleccionados.....	254
26. Produtores de Carvão Registrados no IBAMA.....	255
27. Classificação Fundiária dos Municípios do Vão do Paraná em 1996, Conforme Cadastro de Imóveis do INCRA.....	256
28. Categoria de Imóveis Rurais nos municípios do Vão do Paraná em 1996.....	256
29. Proporção de Categorias de Propriedades Conforme Classificação Fundiária.....	259
30. Área das propriedades Conforme Classificação de Produtividade - 1996.....	261
31. Evolução da População do Vão do Paraná entre 1920 e 1991.....	263
32. Proporção da População Urbana e Rural em 1991.....	269
33. Crescimento Relativo da População do Vão do Paraná - 1980/1991.....	271
34. Área das Classes Conforme imagem Interpretada em 1993 - Cálculo de SGI	285

GRÁFICOS

01. Criação de Municípios em Goiás.....	165
02. Evolução de Área dos Estabelecimentos no Vão do Paranã.....	223
03. Evolução dos estabelecimentos no Vão do Paranã.....	223
04. Estabelecimentos Conforme Estratos de Área no Vão do Paraná - 1985.....	225
05. Área dos Estabelecimentos Conforme Extratos de Área no vão do Paranã - 1985.....	225
06. Categorias de Imóveis - Incra- 1986.....	226
07. Categoria de Imóveis - Incra- 1990.....	226
08. Classificação Fundiária do Vão do Paranã em 1996- Incra.....	227
09. Utilização das Terras - 1970.....	230
10. Utilização das Terras - 1980.....	230
11. Utilização das Terras. - 1985.....	231
12. Área Rural total e Aproveitável no Vão do Paranã em 1987 e 1990.....	231
13. Área Rural Aproveitável Conforme Utilização em 1987 e 1990.....	232
14. Evolução da produção e Área Colhida de Arroz no Vão do Paranã.....	233
15. Evolução da Produção e Área colhida de Arroz em Municípios do Vão do Paraná, Exceto Flores de Goiás.....	233
16. Evolução do Cultivo de Arroz em Flores de Goiás.....	234
17. Produção e Área de Cultivo de Feijão no Vão do Paranã.....	235
18. Produção de Feijão em Goiás.....	239
19. Produção de Milho no Vão do Paranã.....	236
20. Produção de Milho no Estado de Goiás.....	237
21. Área de Pastagens - 1970.....	241
22. Área de Pastagens - 1980.....	241
23. Área de pastagens - 1985.....	242
24. Evolução do rebanho Bovino no Vão do Paranã.....	246

25. Área dos estabelecimentos do Vão do Paranã por Classe de Atividade Econômica - 1980/1985.....	251
26. Evolução da Extração de madeira em Tora no Vão do Paranã entre 1984 e 1992.....	251
27. Estrutura Fundiária no Vão do Paranã em 1996.....	258
28. Dinâmica Demográfica no Vão do Paranã.....	264
29. Evolução da população Urbana e Rural no Vão do Paranã entre 1970-1991.....	267
30. População Urbana e Rural em 1991 nos Municípios do Vão do Paranã.....	270
31. Evolução Demográfica de Alvorada do Norte.....	271
32. População migrante de Alvorada do Norte.....	272
33. População em Guarani de Goiás.....	273
34. População em Flores de Goiás.....	273
35. População em Divinópolis de Goiás.....	273
36. População migrante em Flores de Goiás.....	274
37. População em Iaciara.....	275
38. População Migrante em Iaciara.....	275
39. População em Posse.....	276
40. População Migrante em Posse.....	277
41. População em São Domingos.....	278
42. População migrante me São Domingos.....	278
43. Vão do Paranã. População Migrante em Relação à População Total.....	279

FIGURAS

01. Mapa Geomorfológico da Região do Vão do Paraná.....	34
02. Mapa de Vegetação da Região do Vão do Paraná.....	38
03. Imagem Sintética do Vão do Paraná.....	64
04. Mapa de Uso do Solo	67
05. Posição Geográfica da Região do Vão do Paraná.. ..	98
06. Mapa de Geossistemas.....	118.
07. Mapa das Grandes Bacias Hidrográficas.....	127
08. Roteiro de Gardner	133
09. Mapa da Expansão das Frentes Pioneiras em Goiás.....	166
10. Abrangência em Goiás dos Programas Especiais.....	181
11. Mapa de Estruturação Regional do Vão do Paraná.....	200
12. Mapa de Interligação Regional — 1950.....	202
13. Mapa de Interligação Regional — 1968.....	203
14. Mapa de Interligação Regional — 1995.....	204
15. Mapa de Terras Devolutas em Goiás — 1949.....	221
16. Mapa de Densidade de Rebanho Bovino no Vão do Paraná.....	248
17. Entroncamento Alvorada/Simolândia.....	268
18. Mapa de Índice de Cobertura Vegetal.....	281
19. Mapa de Uso de Solo.....	284
20. Mapa de Organização Espacial do Vão do Paraná.....	301

FOTOGRAFIAS

01. Panorâmica do Vão do Paranã.....	28
02. Rio Paranã em Flores de Goiás.....	29
03. Vereda do Rio São Domingos.....	41
04. Cidade de Guarani de Goiás	43
05. Igreja Nossa Senhora do Rosário em Flores de Goiás.....	45
06. Igreja de São Domingos.....	46
07. Cidade "Velha" de Flores de Goiás.....	46
08. Praça em Divinópolis de Goiás.....	47
09. Praça da Igreja em Iaciara.....	48
10. Casario em Posse.....	49
11. Alvorada do Norte às margens da BR-020.....	51
12. Rodovia BR-020- Alvorada do Norte e Simolândia.....	52
13. GO-110, entre Flores e BR-020.....	53
14. Estrada Entre Iaciara e São Domingos.....	54
15. Estrada entre São Domingos e Guarani- Vista do Relevo Cárstico.....	55
16. Tombador na Serra Geral de Goiás.....	56
17. Corte na Serra Geral Para Passagem da Estrada com Acesso aoChapadão ChapadãoBaiano.....	57
18. Vereda do Rio São Bernardo.....	57
19. Vista do Vão do Paranã na Estrada Entre Posse e Iaciara.....	58
20. Tapera em Antiga fazenda de Criar - Iaciara.....	59
21. Área Recém Desmatada e Carvoeira - Iaciara.....	59
22. Pastagem Natural em Flores de Goiás.....	60
23. Projeto de Irrigação Desativado em Flores de Goiás.....	61
24. Pastagem Cultivada em Iaciara	62
25. Morro do Moleque.....	65
26. Mata em Relevo Movimentado.....	68
27. Entrada da Gruta de Terra Ronca.....	70
28. Pastagem Natural em Área de Mata em Flores de Goiás.....	70

29. Pastagem em área de Patamares de Chapadão.....	71
30. Mata Ciliar no Rio Paranã.....	72
31. Pastagem Cultivada em Flores de Goiás.....	74
32. Visão do Vão do Paranã a Partir da Serra Geral do Paranã.....	103
33. Pastagem em Vereda do Rio São Domingos/Serra Geral de Goiás.....	123
34. Pastagem Natural em Savana Parque - Iaciara.....	124
35. Antiga Divisa de Fazenda em Flores de Goiás.....	132
36. Covoal do Vão do Paranã.....	136
37. Barreiro do Vão do Paranã.....	138
38. Pastagem cultivada (brachiarão) Flores de Goiás.....	243
39. Pastagem com Andropogom - São Domingos.....	245
40. Pastagem Natural (covoal) em Iaciara.....	245
41. Carregamento de Aroeira - Flores de Goiás.....	250
42. Panorâmica do Vão do Paranã.....	262
43. Capim Provisório natural na Região.....	286
44. Pastagem em Área de Mata.....	287

A linguagem regional desde o descobrimento e a literatura geográfica desde Von Martius e Von Spix registram, a palavra vão para significar profundas, largas e extensas depressões que se encaixam no Planalto Central, formando os vales dos rios como Paranã, Maranhão, Angicos, São Bartolomeu, etc. Vão, portanto, não é qualquer depressão do terreno.

Bernardo Élis

INTRODUÇÃO

A temática desenvolvida neste trabalho é o resultado de uma escolha estimulada por reflexões que, no primeiro momento, não passaram pelo crivo de elaborações formais. Decorrem de duas ordens de considerações que atuaram sobre a minha percepção e experiência, e ao longo do tempo resultaram na opção pelo tema. De um lado, tem-se uma certa vivência relacionada ao Vão do Paranã que se impregnou na minha percepção sócio-cultural, ao mesmo tempo que amadureceu, à medida que me dedicava à vida acadêmica. De outro lado, tem-se a percepção do aprofundamento de mudanças que ocorreram, em sentido geral, no que se refere ao espaço brasileiro e em especial a Goiás, nas décadas recentes.

A este contexto pessoal juntou-se a preocupação em realizar pesquisas cujo objeto seja Goiás. Assim, seguimos os desafios propostos pelo grande mestre/geógrafo goiano Horieste Gomes, que em 1969, incitava, provocava e, de uma certa forma, convocava para a tarefa de proceder a interpretação da realidade goiana através da Geografia:

Cabe-nos portanto, partir de estudos de detalhes através da pesquisa *in loco*, como a Literatura Goiana já vem realizando há algum tempo. Procedendo assim, formaremos, no decorrer do passar dos anos, o lastro cultural necessário à global reconstituição correta dos fenômenos — naturais e humanos — que se desenvolvem no espaço que habitamos (1969: 120)

Este trabalho, intitulado **Vão do Paranã: A Estruturação de um Território Regional** pretende ser uma resposta às inquietações acadêmicas e também, uma contribuição para a compreensão geográfica do espaço goiano. O olhar dirigido para o concreto permitiu ao mesmo tempo um olhar para dentro, à medida que solicitou, questionou, instigou e provocou o pesquisador. As verdades e certezas introjetadas ao longo da vida acadêmica foram, dessa forma, colocadas em questão diante dos desafios colocados pela realidade.

Estudar regiões do Estado de Goiás, antes de mais nada, constitui-se em uma paixão assentada no desejo de "conhecer" este território. Esta é a motivação inicial, da qual decorrem as outras, inclusive a de ser geógrafa.

São motivações primárias e capazes de oferecer um grande estímulo para realizar este trabalho.

Pode surgir uma indagação. Por que o Vão do Paranã e não uma outra região qualquer? São possíveis várias respostas, mas duas são as mais pertinentes.

Em primeiro lugar, um interesse pessoal por essa região, que sempre me intrigou, devido ao isolamento e de uma certa forma, ao seu caráter marginal. Este interesse, aos poucos, com o desenrolar da pesquisa, se transformou em uma grande paixão. Referências nebulosas que se perdem na memória sobre esta região as tenho desde criança; era o sertão para onde se dirigiam os desbravadores a abrir este território. Uma história que já se repetiu com freqüência em outras áreas de Goiás, ora para o Norte, ora para o Vale do Araguaia, nos últimos 40 anos. Sem dúvida isto pesou em minha escolha. Região que só fui conhecer efetivamente com o objetivo da pesquisa. O resultado porém foi o apaixonar imediato, e definitivamente não é o sertão de meu imaginário infantil. É um belo lugar.

Em segundo lugar, a constatação de que a fronteira avançou incontinenti nestas últimas duas décadas sobre a região. Daí ser possível captar este processo ainda em seu desenrolar. Com certeza, é a última área em Goiás a conhecer processos típicos de fronteira em movimento, com transformações rápidas e intensas em sua esteira.

E o que é o Vão do Paranã? É isto que pretendo explicar e compreender. Antes de mais nada, é importante levantar que no Vão do Paranã existe uma combinação de fatos, formas, processos e problemáticas que merecem ser compreendidos e analisados. É um espaço pouco conhecido, que está sendo reocupado, a partir do impulso típico da modernização brasileira, que avança pelo território goiano. Isto se dá aparentemente, através da implantação de uma estrutura econômica articulada com o mercado, em graus diferenciados, seja através da pecuária de corte (a motivação principal),

seja através da extração de madeira, e mesmo com a implantação de cultivos irrigados ainda que de forma incipiente.

Este processo encontra paralelo em outras regiões do Brasil, semelhantes do ponto de vista da paisagem, com vegetação aberta (cerrado, campo e caatinga) e matas, tais como a campanha gaúcha, o sul do Mato Grosso, o oeste baiano e o cerrado mineiro. São áreas que também foram ocupadas inicialmente nos séculos XVIII e XIX, a partir da pecuária, e que sofreram posteriormente uma reocupação ou redefinição das atividades nelas praticadas.

No Vão do Paranã um contraste revela-se, a partir de uma maior aproximação, o da presença de formas espaciais geradas no passado convivendo com as mais recentes o que não se explica imediatamente; é necessário ir além do que está nelas revelado. Por outro lado, o padrão clássico de desenvolvimento de uma fronteira que ocorreu na maior parte do território brasileiro, consistiu numa abertura de território inexplorado, ou pelo menos ausente de relações sistematizadas. Nesta região, o avanço da fronteira foge a este padrão, uma vez que não é um vazio; na verdade, foi efetivamente ocupado pela atividade pecuária tradicional durante o século XIX. Então é na coexistência de diferentes formas e funções, as mais antigas e as mais recentes, que se dá a reorganização regional.

Esta reorganização desenvolver-se-á a partir da década de 70, em meio a processos que ocorrem em torno dela, tais como: a reocupação do oeste baiano, o chapadão¹, com cultivos comerciais com altos investimentos feitos principalmente por sulistas; a influência da ação econômica de Brasília, via Formosa, com a consolidação do Distrito Federal². Outra influência importante

¹ - Sobre esta região da Bahia, ver os trabalhos de Rogério Haesbaert da Costa (Gaúchos no Nordeste: Modernidade, Des-Territorialização e Identidade) e Avelino Fernandes Miranda (Tradicionalismo e Modernização em Correntina, no Contexto do Além-São Francisco)

² - A função econômica do Distrito Federal tem gerado controvérsias, pois existe uma tendência, principalmente no meio acadêmico, de considerar que o impulso econômico foi mais eficiente e palpável para Minas Gerais, uma vez que todo o espaço entre Belo Horizonte e o Distrito Federal se preencheu de atividades que são hoje mais representativas do que qualquer outra que tenha se desenvolvido em Goiás, em torno do Distrito Federal. A chapada do Paracatu está hoje plenamente integrada ao contexto da Economia da Centro Sul; é uma região economicamente importante de Minas, que foi objeto de um plano de desenvolvimento regional, talvez um dos mais bem sucedidos durante a década de 70/80, o

foi a implantação da BR-020, ligando Brasília ao Nordeste, criando-se desta forma um corredor de interligação, contornando a região do Vão do Paraná pelo, Sul.

Estes impulsos atuais trazem consigo diferentes formas de ocupação do território, que se combinarão com as formas e as estruturas já existentes, desde o século XVIII. A estruturação do território regional desenvolveu-se ao longo de três séculos, com períodos alternados entre a estagnação e a prosperidade. Isto é vital de ser analisado, pois é nesse lento processo que se delinea o perfil atual da região. Nesta lenta maturação define-se uma sociedade local, com traços singulares e contraste da presença de outros, os que estão chegando agora, ressaltando essa diferença. Daí que uma busca fundamental constitui-se na compreensão do embate, se é que existe, entre as diferentes formas sócio-espaciais criadas e congeladas em cada momento da organização espacial do Vão do Paraná.

Surgiu a necessidade da remontagem histórica, pois este recurso permite uma dissecação do espaço, tornando possível através dele, penetrar no objeto. É óbvio que existe um limite para isso; penetra-se no objeto até um certo ponto, mas a compreensão da ocupação pretérita significa assimilar na constituição do espaço, o que tem um valor, uma vez que o passado foi consumido e mesmo assim sendo está perpetuado no que existe atualmente. O consumido aqui não significa desaparecimento, mas permanência. As formas espaciais testemunham a todo momento este passado, que ao mesmo tempo é presente, não importando a forma que assumiu. Desta ambivalência passado/presente é que se pode perceber a dinâmica, o movimento, o desenrolar de um processo.

Abordar o real, o concreto, a partir de um visão geográfica pode ser feito por vários viéses, e de fato a pluralidade de metodologias e posturas teóricas geográficas têm revelado isto. Para abordar uma região como se pretendeu neste trabalho, uma primeira exigência é a de uma definição

territorial, uma circunscrição, ou mais objetivamente, uma definição de limites da região.

Isto foi feito considerando-se o fator histórico, combinado com uma condição ambiental, pois percebeu-se que na depressão do Vão do Paranã e nos Patamares de Chapadão, praticou-se historicamente uma atividade que ao longo do tempo criou uma tradição. Daí que o fator cultural está associado ao meio natural, ou seja, é um território adequado à prática da pecuária, e a organização decorrente prende-se a este fato, pelo menos até um determinado momento. A criação de gado no Vão do Paranã é um fato social, econômico, político e cultural, reconhecidamente manifesto na paisagem.

A consideração dos compartimentos ambientais na forma como são compreendidos atualmente, foi uma consequência natural. Existe uma compartimentação evidente, clara e típica, para não dizer particular, na área considerada. Este ambiente tem tudo a ver com as atividades desenvolvidas nesse espaço, tanto no passado como no presente. Aqui já se tem um esboço de limite, ou seja, as determinações naturais, típicas do alto curso do Rio Paranã.

Mas hoje este território tem uma estrutura administrativa que não pode deixar de ser considerada. Definiram-se limites que têm uma pertinência, pois obedecem a um padrão administrativo com potencial para organizar o território. Assim, a forma final dos limites propostos acompanham a divisão municipal e esta, via de regra, os contornos naturais. Não há grandes discrepância entre eles, pois como esta região ficou isolada durante muito tempo, os seus núcleos originais como Posse, Flores, São Domingos, Divinópolis e Iaciara, não sofreram subdivisões até recentemente, permaneceram com uma certa unidade territorial. Ultimamente após as transformações sofridas, começaram a acontecer subdivisões e desmembramentos com a criação de novos municípios.

Assim, quase que como um resultado da definição dos limites regionais, surgiu a necessidade de privilegiar uma abordagem histórica, como decorrência natural da constatação da particularidade. Existe uma situação para a qual é determinante a abordagem histórica; inicialmente essa abordagem foi utilizada para fornecer uma explicação para a evolução

regional. Com o aprofundamento da análise, adquiriu-se um potencial explicativo maior, pois aos poucos percebeu-se que a reconstituição também forneceu a possibilidade de se compreender o papel do meio natural, no contexto dessa região. Ao se construir essa abordagem, compreendeu-se que as condições territoriais, portanto, do meio natural tiveram uma função fundamental no contexto analisado. Desde os fatos mais recuados aos mais atuais, percebeu-se que, do desenrolar histórico sobre um território e da conseqüente relação com o ambiente natural, resultou a organização da paisagem atual. Isto é Geografia.

Tem-se então um conjunto regional efetivamente estruturado, uma região, com um recorte espacial e temporal concomitante e que como tal pode levar a limitações. Uma delas é a possibilidade de cair em generalizações, por vezes inevitáveis neste tipo de análise. Mas este é um risco que vale a pena correr na perseguição de um real, pois quando se pensa que está próximo, de novo ele se distancia, diante de novas evidências.

A descrição da paisagem foi feita com a utilização de recursos múltiplos, uma vez que o texto pretende traduzir o mais fielmente possível, a realidade observada, mas ainda não explicada. Estes recursos foram: a percepção pessoal, como resultado da pesquisa de campo; a documentação cartográfica, as já existentes e as produzidas especialmente para tal finalidade, e as fotografias. A descrição foi considerada importante pois introduz na análise a paisagem, que deve ser o ponto de partida de estudos desta natureza. A formação desta paisagem foi desnudada com a abordagem histórica, o que resultou na compreensão do papel histórico da região de um lado, e o seu papel atual, de outro.

Por fim, procedeu-se à análise das transformações perceptíveis, quando da ruptura com um funcionamento regional, ligado a uma pecuária ainda tradicional e estagnada. São transformações atuais que respondem por uma nova dinâmica regional, constatando-se a organização espacial atual, numa espécie de síntese.

O trabalho encontra-se estruturado de forma que as três partes que o compõem correspondem a uma ordem crescente: Paisagem — Formação — Espaço, que obedecem a uma seqüência de procedimento na análise. Essa

organização não foi fortuita, mas responde a uma lógica que o decorrer da pesquisa revelou, sem no entanto, perder de vista a totalidade, como categoria de análise, pois essa não é apenas a soma de fragmentos; mais do ^{isso} ~~isto~~, é uma soma de fragmentos que, ao final, responde de uma forma articulada e dinâmica ao que está sendo observado. É obvio não ser possível atingir a totalidade de uma só vez; apreendemos totalidades parciais, que por sua vez se articulam a totalidades mais amplas.

Combinado à totalidade, buscou-se categorias de análise que permitissem uma nova forma de olhar a região e que dessem conta de suas particularidades, ou seja, possibilitasse reter as mutações e alterações constantes, como a rapidez dos desmatamentos, de formação de fazendas, e num certo sentido, da fluidez que perpassa este ambiente regional. Essa estratégia metodológica pôde ser alcançada começando com o que Ferrara (1993) chama de "*cirurgia perceptiva para se desnudar a passividade e a solidão de uma recepção mecanicamente manipulada*". Assim, buscou-se ler o local nos parâmetros que estabelecem particularidades, constróem identificações e levem à percepção de que os sentidos podem apontar uma explicação, com a consciência de que a explicação está na forma, mas também, além dela.

A postura metodológica geral que norteou a pesquisa constituiu-se no recorte possibilitado pela totalidade, combinada com categorias geográficas ou não, que foram eficientes para captar a particularidade regional. A percepção da reorganização das ~~regiões~~ ^{regiões} pôde ser atingida, através das categorias que identificam práticas de apropriação dos territórios desenvolvidas pela sociedade, tais como a delimitação, a ocupação, a redefinição de uso, a construção e a transformação.

A primeira parte do trabalho denominada *Uma Viagem um Olhar uma Região*, constitui-se de três capítulos. O primeiro e o segundo capítulos descrevem a região, utilizando-se de diferentes formas de observar. No terceiro capítulo faz-se uma reflexão teórica sobre o que está sendo tratado, numa perspectiva de se recolocar a questão no interior de um debate geográfico.

Na segunda parte, intitulada *Do Passado ao Presente: a Formação de uma Região*, desenvolve-se a formação histórica da região, desde o século XVIII até o momento que antecede as transformações recentes constatadas. Está dividida em três capítulos: o capítulo I trata basicamente da formação histórica da região, desde as primeiras formas de povoamento, no período colonial, até o final do século XIX; no capítulo II, busca-se relacionar a atividade de criação de gado com o meio ambiente e, ao mesmo tempo acompanhar a formação regional até o fim do século XIX; o capítulo III objetiva demonstrar a organização regional na primeira metade do século XX, período em que se aprofunda ou se instala o isolamento regional.

A terceira parte denominada: *Um Espaço: O Velho e o Novo, Confronto ou Submissão*, trata-se, no primeiro capítulo, do processo recente de estruturação regional, momento no qual rompe-se o isolamento. O capítulo II aborda as transformações ocorridas a partir da estruturação regional atual que, se manifestam espacialmente, resultando em novos arranjos. O capítulo III analisa a organização espacial resultante da paisagem observada inicialmente; procura fazer também uma reflexão teórica das questões relacionadas a observações de paisagens, no âmbito da Geografia, como também o significado dos contrastes de diferentes momentos materializados na paisagem.

O presente estudo, ainda que limitado, certamente há de sugerir o aprofundamento e o prosseguimento de pesquisas geográficas de outras regiões de Goiás e do Brasil. Existe um leque de possibilidades para pesquisas regionais na área geográfica.

REGIAO DE IACIARA



5 Km

PRIMEIRA PARTE

UMA VIAGEM, UM OLHAR, UMA REGIÃO

A Geografia não pode contentar-se com descrever a paisagem concreta; ela procura compreender e reconstituir o mecanismo que conduz à formação da paisagem e provoca sua evolução. Nem todos os elementos desse mecanismo são visíveis aos nossos olhos, mas se acham à disposição da nossa curiosidade crítica. Já se disse que o geógrafo era "um olho" e a geografia uma maneira de ver. Jamais se pretendeu fazer do geógrafo uma Kodak insensível.

Pierre Monbeig

CAPÍTULO I

O OLHAR GEOGRÁFICO

1. O olhar casual

Ao definir o objeto de minha pesquisa, não imaginava o que encontraria pela frente. Tal como em uma viagem comum, busca-se preparar-se e informar-se sobre os lugares que visitará, mas acaba-se sempre sendo surpreendido pela realidade, ou mesmo pelos efeitos produzidos pelos diferentes lugares.

Assim é que, bem informada sobre a região, dispus-me a percorrê-la. E em cada uma dessas viagens, diferentes facetas foram se revelando, até que na quarta vez acontecida em junho de 1996, deu-se um estalo. Ali, finalmente, havia me integrado na região, o Vão do Paranã entrara em mim. Isto de uma certa forma é dolorido, pois trata-se de uma realidade que trazia muito sofrimento e era, ao mesmo tempo, maravilhosa. Posso ainda afirmar que absorver a paisagem provocou-me um sentimento de profunda melancolia, pois ela é, a um só tempo, linda e melancólica, impotente e poderosa.

No momento atual, chama atenção a aparente impotência da população local, diante do que está ocorrendo — desde o desmatamento acelerado até a ausência de trabalho para seus habitantes, passando pela exploração do trabalho infantil nas carvoeiras. A impressão que se tem é que ela ficou impávida, inerte, sem grandes alterações, esperando por esse momento. E assim, aparentemente não se percebe a resistência às mudanças vindas de fora. E mais, parece que isto era o esperado há muito tempo. Como se assim, finalmente, a região pudesse ligar-se ao resto do Estado.

Esta sensação pode ser percebida no campo e nas cidades. O ideal de progresso finalmente chegou, na visão de seus habitantes. Mesmo que isto signifique rasgar a Serra para implantar uma estrada, desmatar e queimar a vegetação existente, e mais grave ainda, alterar a estrutura social, com a vinda de novos donos. Parece que a região está finalmente deixando de ser sertão.

Sem dúvida trata-se de uma análise que faço dos fatos observados e da forma como os tenho sentido, embora possam existir outras formas de enxergar a mesma realidade; esta é a minha leitura. O mais importante é a percepção da mudança, que é nítida para quem a observa, como também para os que vivem na região, notadamente as pessoas que ali nasceram.

Na paisagem, os sinais visíveis de mudança estão presentes tanto na fala das pessoas, como no arranjo das formas espaciais, nas respostas emitidas pela natureza, diante de seu uso acelerado.

A busca pelo "progresso" e pelo novo evidenciam-se no discurso das pessoas, ou seja, existe um "outro" que está de fora e deve ser internalizado. Esse outro que se internaliza traz consigo a ambivalência e a contradição, que não podem ser percebidas tão facilmente, pois pode levar algum tempo para que seus efeitos apareçam. É o que acontece na região. Impera ainda a passividade, manifestada na atitude resignada de alguns habitantes, diante da inevitável força da presença dos que estão chegando agora, principalmente os grandes fazendeiros. Comumente os pessoas do lugar referem-se a estes, sejam fazendeiros, madeireiros ou comerciantes, como "fortes", ou seja, os que possuem dinheiro para abrir uma fazenda ou montar um negócio.

Tomando como premissa a passividade constatada anteriormente, vale ressaltar que se trata de uma impressão inicial, característica atribuída ao espaço com muita frequência pelos que, de alguma forma, com ele lidam — o espaço, é inerte, é passivo. Os planejadores, quando constatam a miséria e o atraso, o fazem a partir de uma situação ideal a ser atingida. Os elementos ausentes em uma região devem então ser implementados. Essa região conheceu muitas dessas intervenções, na maioria das vezes ditadas pela idéia de incapacidade e de modificação das condições locais, devido à ausência de fatores suficientemente dinâmicos, a despeito de seu passado e das condições locais.

Assim a região do Vão do Paranã foi encarada ao longo dos anos.

Esta idéia preconcebida sobre a região manifesta-se na principal característica a ela atribuída, ou seja a de ser considerada como o "corredor da miséria" do Estado de Goiás, e desta forma aparece nos relatórios pesquisados, elaborados com o objetivo de intervir seja na área de saúde e

educação como de na infra-estrutura e de produção. Estou chamando de preconcebida, pois foi com esta idéia que me dispus a percorrer a região nos primeiros contatos.

Mas exatamente ao percorrê-la, essa idéia foi se modificando. Existe sim uma vitalidade, e algo que só é perceptível nas coisas e pessoas que têm algo em comum. E o que existe de comum na região do Vão do Paranã? Basicamente dois fatos que considero os mais marcantes, o ambiente, as condições da natureza dos quais decorre uma série de interrelações importantes ligadas às atividades desenvolvidas; o outro, é a origem comum da maior parte da população local, cujas famílias são descendentes de baianos, e também de piauienses, maranhenses, etc.; enfim, uma clara ligação com o nordeste do país.

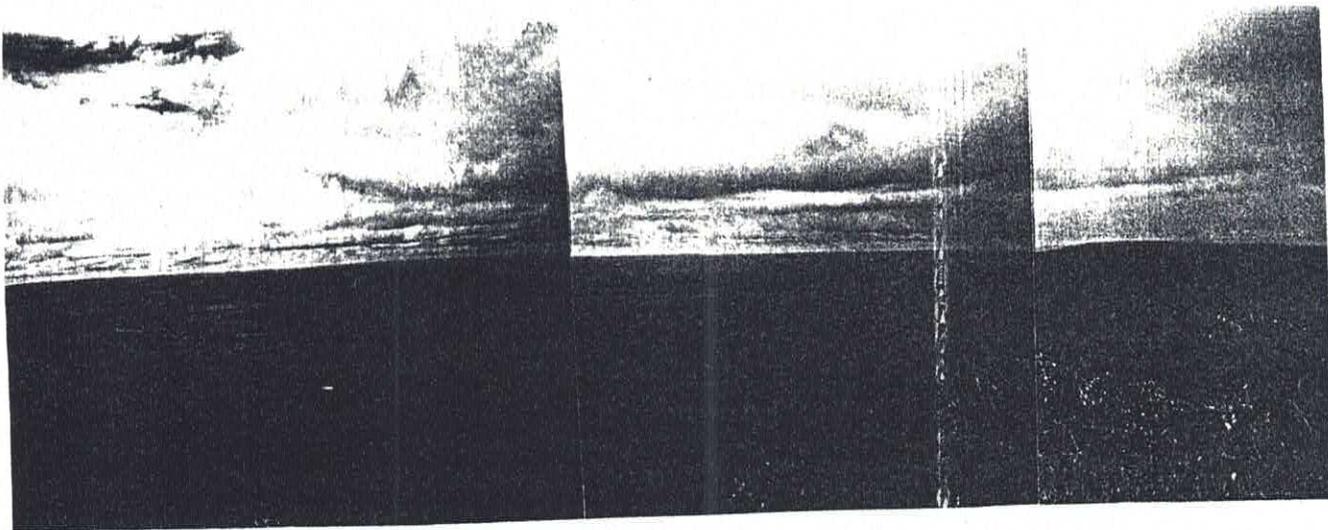


Foto 1. Panorâmica do Vão do Paranã a partir da Serra Geral do Paranã³

A região, limítrofe com a Bahia, caracteriza-se por apresentar uma fisionomia única e ao mesmo tempo diferente do resto do Estado de Goiás. O fato de ser diferente já lhe confere uma singularidade. Constitui-se numa área rebaixada em relação ao relevo circundante que inclui a Serra Geral de Goiás a leste, o Chapadão de Paracatu a sul, a Chapada dos Veadeiros a oeste. Constitui assim uma depressão intermontana, típica do Planalto Goiano.. Esta

³ Foto realizada por Emerson Caldas

área é o Vão do Rio Paranã, um dos principais afluentes da margem direita do Rio Tocantins, com orientação no sentido norte-sul.

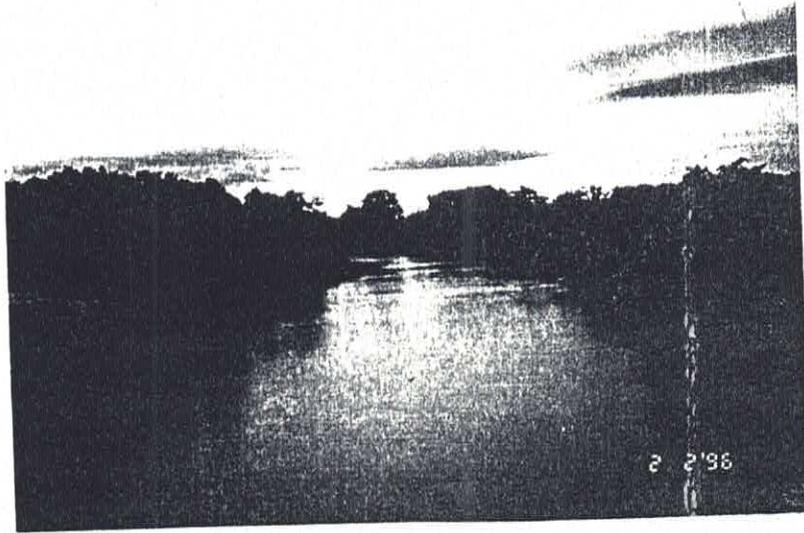


Foto 2. Rio Paranã em Flores de Goiás.

Até aqui nada de novo: as diferenças entre os lugares são constantes na superfície da terra. Pode ser novo o fato de que esta diferença é mais perceptível, mais visível a um olhar amplo. É nítida a sensação que se tem de "entrar" no Vão do Paranã, daí que expressões locais como "descer para o vão" são usuais. Estando no meio do Vão é possível ter uma visão que abrange até as formas de relevo que o margeiam. Esta possibilidade, em espaços tão amplos, são raras mesmo em áreas de planalto.

Um outro fato a chamar atenção quanto à diferenciação, é a da existência de uma história regional cristalizada. As marcas das antigas atividades, apesar de visíveis, necessitam ser lidas. Nos núcleos urbanos, as antigas construções; no campo, as taperas e as cercas de pedra, os barreiros e os covoais⁴; culturalmente percebe-se o sotaque e hábitos nordestinos dos moradores mais antigos. Os sinais são importantes, mas por si só não são suficientes para explicar a região.

⁴ Barreiros e Covoais constituem formações naturais da região. Nos barreiros o gado lambe a terra salobra, acelerando o processo erosivo, com a retirada de parte do solo. Os covoais são áreas encharcadas com gramíneas, geralmente de formato arredondado, que constituem os locais adequados para pastagem durante a seca, pois constituem reservatórios de água.

O que mais se percebe na região? Uma amplidão da paisagem natural contraposta a um vazio populacional visível devido a uma ocupação esparsa, hoje combinada com os desmatamentos destinados às pastagens. Talvez fosse mais apropriado relacionar o vazio com a solidão própria da criação de gado feita de forma extensiva. Mesmo a presença do gado não preenche os espaços abertos. O novo revela sua condição no contraste com o antigo, ou seja, é um processo recente que ainda não se consolidou. O vazio também é evidente no meio natural propriamente dito, na sua grandiosidade, da serra contínua e ampla, nas grutas imensas, na planície que se perde de vista.

2. Olhares geográficos

2.1 O meio natural

Descrever o cenário físico sobre o qual se desenvolveu a ocupação e, conseqüentemente, a estruturação de uma paisagem, fez-se necessário diante da importância que este meio teve e tem, no passado e no presente, pois as combinações geográficas resultantes no local estão diretamente relacionadas às peculiaridades das condições ambientais. Parece uma temeridade diante dos avanços epistemológicos e teóricos da Geografia contemporânea afirmar tal fato, pois o comum é se relativizar esse cenário. Mas o Vão do Paranã foi importante no passado, e continua sendo, até provavelmente o momento em que os recursos se esgotem e o grau de investimentos e técnicas acumulados requeiram um outro arsenal teórico para se compreender a organização decorrente, mas não agora.

Reconstituir plenamente a sua feição original, sem cometer enganos, não é possível, mesmo que se utilize a interpretação de observadores de um passado distante, também limitada, embora rica de significados e indicativa dos fatos que atestam o percurso de uma ocupação. Daí, o recurso de uma

interpretação contemporânea⁵, mais sofisticada do ponto de vista técnico, porém demonstrativa da favorabilidade deste cenário para a pecuária. Ao mesmo tempo que aponta outras situações favoráveis para a ocupação atual, como por exemplo os solos, superfícies planas e rede de drenagem do Vão do Paranã, adequadas à agricultura irrigada, como também a riqueza do ponto de vista de vegetação, dentre outros fatos.

A — A dinâmica climática

O Vão do Paranã é aqui considerado um complexo geográfico inserido em uma zona de transição entre os domínios dos climas úmidos da região amazônica (IT), e os domínios dos climas semi-áridos da região da caatinga do nordeste brasileiro, sendo também atingida pelo sistema de correntes perturbadas do Anticiclone Polar ou da Frente Polar (Fp). Está sob o domínio do Clima tropical com duas estações bem marcadas (AW), com variações para Clima Tropical de Altitude (Cwa). É uma área sujeita ao "veranico", um fenômeno climatológico típico da região do Brasil Central. O veranico é irregular e consiste em um período seco e de temperaturas elevadas, embutido dentro da estação chuvosa, podendo perdurar de uma a quatro semanas sem chuvas, via de regra, durante o mês de janeiro. Esse fenômeno está ligado às variações e expansões da área de Baixa Pressão do Chaco. Nesta região ocorrem também longos períodos de seca que podem variar de ano para ano, mas que habitualmente duram seis meses. A dinâmica do clima resume-se à sucessão de períodos secos e de chuvas, que condicionam as atividades desenvolvidas regionalmente, desde há muito tempo.

Período Chuvoso

A massa de ar predominante no verão é a Equatorial Continental (Ce) no período de novembro a março, quando a radiação e insolação são intensas; daí, um intenso calor nesse período, amenizado pela concentração das chuvas, provocadas pela atuação de instabilidades tropicais provenientes da massa de ar quente e úmida da Região Amazônica, a Equatorial

⁵ A descrição foi feita considerando-se os resultados do projeto Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás. Região Nordeste. IBGE/SEPLAN/GO. Goiânia, 1990.

Continental (Ce). Ocorrem ainda os maiores índices pluviométricos do ano, com a máxima de precipitações entre outubro e abril, em torno de 70% , com maior concentração nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro (em torno de 50% do total).

As precipitações ocorrem com maior intensidade nas áreas de relevo mais elevado, nos planaltos, com médias superiores a 1 500 mm. Nas áreas baixas do Vão do Paranã propriamente dito os índices pluviométricos anuais são inferiores a 1 300 mm.

As chuvas concentram-se num período de cinco meses, na primavera e no verão; no restante do ano, permanece sob o regime de estiagem e na dependência das oscilações temporais da circulação atmosférica.

Período seco

No inverno seco, atuam na região os ventos secos e quentes do Nordeste, originários do anticiclone subtropical semi-fixo do Atlântico Sul . Neste período, a região está ainda sujeita aos ventos da Tropical Atlântica (Ta) e à penetração de massas polares (Pa), que podem provocar bruscas mudanças de temperatura, para baixo, e chuvas frontais.

O outono fica embutido no período seco, numa situação de transição entre o verão úmido e o inverno seco, quando a região fica mais exposta aos ventos secos e quentes do Nordeste, oriundos da Alta Tropical (Ta), que passa a ocupar os espaços deixados pelo recuo do fluxo úmido de oeste. Esta longa estiagem é um dos principais problemas regionais mas, por outro lado, favorece a pecuária extensiva.

As Temperaturas

Nesta área, predominam as altas temperaturas. Em geral duram todo o ano, ocorrendo alguma variação tanto no que se refere à temperatura, quanto à pluviosidade, devido às diferenças do relevo. Nas áreas deprimidas, a tendência é para valores térmicos mais elevados e, nas áreas do patamares de Chapadões, pode acontecer um ligeiro declínio da temperatura.

Nos meses de setembro e outubro, registram-se as máximas térmicas, em média de 25°. Essas alterações devem-se a fatores como maior incidência dos raios solares, baixa nebulosidade e ausência de chuvas.

No período de chuvas, de novembro a março, a temperatura regional altera-se, com médias mais amenas, em torno de 23°, devido às chuvas contínuas.

Durante o período seco, as temperaturas médias mensais atenuam-se um pouco, ficando em torno de 21° em toda a região, devido aos menores índices de radiação solar e a fraca atuação das massas polares nas áreas deprimidas e nos patamares de chapadões.

B — As formas naturais

A paisagem na região é dominada basicamente por dois grandes conjuntos morfológicos — o Planalto Divisor São Francisco/Tocantins e seus patamares de Chapadões, localmente denominados Serra Geral de Goiás, e pelas Depressões do Tocantins, localmente denominados de Vão do Paranã. Além destes grandes conjuntos, vale destacar as áreas fluviais, que apresentam, nesta região, características e dinâmicas próprias no contexto da paisagem. No extremo sul da região, tem-se uma pequena parte da Chapada de Paracatu, que "fecha" o Vão do Paranã por aquele lado.

Planaltos do Divisor São Francisco-Tocantins

Trata-se de um conjunto de relevos altos, com as escarpas voltadas para o Oeste, marcando os limites do Estado de Goiás e Bahia. Compreende duas regiões geomorfológicas, o Chapadão Central com relevos planos, constituindo a parte mais elevada; e os Patamares de Chapadão, que formam por sua vez um nível intermediário entre o Chapadão Central e o nível mais baixo do Vão do Paranã. Nas áreas de chapadões ocorre a presença de relevo cárstico, no qual a rede de drenagem, aproveitando falhas e fraturas, construiu vales estruturais, grutas e pontes cársticas, dentre outras formas comuns a esse tipo de relevo.

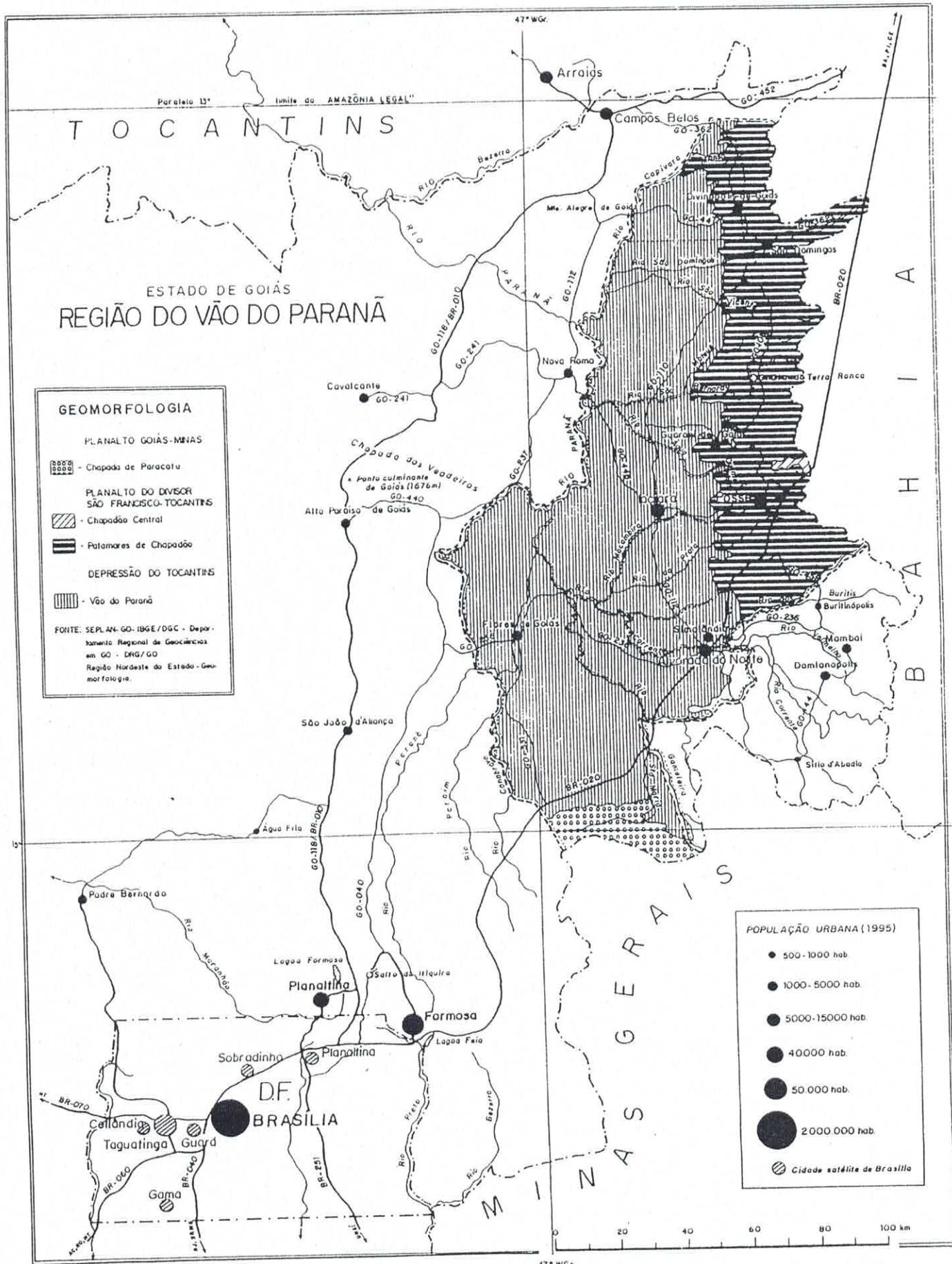


Figura 1. Mapa Geomorfológico da Região do Vão do Paraná

Esse conjunto conhecido tradicionalmente, como Serra geral de Goiás, constitui-se nos limites de Goiás e Bahia, abrigando as cidades de Divinópolis de Goiás, São Domingos e Posse

Depressões do Tocantins

Este domínio constitui-se de áreas planas, baixas, com feições de relevo pouco dissecadas, possuindo um aspecto bastante homogêneo. Suas altitudes máximas localizam-se nas áreas próximas aos planaltos e a cotas mínimas posicionam-se junto à calha do Rio Paranã. Localmente, esta depressão assume feições geomofológicas peculiares, caracterizando o Vão do Paranã⁶ propriamente dito, onde se assentam as cidades de Flores de Goiás, Iaciara e Guarani. Esta unidade geomorfológica corresponde, em superfície, à maior parte da região em estudo, ao mesmo tempo em que apresenta menor densidade de ocupação.

Planícies e Terraços

Este é um traço dominante e peculiar da paisagem da região, nas áreas rebaixadas. São faixas alongadas, constituídas de sedimentos inconsolidados, com largura variável, que seguem os vales e estão diretamente relacionadas à importância do curso d'água. Essas planícies e terraços margeiam o Rio Paranã e seus formadores pela margem direita, como o Rio dos Macacos, o Santa Maria, o Corrente, o Prata, o Água Quente, o ^{São} Mateus e o São Domingos.

As áreas possuem topografia plana e estão sujeitas às inundações, em época das enchentes, quando ocorrem os excedentes pluviométricos na região.

⁶ VÃO — Termo principalmente usado no planalto goiano para designar depressão ou vale profundo por onde correm os rios, como sejam o VÃO do Paranã, o VÃO dos Angicos e outros. Conforme definição contida em Terminologias Geográficas na *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 12 (3): 121, jul./set. 1950, IBGE. Segundo o Dicionário de Aurélio Buarque, a palavra Vão significa em Goiás, vale profundo ou depressão por onde correm os rios. Mas também significa genericamente sertão alto, descampado.

C — Os Solos

Os solos da região do Vão do Paranã são, em sua maior extensão, classificados, como Latossolos e suas variações, e ainda, Cambissolos e Areias Quartzosas, que se caracterizam por baixa fertilidade natural e pouca matéria orgânica; em síntese, são solos pobres. Existem manchas de solos melhores, como os Podzólicos, Plintossolos, e Gleissolos, mais ricos em nutrientes e se localizam nas regiões rebaixadas dos vales, mas são menos freqüentes.

Via de regra, a distribuição espacial dos solos pode ser sintetizada considerando-se as diferentes formas de relevo predominantes, de vez que existe uma correlação entre estas ocorrências. Assim, nas regiões mais elevadas dos chapadões e patamares de chapadões e áreas aplainadas, ocorrem em geral os Latossolos Vermelho-Amarelo de textura argilosa e horizonte **A** fraco, baixa acumulação de matéria orgânica. A ocorrência mais importante, em termos de extensão territorial, são os Cambissolos e Areias Quartzosas⁷.

Nas áreas deprimidas do Vão do Paranã, de relevo plano e ondulado, tem-se uma diversificação desses tipos relacionados a processos decorrentes de deposição fluvial, resultando em solos mais ricos em matéria orgânica — os Podzólicos Vermelho-Escuro Eutrófico⁸ e os Plintossolos Álicos⁹, que ocorrem em extensas faixas ao longo da margem direita do rio Paranã, entre esta e os Patamares de Chapadão.

⁷ Os primeiros são minerais, pouco profundos, de textura argilosas e concrecionários e cascalhentos nos relevos mais movimentados. As areias quartzosas aparecem em toda a extensão dos patamares de chapadões e são arenosos, pouco desenvolvidos, mal drenados e de baixa fertilidade natural originados de depósitos aluvionares holocênicos. Nas escarpas alongadas da Serra geral de Goiás ocorreremos solos litólocoos álicos, que são rasos, pedregosos, cascalhentos e concrecionários; também são pouco profundos suscetíveis à erosão e de baixa fertilidade.

⁸ São semelhantes à terra roxa estruturada, minerais, profundos e bem drenados.

⁹ Localizam-se nas planícies de inundação do rio Paranã, caracterizam-se pela baixa fertilidade e excesso de água, pois estão sujeitos a inundações periódicas. Esta é uma classificação nova proposta pela EMBRAPA contida em relatório de levantamento dos solos da margem direita do rio Paranã-Goiás (Rio de Janeiro, EMBRAPA, 1975 v.2)

Nas áreas de deposição fluvial do Rio Paranã e seus afluentes tem-se os solos Aluviais Eutróficos¹⁰, que se originaram de deposições fluviais recentes. São hidromórficos e pouco desenvolvidos. Deve ser destacada a ocorrência do solo, próprio das veredas e várzeas presentes nas superfícies de aplainamento dos Chapadões da Serra Geral na região, o Gleissolo Álico¹¹.

D — O Recobrimento Vegetal

A conceituação adotada neste trabalho é a proposta pelo Projeto RADAMBRASIL (1982,1989), cujo sistema primário aponta para a ocorrência de três regiões fitoecológicas — a Savana, a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia) e Floresta Estacional Decidual (Floresta Tropical Caducifólia). Cumpre ressaltar a ocorrência de Áreas de Tensão Ecológica (Contato entre Savana e Floresta Estacional), resultado de mistura de dois tipos de vegetação onde, devido à escala, é difícil separar um e outro. Mesmo no campo, a observação é também dificultada pela mistura das espécies, gerando uma imprecisão dos limites de um e outro domínio.

Além destas formas naturais, identificam-se na região tipologias vegetais restritas, como a de Vegetação Rupícola, Refúgios Ecológicos de Savana-Estépica, bem como formas de vegetação antrópicas, decorrentes de atividades agropecuárias. As formações vegetais naturais presentes na região podem ser descritas, considerando a caracterização conceitual, bem como a área onde ocorrem.

Nas áreas cujo relevo apresenta altitudes variando entre 400 e 600 metros — o Vão do Paranã e as encostas e planaltos desta faixa, ocorrem as formações Savana Parque, Savana Arbórea Aberta Floresta Estacional Semidecidual Submontana. A primeira, a Savana Parque, é também denominada de parque-cerrado, cerradinho, campo rupestre ou campo sujo. É uma formação essencialmente campestre, numa posição geográfica delimitada pelas áreas encharcadas da Depressão, com a ocorrência de um tapete de gramíneas sob uma cobertura arbórea esparsa.

¹⁰ Estes são hidromórficos e pouco desenvolvidos.

¹¹ São hidromórficos pouco profundos e pouco permeáveis, de cor acinzentada pela redução de ferro relacionado a presença do lençol freático, próximo à superfície ou na superfície, provenientes de sedimentos recentes

A Savana Arbórea Aberta, também conhecida como campo cerrado ou cerrado, é uma formação campestre, com arvoretas xeromorfas e raquíticas com altura de até 5 metros, distribuídas de forma rarefeita. A sua estrutura é a das espécies comuns, áreas de savana, com uma paisagem contínua, que na estiagem, apresenta aspecto amarelecido e perda de folhagens. As espécies mais comuns são o pau-terra, paus-santos, araticum, carvoeiro, cagaita, pau-jacaré, gonçalo-alves, tingui, goiabinha do campo.

A Floresta Estacional Semidecidual Submontana estende-se no sentido longitudinal nas faixas das encostas e planaltos. Possui uma submata de arbustos, com espécies arbóreas caducifólias e uma enorme diversidade florística. As espécies de maior expressão nesta floresta são: aroeira, pau d'arco, cerejeira, cedro, braúna, gonçalo-alves, açoita cavalo, pau-ferro, freijó e barriguda.

Nas áreas cujo relevo apresenta cotas altimétricas entre 550 e 850 metros, mais precisamente nos patamares de chapadão, encontra-se a Floresta Estacional Decidual Submontana, como tipo principal. Secundariamente, existem os Refúgios Ecológicos de Savana-Estépica. A Floresta Estacional Decidual ocorre no sentido longitudinal, nas superfícies de aplainamento. Constitui um conjunto de vegetação que tem uma estacionalidade foliar superior a 50% na época da estiagem, o que faz com que a submata seja rala e seca, com cipós em profusão e ocorrência de cactáceas e bromeliáceas. As espécies arbóreas principais são pau d'arco roxo, barriguda-lisa, umburana-de-cambão, pau ferro, pau d'óleo, angico, tamboril, pau-sangue, braúna, aroeira, cedro.

A formação Refúgio Ecológico de Savana Estépica, também conhecida por caatinga, é um tanto singular na região. É designada como refúgio conforme concepção de Font Quer (1976)¹², referindo-se a um lugar de reduzida extensão e com condições excepcionalmente favoráveis para determinadas plantas, num meio hostil, aplicando-se também às comunidades

¹² *apud* IBGE/SEPLAM. Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás - Região Nordeste, Rio de Janeiro, 1995.

reliquias, constituídas por vegetação florística/fisionômica e ecologicamente diferentes da vegetação regional. As espécies são xerófitas típicas do semi-árido, testemunhando que no passado esta região conheceu um clima mais severo.

Ao longo do curso do Rio Paranã e seus principais afluentes, como o Corrente, Santa Maria e dos Macacos, tem-se a ocorrência da Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, constituindo uma formação arbórea ribeirinha nas acumulações quaternárias, com estrutura semelhante à floresta ciliar. As espécies típicas são mirindiba, pau d'arco amarelo, pau d'óleo, jatobá, aroeira, goiabinha, braúna e tarumã.

E — A Drenagem

A bacia do Paranã, no trecho mais propriamente ligado à margem direita do Alto Paranã, é abastecida por afluentes, cujas nascentes se localizam nas áreas dos Patamares de Chapadões, Serra Geral e Carreira Comprida. Os principais afluentes do Paranã são rios perenes como o Santa Maria, Cana Brava, Corrente, Água Quente, Macaco e São Domingos. A parte sul do Vão do Paranã apresenta uma maior densidade de cursos d'água em relação à parte norte.

Este conjunto apresenta pelo menos quatro características marcantes nesse trecho. Uma rede de drenagem subterrânea com ressurgências e sumidouros na área de relevo cárstico. Áreas alagadiças e inundáveis durante o período de cheias, e outras na qual aflora água, mesmo no período das secas; os "covoais". O sistema de veredas com drenagem perene localizam-se na faixa de transição entre as áreas elevadas e movimentadas e as rebaixadas e planas do Vão do Paranã. Por fim, uma rede de drenagem intermitente mais freqüente, ao norte da região.



Foto 3. Vereda do Rio São Domingos

2.2 Os registros de um olhar percorrendo a região

Ao derramar sobre a região uma forma de olhar que seja geográfica, esbarra-se, sem dúvida, nas dificuldades metodológicas que têm acompanhado a Geografia ultimamente. A indefinição epistemológica, a indefinição do objeto provocam insegurança que por vezes parece ser insuperável, principalmente para o pesquisador que toma como objeto de análise o empírico de um lugar. A geografia perdeu o hábito de olhar, de uma forma que possibilite apreender a totalidade de um lugar.

Um recurso aparentemente simples e banal de registrar o observado tem sido escamoteado e por vezes depreciado, qual seja, o da descrição. E como se descreve geograficamente? Existem várias possibilidades e em muitas delas misturam-se diferentes disciplinas e correntes de pensamento.

Dentre essas diferentes correntes, encontra-se a concepção de Geografia Humana de J. Brunhes(1962) e uma concepção de fato geográfico, denominados de fatos essenciais, assim compreendidos:

- Fatos de ocupação improdutivo do solo (casas e caminhos)
- Fatos de conquista vegetal e animal (campos cultivados, animais domésticos)
- Fatos de economia destrutiva (exploração mineral, devastação vegetal e animal).

Sem a pretensão de atualizar o seu pensamento, ao mesmo tempo nele reconhecemos uma forma de abordar o geográfico, adequada à descrição que se pretende fazer da região. Na verdade pretende-se uma adaptação dessa abordagem ao momento atual, uma primeira aproximação com o objeto, a região, que possa se materializar numa descrição, que para ser exaustiva ou sintética, depende da escala considerada.

O primeiro olhar revela uma aparência que pode ser descrita, e que posteriormente pode ser compreendida. Ao utilizar a classificação de Brunhes, pode-se de alguma forma sistematizar os fatos, não necessariamente na ordem originalmente proposta. Essas concepções pressupõem uma explicação posterior da organização regional que passa necessariamente pela história e por uma crítica que conduz a uma geografia social.

Nesse trecho do pensamento de Brunhes (1962:451) manifesta-se a riqueza de sua concepção:

Todo povo, toda população humana cobre a superfície terrestre com esses sinais visíveis que revelam a sua presença, refletem a sua maneira de ser e sua capacidade de ação, deixam interpretar e compreender o seu passado, e até permitem, às vezes, adivinhar o seu próximo futuro.

Então para observar os sinais visíveis, objetivos, podem ser utilizados fotografias, imagens de satélites, filmes, entrevistas, trabalho de campo orientado, etc. Numa descrição geográfica, através desses elementos, pode-se obter uma leitura geográfica, materializada na palavra e na linguagem elaborada pelo pesquisador.

Em coerência com esta abordagem, propõe-se uma descrição das cidades e caminhos, campos cultivados e rebanho, exploração mineral e devastação.

As cidades

As cidades da região apresentam tipos diferentes de organização, que são percebidos sem muito esforço. Ademais não há entendimento de que estas devam ser homogêneas. A região delimitada não é uma camisa de força; pelo contrário, é recurso que permite captar e selecionar partes de um todo. Este todo é plural, é múltiplo e revela-se em várias faces.

Um grupo de cidades, um dos mais agradáveis, possui uma organização na qual tanto a forma urbana, bem como o cotidiano da vida que nela se desenvolve, tem ainda um ritmo lento, são pacatas. Grandes mudanças na sua forma e função ainda estão por vir, e são por muitos desejadas. São assim as cidades de Floreş de Goiás, São Domingos, Divinópolis e Guarani. Nestas, apesar de já existir uma parte da cidade considerada nova, existe uma expansão urbana, com sinais de um crescimento urbano recente, que ainda não provocou uma ruptura dos padrões tradicionais prevaletentes no seu funcionamento.



Foto 4. Cidade de Guarani de Goiás

As novas construções integram-se às antigas como uma continuidade do sítio mais antigo; as diferenças existem mas não são excludentes. A presença de novos bairros é um sinal da afluência de novos moradores para a região, principalmente emigrantes do Nordeste.

A maior parte dos moradores são antigos ou descendentes dos antigos habitantes locais. O muito novo é dado pela presença dos novos fazendeiros e/ou seus administradores, os paulistas, os mineiros, os gaúchos. O traço marcante dessa presença é dado pelas camionetas, casas também grandes e construídas em padrões diferentes do local e as antenas parabólicas. Na infra-estrutura econômica, os bancos oficiais (BEG e Banco do Brasil) foram implantados recentemente, bem como entrepostos comerciais de madeira e carvão, antenas de telefone, campos de pouso, algumas ruas com asfalto, oficinas de tratores, pequenos hotéis. Todos estes elementos destacam-se no conjunto das cidades, e mesmo o observador já muito familiarizado com o "moderno", percebe o novel e o contexto no qual estão se inserindo realça a diferença.

Em Flores de Goiás, tem-se numa circunstância única, a existência de dois sítios urbanos distantes um do outro, a Flores Velha e a Nova Flores. Esta situação resultou de um rearranjo implantado no início dos anos 80, para resolver os freqüentes problemas ocasionados pela cheias do Rio Paranã: o sítio antigo fica às margens do rio que alaga e inunda as casas¹³. Neste sítio resistem ainda as casas e a igreja do século XVIII extremamente simples, convivendo com casas de recreio¹⁴ localizadas às margens do rio. Um aspecto importante é que a prefeitura fica localizada na parte antiga, significando, nas palavras de um velho morador, "*Flores é aqui*".

¹³ As moradias antigas portam ainda os recurso utilizados no passado para abrigo do efeito das enchentes. Tanto nelas como na igreja, existem espécies de "jiraus"construídos junto ao teto, para onde eram levados os pertences e as pessoas durante as inundações.

¹⁴ As casas, ou são adaptações das antigas residências ou foram construídas de forma a dar acesso ao rio. Os proprietários dessas casas são pessoas, em sua maioria, de Brasília, que as utilizam para descanso e pescarias.

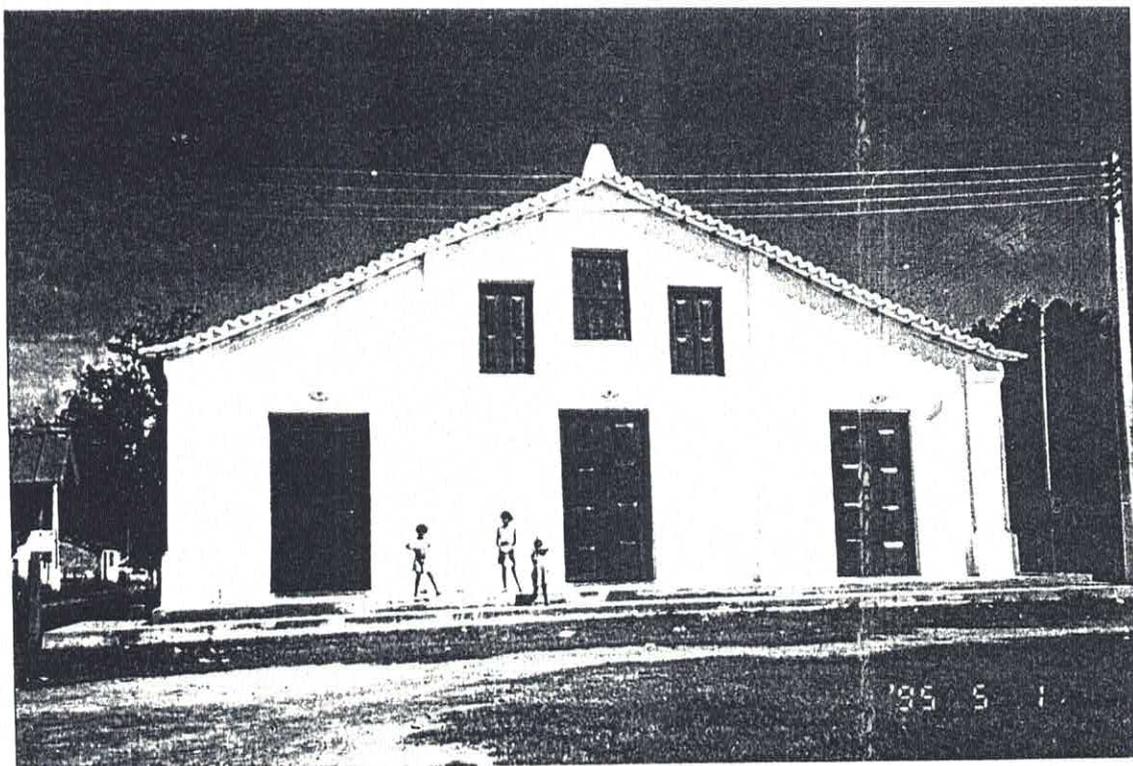


Foto 5. Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Flores de Goiás (fundada em 1758)

A nova Flores foi implantada em um terreno mais elevado, distante cerca de 1,5 km da antiga cidade, com um plano urbano definido, ruas asfaltadas, alguns equipamentos urbanos, praças. Este novo sítio está sujeito a fortes ventanias que recentemente destruíram muitas construções. O fato dos sítios não serem contíguos não impede porém, o trânsito entre um e outro.

São Domingos está estruturada a partir de uma praça da igreja construída no século XIX, onde se localizam casas suntuosas, imponentes e bem construídas, típicas de sociedades abastadas. Destaca-se nesse conjunto um edifício de um seminário que aí funcionou até o início deste século. As casas mais simples localizam-se em ruas que partem da praça. O sítio urbano sofreu uma profunda alteração, quando da formação de uma barragem no rio São Domingos, para a construção de uma hidroelétrica. Algumas casas submergiram, bem como o cemitério, ruas, e alguns dos muros de pedra existentes ao redor da cidade, e que se localizavam na parte mais baixa. A parte central e principal, situado num plano alto, permaneceu. Algumas marcas de um passado longínquo resistiram impressas na paisagem.

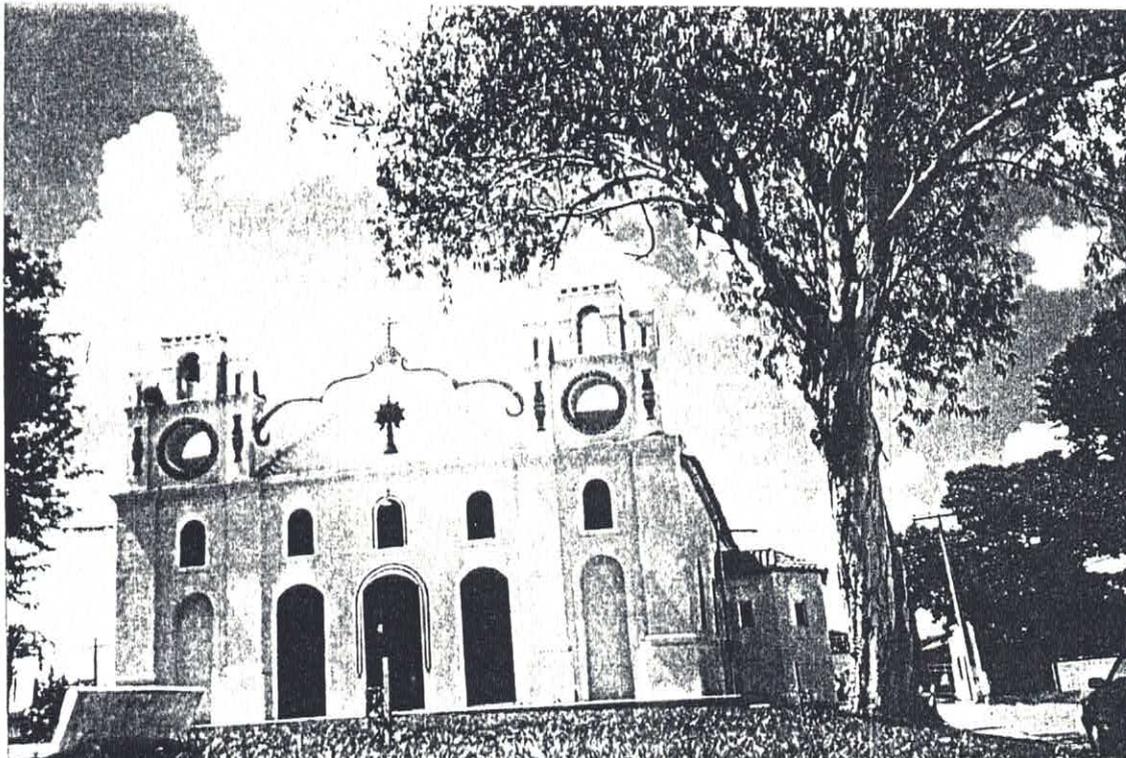


Foto 6 Igreja de São Domingos



Foto 7. Cidade "velha" de Flores de Goiás

As novas ruas, casas e o comércio recentes (década de 80) foram implantadas num prolongamento das já existentes; dessa forma, existe uma contigüidade, não houve ruptura; as duas situações são integradas.

Em Divinópolis de Goiás, cidade próxima a São Domingos, as duas faces da cidade, a nova e a velha, estão também visíveis e integradas, com

ruas em parte pavimentadas, e construções antigas tendo agora novos usos. Na praça da igreja, existem agora muitos estabelecimentos comerciais funcionando em antigas residências. A porção nova alonga-se em terrenos mais elevados, de onde se tem um visão da porção mais antiga, localizada próximo ao Rio Galheiros.

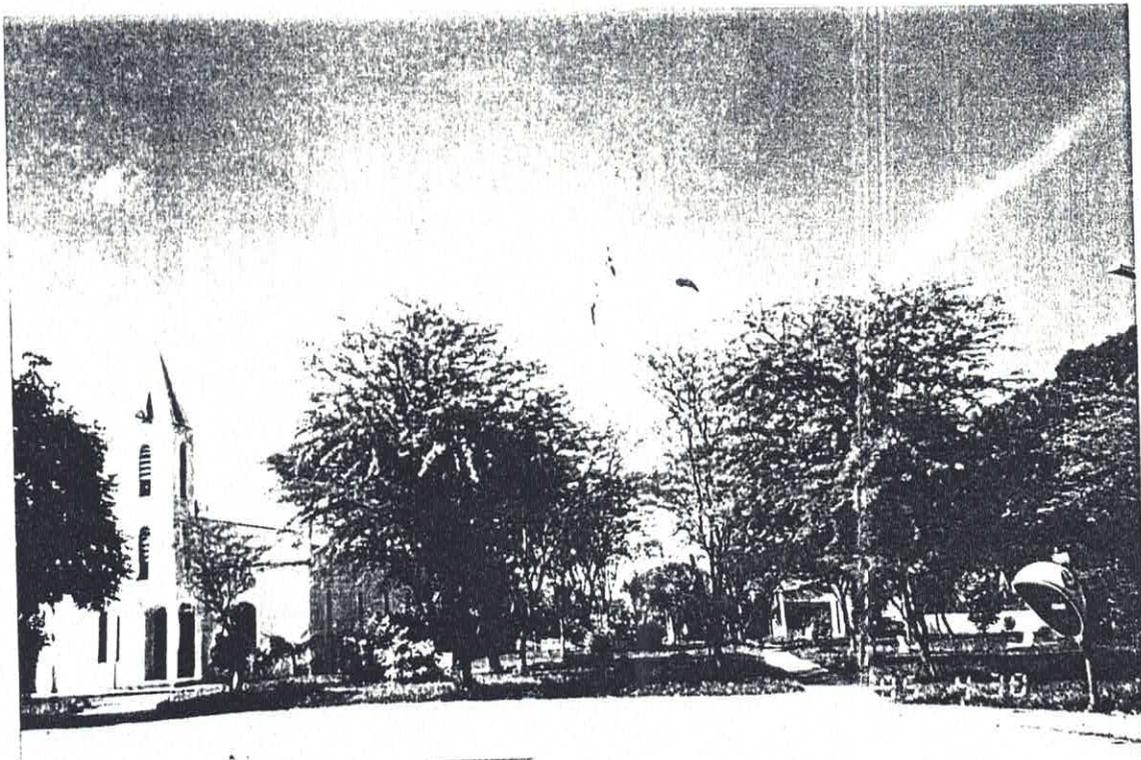


Foto 8. Praça em Divinópolis de Goiás

Guarani de Goiás localiza-se em terreno elevado, de tal forma que o sítio sobe por uma elevação, em cujo topo situa-se uma usina de calcário que se destaca no conjunto, constituindo o novo em torno do qual gira a maior parte da atividade urbana. A cidade é minúscula, a menor deste conjunto. As suas construções são modestas, mesmo as mais recentes.

Uma outra categoria de cidade é a que apresenta uma dinâmica urbana efervescente e movimentada, contrastando e muito com as outras cidades da região. Assim são Iaciara e Posse. Ambas possuem um sítio antigo, do século XIX, ao lado do qual se desenvolveram novas atividades e novas moradias, num ritmo quase frenético, segundo depoimento dos moradores. E ainda está em curso este processo. Apesar de o novo e o velho serem

contíguos, percebe-se uma certa estranheza entre as duas situações, como se algumas coisas estivessem fora de lugar.



Foto 9 . Praça da Igreja em Jaciara

Em Posse, o contraste antigo/novo é bastante acentuado e chega a chocar o observador. Nesta cidade tem-se a presença maciça dos "gaúchos". No bairro (ou área) onde se concentram tem-se as casas enormes, luxuosas e modernas, com antenas parabólicas, de rádio, e grandes muros que criam um microcosmo particular que chega a ser agressivo. É uma forma de segregação que se impõe à paisagem urbana tradicional.

Conforme depoimentos das pessoas do lugar, existem dois momentos na vida de Posse, o antes e o depois dos gaúchos, que começaram a chegar no início da década de 80, tal foi a transformação desencadeada pela sua presença. Os equipamentos urbanos e a infra-estrutura de comércio e serviços alteraram-se completamente em pouco tempo. O comércio é hoje diversificado e até sofisticado, com 3 agências bancárias as do Bradesco, BEG e CEF. É importante ressaltar que os serviços urbanos foram montados para atender aos "gaúchos". São as churrascarias, sorveterias, lojas de peças, lojas de

franquias conhecidas. As atividades desses novos atores são desenvolvidas no Estado da Bahia, uma porção limítrofe à Goiás. Posse é para eles uma base de apoio.

Em Posse, percebe-se claramente a separação no âmbito urbano das pessoas do lugar das que vieram de fora. Uma separação visível, numa cidade de prestação de serviços de importância para o contexto baiano, não impedindo o uso destes serviços pelos habitantes do seu entorno.



Foto 10. Casario em Posse

Em outra cidade, Iaciara, o cenário é o de uma típica cidade de fronteira, tal como pôde ser observado em momentos da expansão da fronteira em Goiás. Nela são evidentes o movimento e efervescência de mudanças que estão em curso, é uma fronteira sendo aberta. A "abertura"¹⁵ de fazendas é o sinal visível deste processo

O núcleo urbano tem uma parte antiga, a partir da qual a cidade se está alongando com novas ruas e bairros sem calçamento. As novas construções são de muito boa qualidade, contrastando com a simplicidade original da cidade. A infra-estrutura urbana é visivelmente precária, insuficiente para o

movimento e a demanda observadas. Os novos elementos, principalmente na parte central da cidade, utilizam-se das construções já existentes, gerando um contraste. São empresas de telefonia e eletrificação rural, lojas de produtos de consumo mais sofisticado, como geladeiras, *freezers*, televisão, móveis, entrepostos de comercialização de madeiras, carvão e produtos agropecuários, hotéis e pensões¹⁶, camelôs, além dos serviços tradicionais de uma pequena cidade que parecem ficar mergulhados no novo. Todas essas coisas misturam-se numa profusão e numa agitação que surpreendem à primeira vista.

Um conjunto urbano que se destaca na paisagem da região são as cidades gêmeas, apesar de terem surgido em momentos diferentes, de Alvorada do Norte e Simolândia, localizadas ao longo e às margens da BR-020 e também às margens do Rio Corrente (um dos principais afluentes do Paranã). São cidades de beira de estrada, surgidas em momentos diferentes; a primeira em 1963 e a segunda, em 1988.

Alvorada do Norte tem uma feição ao mesmo tempo de uma cidade pioneira, nova e de uma cidade nordestina tradicional, com as barracas da feira semanal montadas permanentemente. Esse jeito nordestino resulta da origem de sua população que, a caminho da migração para Brasília, acabou ficando aí.

Apesar de fundação relativamente recente, a cidade já tem uma parte nova e uma velha. No início da década de 70, o sítio principal, que contém a sede da prefeitura inclusive, foi mudado para um lugar mais adequado à expansão urbana. Devido a restrições de localização anterior, às margens do Rio Corrente, estava sujeita às suas inundações. Por outro lado, a estrada e uma serra paralelas a ela impediam a sua expansão. A cidade possui hoje dois sítios separados — um, o de Alvoradinha, localizado num ponto mais elevado e mais distante da estrada e o outro, o de Alvorada, que permaneceu junto ao rio.

¹⁵ Em Goiás esta expressão "abertura de fazendas" tem um sentido de desbravamento e foi comumente utilizada nas diferentes fases de ocupação do território como : "abrir fazenda no Araguaia", "abrir fazenda no Norte", "abrir fazenda no Xingu", agora é "abrir fazenda no Paranã".

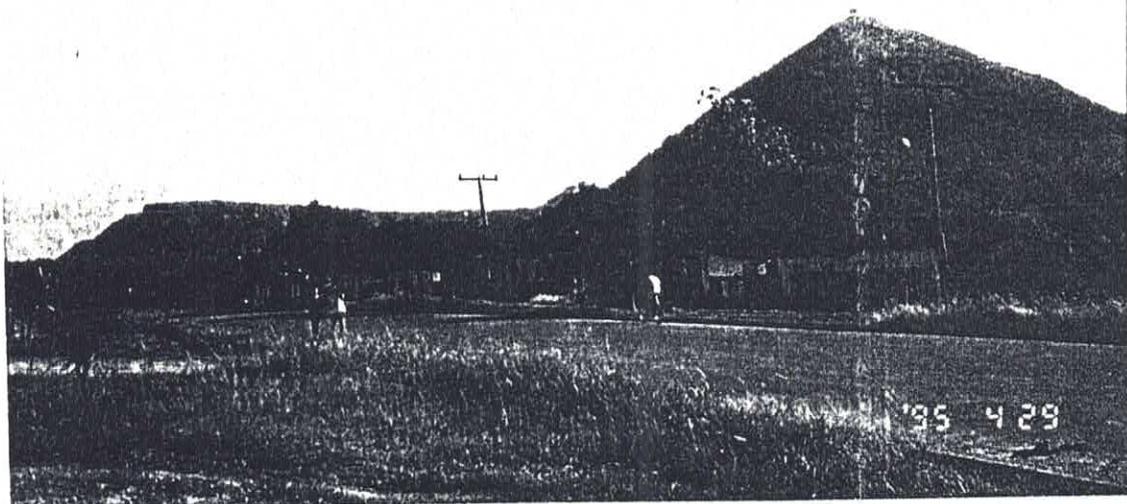


Foto 11. Alvorada do Norte às margens da BR- 020

Em Alvorada existe um comércio diversificado, hotéis, bancos, como Bradesco, Banco do Brasil e BEG, além de abrigar funcionamento semanal de uma feira para onde afluem produtos regionais e como não podia deixar de ser, "os importados".

O município de Simolândia desmembrou-se do município de Posse, implantando-se a cidade à margem esquerda do Rio Corrente, próxima à ponte e à rodovia. A sua malha urbana, num sítio plano e com possibilidades de expansão, revela a precocidade de uma cidade com menos de 10 anos de existência, mas que já traz uma característica de ser um ponto intermediário de retenção de migrantes. O comércio nesta cidade é precário e a ligação com Alvorada é acentuada para o abastecimento, e mesmo outros serviços.

Estas duas cidades estão localizadas num entroncamento, de onde parte uma estrada que entra pelo Vão do Paranã afora, em direção à Iaciara. Ambas formam uma trama, um nó geográfico. Ainda mais, funcionam como ponto intermediário no caminho do Nordeste para Brasília, de onde se

¹⁶ Os hotéis e pensões são no total 10 estabelecimentos para uma cidade de em torno de 10.000 habitantes. A quantidade é grande, o que revela a presença de uma população flutuante e mesmo temporária, limitando-se ao tempo que ali permanece para executar alguns serviços.

pretendeu, na década de 70 e 80, barrar os contingentes populacionais que para lá se dirigiam.

Os caminhos

O eixo principal de articulação dos caminhos locais estrutura-se a partir da BR-020, Brasília-Fortaleza, de onde partem as estradas que dão acesso à região. A BR-020 corta a região a partir do sul, num sentido sudoeste nordeste até a divisa com a Bahia, quando toma um sentido norte. É uma estrada pavimentada, em bom estado de conservação, implantada na rota dos antigos caminhos para a Bahia do século XIX.

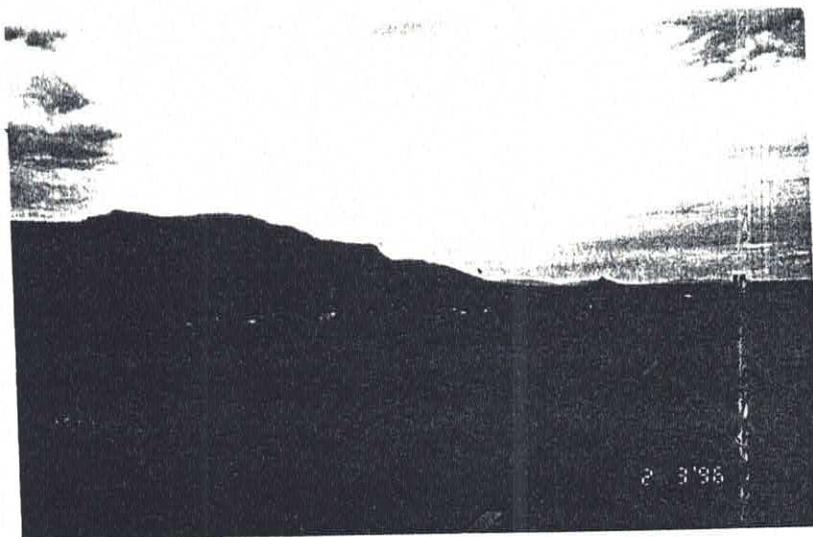


Foto 12. Rodovia BR- 020, Alvorada do Norte e Simolândia

As outras estradas, as estaduais, em sua maior parte foram implantadas na década de 60, relacionadas à BR-020, aproveitando em alguns casos, os caminhos de tropas e das boiadas já existentes. Elas não são pavimentadas, a não ser um pequeno trecho (18 Km) da GO-110 que liga a BR-020 com Flores.

Interligando Flores de Goiás, em três direções existem estradas estaduais. Uma que demanda à Formosa, no sentido oeste. Duas que se ligam com a BR-020, percorrendo direções diferentes no mesmo sentido sul. Ao longo destas estradas praticamente não existem povoados ou aglomerações.

Partindo da BR-020 no entroncamento de Alvorada, a GO-112 demanda à Iaciara, de onde atravessa o Paranã, em direção a Nova Roma. Ao longo dela existem inúmeros povoados e aglomerações de formação recente. É uma estrada de boa qualidade e com um tráfego intenso de caminhões de madeira e de gado, pois ela é a principal entrada para o Vão do Paranã, atualmente.

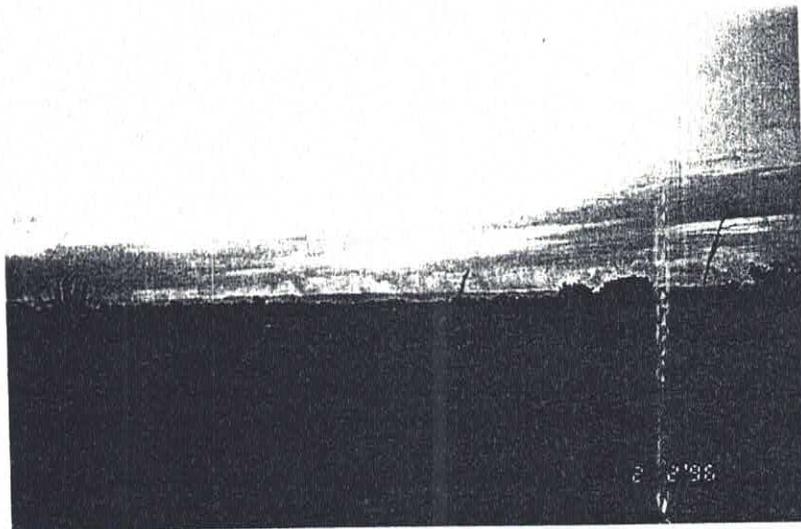


Foto 13. GO-110, entre Flores de Goiás e a BR-020

De Iaciara partem estradas que se interligam com Guarani, Posse e São Domingos, formando uma rede regional ou interna no Vão do Paranã. Ao longo da GO-110 que vai dar em São Domingos, existe uma ocupação recente e intensa que se manifesta na grande quantidade de povoados ao longo da

estrada, como Extrema, São Mateus, Estiva, Jacu, São Vicente, Várzea, Água Quente, Levantado. Essa estrada atravessa a maior parte do Vão do Paranã no trecho de ocupação mais recente. Percorrê-la significa observar e visualizar a seqüência de paisagens que formam o Vão do Paranã.



Foto 14 . Estrada entre Iaciara e São Domingos

De São Domingos, em direção à Bahia no alto da Serra Geral, tem-se a GO-362, implantada dentro da vereda do Rio São Domingos, através de passagens da Serra (caminhos antigos). A estrada desenvolve-se em terreno plano, em plena várzea e literalmente corta a vereda. Este lugar é de uma beleza impressionante, não só visualmente mas também pela sensação de se estar num lugar acolhedor. Deve ter sido esta a sensação dos antigos, e é possível compreender a função histórica das veredas nas regiões onde elas ocorrem, não só como provedoras, como caminhos, mas também como acolhimento.

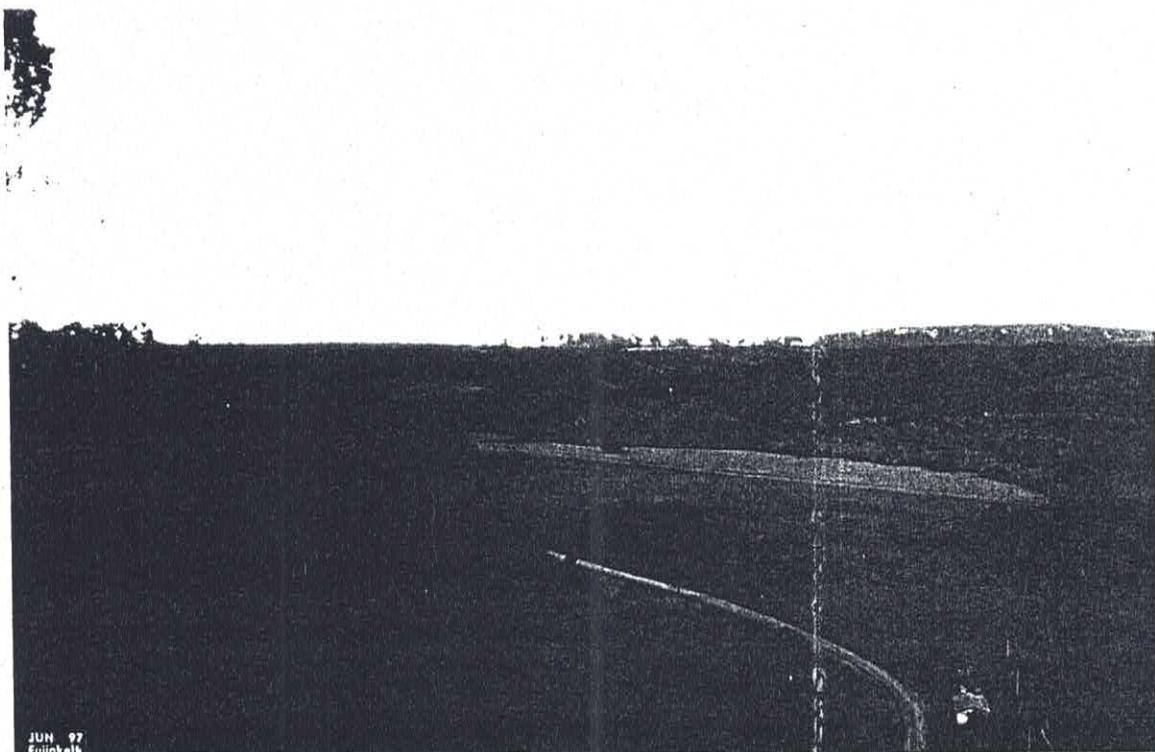


Foto 15. Estrada entre São Domingos e Guarani, vista do relevo cárstico

A estrada segue pela vereda até encontrar as abruptas escarpas da Serra, onde há uma subida íngreme e perigosa chamada Tombador¹⁷, cujo nome se relaciona aos inúmeros acidentes ocorridos. Rompendo a serra, encontra-se já no alto do Chapadão cortado pela BR-020 no sentido leste, no estado da Bahia, a região ocupada pelos gaúchos.

¹⁷ Esta passagem para a Bahia foi desativada em 1996, após a abertura de uma outra feita ao lado da antiga.

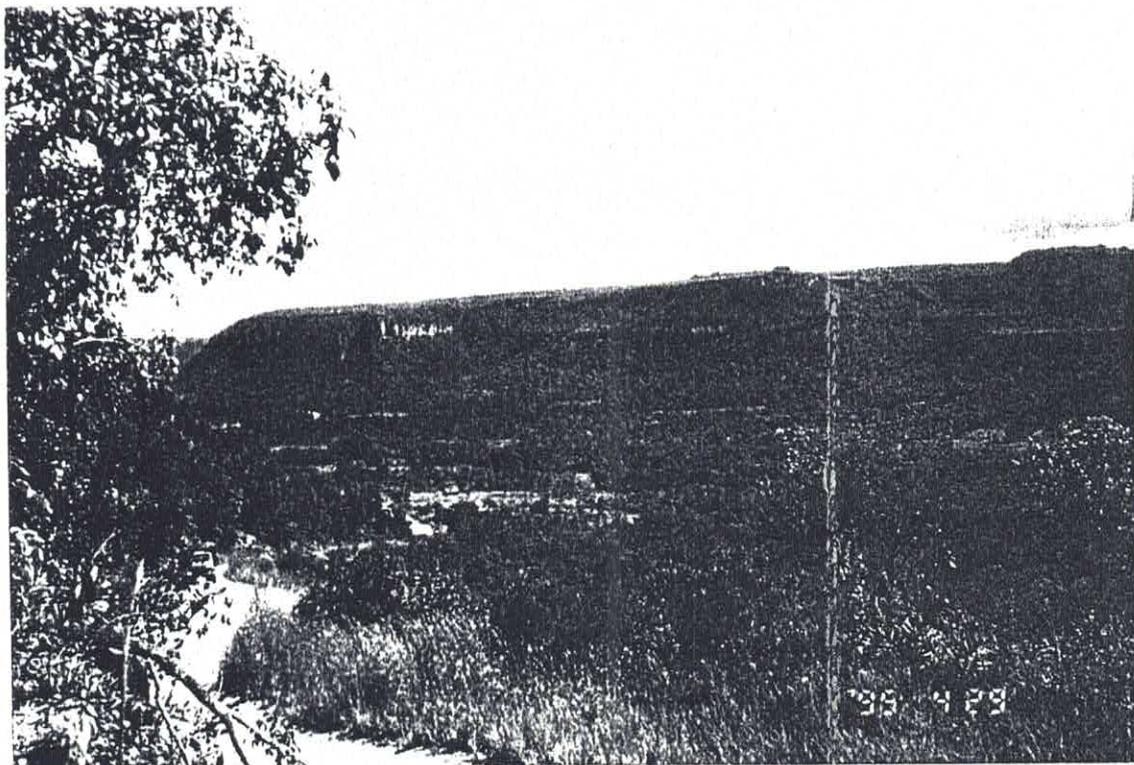


Foto 16. Tombador na Serra Geral

Houve o início de obras¹⁸ na rodovia que liga São Domingos com a BR-020, a GO-463, estão corrigindo o seu leito e com isso alterando a vereda, e, num enorme trabalho de terraplanagem estão cortando profundamente a serra em outro ponto, para facilitar a passagem da estrada. O desnível da vereda para o bordo da serra é de aproximadamente 400 m, pois é um *front de cuesta*, portanto tem uma forma abrupta¹⁹. As obras estão interrompidas atualmente, apesar do ansiedade das pessoas do lugar por sua conclusão, pois a vêem como portadora de progresso.

De São Domingos chega-se a Divinópolis, através de estrada boa e percurso curto, de 18 Km, observando-se ao longo deste trecho, sedes de antigas fazendas, taperas abandonadas, e ao mesmo tempo novas fazendas, "abertas" recentemente.

¹⁸ Estas obras se iniciaram em 1995, sendo que em 1997 ainda não foram concluídas

¹⁹ Constatou-se em junho de 1997, que este corte feito em critérios e sem uma avaliação correta, resultou numa obra que já apresenta visíveis sinais de erosão, pois o terreno constituído de arenitos da Formação Urucua apresentam, conforme verificado, visíveis sinais de desmoronamento.

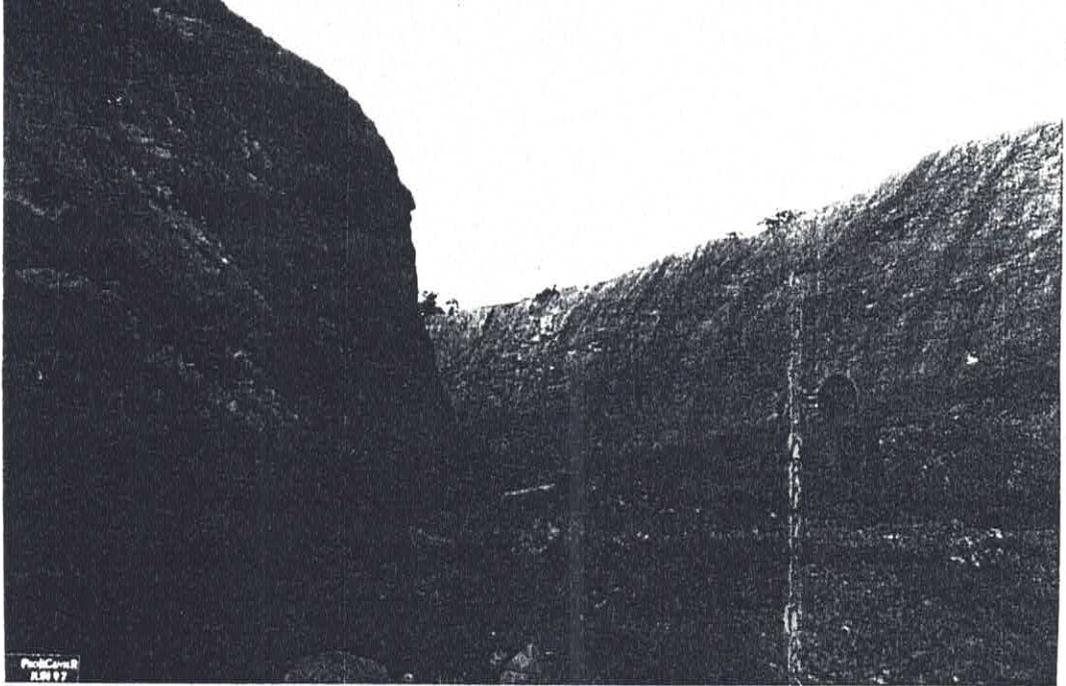


Foto 17 Corte feito na Serra Geral para passagem da estrada com acesso ao Chapadão baiao

Existe uma outra estrada que de São Domingos dá acesso a Guarani, na direção sul e cujo traçado de formato alongado passa por região de relevo cárstico, em área da Reserva Ecológica Estadual de Terra Ronca. Localiza-se entre as vertentes da Serra Geral e o relevo esculpido no complexo cárstico. No trajeto da estrada, a vegetação está preservada e constitui as Florestas Estacionais, ou Florestas Tropicais em terreno movimentado. As fazendas existentes são distanciadas umas das outras e existem moradores de beira de estrada. São numerosas as veredas e uma das mais bonitas é a do Rio São Bernardo²⁰.



Foto 18. Vereda do Rio São Bernardo

²⁰ O viajante do Século 19 Gardner (1975:176) também passou por esta vereda a do Rio São Bernardo que depois se lança no Rio Paranã.

A estrada que liga Posse a Iaciara é de boa condição, cortando as escarpas do Chapadão até chegar no Vão, numa descida abrupta na altura do povoado de Trombas, de onde se tem uma visão panorâmica do Vão do Paranã. Ao que tudo indica, o leito dessa estrada acompanha os antigos caminhos em direção à Bahia.



Foto 19. Vista do Vão do Paranã da estrada entre Posse e Iaciara

As pastagens, a agricultura, o rebanho, a exploração vegetal e mineral

Nos caminhos descritos, o que é mais visível na paisagem, além da imponência da natureza, resulta da ação humana, com intensidades variáveis e diferentes arranjos. Ao sul da região, no eixo da BR-020, do município de Flores até Posse, na divisa com a Bahia, a paisagem é quase a mesma, com muitas fazendas grandes, pastagens formadas e rebanho bovino em quantidade, com raríssimos campos cultivados.

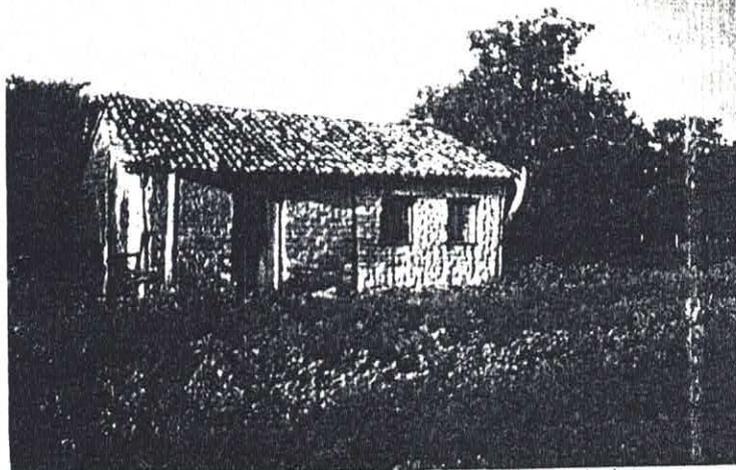


Foto 20. Tapera em antiga fazenda de criar, em laciara.

Prevalecem a fazenda de criação de gado e suas construções — casas, cercas, coxos, currais — em sua maioria, recentes. São encontradas as antigas fazendas Vão adentro, onde ainda existem resquícios de uma ocupação anterior, tais como taperas e muros de pedras

Partindo da BR-020 em direção a Flores, nos dois caminhos, já dentro do Vão, avista-se uma alternância de pastagens naturais, pastagens plantadas, cerrado e manchas de matas — fazendas em formação, e outras formadas recentemente, desmatamentos em processo, com tratores trabalhando, formando leirões, que são os restos de vegetação arrastados por tratores e amontoados de forma alongada. A criação de gado constitui a principal atividade nas fazendas, no sistema de cria, recria e engorda. Alguns fazendeiros afirmam ser uma *região de cria*, pelo fato de ser ainda muito natural.



Foto 21. Área recém desmatada e carvoeira, próximo a laciara

É impossível não notar as carvoeiras²¹, que aí não ficam próximas à estrada, mas localizam-se para dentro, meio escondidas. Raramente vistas da estrada, percebe-se a sua presença pela fumaça contínua em numerosos pontos da região.

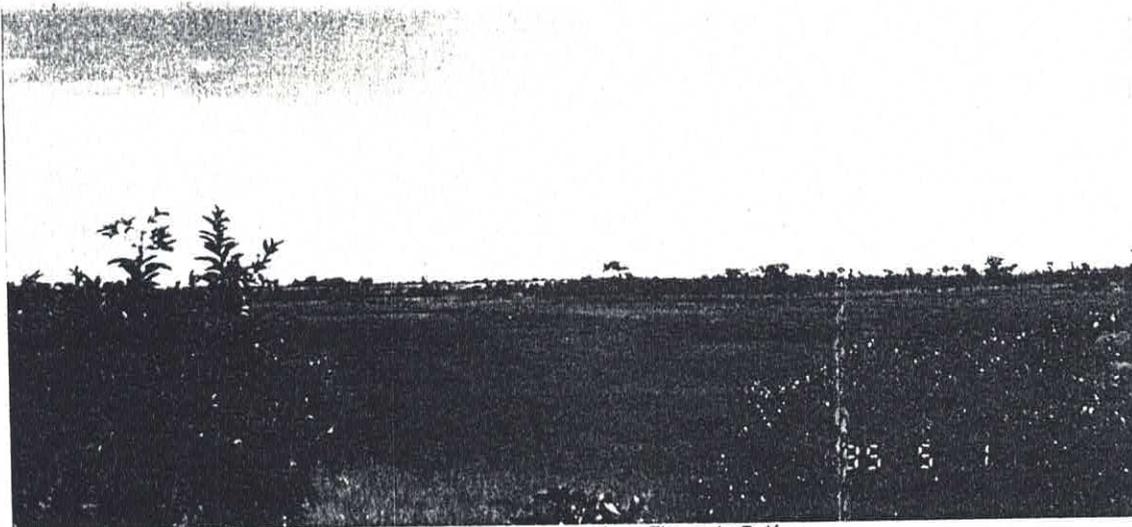


Foto 22 . Pastagem natural em Flores de Goiás

Resquícios ou sinais de campos que já foram cultivados aparecem desta feita, próximos a Flores, na várzea do Paranã. Foi um cultivo intensivo de arroz irrigado que obteve altíssima produtividade, feito por sulista em terras arrendadas e/ou compradas para esta finalidade. O maquinaria de bombeamento da água do Paranã e os canais de irrigação ainda estão no local. Mas já não mais existe cultura de arroz. Os campos estão abandonados. A fazenda de um dos sulistas é um exemplo desta situação. Segundo depoimentos locais, o fazendeiro²² implantou um projeto de irrigação na várzea do Paranã de mais de 1.000 alqueires, que funcionou por 3 anos. Um projeto enorme que está hoje abandonado incluindo maquinaria e equipamentos. Na época da visita ao local, ele estava ocupado por grupos sem-terra vindos de Brasília. A terra encontra-se em negociação para ser desapropriada e posteriormente assentar os trabalhadores ali acampados.

²¹ A expressão local refere-se a essas unidades produtivas de carvão como carvoeiras. Pode-se ser encontrada em outras partes do Brasil para se referir a mesma atividade como carvoarias.

²² O fazendeiro denominado M.A , está negociando com o INCRA as terras de sua propriedade, para o assentamento de famílias de sem terra que já se encontram acampadas no local.

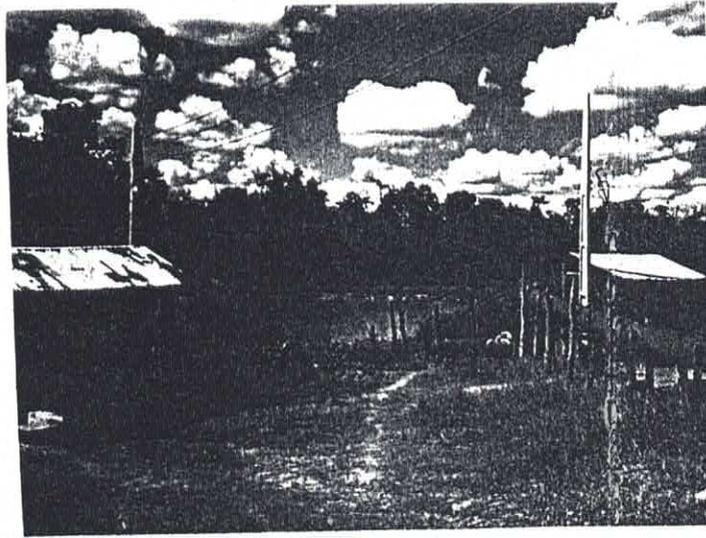


Foto 23. Projeto de Irrigação desativado em Flores de Goiás

Um paradoxo apresenta-se nestes campos cultivados e hoje abandonados. Estão sendo utilizados para a criação de gado, ou seja, retomam sua antiga destinação.

Em direção norte, rumo a Iaciara, e mesmo em torno dela, as mudanças mostram-se mais recentes, denunciadas pela desmatamento, e fazendas claramente novas, ou seja, abertas há menos de 5 anos ou em processo de abertura e formação. Predominam pastagens plantadas ou em formação, como também uma pequena agricultura de subsistência nas várzeas como o milho, arroz e feijão, sinalizando a presença de paulistas e mineiros.

Nesse trecho também existem as carvoeiras, denunciadas pelos pequenos tufo de fumaça no meio da mata, e pelos caminhões carregados de carvão que passam pela estrada. Pelo caminho encontram-se com frequência caminhões carregados de madeira, principalmente aroeira. As manchas de matas existem em grande quantidade, apesar de cortadas. O rebanho existente é de gado branco, e bastante numeroso.

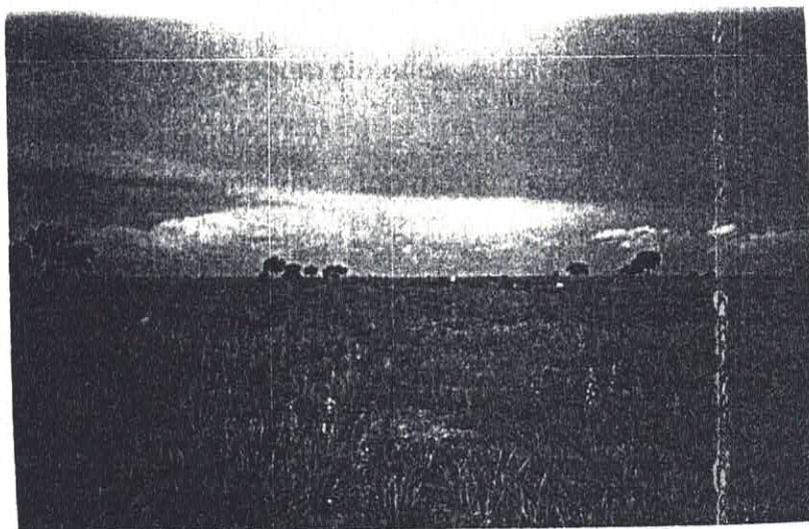


Foto 24. Pastagem cultivada em laciara

Seguindo rumo norte, em direção a São Domingos, percebem-se desmatamentos e fazendas em formação, mas de uma forma menos intensa que em laciara. O rebanho existente é também numeroso, não havendo hegemonia do gado branco, como mais ao sul da região. Já existe uma certa mistura, provavelmente com os curraleiros remanescentes de outros tempos.

As usinas de calcário²³ existentes destacam-se na paisagem, pois as jazidas são visíveis e também a movimentação de caminhões transportando calcário com destino principal à região da soja no chapadão da Bahia.

As marcas na paisagem são importantes, mas de alguma forma ainda não desfiguraram a região, pois é possível perceber, até de uma forma virtual o ambiente natural. O estrago não é ainda avassalador.

²³ As empresas mineradoras são: Oliveira Maciel Mineração Ltda. e Mineração São Domingos.

CAPÍTULO II

O OLHAR DISTANCIADO

A partir de uma imagem sintética, feita no S.G.I.²⁴, visualiza-se a região de tal forma que a depressão e os relevos movimentados aparecem claramente definidos, numa visão tridimensional. O "olhar" digitalizado revela a forma e configuração da depressão encaixada entre terrenos de altitudes mais elevadas.

À direita da imagem, os alinhamentos longitudinais das escarpas dos Patamares de Chapadão e as formações cársticas constituem os limites que configuram o Vão do Paranã, do lado leste. As escarpas da Serra Geral coincidem efetivamente com os limites políticos entre Goiás e Bahia.

À esquerda da imagem, tem-se os alinhamentos de relevo elevado, conhecidos como Serra Geral do Paranã e, mais ao norte, a Chapada dos Veadeiros, o outro lado da configuração do Vão do Paranã

A parte rebaixada, no centro da imagem, constitui o Vão do Paranã, com relevo suave, ondulado e rebaixado, pontuado por formações residuais ou testemunhos, que se destacam na imagem representada. São a Serra do Serrote, perto de Flores de Goiás, o Morro do Moleque²⁵ perto de São Domingos e a Serra dos Macacos próximo à Alvorada do Norte.

É possível acompanhar na imagem a sinuosidade do leito do Rio Paranã que drena toda a região, correndo no sentido norte.

A imagem tridimensional permite uma visualização das formas do terreno, como se fosse observado de um ponto elevado, posicionado ao sul da região. O relevante desta forma de representação é a possibilidade de, num só olhar, ter-se uma idéia aproximada do terreno. Para obter este efeito, foi utilizado um exagero vertical, como um recurso necessário em tal procedimento, que não prejudica o objetivo final, o de visualização, no qual a precisão pode ser relativizada.

²⁴ As curvas, pontos e cotas desta imagem foram digitalizadas a partir da carta topográfica em escala de 1:250.000 (IBGE). A equidistância utilizada para as curvas de nível foi de 100 m. O exagero na escala vertical foi de 5 vezes. A escala gráfica aproximada é de 20 m e corresponde a 200 Km no terreno.

²⁵ O Morro do Moleque, Próximo à cidade de São Domingos, visível na imagem sintética (ponto A), tem uma cota aproximada de 950 m.

DEPRESSÃO DO VÃO DO PARANÁ - IMAGEM SINTÉTICA

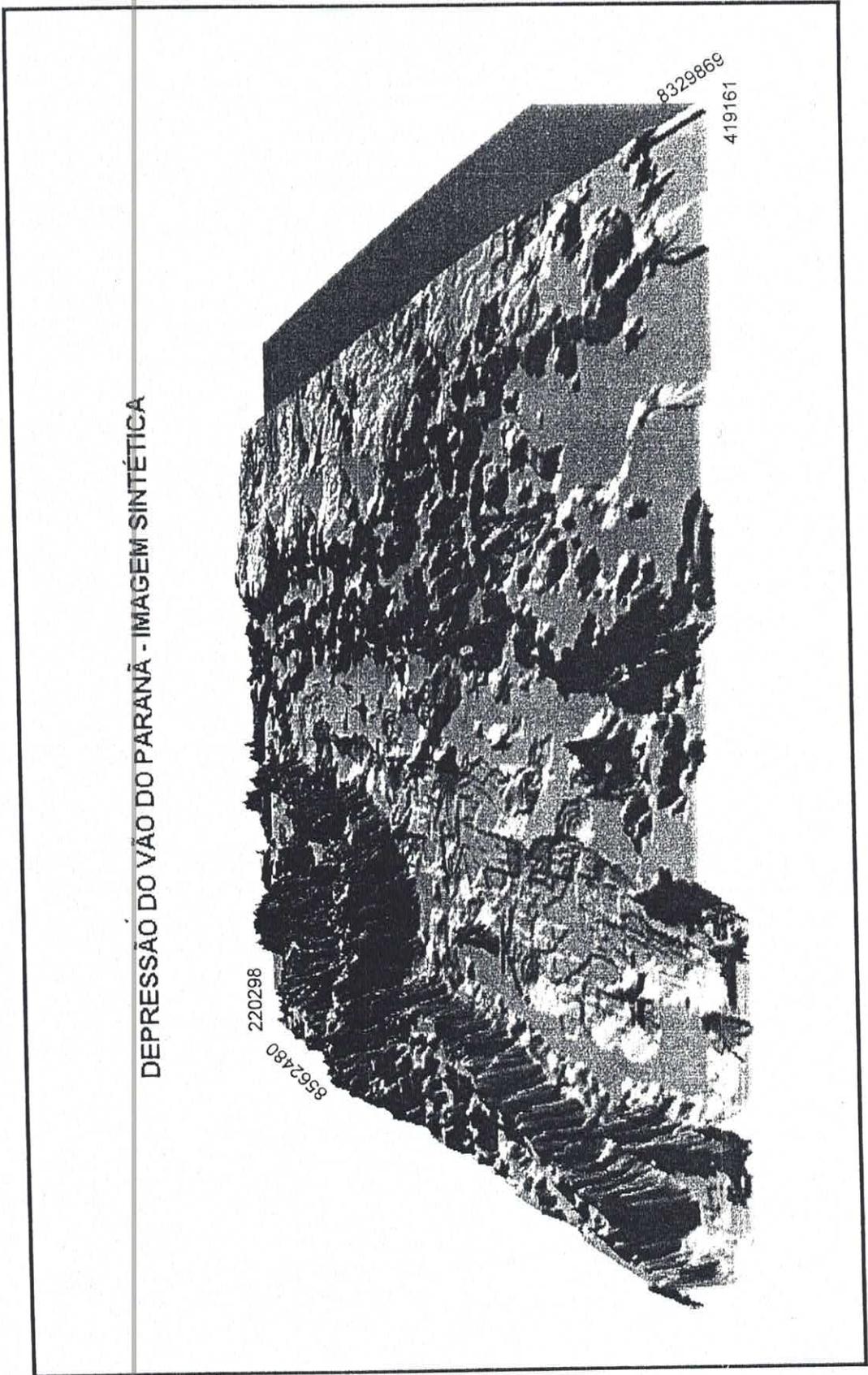


Figura 3 - Imagem Sintética do Vão do Paraná

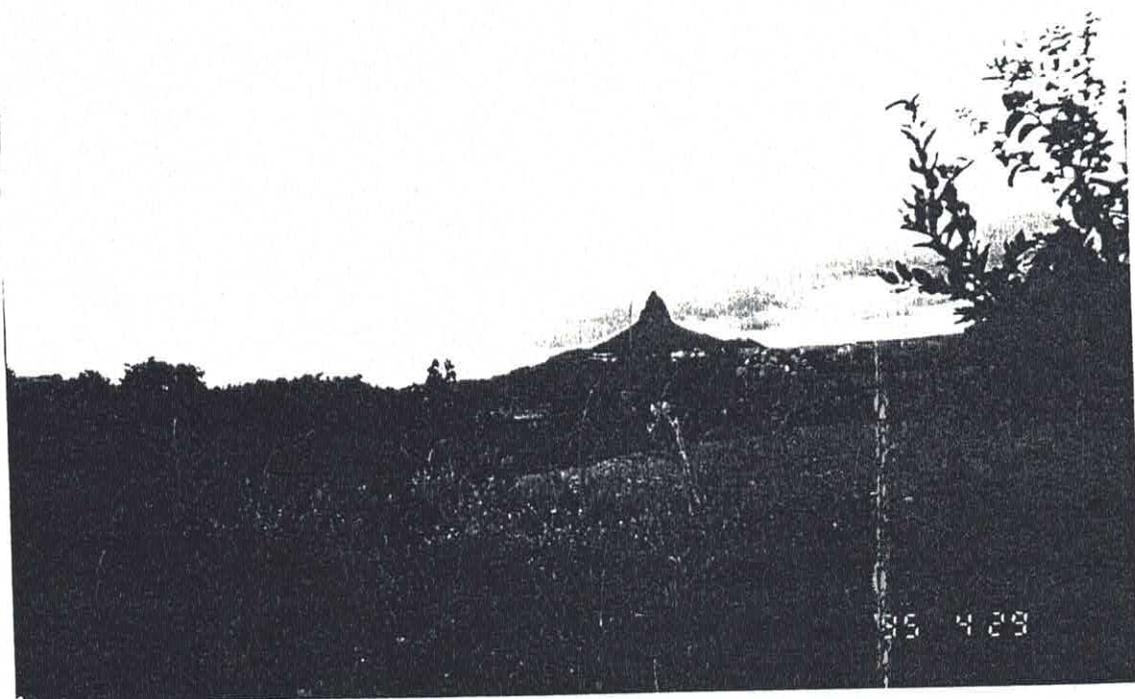


Foto 25. Morro do Moleque.

A observação da região, de forma a avaliar a sua utilização e que pudesse também abarcar o todo regional de uma só vez, num só olhar, foi feita através da análise de imagens de satélites tomadas em 1993, e interpretadas na escala de 1:250 000. O olhar do alto ou, segundo Junqueira (1995:202), uma **visão vertical**²⁶ na escala e canais utilizados, permitiu uma observação da cobertura vegetal e dos conjuntos de relevo, com uma boa identificação do meio natural e suas diferenças. Nesta escala, tanto as cidades quanto as fazendas não são muito visíveis, apesar de ser possível avaliar estes elementos, a partir das transformações percebidas. Se estas existem, resultam de uma ação humana, mesmo que não quantificada.

A imagem de satélite funciona como um recurso possível de potencializar o olhar do observador, diante de espaços tão amplos ao mesmo tempo.

²⁶ "O construto da Geografia passa a ser resultado de um processo de visualização (de um projeto de visualização), pela nomeação de um sujeito e de sua finalidade, por um determinado processo de extração, com transporte de informação 'para fora' desse espaço de alta complexidade." (1995:202)

Para Junqueira(1995) :

as "imagens" de satélite, acessíveis por um certo número de dispositivos visuais apresentam-se como uma nova metáfora, resultado de um olhar que não vê, posto que, produto de um dispositivo sem sujeito (sem observador) .

A esse "olhar que não vê" pode e deve ser incorporado o do sujeito, num processo de inclusão de outras formas de olhar "o que vê" e de interpretar as configurações territoriais. Novas metáforas podem resultar daí, numa paisagem que pode ser lida em sua totalidade ao mesmo tempo pelo recurso da técnica, que pode perpassar pela possibilidade quase real de empiricizar o tempo no constructo de uma explicação geográfica. A regularidade de produção de imagens de satélite pode gerar uma situação de quase instantaneidade para observar-se os fenômenos geográficos. Daí o seu potencial de possibilitar leituras não só totalizadoras, mas também cada vez mais atuais.

Em descrição anterior, apresentou-se a interpretação do meio natural do ponto de vista técnico, supondo um ambiente sem alteração, o ambiente tal como seria sem a intervenção humana. A imagem analisada permitiu uma avaliação desse ambiente após a intervenção, de um ponto de vista meramente descritivo, uma vez que não se pretende chegar a recomendações de manejo e nem de controle ambiental. A intenção é a de apenas descrever um momento, que foi congelado na imagem.

Esta imagem revelou formas cristalizadas (Santos, 1996), que têm um significado geográfico, uma vez que resultam de um arranjo e demonstram uma configuração territorial. Segundo Santos (1996:83) "*é um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área*". Percebe-se, através da imagem, uma transformação no meio, que parece estar ainda em curso, se desenvolvendo, pois os sinais de alteração²⁷ são recentes.

²⁷ Alteração está sendo utilizada como modificação de uma suposição de uma situação anterior na qual não era tão intensivo o uso. Além do mais na imagem a intervenção recente revela-se pelas diferentes nuances de cor, além de ser possível avaliar a intensidade de uso.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - VÃO DO PARANÃ (1993)

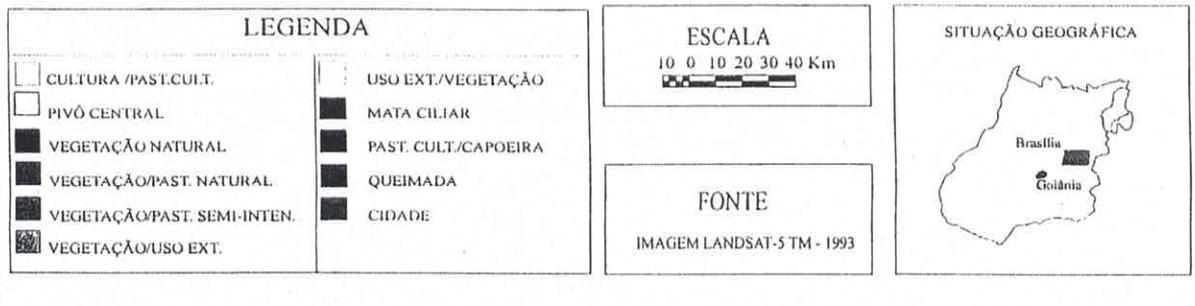
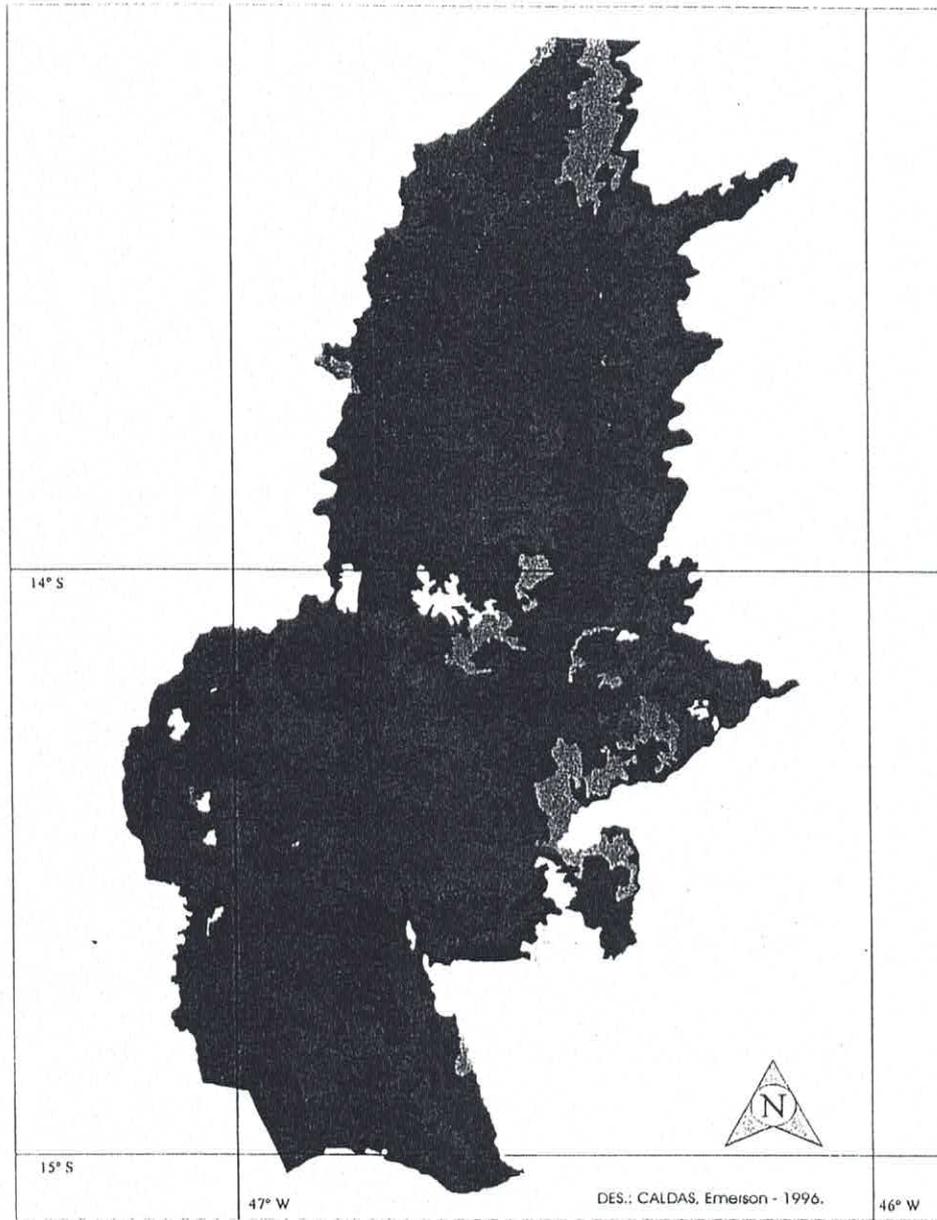


Figura 4. Mapa de uso do solo

O mapa do uso do solo²⁸, apresentado anteriormente, foi elaborado a partir de cartas topográficas na escala de 1:250 000, da interpretação da imagem de satélite na mesma escala, além de observações de campo, formas fundamentais para esclarecer alguns pontos duvidosos. A análise a seguir constitui uma descrição da legenda do mapa.

As áreas em que ainda ocorre vegetação natural podem ser consideradas, de forma geral, como áreas semi-preservadas. Localizam-se basicamente, em sentido longitudinal, na seção leste da região, onde o relevo é mais acidentado, nas escarpas do Chapadão e Serra Geral, na seção norte, chamada de Vão do Paranã Norte, com relevo suave e baixas altitudes. Nestas áreas existe a prática de uma pecuária extensiva, a despeito de não haver modificação acentuada.

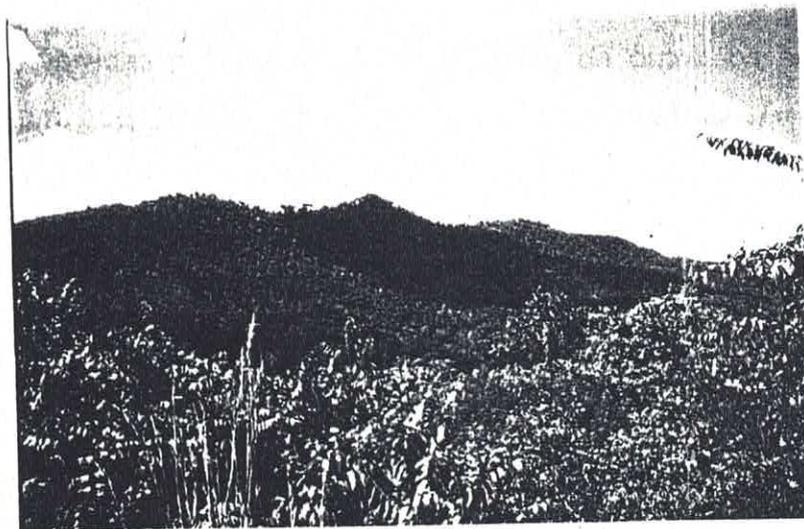


Foto 26. Mata em relevo movimentado

Uma parte dos municípios de Divinópolis de Goiás, São Domingos e Posse localizam-se neste trecho, que também corresponde às vertentes da Serra Geral de Goiás e dos Patamares de Chapadões. A vegetação é

relativamente densa, apesar de já ter passado por um processo de desmatamento seletivo. As espécies comerciais são retiradas e permanecem os estratos inferiores das matas. Essas foram classificadas pelo IBGE como Floresta Estacional Decidual e Semi-Decidual e possuem ou possuíam muitas espécies de valor comercial. Essas áreas restringem natural e historicamente a ocupação e uso do solo devido ao relevo movimentado e vegetação densa, são adequadas para a alimentação do gado, mas podem apresentar dificuldades para outros usos.

Nos locais de relevo cárstico, na seqüência Alvorada do Norte e Guarani de Goiás caracterizado por dissecamentos, grutas, ressurgências e sumidouros, também ocorre uma vegetação natural, constituída por Florestas Estacional Decidual e Semidecidual. Na imagem, a vegetação está bem definida. No campo revelou-se relativamente preservada, pois a exploração madeireira seletiva também ocorreu, a despeito das dificuldades oferecidas pelo relevo. Esta área, recomendou o IBGE, é adequada à preservação, em função das condições que oferece. Por um lado, uma riqueza no que se refere à vegetação, veredas e conteúdo espeleológico, de outro, os sistemas são frágeis, exigem que o equilíbrio do conjunto seja mantido. A partir desta recomendação foi criado o Parque Estadual da Terra Ronca²⁹.

De um modo geral, a vegetação natural de mata densa, apesar de já ter sofrido alguma forma de exploração, ocorre em toda a região, entremeando as pastagens naturais, as áreas de cultivos, bem como as pastagens cultivadas. Apesar de não ter sido possível estabelecer e quantificar o volume da vegetação presente em 1993, pode se afirmar que, numa avaliação visual, constituía ainda uma grande parte da área.

²⁸ Foram elaborados dois mapas de uso do solo o primeiro com a legenda detalhada, que foi utilizado aqui. No segundo as classes da legenda foram agrupadas, esse foi utilizado no capítulo II da Terceira Parte

²⁹ No Estudo Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás, IBGE, 1995, foi colocada a seguinte recomendação sobre a ampliação do Parque Estadual de terra Ronca: "*A criação do Parque Estadual de terra Ronca, visando à proteção do mais rico sistema espeleológico da América do Sul, constitui iniciativa altamente elogiável. Entretanto a plena preservação das cavernas e grutas depende também da manutenção e equilíbrio dos diversos fatores ambientais envolvidos, sejam físicos, bióticos ou químicos. Uma alteração porventura provocada nas cabeceiras da rede hidrográfica que banha o sistema, pode ocasionar aceleração ou retardamento no processo de dissolução do calcário, provocando, a longo prazo, danos imprevisíveis ao conjunto. A sugestão para ampliar a Área de*



Foto 27. Entrada da Gruta Terra Ronca



Foto 28. Pastagem natural em área de mata

A pastagem natural constitui um traço marcante, localizada dentro das áreas deprimidas do Vão do Paraná e também nos Patamares de Chapadão e vertentes da Serra Geral. Foi classificada pelo IBGE como Formação Vegetal

Proteção Integral se prende também à necessidade de preservação do ecossistema das Veredas,

Natural do tipo Savana e suas variações recebem localmente nomes como: campina (na Serra Geral), campos inundáveis (na várzea do Paranã), campo sujo, cerradinho, campo cerrado, cerrado. Pastagens naturais também ocorrem em áreas denominadas, pelo IBGE, de Contato entre Savanas com a Floresta Estacional (Floresta Tropical Caducifólia) de forma contínua, ocupando mais de 50% do município de Divinópolis (Vão do Paranã Norte) e 33% do município de São Domingos. Em Iaciara, é parcialmente interrompida, e ressurgue mais ao sul (Vão do Paranã Sul), com uma intensidade menor que no norte.

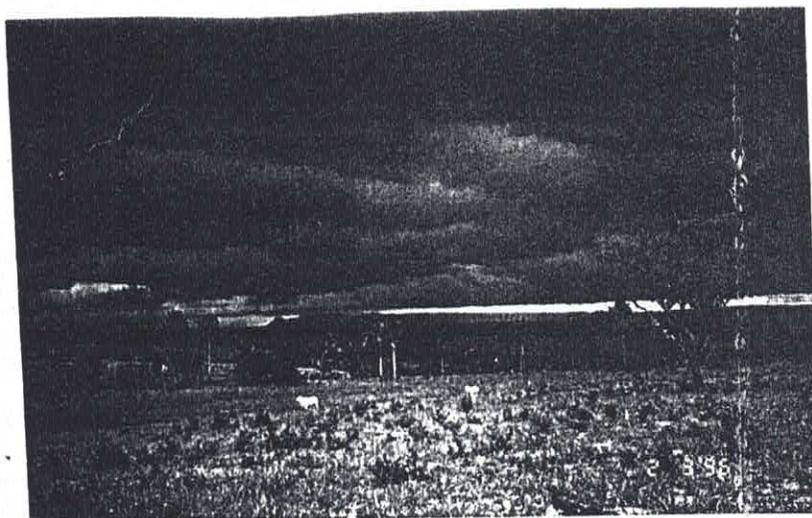


Foto 29. Pastagem em área de Patamares de Chapadão

As matas ciliares apresentam-se (1993), ainda em grande quantidade, conforme revela a imagem. Apesar de não ter sido possível obter imagem comparativa mais recente, numa observação de campo já se percebe uma sensível diminuição das mesmas, pois o processo de desmatamento tem se acelerado na região.

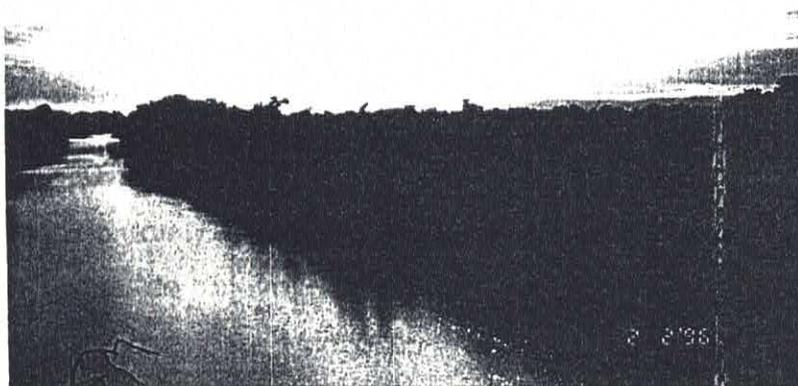


Foto 30. Mata ciliar no Rio Paranã

A intervenção humana detectada na escala analisada, refere-se às pastagens cultivadas, sistemas de irrigação, culturas anuais e queimadas, além, é obvio, dos sítios urbanos e, as estradas. Como resultado dessa intervenção, tem-se então uma vegetação antrópica (IBGE), constituída pelas pastagens plantadas, agricultura cíclica, alguns reflorestamentos, e o que tem sido muito comum nas observações mais recentes, extensas áreas em processo de revegetação, seja por abandono ou mau uso, constituindo-se, desta forma, vegetação secundária ou capoeiras.

A agricultura irrigada (pivô central e canais de irrigação) foram detectadas, naquele momento, em três pontos isolados em torno do município de Flores, a sul de Posse próximo à fronteira com a Bahia e em Alvorada do Norte (sul). Os sinais de queimadas são esparsos e reduzidos, considerando o período em que a imagem foi obtida, junho de 1993.

As pastagens cultivadas ocorrem em toda a extensão da Depressão do Vão do Paranã, em manchas ou em forma contínua. Devido às semelhanças entre o cerrado e a pastagem plantada na imagem, a interpretação fica prejudicada. No campo revelaram-se como áreas nas quais já houve algum tipo de intervenção humana, provavelmente um desmatamento, no qual brotou uma vegetação espontânea, formando capoeiras.

Na utilização das pastagens naturais, foi possível detectar duas formas de uso, uma semi-intensiva³⁰ e outra, extensiva.

Na forma semi-intensiva o pisoteio do gado favorece o desnudamento do solo, o que é muito comum na região do Vão do Paranã ainda hoje, tal como no passado. Ocorre em grandes proporções principalmente no sul do Vão do Paranã e em extensas faixas ao norte do Vão do Paranã. Abrange praticamente 30% do município de Flores, principalmente ao longo das nascentes do Rio dos Macacos e Paranã e estende-se ao longo do Rio Santa Maria. São áreas de relevo plano e dissecado, de topos tabulares, com predomínio de Latossolos e Podzólicos, sujeitas a inundação que favorece o pastoreio semi-intensivo durante o período de estiagem.

O pastoreio semi-intensivo ocorre em todo o sudoeste do Iaciara, a oeste de Posse, e ressurge na porção leste deste município, no sentido longitudinal, acompanhando as Bordas da Serra Geral até São Domingos. A faixa alongada sobre a qual está assentado o sistema de manejo semi-intensivo é conhecida localmente sob a designação de "campina", que é uma alternativa de uso durante o período seco. Este trecho é elevado com altitudes variando de 650 a 800 m, com relevos dissecados e topos tabulares e convexos, predominando os Cambissolos. As áreas, no momento apresentam-se restritas para outros tipos de atividades, daí a sua destinação para o pastoreio.

O uso extensivo do solo relacionado à vegetação natural não apresenta limites muito definidos, dentro dos diversos domínios do Vão do Paranã. Entremeia a pastagem natural e a vegetação densa do norte da região, ocupa uma faixa que se estende desde os limites norte até Divinópolis, aparece em Posse, Iaciara e Guarani. Este tipo de uso é típico da região e freqüentemente está incorporado às pastagens naturais e vegetação natural.

³⁰ No sistema semi-intensivo de manejo do gado, o limite é imposto pelas barreiras geográficas e por outras formas de ocupação, onde o gado permanece em piquetes (pastos) por um período de ocupação de no máximo 10 dias, ou dependendo da avaliação da forragem disponível, evitando-se que o rebanho persista em pastoreio até o consumo da rebrota.

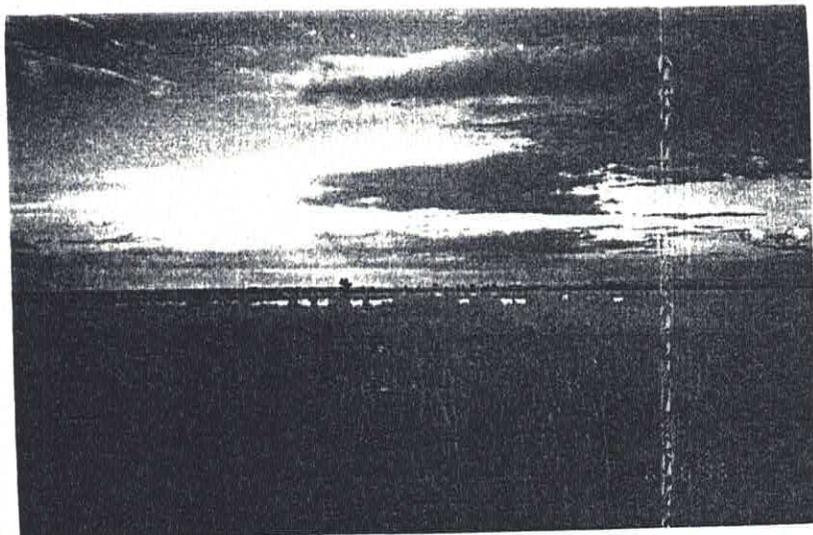


Foto 31. Pastagem cultivada em Flores de Goiás

As pastagens cultivadas ocorrem em toda a extensão do Vão do Paranã, exceto nas áreas de altitudes mais elevadas de 650 a 1000 m, compreendendo a faixa das vertentes da Serra Geral e a seqüência de relevo cárstico no sentido longitudinal. Este sistema de pastagens está restrito à Depressão do Vão do Paranã, cujo relevo é favorável a este tipo de ocupação, em função da topografia plana, com altitudes variando de 400 a 600 m, além do Latossolos Álico e Eutróficos. Ocorre no Vão do Paranã Norte, nos municípios de Iaciara Guarani e Divinópolis. Deve ser considerado que a exploração madeireira aconteceu na região de forma indiscriminada, dando lugar à pastagens, o que resultou em uma dificuldade para discriminar pastagens cultivadas de vegetação secundária (capoeira).

As queimadas apareceram em alguns pontos isolados da imagem, nos municípios de Flores, São Domingos e ao longo do Rio Paranã e aparentemente estão associadas às áreas de lavoura.

Quanto à presença de matas ciliares, observou-se que estas estão intimamente relacionadas com a intensidade do uso. Assim, no Vão do Paranã Sul que tem uma ocupação diversificada, os resquícios de mata ciliar são mínimos e pouco expressivos. No Vão do Paranã Norte, onde há maior intensidade de pastagens cultivadas, também se percebe a devastação das matas ciliares, enquanto que nas áreas de relevo acidentado é difícil a

discriminação de matas ciliares, uma vez que nessa faixa a vegetação natural está mais preservada.

CAPITULO III

REGIÃO, UMA PERSPECTIVA NA ABORDAGEM
GEOGRÁFICA

A ocupação de territórios livres gerou nos últimos tempos no Brasil, múltiplas interpretações e análises feitas por especialistas de diferentes áreas e também por geógrafos que, em alguns casos, tomam emprestado de outras ciências sociais referencial teórico e, de alguma forma, provocam uma fusão dessas com as teorias geográficas. Mesmo assim, existe uma especificidade eminentemente geográfica no trato dessas questões, com um potencial explicativo próprio, apesar deste ter sido relegado a um plano secundário, no contexto da ciência geográfica, nos últimos tempos no Brasil.

No passado, esta especificidade aparece nas contribuições de Leo Waibel, Pierre Monbeig, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, autores de trabalhos que podem hoje ser considerados clássicos, referentes à compreensão da ocupação do espaço no Brasil, neste século. Recentemente, surgem os trabalhos de Berta Becker e Lia Osório Machado, enfocando principalmente a questão da ocupação da Amazônia. Estas explicações geográficas têm sido sistematicamente produzidas, embora se possa notar um certo arrefecimento, principalmente no que tange à busca de um enfoque regional que seja mais objetivo do que o conceito amplo de região, como o da Amazônia ou mesmo de regiões de cerrado.

De uma certa forma, isto deve-se ao fato de que as explicações territoriais/regionais perderam força ou se distanciaram do discurso geográfico ultimamente. Daí, a imprecisão e a fragilidade do conceito, pois não foi exercitada a pertinência do mesmo, e a região é um conceito que deve apreender situações concretas. Felizmente aqui e ali tem-se retomado esta linha em estudos como o de Rogério H. Costa, com seu trabalho sobre os gaúchos no Oeste da Bahia (Costa, 1995). É como se estivesse acontecendo uma redescoberta do território, no qual se vive e se produz e se virá a

produzir³¹. Esta consciência do território, apesar de escamoteada por um certo tempo, existe entre os homens e manifesta-se com diferentes significados para diferentes agentes sociais, através da necessidade de se compreender a sua funcionalidade.

Pode aqui ser feita uma pergunta: por que a Geografia Regional foi deixada de lado durante um longo tempo? Dentre outras respostas possíveis encontra-se em Thrift (1996: 225) os seguintes argumentos: — a geografia regional tinha um pano de fundo teórico que não foi forte o suficiente para resistir ao positivismo dos anos 60, momento em que os debates consistiam em simples oposições, em dualismos; — a Geografia Regional foi atormentada pelo naturalismo implícito na obra de Vidal de La Blache (ecologia humana, determinismo ambiental, analogia biológica) o que fez com que os escritores de geografia regional se afastassem do assunto pela "*idéia da sociedade ser parecida com [...] sociedade*" (Thrift, 1996:); a região mudou sua natureza no curso da história, ou seja, a região de Vidal de La Blache era baseada na espacialidade rural local, hoje o motor da região é o urbanizado capitalismo industrial; finalmente deve ser destacado que poucos geógrafos, nos tempos modernos, se dedicaram a produzir uma geografia regional.

A compreensão da organização territorial pode ser feita através do recorte regional, como um conceito geográfico, portanto uma forma de abordagem que tem procedimentos e referenciais construídos historicamente no contexto do desenvolvimento dessa ciência. A questão então é produzir uma reflexão a partir de um recorte do contexto empírico atual, partindo do pressuposto de que sua apropriação, enquanto objeto de conhecimento geográfico, possibilitará apreender as diferentes faces assumidas pela região enquanto conceito geográfico.

³¹ Vale a pena destacar aqui a reflexão de Costa (1995:92) sobre a especificidade regional: "*Ainda que a especificidade regional seja socialmente construída, tanto no sentido concreto quanto simbólico, não se deve negar as relações sociedade-natureza. Os referenciais concretos para esta construção simbólica podem ser buscados tanto em elementos 'naturais' que predominem na paisagem (o cerrado/os Gerais, o sertão semi-árido, o Pampa gaúcho...) quanto histórico culturais em sentido mais estrito (a "fronteira", o cangaço, o coronelismo, o caudilhismo). Mais adiante (p.), o autor cita Poche: "O espaço regional funcionaria assim "como um nicho ecológico no seio do qual um conjunto social cria para seu uso um conjunto de signos e de representações", entre as quais estaria o próprio espaço, que pode adquirir tanto conteúdo negativo quanto positivo".*

Numa análise feita por Anne Gilbert (1988) percebe-se com muita clareza e objetividade as diferentes abordagens de região correntes na atualidade³². A autora identifica três grupos as diferentes concepções, sem que haja uma verdadeira oposição ou conflito entre elas. Primeiramente, tem-se a compreensão de região como uma forma de resposta local ao processo de expansão capitalista, na qual a regionalização decorre de diferentes processos combinados como a divisão social do trabalho, a acumulação do capital que origina redes de processos e define bases territoriais, a reprodução da força de trabalho e a organização espacial da população, além da ação dos processos políticos e ideológicos de dominação usados na manutenção das relações sociais de produção.

Para os autores que trabalham com esta concepção (Corragio, Massey, Smith, Harvey, Lipietz, Urry) assentada na economia política, a circulação do capital tem um papel fundamental na diferenciação regional. Daí, a definição de região como uma forma de articulação concreta das relações de produção em determinado tempo e lugar. Percebe-se a valorização de uma relação na qual os processos sociais presidem adaptações das populações ao meio natural.

Uma outra forma de se compreender região resulta da concepção desta como um foco de identificação, na qual a região é definida como ponto específico de relações culturais entre um grupo e seus lugares particulares, ou seja, baseia-se numa certa consciência dos habitantes de uma cultura comum e de suas diferenças em relação a outros grupos.

Os representantes desta corrente (Tuan, Claval, Ley e Frémont) têm em comum, o sentido de região como a apropriação simbólica de uma porção do espaço, apesar de apresentarem valorizações diferentes para questões como a forma de se colocar ordem no mundo natural, o sentimento coletivo, o sistema relacional, dentre outras.

A última vertente (Pred, Thuirft, Gregory, Johnstan, Paasi e Raffestin) reconhece a região como meio de interação social. Trata-se, portanto, de uma visão política de região baseada na idéia de que dominação e poder constituem os fatores fundamentais de diferenciações entre as áreas.

³² O estudo refere-se às teorizações correntes em países de língua inglesa e francesa.

O que há de comum entre as três vertentes é o fato de estarem apoiadas na idéia de que a diferenciação de áreas continua sendo uma persistência no mundo atual. Não compartilham, portanto, da idéia de que o mundo esteja se tornando homogêneo ou que as regiões estejam desaparecendo. Na verdade, elas apontam que existe um processo contínuo de formação e transformação regional que resulta de uma dinâmica presidida por múltiplos fatores.

Daí que, considerando este conjunto de proposições, não é relevante optar por uma outra, uma vez que todas trazem grandes contribuições conceituais. Na verdade, resulta mais proveitoso tomá-las conjunta e simultaneamente, uma vez que não são conflitantes. Pode resultar dessa apropriação conjunta uma resposta às necessidades de se compreender, na atualidade, a região.

Pode-se acrescentar que existem variações localizadas, ou seja, situações nas quais uma ou outra concepção seja mais adequada. Indo um pouco mais além, existem situações em que outros fatores concorrem para a formação do conjunto regional, como a evolução histórica e/ou as condições do meio natural.

Os estudos regionais recuperam o específico dos estudos corológicos próprios da geografia clássica, recolocando-o em um novo contexto no qual se pode compreender o quadro regional como um processo que resulta da ação de múltiplos agentes — assim a região é uma construção social. Constituem construções territoriais que são, em sua essência sociais, conforme afirma Claval (1973:333):

As construções territoriais aparecem como essencialmente sociais: não são apenas função da tecnologia e do domínio do meio ecológico. Traduzem, em sua geometria e seu dinamismo, as propriedades do sistema de relações sociais e escalas de valor que a fundamentam. Nesse sentido, a geografia social não é somente um aspecto da geografia regional: ela é o seu princípio.
(tradução nossa)

Dessa forma, a Geografia pode assumir o papel social e intelectual de demonstrar como é esta prática social que cria territórios, que por sua vez

revelam diferentes arranjos, ou seja, regiões. Parte-se da constatação de que se vê inicialmente em um espaço dado, uma paisagem, e esta, enquanto conceito é, apenas e unicamente, o que se vê, nada além disso. Nesse sentido olhar a paisagem, é um "olhar de longe" (Marié,1986). Enquanto conceito geográfico, este é o seu conteúdo — a paisagem é o que se vê em um momento dado. Indo mais além, a paisagem é o momento atual, embora carregue a história cristalizada de outros momentos, mas isto é o que permaneceu, é o duradouro. Aqui há um fato importante, o que permaneceu tem sentido na atualidade com uso redefinido ou incorporado em um novo contexto.

Percebe-se aqui a importância de compreender o território enquanto uma manifestação natural e, ao mesmo tempo, uma construção dos homens à medida que o uso do território vai se definindo e representando um papel no processo de formação da produção

A despeito de abordagem distante, a paisagem pode se tornar científica por duas razões (Marié,1986: 146): 1) a posição do observador do território dos outros, que o obriga a construir o seu próprio território, resultado do esforço de compreender uma sociedade; 2) existe necessariamente uma distância entre a realidade local a ser descoberta e o olhar do pesquisador e este não pode deixar se envolver pelo que encontrar. Daí, o mergulho na paisagem e aí, aos poucos, enquanto objeto de análise, ela deixa de ser paisagem para o pesquisador.

Desta forma, a paisagem é um ponto de partida (Santos,1996:30) para a pesquisa geográfica, considerada em diferentes escalas, diante da necessidade de se fazer recortes, seja em nível micro ou macro, do espaço metodologicamente falando. Uma porção que pode ser observada na escala de um olhar humano ou outras porções que necessitem de outros recursos que potencializem o olhar. Ou ainda, pode ser uma "imagem" representada e congelada.

As paisagens são então o todo observável que, num primeiro olhar, não é possível classificar, destrinchar ou compreender. É necessário o aprofundamento da análise e aí está o sentido da geografia.

revelam diferentes arranjos, ou seja, regiões. Parte-se da constatação de que se vê inicialmente em um espaço dado, uma paisagem, e esta, enquanto conceito é, apenas e unicamente, o que se vê, nada além disso. Nesse sentido olhar a paisagem, é um "*olhar de longe*" (Marié,1986). Enquanto conceito geográfico, este é o seu conteúdo — a paisagem é o que se vê em um momento dado. Indo mais além, a paisagem é o momento atual, embora carregue a história cristalizada de outros momentos, mas isto é o que permaneceu, é o duradouro. Aqui há um fato importante, o que permaneceu tem sentido na atualidade com uso redefinido ou incorporado em um novo contexto.

Percebe-se aqui a importância de compreender o território enquanto uma manifestação natural e, ao mesmo tempo, uma construção dos homens à medida que o uso do território vai se definindo e representando um papel no processo de formação da produção

A despeito de abordagem distante, a paisagem pode se tornar científica por duas razões (Marié,1986: 146): 1) a posição do observador do território dos outros, que o obriga a construir o seu próprio território, resultado do esforço de compreender uma sociedade; 2) existe necessariamente uma distância entre a realidade local a ser descoberta e o olhar do pesquisador e este não pode deixar se envolver pelo que encontrar. Daí, o mergulho na paisagem e aí, aos poucos, enquanto objeto de análise, ela deixa de ser paisagem para o pesquisador.

Desta forma, a paisagem é um ponto de partida (Santos,1996:30) para a pesquisa geográfica, considerada em diferentes escalas, diante da necessidade de se fazer recortes, seja em nível micro ou macro, do espaço metodologicamente falando. Uma porção que pode ser observada na escala de um olhar humano ou outras porções que necessitem de outros recursos que potencializem o olhar. Ou ainda, pode ser uma "imagem" representada e congelada.

As paisagens são então o todo observável que, num primeiro olhar, não é possível classificar, destrinchar ou compreender. É necessário o aprofundamento da análise e aí está o sentido da geografia.

A observação, enquanto parte integrante do método regional de Vidal de La Blache foi explicada por Gomes (1996: 209-210) como :

a tradição das narrativas de viagens e das descrições regionais se encontram incorporada em sua construção científica. A premissa fundamental residia na necessidade de começar pela observação direta.

[...] Pela reunião de elementos na observação, é possível estabelecer entre eles relações explicativas ou perceber as relações entre suas recíprocas variações. Dessa maneira, observa-se os fenômenos encadeados, o que aliás, é uma idéia muito cara ao pensamento de Vidal. Assim para cada região existe um movimento particular resultante das combinações múltiplas entre os elementos que a compõem .

Diante disto, procurar "olhar" para um território, aproximar-se do empírico de um lugar ou lugares que resultam em paisagens, é o caminho para se compreender um organização. Uma das facetas deste processo pode ser observada numa parte do território goiano (na forma de uma região), uma vez que, historicamente, Goiás oferece uma excelente base empírica para se compreender facetas do processo de organização do território no Brasil³³, diante das inúmeras etapas de inserção desta área na economia nacional _ através da mineração, da pecuária extensiva tradicional, da agricultura de subsistência, da pecuária de corte e, por fim, através de uma agricultura comercial voltada para a exportação. No momento atual, prevalece uma intensa modernização dos processos produtivos, alocados neste território, em estreita ligação com os centros hegemônicos, resultando em múltiplos processos de rearranjos ou de redefinição de regiões, internamente.

Na atualidade, o território assume novos papéis, a partir do que se pode chamar de recomposição territorial, uma vez que a economia de uma determinada área local é o resultado complexo da combinação de sucessivos papéis, no contexto da divisão social do trabalho, resultante de novas combinações e de distribuição espacial desigual, daí surgindo novas formações regionais. O que há de novo no território contemporâneo que necessita ser apreendido? O sistema atual de acumulação tem desencadeado,

na organização geográfica, a valorização de diferenças locais, que podem ser compreendidas como qualidades de um lugar. Estas qualidades podem ser da ordem dos homens (por exemplo, mão de obra asiática), tecnológicas (vale do silício e tecnopolos), concentração de capital (grandes metrópoles), ou naturais (condições oferecidas pelo meio), como podem também resultarem em diferentes combinações dessas qualidades.

Disto resultam diferenças espaciais, cuja principal característica talvez seja hoje, a de não serem autônomas. As diferenças entre os lugares, antes do contexto atual, manifestavam-se não só territorialmente, mas também pela relativa autonomia que continham.

Essa autonomia desaparece, uma vez que na interpretação de Santos (1993: 5)

aumentou a necessidade de complementação entre os lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, as formas produtos, a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos.

Os lugares continuam a ter uma posição geográfica, possuem dicotomias e rupturas como cidade/campo ou centro/periferia. Deve ainda ser considerado que estas axialidades perderam sua proeminência diante da revolução dos transportes e telecomunicações. Mas, definitivamente, não perderam a função. Algumas áreas continuam aptas a determinadas funções, mesmo diante do efeito nebuloso dos limites atuais. A igualização dos processos produtivos não reduziu as diferenças; em alguns casos, até as reforçou, principalmente em áreas em que as condições oferecidas pelo meio são ainda fundamentais, sem ser determinantes. Parafraseando Marangoni, para quem o meio natural não é indeterminado mas também não é só determinante, para algumas atividades como, o extrativismo vegetal, mineral, a pecuária de corte, a agricultura, as condições do meio têm um papel relevante.

Para os geógrafos, o estudo do específico constitui-se numa forma própria de abordagem do real, principalmente nos estudos regionais. Num

³³ Em Lobato (1994:7) encontra-se a seguinte reflexão: "O Brasil, neste sentido, apresenta-se como um

novo contexto epistemológico, esta abordagem pode ser recuperada, considerando-se que as diferenças atuais resultam de processos no qual agem múltiplos agentes — é uma construção social. No seu limite, isto pode explicar a prática social de criar regiões.

Assim é possível detectar que, apesar do caráter avassalador e aparentemente igualizador da expansão capitalista, ainda há relações contraditórias fazendo com que as forças locais ou seja, os homens, a natureza, os desequilíbrios acabem interagindo positiva ou negativamente. Do ponto de vista da avaliação, pode variar a observação, originando-se deste processo rearranjos ou metamorfoses que desencadearão combinações múltiplas. Esta compreensão não é nova para a Geografia, o novo é dar conta desta multiplicidade de formas e funções, sob uma outra roupagem, suficientemente clara e pertinente e sobretudo que faça sentido para o momento atual.

Ao optar por uma abordagem regional nesta pesquisa, levou-se em conta inicialmente a tradição, o reconhecimento e uma identificação externa já dada, ou seja, existe, no senso comum de Goiás, a tradição de atribuir à enfocada região — Vão do Paranã— algumas qualidades que parecem ser únicas. Atributos de um lugar, como "é um sertão bravo", "é um fim de mundo", um "corredor de miséria". Daí que a escolha ou definição de limites do objeto teve, como primeira aproximação, este reconhecimento que é externo ao lugar.

Partiu-se então para uma fundamentação embasada do ponto de vista meramente da forma natural, e constatou-se uma configuração peculiar, uma particularidade determinada por uma combinação de processos naturais pretéritos. Assim a depressão, as escarpas de serra, a dinâmica fluvial e as formações vegetais, resultantes formam um ambiente diferenciado. Um espaço que só de se observar, permite perceber sua individualidade. No princípio, foi complicado definir claramente os limites definitivos, diante do pouco conhecimento ou vivência com a região. Após alguns contatos com ela, e sobretudo, após a remontagem histórica, chegou-se à definição proposta.

Uma questão fundamental a ser respeitada e encarada como uma definição *a priori*, é a dos limites municipais e estaduais. Mas à medida que a

análise aprofundou-se, tornou-se claro que os limites municipais acompanham as formas naturais mais relevantes. Um única exceção é o extremo sul de Flores de Goiás, que contém em seus limites, apenas uma pequena parte da Chapada de Paracatu. No mais, os municípios estão circunscritos a uma determinada paisagem, como se estivessem agasalhados nela.

O recorte histórico foi fundamental para dar conta da sutileza do arranjo territorial, à medida que se admite que o território municipal é uma construção que contém história; neste caso, tem tudo a ver com as condições naturais, ou seja, sua ocupação tem muito a ver com as condições naturais do lugar. Assim o que foi experimentado tem a ver com o processo de reconhecimento de uma combinação de fatos, formas, conteúdos, dinâmicas e relações que se materializaram espacialmente em diferentes momentos em um mesmo lugar. Daí assemelhar-se ao conceito de região cultural, resultante de um longo desenrolar histórico.

Esta abordagem de região e da Geografia tal como está aqui sendo considerada vai de encontro ao que salienta Platt (1996:7):

a geografia cultural assume seu lugar [...] não como um tema vago ou separado, mas como uma parte integrante e bem concebida de toda a geografia humana, não contribuindo apenas com a adição de elemento tempo numa seqüência de ocupação, mas como dimensão do processo cultural num padrão dinâmico da ação humana na terra.

concordo Pode também aproximar-se da concepção natural de região, que é considerada por alguns como tradicional, porém sem ser sinônimo de "estar superado". Parece ser este um problema epistemológico sério da Geografia. Abandonam-se, descartam-se, deixam-se de lado os conceitos sem proceder uma revisão do que significam. Alguns rótulos parecem ser suficientes para se abandonar uma concepção — basta tachá-la de tradicional, determinista e conservadora.

O estudo do específico pode constituir-se numa forma de abordagem do real, que, no caso da Geografia, pode ser feito através de estudos regionais. Considerando-se o quadro regional como um processo que resulta da ação de múltiplos agentes, a região é, portanto, uma construção social. Neste caso, a

Geografia pode desempenhar um papel intelectual de demonstrar como é esta prática social de se literalmente criar regiões.

Existindo um processo de formação regional, histórica e culturalmente reconhecido, pode-se ir além da transformação de uma região. Uma região compreendida como uma unidade da diversidade, que se apresenta com uma configuração em determinado momento; não simplesmente como uma área diferente do seu entorno que, segundo Lobato (1994), se reduziria à idéia de singularidade, que é um atributo de um lugar. Entendida desta forma remete à idéia de "*particularidade, isto é, uma mediação entre o Universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal)*" [Lobato, 1994:8].

* A discussão regional, por diferentes vias, está associada a um discurso político e de poder; por isso foi e ainda é considerada um instrumento geopolítico. Desta forma, diante das críticas, a Geografia perdeu um pouco o potencial explicativo que já teve. Será possível encontrar uma outra forma de enxergar a região? Como um recurso para se compreender o espaço, no qual se isolam partes do todo, com coerência, unidade e particularidade? Por onde se pode enxergar esta coerência? Lançando mão da história, das condições naturais, dos processos econômicos e sociais aí desenvolvidos. Ao final, obter-se-á o conhecimento de um dinâmica espacial, numa parte de um espaço, ou seja, numa região.

Uma das possibilidades do estudo geográfico reside na percepção das diferenças espaciais, seja no nível micro ou macro. A possibilidade de percepção da diferença inclui a Geografia como uma ciência fundamental para a compreensão do mundo atual, já que através dela é possível uma aguda percepção espacial.

A percepção das diferenças é também objeto de outras ciências em outros níveis de análise. Mas existe uma especificidade, referente às diferenças espaciais, visíveis imediatamente, através de uma sucessão de um mosaico de paisagens. É obvio que esta visibilidade aparente não é suficiente para explicar a paisagem. Daí a necessidade de uma metodologia, dentre elas a regional. Os mosaicos precisam ser compreendidos no que têm de particular, para situá-los num contexto global. Desta forma, retoma-se a concepção

clássica de mosaicos, só que articulados num contexto amplo. Eles não se explicam por si só.

Conforme assinala Castro (1994:160),

cada recorte espacial é pertinente, porque continente de unidade de concepção, que colocam em evidencia relações, fenômenos, fatos, como um modo de aproximação do real.[...] Nessa aproximação há uma fragmentação apenas aparente, na qual cada objeto percebido possui o mesmo valor, porque cada um faz parte do conjunto do qual ele se destaca, apenas como uma projeção particular.

Finalmente pode-se concluir estas reflexões, considerando, como J. Brunhes (1962), que o enfoque regional deve ser o coroamento e não o princípio de uma investigação, à medida em que os critérios para construir uma delimitação regional derivam de parâmetros ditados pelo que foi efetivamente observado. Assim, é o Vão do Paranã — uma região, um recorte deliberado, um mosaico, que, no momento atual, apresenta visibilidade instigante.

REGIAO DE FLORES DE GOIAS



10 km

SEGUNDA PARTE
DO PASSADO AO PRESENTE : A FORMAÇÃO DE
UMA REGIÃO

O geógrafo contempla uma paisagem e procura explicá-la. Sabe que este objeto, verdadeira obra de arte, é o resultado de uma longa elaboração, que foi moldado ao longo das eras pela ação coletiva do grupo social instalado neste espaço e que continua a transformá-la.

G. Duby.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO VÃO DO PARANÃ

1. A ocupação do Nordeste de Goiás

A região do Vão do Paranã é parte de uma área mais ampla, conhecida tradicionalmente em Goiás como "Nordeste Goiano", que apresenta desde há muito características de pobreza e miséria, aliadas a uma dinâmica ambiental tida como problemática, estação seca muito longa, áreas de relevo alto, solos pobres em sua maior parte, bem como extensas áreas de cerrado, que até pouco tempo não representavam atrativo, senão um empecilho à utilização econômica. A expressão "Nordeste", quer significar não só a posição geográfica da região, mas também identificação e relação com o Nordeste Brasileiro. Ou seja, tão pobre, carente e árido quanto este, um sertão. A imagem criada deste conjunto regional está, sem dúvida, associada à experiência histórica de conquista do oeste do Brasil e mais diretamente à imagem de grande parte do sertão histórico, o nordestino.

Conforme salienta Amado (1995:64):

A imagem mais persistente do sertão é de uma área remota, isolada, árida e fracassada, sem lei ou ordem, uma terra de ninguém, um fim de mundo. [...] pois grande parte do sertão toda a sua parte nordestina — está localizada nas áreas semi-áridas, onde a maioria da população vive em estado de pobreza absoluta.

Esta região, tida como um sertão é assim descrita por Bernardo Élis (1979: 55 e seguintes)³⁴:

No deserto sem fim, as cidades e povoados são minúsculas ilhas distantes umas das outras dezenas de léguas. Os sítios ou fazendas, quando existem, são como navios perdidos no ermo.

³⁴ A descrição figura no romance *O Tronco*, cujo tema é um fato ocorrido em Arraias, localizada no Nordeste Goiano.

Para todos os lados galopa o oceano da campina, da floresta ou do cerrado, por onde as estradas são tortuosos e indecisos riscos meio apagados na poeira e na lama [...]

O sertão é triste e feio em julho, as queimadas borrando o céu de fumaça, a vegetação já amarelecida, crestada pelo sol e pelo fogo, as árvores despidas de suas folhas pelo rigor da seca.

E assim avançava a comissão pelo sertão belo e terrível.

Esta imagem de sertão está indelevelmente associada à região, com todos os adjetivos a ela atribuídos, conforme se percebe no trecho descrito acima. O imaginário coletivo encarregar-se-á de perpetuar isto, até que se rompa de alguma forma, seu isolamento.

Antes da divisão do Estado³⁵, o Nordeste goiano formou um grande conjunto alongado situado grosso modo, entre a margem direita do rio Tocantins e a Serra Geral de Goiás. Com a divisão, e tendo em vista as suas peculiaridades no contexto de uma nova territorialidade, amplia-se a diferença passando a ser a *única região pobre*, destoando do resto do Estado. O sul de Goiás (abaixo do paralelo 13), que constitui o território do Estado de Goiás atual, é também o espaço mais equipado, aparelhado com uma rede urbana e atividades econômicas plenamente integradas ao contexto amplo do centro-sul. Assim, a parte do "Nordeste Goiano" que permaneceu integrado ao Estado de Goiás, continua a ser reconhecida por sua especificidade original, ou seja pobre, carente de quase tudo, enfim um problema, um "corredor da miséria", expressão comumente utilizada pelo governo, imprensa, políticos, como também, pelos habitantes locais ao se referirem à região. Um problema, um sertão.

É neste contexto, do qual não há como se desligar, que está localizado o Vão do Paranã. Uma parte do Nordeste Goiano, cujos problemas são acentuados, a mais pobre de uma região pobre. Uma região que se diferencia do contexto circundante pela sua forma natural predominante, a depressão do Vão do Paranã e pelas condições humanas nela presentes. Aqui, cumpre destacar uma analogia com as características naturais desta região feitas pelo

³⁵ O Estado de Goiás foi dividido efetivamente em 1989, na altura do paralelo 13, formando o Estado do Tocantins.

senso comum³⁶, ou seja, o Vão do Paranã constitui-se em uma forma alongada no sentido norte-sul, como um corredor espremido entre alinhamentos elevados de serras e chapadões; ao mesmo tempo, é rebaixado, um "buraco", as profundezas de um espaço. Carente e pobre, estas áreas rebaixadas, ou mais precisamente, as depressões, foram consideradas no passado não muito distante, desfavoráveis à ocupação devido à insalubridade que as caracterizam. Os planaltos foram os preferidos no que se refere à ocupação do território no Brasil em outros momentos³⁷, como durante a mineração e, posteriormente com a agricultura que buscava áreas de mata, de terra boa.

Este contexto regional não foi sempre assim. Ao acompanhar o desenvolvimento de sua história, chama a atenção o fato de no século XVIII ter se constituído numa das áreas economicamente mais importantes do Estado, senão a mais, relacionada à criação de gado. Portanto, a recorrência a estes fatos e sobretudo as referências mais amplas acontecidas na região em torno do Vão do Paranã são fundamentais para se compreender a Geografia atual desta região.

Assim, esta área tradicionalmente conhecida como Nordeste de Goiás e que é provavelmente, no Estado, a que guarda e mantém especificidade e identidade locais mais preservadas até o presente, constitui-se em uma autêntica região histórica no sentido da homogeneidade e permanência dos elementos responsáveis pela realidade regional, a despeito das influências exercidas por Brasília e de outros processos que estruturaram o espaço goiano ao redor dela.

O Nordeste Goiano corresponde à parte do território que, desde o princípio da colonização foi caracterizado pela administração colonial como as

³⁶ Esta analogia deve ser considerada como resultantes da identificações feitas com o meio natural, ou seja a forma, gerando uma associação com as condições do homem. Este fato é muito comum na região e merece ser considerado como geográfico uma vez que parece ser uma forma empírica de ligar o homem à natureza, ou mesmo de associar as interações possíveis do homem com a natureza.

³⁷ - Em Goiás, a região da Depressão do Araguaia, despertou pouco interesse nos séculos XVIII e XIX, devido às condições desfavoráveis, apesar das tentativas oficiais de colonizar tais áreas com os presídios (forma de colonização implementada no século. XIX). Na década de 50 deste século com a expansão da pecuária comercial pelo sul de Goiás e posteriormente para o norte, buscando novos espaços amplos o suficiente para abrigar pastagens e gado em grande quantidade, é que passa a ser incorporada como uma região economicamente viável. Este assunto foi desenvolvido pela autora em pesquisa anterior, denominada Região da estrada do Boi: Usos e Abusos da Natureza

"Minas do Tocantins"³⁸. Estas minas eram constituídas pelos territórios a leste do rios Tocantins e Maranhão, desde o Distrito Federal até os atuais municípios de Pindorama e Natividade, no Estado do Tocantins. O Nordeste Goiano atual é literalmente, uma parte daquele território, a que se situa dentro do Estado de Goiás. O início de ocupação regional está sem dúvida relacionado com a mineração colonial, mas existem fortes evidências de que aí também se desenvolveu a criação de gado.

Esta atividade, se não foi pioneira, desenvolveu-se pelo menos concomitantemente à economia do ouro. Isto explica-se, conforme concepção de Moreyra (1981), devido à crise do complexo açucareiro a partir do século XVIII, que motivou a expulsão de contingentes populacionais da economia açucareira em decadência. Desta forma, este excedente ampliou o espaço geográfico abrangido pela economia do autoconsumo³⁹, surgida *pari-passu* com o desenvolvimento da crise. Neste contexto, a pecuária passou a exercer uma forte influência sobre os trabalhadores imersos no autoconsumo devido à facilidade de acumulação inicial que podia ser efetuada "*com trabalho de meeiro, no pastoreio de rebanho alheio*".

A tendência para a interiorização da atividade pecuária cristaliza-se rapidamente com a incorporação dos áridos e extensos sertões ao sul do Piauí, que faz fronteira com o Estado da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. A simultaneidade da mineração e da pecuária no território goiano tornou-se perfeitamente plausível devido à estreita relação da pecuária com a economia açucareira, ou seja a decadência desta estimula a expansão da outra, e também das necessidades de alimentos nas áreas de mineração, não só as de Goiás, mas sobretudo as de Minas Gerais, cujo centro abastecedor principal de carne foi a Bahia. No importante estudo de Mafalda P. Zemella (1990:71,130) sobre o abastecimento de Minas Gerais no século XVIII, a autora demonstra a importância da economia baiana para as minas, bem como de áreas adjacentes.

³⁸ Deve-se ressaltar que constitui uma seção do território das minas do Tocantins, que envolve também o Estado do Tocantins.

³⁹ - Este conceito refere-se a uma forma de produção estritamente feita para o consumo, que não é o mesmo que subsistência.

Textualmente demonstra que (1970):

A vida nas minas, nos primeiros anos que sucederam à descoberta, seria praticamente impossível sem os fornecimentos partidos do Recôncavo e das zonas marginais do São Francisco, os quais ofereciam as carnes e as farinhas necessárias ao sustento dos mineradores, assegurando assim a continuidade da indústria extrativa do ouro[...] (p.71)

Cada uma das rotas de ligação com as Gerais apresentou prolongamento, pois que o abastecimento da minas exigiu um formidável esforço de produção do qual participaram regiões remotas do país.(p.130)

Assim o Nordeste Goiano, já na primeira metade do século XVIII, foi acossado pelas penetrações de vaqueiros. Em 1732, surgiram notícias da presença de contrabandistas baianos trazendo tropas de animais carregados de mercadorias e gado⁴⁰. Surgem os arraiais de Flores, como local de pouso e Couros, como centro de comercialização de carnes.

Desde o princípio, a localização de seus arraiais foi espalhada pelo território, uma característica que se deveu às contingências da localização do ouro de aluvião, no caso dos arraiais de ouro. Esta dispersão espacial não correspondeu ao padrão de localização do Século XVIII, como no caso dos núcleos de mineração que eram, via de regra, próximos uns dos outros acompanhando o veio de ouro. Nas regiões mais produtivas das minas goianas, formaram-se estes eixos (Meia Ponte, Corumbá, Pilar, Vila Boa, Crixás, etc). Uma outra contingência foram as rotas de comunicação e comércio com o norte de Minas, o oeste da Bahia e Pernambuco. Desde então e até hoje, a presença permanente das populações destes Estados na região determinou uma ocupação muito mais intensa do que em outras áreas do Estado de Goiás, no passado.

A história do ouro, nesta região, está ligada principalmente à fase ou período no qual predominou a extração de veios d'água e de jazidas à flor da terra e ao longo dos rios. Desde a descoberta do ouro em 1725 até por volta

⁴⁰ MOREYRA, Sérgio P. - Op. Cit.

de 1751, na fase da "capitação"⁴¹, surgiram na região quatro núcleos ligados de uma forma ou de outra à mineração, como Flores (atual Flores de Goiás em 1733, Cavalcante em 1740, Veadeiros (atual Alto Paraíso) em 1750, e São Domingos, no início do século XVIII⁴².

Na segunda fase da mineração em Goiás (1751-1778), que se pode chamar de apogeu da mineração, na qual predomina a extração de veios de água, de uma forma superficial, com uso de técnicas rudimentares, surge na região o arraial Chapéu (atual Monte Alegre) em 1769. Esta fase caracteriza-se pela consolidação do povoamento e assentamento urbano e rural com a construção de prédios nas povoações, imprimindo assim um caráter mais urbanizado às mesmas, nos locais mais promissores à mineração e ao comércio.

A decadência da mineração ocorreu em Goiás a partir de 1778, com a queda da produtividade e nível de rentabilidade, desencadeando-se assim uma deterioração da estrutura econômica e social, diretamente ligada à mineração. Desenvolveu a partir daí uma economia de autoconsumo, ou seja os mineradores passam a desenvolver atividades agrícolas próximas às minas, e mesmo uma agricultura de gêneros destinados aos centros urbanos de Sul e sudeste. Assim é que os registros apontam, nesta região, o cultivo de trigo em Veadeiros (atual Alto Paraíso, fundado pelos idos de 1750) no século XVIII e XIX ⁴³. Em Cavalcante também desenvolveu-se a agricultura no mesmo período.

Em outras partes da região, onde já se havia implantado, a criação de gado persistiu e se intensificou no século XIX, como é o caso do Vão do

⁴¹ Em Goiás o imposto de ouro, o quinto, foi cobrado de duas formas, a capitação e o quinto propriamente dito.. A capitação constitui o fato de que, por temor ao contrabando as autoridades pensaram que era mais fácil ocultar o ouro do que escravos daí determinaram que em vez de pagar pelo ouro extraído se pagaria imposto pelo número de escravos. Este sistema vigorou por 16 anos de 1736 a 1751.

⁴² - As fontes consultadas não são precisas quanto à data do início desta localidade. O certo é que foi criado o Distrito Provincial de São Domingos em 1835, o que supõe uma existência duradoura antes desta data.

⁴³ - A produção de trigo aconteceu numa área da Chapada dos Veadeiros cuja altitude média é de 1400m, com um clima ameno e com temperaturas abaixo da média regional. Atualmente experimenta-se na região o plantio de espécies adequadas a climas temperados. Até há pouco tempo ainda se encontrava ali uma espécie de trigo selvagem, sinal dos tempos idos. Conta-se que o trigo desta região era comercializado com a Bahia e Minas, tendo funcionado inclusive um moinho, sinal de que o trigo saía daí beneficiado. Existe atualmente uma localidade chamada Moinho, onde era beneficiado o trigo.

Paraná, com condições extremamente favoráveis a essa atividade. Depreende-se daí um processo de ruralização que sucedeu a economia aurífera, não significando necessariamente, uma estagnação econômica, seja de Goiás ou da região em questão. A dinâmica econômica persistiu desenvolvendo-se, só não será mais tão visível.

Dessa forma na região em questão, o Nordeste Goiano, desenvolveram-se ainda, concomitante com a mineração, outras atividades como a agricultura e a pecuária, nas áreas fronteiriças com a Bahia e Minas Gerais. Mas no final do século XVIII a pecuária expandiu-se como atividade econômica alternativa nesta região, embora já fosse significativa desde o início do século.

A partir daí, a região conheceu um movimento importante no seu povoamento no século XIX com um "*avanço demográfico da zona rural do nordeste goiano, impulsionado pelos currais da Bahia*" (Tiballi, 1991: 94)⁴⁴. Esta ocupação durante o século passado na região, deu-se fundamentalmente ligada à pecuária, que a transformou na região de maior importância econômica da Província de Goiás, na primeira metade do século XIX, com um comércio voltado para a Bahia, que era na época, o segundo centro comercial mais expressivo da colônia, baseado na economia pastoril.

A pecuária funcionou então com uma atividade de suporte permanente para os homens nessa região e, a despeito da exaustão das minas e do ouro ela não perde sua dinâmica. Este fato deveu-se à proximidade com os currais da Bahia e a presença de pastagens naturais. Daí resultou uma intensa comercialização com o mercado baiano e nordestino, que, diga-se de passagem, era o mais importante da época, e um conseqüente aumento demográfico, principalmente a partir da década de 20 do mesmo século.

Apesar da importância econômica regional que assumiu com a pecuária, a região do nordeste goiano sentiu os efeitos da crise e estagnação da economia nordestina, o principal mercado para sua produção, com a transferência do centro econômico colonial da lavoura açucareira para a cafeicultura. Deslocou-se assim o eixo dinâmico da economia para o Sudeste

⁴⁴ - Conforme afirma a pesquisadora, no século XIX Goiás conhecerá três importantes movimentos populacionais um dos quais foi verificada no Nordeste Goiano. O segundo é o processo de ruralização

do Brasil em detrimento da lavoura açucareira; deslocamento esse que afetou a região, uma vez que o seu mercado potencial era a Bahia, Pernambuco e norte de Minas. A ligação com o sul de Goiás e Sul de Minas Gerais era muito frágil, o que resultou num isolamento dos pontos mais dinâmicos economicamente, naquele momento.

Depois disto a região Nordeste, embora continuasse a produzir gado na forma tradicional para o mercado, permaneceu como um "grande sertão", até o final da década de 50, neste século. A partir daí, a implantação de Brasília criou condições para novas penetrações, principalmente a partir de Formosa⁴⁵, Sítio D'Abadia, Iaciara, com atividades agropecuárias e a partir de São João D'Aliança, onde tem início a moderna exploração mineral na área.

O isolamento desta região deveu-se a fatores ligados à dinâmica do mercado nacional, que se redefiniu em meados do século XIX, alterando portanto, a demanda pelo gado nela produzido. Por outro lado, a ausência de formas de ligação com o sul do Estado impediu que nesta região se fizesse sentir, a partir da década de 30, deste século, a força e impulso de integração emanados da política da "Marcha para o Oeste". Em suma, naquele momento não havia fatores atrativos, seja de caráter natural ou puramente econômico, que justificassem ações no momento da expansão para o oeste. A região permaneceu isolada do mercado regional, ou no mínimo, com uma ligação muito tênue, até a segunda metade deste século, o que significou um aprofundamento, a longo prazo, das condições de pobreza e miséria.

Este foi o traço característico desta região desde que as políticas desenvolvimentistas do período JK passaram a ser implementadas no território brasileiro e especialmente em Goiás. Sua abertura a novos impulsos evidenciaram dentre outros fatores, no processo de organização do território, a criação, na década de 50, de nada menos que oito municípios⁴⁶, sendo que a

depois da decadência da mineração e o terceiro, a partir de 1870, com o crescimento demográfico do sudeste e centro-sul.

⁴⁵- O município de Formosa, antigo Couros), não se localiza na região aqui considerada como nordeste goiano, mas mantém com ela uma estreita ligação, pois funcionou durante muito tempo como cidade "boca de sertão". Além de ter sido fundada no século XVIII, já ligada à atividade mineratória (era um registro) e posteriormente no século XIX, insere-se na atividade que passou a ser dominante regionalmente, a criação de gado.

⁴⁶- Os municípios criados são: Campos Belos (1953), Alto Paraíso (1953), São João D'Aliança (1953), Divinópolis (1958), Damianópolis (1958), Nova Roma (1958), Manbai (1958) e Iaciara (1958).

maior parte deles eram antigos distritos ou vilas, que foram emancipados. No início da década de 60, são criados mais três municípios⁴⁷, consolidando pois, a tendência desencadeada com a proximidade de Brasília.

Estas ações revelam que uma nova organização espacial estruturou-se, apesar de ter alterado muito pouco as condições sociais vigentes na maior parte da região, e permaneceram até o final da década de 80 com muitos destes problemas ainda insolúveis. O Nordeste Goiano é ainda uma área marginal e pouco integrada aos mecanismos econômicos e sociais vigentes no Sul e mesmo no Norte do Estado.

A preocupação com estas áreas marginais ensejou inúmeros programas e projetos de desenvolvimento regional, e notadamente para esta região foram elaborados um sem número deles, sem aplicação efetiva, desde o Governo Mauro Borges (1961-1964) até os mais recentes. Vale ressaltar, que no início da década de 80, propõe-se um programa de desenvolvimento que pretendia atingir uma porção considerável da região, envolvendo os municípios de Alto Paraíso, Cavalcante, Campos Belos, São João da Aliança, Monte Alegre e Niquelândia. Foram feitos inúmeros investimentos em infra-estrutura básica transportes, energia e infra-estrutura urbana, como também algumas ações ligadas ao desenvolvimento agrário e setor mineral. Nesta fase foram criados mais três municípios, o de Colinas do Sul e Teresina de Goiás (1988) no eixo da mineração, e o de Simolândia (1988) às margens da BR-020, próximo a Bahia. É possível identificar atualmente na região duas sub-áreas ligadas a articulações econômicas distintas. Uma que se estruturou ao longo da BR-010, voltada para a exploração mineral e agrícola, nas áreas mais elevadas da Chapada do Veadeiros. A outra, mais recente, ao longo do Vão do Paranã e Serra Geral de Goiás, sob influência da BR-020, voltada para a pecuária de manejo semi-intensivo, com o aproveitamento das pastagens naturais existentes, ao lado de um intenso processo de formação de pastagens nas áreas de mata.

⁴⁷ - Os municípios são: o de Alvorada do Norte às margens da BR-020, portanto de implantação recente; Flores de Goiás que foi recriado, pois sua origem remonta aos idos do século XVIII, e chegou a ser cabeça de julgado no século XIX, e perdeu esta condição com o isolamento da região até meados deste século; Guarani de Goiás que também já existia como vilas desde o séc. XIX.

Uma parte desta, a do Vão do Paranã, localizada a leste na divisa com a Bahia, permaneceu até meados da década de 80 praticamente sem investimentos em infra-estrutura ou de qualquer outro tipo, embora tenha sido objeto de muitos estudos visando principalmente à agricultura irrigada.

2. A Ocupação do Vão do Paranã

Diante da ausência de uma história regional, a partir de fragmentos foi possível traçar um esboço da formação do Vão do Paranã. Considere-se que, além do caráter disperso e fragmentário dos registros históricos em Goiás, a região era pouco atrativa, do ponto de vista histórico dos grandes feitos. Aparentemente nada aconteceu aí que pudesse ser considerado de importância — não conheceu grandes conflitos, nem uma urbanização expressiva havia, pouco ouro, ausência de estradas importantes, enfim uma história sem atrativos, funcionando até muito recentemente como uma periferia da periferia, um autêntico sertão.

Por isso mesmo é importante começar por esta aparente desimportância (ou pequena importância), por que é talvez nela que se encontrará a construção de uma identidade regional, que provavelmente tornou esta região⁴⁸ do Estado de Goiás singular. Deve-se buscar compreender as transformações no momento atual, no qual estão se gestando, se definindo, numa convivência ainda muito evidente de formas espaciais antigas com as mais recentes.

Compreender o particular, no sentido de que os espaços se organizam diferentemente, conforme se dão combinações peculiares, é pertinência da Geografia; recompor ou traçar o esboço de uma reconstituição histórica, é vital

⁴⁸- O Vão do Paranã é uma parte do que se convencionou chamar de Nordeste Goiano, que em seu conjunto apresenta características bem semelhantes, tendo sido considerado historicamente como um autêntico sertão, esta relação já foi explicitada no item anterior.

para entender geograficamente o espaço. É possível fazê-lo através de uma leitura geográfica da História goiana.

Uma das possibilidades oferecidas pelas fontes históricas é, a partir delas, poder interpretar e assim imaginar o desenrolar de um processo, sem contudo poder afirmar categoricamente a verdade a partir de evidências, haja vista que os registros são tênues e a distância temporal acentua ainda mais essa limitação.

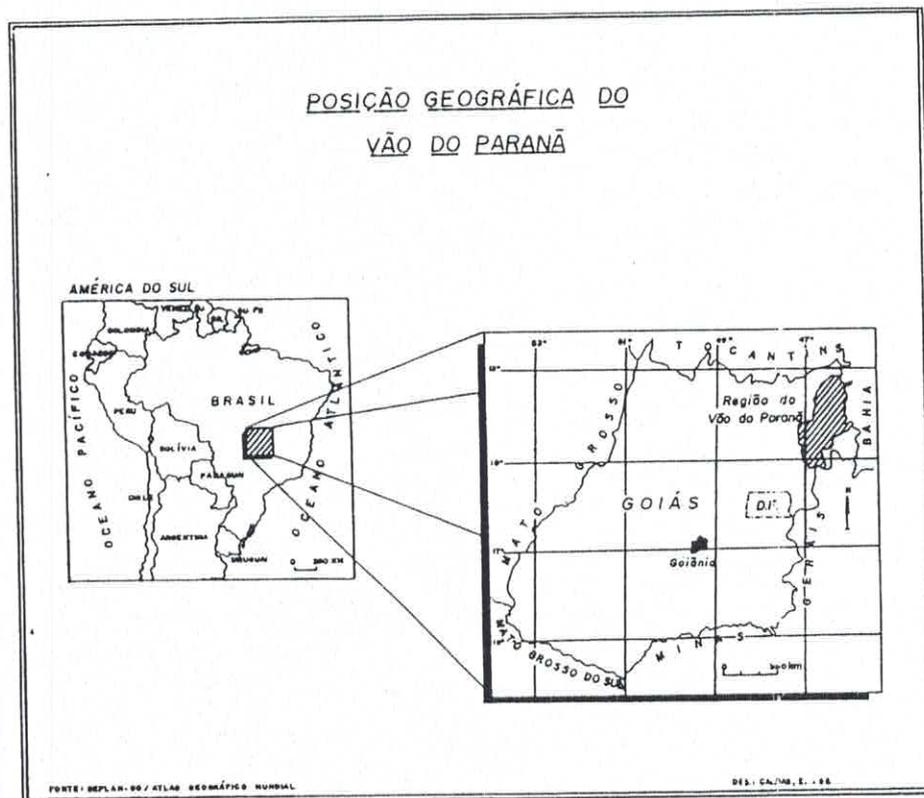


Figura 5. Posição Geográfica da Região do Vão do Paraná

O intrigante e estimulante desde o início desta pesquisa, principalmente após percorrer a região, é o fato de, como e por quê, teria o homem se embrenhado por esta região. É claro que esta pergunta é pertinente a muitas outras regiões do Brasil, e para cada uma delas se encontrará uma resposta, principalmente nos fatos ocorridos neste século, como a expansão das frentes pioneiras, por exemplo. O Vão do Paraná foi uma área que começou a ser

desvendada já no século XVIII, na esteira da busca do ouro, ao longo de seus rios, que nem são muitos e nem foram frutíferos na produção de ouro⁴⁹. Este é um dado vital, aí não havia ouro, pelo menos em quantidade suficiente para justificar uma ocupação mais intensiva.

O que se desenvolveu então nos séculos XVIII e XIX, numa região que oferecia possibilidades do ponto de vista da natureza? Por um lado, imensos Chapadões cujas bordas formavam serras com um relevo difícil e uma cobertura vegetal às vezes florestada, às vezes com cerrados; e por outro, vastas áreas rebaixadas com planícies aluviais inundáveis com vegetação florestada e gramíneas formando imensas pastagens naturais. Nem é necessário fazer muito esforço para imaginar para que serviria uma área que não tinha ouro; com toda a certeza, para a pecuária.

Abre-se aqui um parêntese, para esboçar a idéia de que esta área se constituía em um espaço, que, funcionava como uma "ilha", passível de se articular com outros espaços no território brasileiro em formação. Esta articulação nos séculos XVIII e XIX era um fato, se constituía como regra e não exceção, em termos da organização territorial do Brasil.

Tomando como base a origem das povoações e vilas surgidas na região nos séculos XVIII e XIX, apenas Flores e São Domingos relacionam-se de uma certa forma com a mineração, constituindo-se em núcleos básicos, por terem sido os primeiros. Os outros núcleos, como Posse, Iaciara, Guarani e Divinópolis derivarão desses embriões iniciais, mas já nitidamente impulsionados pela pecuária e pela migração maciça de baianos⁵⁰ que, sem sombra de dúvida, constituem os primeiros habitantes desta área, seja através de escravos e ex-escravos buscando refúgio nas zonas mais protegidas do Vão do Paranã⁵¹, seja de criadores de gado em busca de terras livres com pastagens naturais, seja de trabalhadores em busca de trabalho.

⁴⁹ - Excetuando a exploração aurífera ocorrida no Rio São Domingos, que mesmo assim nem foi de grande monta tanto que nem aparece nas estatísticas oficiais. Portanto, não se pode afirmar o quanto foi produzido e o que isto representou naquele momento. O fato é que a cidade em si não guarda nenhum vestígio de opulência, como ocorreu em outros centros auríferos de Goiás.

⁵⁰ - Aqui permanece uma dúvida, pois parece haver uma generalização, ou seja, baiano é uma designação que se aplica a todos os nordestinos que migram para a região.

⁵¹ - A população de Flores de Goiás é ainda hoje constituída em sua maioria por negros, o que na concepção de Palacin (1996:6) nada tem a ver com os remanescentes de quilombos, mas com a o avanço secular das frentes criadoras de gado, que ligou Goiás ao grande ciclo dos criadores do São Francisco. O

O que aconteceu neste espaço ilhado é uma das múltiplas facetas do processo de ocupação do território brasileiro, que se liga de uma forma muito estreita à expansão da pecuária tradicional, a partir do Nordeste, num momento específico, o da decadência da economia acucareira, provavelmente devido à crise desencadeada pelas secas sucessivas do século XVIII. A área de Goiás, limítrofe com a Bahia oferecia não só uma contigüidade espacial, mas também as pastagens naturais. Era portanto uma alternativa viável, ao ponto de ser esta região confundida e fortemente identificada com o Nordeste brasileiro, e assim ser considerada durante muito tempo pelas outras regiões do Estado de Goiás. Tanto do ponto de vista cultural, como pelo abandono administrativo ao qual foi relegada, criou-se uma situação singular. Institucionalmente, era um território inserido nos limites de Goiás, mas cultural e economicamente a sua ligação se dava com a Bahia⁵². Apesar disto não se pode afirmar que se repetiu aqui a mesma organização espacial e social da Bahia; em Goiás, provavelmente devido à especificidade de combinações locais ou regionais, a transposição não é automática e repetitiva, ela engendra outros arranjos que se refletem espacial e socialmente.

Um outro ponto a ressaltar é que este território provavelmente se constituía num autêntico vazio demográfico, pois, segundo os estudos arqueológicos feitos até agora, não existiu nação indígena de grande expressão assentada na região, a não ser um pequeno agrupamento de Akroá nas proximidades de São Domingos. Pode também ter abrigado grupos indígenas que foram empurrados do litoral para o interior. Conforme afirma Bertran (1994: 33), teriam existido grupos Tupis e Jês na Serra Geral de Goiás segundo pesquisas em sítios arqueológicos que atestam a presença de artefatos desse grupos. E ainda, um outro grupo, os Teriminó, oriundos do

seu argumento baseia no fato de que a população branca diminuiu em Goiás. O censo de 1808 revela que a população branca em Goiás era minoria (14%) e no norte de Goiás era ainda menor (7%). Um arraial de pretos não era anomalia, mas sim uma regra nos séculos XVIII e XIX. A questão levantada pelo pesquisador é a de compreender porque a homogeneidade racial de Flores conservou sua condição inalterada até nossos dias, um resíduo visual dos tempos passados (Palacim: 1986; 6).

⁵²- Na análise de Orlando Valverde sobre a Pecuária Tradicional no Brasil (Estudos de Geografia Agrária Brasileira, Vozes, 1985.), aponta no sec. XIX três zonas de criação principais, o sertão do Nordeste, o sul de Minas Gerais e as planícies e planaltos do Sul. Ele considera a pecuária goiana como secundária. Provavelmente não se atentou para o fato, de que nestas regiões de Goiás a pecuária se desenvolve como contígua à do nordeste.

Espírito Santo aldeados pelos jesuítas, que chegaram até o rio Paranã e cabeceiras do Tocantins, apossados pelos bandeirantes paulistas. A expulsão do índio do litoral para o interior foi comum no período colonial. No Oeste da Bahia, margem esquerda do São Francisco este processo foi uma regra, e pode-se supor que no Vão do Paranã também tenha ocorrido este fato. As áreas afastadas e menos integradas teriam funcionado como refúgio, até que uma nova onda os empurrasse para diante.

Os vestígios arqueológicos mais importantes, encontrados no Vale do Paranã são do período arcaico no final do Paleoíndio⁵³, no qual populações utilizavam os abrigos naturais de maneira instável e tinham com a alimentação baseada na coleta. Na região do Paranã, a ocorrência de relevo cárstico, deve ter sido propícia a estas populações, com suas grutas e lajedos, onde existem vestígios, como pegadas de animais e pinturas rupestres com motivos geométricos.

Pode-se afirmar que a ocupação e povoamento da região está sem dúvida intimamente relacionada aos processos desenvolvidos no Nordeste e sobretudo na Bahia. Os registros existentes demonstram que faz parte do contexto da pecuária baiana e com ela se articula e dela depende. Esta ligação intrínseca explica-se pelo fato de que os primeiros colonizadores da região são originários da área do São Francisco e vieram com o gado, uma vez que não oferecia ouro em quantidade, embora tenha sido percorrida pelos bandeirantes na sua busca.

Vasculhando-se o significado da paisagem nos relatos históricos mais recuados no tempo, encontra-se no relato de Silva E Souza (1812:10,11), a descrição do itinerário percorrido por Bartolomeu Bueno (o filho), na busca do ouro no Rio Vermelho, onde foi fundado posteriormente o arraial de Sant'Anna, (Vila Boa, atual Cidade de Goiás). Neste percurso descrito com detalhes, a bandeira atravessou a região hoje conhecida como Mato Grosso Goiano e chegou até o rio Paranã.

O trecho destacado é o seguinte:

⁵³- Conforme pesquisas realizadas pelo Projeto Bacia do Paranã, do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, coordenado por Iluska Simonsen. A publicação dos resultados deu-se em 1977 pelo Museu Antropológico da UFG.

Cedeu enfim Bartolomeu Bueno, e retrocedeu com toda a comitiva a procurar o sítio de Goiás, que lhe parecia fugir às suas diligências; mas atravessando as suas vizinhanças, sem as conhecer, procurando os primeiros arranchamentos onde tinha plantado, traspassou todo o cordão de Mato Grosso e se alongou até o rio Paraná⁽¹⁾, de onde todo se julgou perdido, vendo vestígios de gado, que se conheceu depois de ter-se transmalhado das margens do Rio S. Francisco, já então povoados de paulistas que se tinham retirado das Gerais (2), [...]

(1) Paraná⁵⁴ se chama não só o rio, mas o sertão de oitenta léguas que existe entre serras, povoadas de fazendas de gado, e mais acomodação para a criação

(2) Os paulistas por morte de D. Rodrigo, que se propunha a descobrir as esmeraldas, se retiraram para as margens do Rio S. Francisco, e se estabeleceram em fazendas de gado.

Este relato demonstra que no final do século XVII, isto é a partir de 1725, iniciou-se a exploração do ouro em Goiás. Na região já existia criação de gado, embora os dados não sejam suficientes para afirmar categoricamente acerca de povoamento.

O gado no Paranã antecipou-se, conforme este relato, à bandeira de Anhanguera. Efetivamente não se dispõe de uma documentação mais eficiente e comprobatória deste fato, mas Moreyra (1983) é categórico ao afirmar que a presença do gado nesta região data, pelo menos, da primeira década da mineração, portanto da década de 30 do século XVIII. O historiador de Goiás, Pe. Luiz Palacin (1986: 4) afirma, num ensaio sobre Flores de Goiás que: *"a fundação do arraial de Flores em 1740 pressupõe uma ocupação prévia da região pelas fazendas de criação."*

Em um outro documento, Henrique Silva (1917/1982: 29) reconstitui o roteiro do bandeirante Urbano do Couto em 1728, e, quando aponta um local de grande ocorrência de ouro, um eldorado que nunca foi encontrado, encontra-se uma descrição do Vão do Paranã:

⁵⁴ A grafia do Rio Paranã nos documentos históricos dos séculos 17, 18 e 19 aparece como rio Paraná, provavelmente decorrente do fato de que o alto curso deste rio também era conhecido e descrito como Paranatinga (rio Branco), no trecho próximo à Formosa. Em documentos do final do século 19 e início do 20 aparece a grafia de Paranan. Esta grafia de Paranã é portanto recente. No documento *Corographia Histórica da Província de Goiás*, de Raymundo José da Cunha Mattos, reeditado e atualizado em 1979, o

Irão os meus novos bandeirantes dessas minas americanas, pela picada da Bahia que vai para Goyaz, ao lugar mais alto da terra ⁵⁵, de onde emanam quatro ribeirões, dos quaes ficarão intitulados as suas cabeceiras, estas as principaes do rio Preto, no arraial de Couros, São Bartholomeu, Paranan e Maranhão: nesta altura vão tres lagoas em carreira em campina clara;[...]

Estas observações revelam um olhar do alto com informações bastante precisas, e já se tem aqui uma impressão do Vão do Paranã.

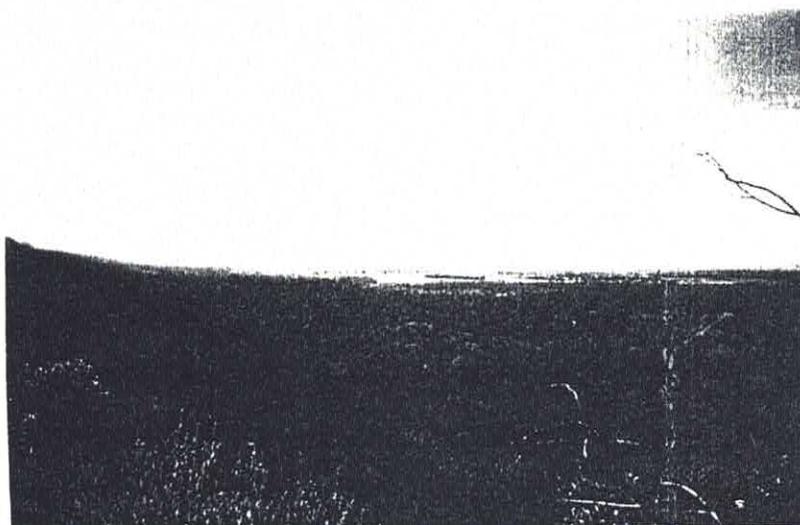


Foto 32. Visão do Vão do Paranã a partir da Serra Geral do Paranã

O pesquisador Bertran (1994: 60), comenta acerca de um documento, um requerimento⁵⁶ por parte de fazendeiros oriundos do Rio São Francisco das grandes casas latifundiárias, a da Torre e da Ponte, que colonizaram o Nordeste e principalmente o Rio São Francisco. Na petição de 1740, os moradores das Terras Novas, após incursões anteriores, solicitam terras no Vale do Tocantins, e especificamente no baixo curso do rio Paranã.

nome do Rio Paranã hoje conhecido com esta grafia, aparece como Rio Paraná. Resta saber em que momento mudou esta grafia e porquê. Paraná na língua Tupi significa "semelhante ao mar".

⁵⁵ - Comparando este texto com as informações atuais, tudo indica que este "lugar mais alto" provavelmente o ponto de observação seja as escarpas da Chapada de Paracatu que margeiam o Vão do Paranã pelo sul, próximo à cidade de Formosa (antiga Couros) localizada bem na entrada do Vão, onde se localiza o salto do Itiquira.

Neste trecho, Bertran afirma:

Eis aqui posto nas cartas dos moradores das "Terras Novas"⁵⁷, que impulsionados pelo rendoso comércio com as recém-descobertas Minas gerais, os fazendeiros do São Francisco, secundados pelos latifundiários da Casa da Torre dos Garcia d'Ávila, transpuseram a já conquistada Serra Geral, em uma profunda investida sobre o rio Palma, em pleno vale do Tocantins. Se até estas paragens chegaram em tão recuada época, é lícito supor que tenha se tresmalhado gado sobre os pastos naturais do Alto Paranã.

O alto Paranã corresponde à região enfocada neste estudo, e portanto seguramente no século XVIII, já tinha sido percorrida e de alguma forma apropriada, com sesmarias. Os registros de sesmarias na ribeira do Paranã atestam que o povoamento também se iniciou no século XVIII; Flores foi fundada em 1740.

A concessão de sesmarias nesta região e na do São Francisco estava relacionada com o política da Metrópole de preservar as zonas de mineração e abastecê-las. A idéia era a de criar um "cinturão pecuarista" (Zamella:1990) em torno das áreas de mineração. As terras em sesmarias foram distribuídas com o fim precípua de instalar currais. O Vão do Paranã localizava-se entre a zona de mineração de Minas Gerais e a de Goiás, portanto numa localização privilegiada, podendo daí abastecer uma e outra.

As sesmarias, em regiões como as sertões de Goiás, funcionaram como um instrumento de apropriação de terras, principalmente fora das zonas de mineração, onde com a ausência de legislação eficaz, este processo corria solto, propiciando a formação de imensos latifúndios como os da Casa da Torre e da Ponte na Bahia. Estas casas latifundiárias estenderão sua influência até Goiás, na região do Paranã. Os textos destas sesmarias revelam o destino que se dariam aquelas terras, a criação de gado. E por que o Paranã? O Vão do Paranã formava uma verdadeira "ilha" adequada ao

⁵⁶ Este documento está contido em RIHGB, Edição comemorativa do IV Centenário de São Paulo, p.326.

⁵⁷ Terras Novas referiam-se à região dos rios da Palma e baixo Paranã. O Rio Palma é afluente da margem direita do Paranã, na altura de Conceição do Norte (Estado do Tocantins), já bem próximo a barra do Paranã, no rio Tocantins. É uma área próxima à divisa de Goiás com a Bahia, mas mais ao norte da região enfocada nesta pesquisa.

criatório, circundada por serras que limitavam o desenvolvimento da agricultura.

Pesquisa realizada por Bertran (1994: 99) demonstra que existiram pelo menos sete fazendas na ribeira do Paranã em 1775, que teriam pertencido a João Fernandes Ribeiro, do Distrito de Diamantina (Morgado de Grijó), resultado de compras e transações comerciais feitas por ele. As fazendas já resultavam da junção de várias sesmarias, e devem ter se formado grandes latifúndios no Paranã, ainda no século 18.

Bertran descreve trechos dos registros das primeiras sesmarias fundadoras de Formosa e arredores. Uma delas, de 1739, de um certo Manuel d'Almeida, é assim descrita:

Umhas terras no districto de S. Bartolomeu, correndo pelo rio Paranã acima até a serra do Campinho que vai para bandeirinha, e de outra parte com a fazenda do Buraco e pela parte de baixo com a fazenda dos Crixaes fazendo pilão no meio da fazenda onde já tem seus curraes[...]Umhas terras na paragem chamada o Buraco nas cabeceiras do Paranã que corre pelas forquillas até a serra do Bezerra e faz extrema no ribeirão dos Crixaes e pela outra parte com a fazenda de S. Bartolomeu.

Na busca de relatos e referências históricas, encontrou-se o texto de Cunha Mattos, elaborado por volta de 1824, que apresenta descrições sobre a região, em que se ressalta a sua especificidade, do ponto de vista da natureza, em relação a outras, do Estado de Goiás. Considera-se importante apresentar aqui como um documento histórico e sobretudo geográfico, pois revela que, com o passar do tempo se torna mais sistemático e preciso o conhecimento sobre a região. O autor foi um militar e deputado por Goiás, que percorreu o território goiano, com o objetivo de fazer um levantamento completo da vida local, para ser enviado ao imperador.

Na descrição das povoações existentes na região, quando de sua passagem, revelam a sua visão do espaço, como o do Arraial de Flores :

Está situada na margem direita do rio Paraná na latitude de 13 graus e 42 minutos meridionais, na longitude de [...] graus e [...] minutos em terreno muito plano, próximo a cinco grandes lagoas que lançam miasmas pútridos, que

corrompem a atmosfera e reduzem o arraial a um dos mais doentios do universo (Cunha Mattos, 1824:123).

O arraial de Santa Rosa, que existiu perto de Flores, lhe parece como local “ *mais aprazível, uma meia légua do rio Paraim*”.

Do arraial de São Domingos destaca que:

Assentado em terreno plano junto à margem esquerda do rio S.Domingos, que nasce na serra geral ...Pouco distante deste arraial e próximo à serra está uma pirâmide de pedra a que dão o nome de Moleque, terá talvez 50 braças de altura. Quase todos os rios deste distrito passam por cavernas subterrâneas de pedra calcárea.” (*id. Ibid.:124-125*).

Percebe-se, nestas descrições, um juízo crítico sobre as condições ambientais da região, classificando-as como difíceis e inadequadas à vida. Depreende-se que a partir de um determinado momento a constatação das condições insalubres emergirão nos discursos sobre a região, pois nos relatos anteriores, eram ressaltadas as boas condições, sobretudo para criar gado. No século XIX, as referências negativas serão comuns.

Um registro expressivo e mais científico realizado no final do século XIX, está contido no chamado Relatório Cruls⁵⁸. A comissão do mesmo nome, percorreu a parte sul da região considerada, uma vez que o seu objetivo era detectar o melhor “lugar” para assentar a nova capital do país. E, pelas observações encontradas, este deveria ser numa região elevada, o que não correspondia propriamente à morfologia do Vão do Paranã. Percebe-se nestes relatos uma certa forma de preconceito contra a região, tal como nos trechos:

Esse ponto elevado⁵⁹ domina o valle do Paranan cujo aspecto é realmente extranho devido às suas escarpas vertentes que ahi se reuñem. É sensivelmente Norte a orientação geral do valle (1894. 93).

⁵⁸- O Relatório condensa as informações da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo astrônomo Luiz Cruls em viagens de reconhecimento ao sítio onde seria erigida a Nova Capital, realizada em 1892. O documento foi reeditado em 1987 pela CODEFLAN, Brasília.

⁵⁹- Serra de São Pedro, próxima à Formosa

Em outra parte do relatório, percebe-se que a observação prende-se a comparações feitas com outras regiões percorridas por eles, como as de Pirenópolis, consideradas mais "saudáveis" e adequadas à vida humana, em comparação ao Vão do Paranã.

É certo que um outro ponto é menos salubre, como sejam uma parte do Vão do Paranan, no vertice NE da zona, com uma extensão de 30 kilometros quadrados, e o rio Verde, sujeito às emanações febris no tempo das águas.(1894:166)

Em todos os relatos feitos pelos membros da Comissão aparecem esta rejeição ao lugar, como no de Tasso Fragoso.

não posso fazer um estudo comparativo, nem mesmo aventurar qualquer argumento em favor do percurso da linha (linha férrea) pela Chapada dos Veadeiros, com o fim de evitar o mais possível o aterrador Vão do Paranan, cujas condições de salubridade são pouco recomendáveis(1894:166).

Vale a pena destacar uma contradição muito evidente sobre a forma como os diferentes membros da Comissão viam a depressão do Paranã, como nessa passagem escrita pelo médico Antonio Pimentel (1892: 242):

O começo do mal afamado Vão do Paranan em que acha o vértice NE da área, é perfeitamente salubre como a Comissão verificou, e como palustre só existe na imaginação do ignorante ou alguns dos muitos infundados preconceitos populares, tão abundantes em quasi todos, senão em todos os logares atrazados.

Ainda no relato de Tasso Fragoso, encontra-se uma descrição de Vão, essa conformação morfológica que parece ocorrer só em Goiás e, especificamente, nestas paragens goianas.

Na sua interpretação :

o plateau goyano [...] se vae expandindo para o Sul, para o Oriente e para o Occidente, em ondulações suaves e pequenas variações de altitude [...],quasi bruscamente se quebra para o Norte, apresentando uma nova topographia de

terreno, por cujas grandes depressões as aguas do plateau se precipitam em uma só ou várias quedas. Não há certamente um goyano d'essas zonas que não tenha se apercebido d'esse contraste. É comum ouvir-os dizer, quando fallam de viajar para o Norte, que vão descer o Vão- de tal ou tal rio-, que é a pallavra com que designam as depressões a que nos referimos. O Vão do Paranan de uma lado e a cachoeira do Itiquira do outro , são os exemplos mais característicos d'essas particularidades (1892: 166).

Estes pesquisadores objetivam verificar condições que viabilizassem as comunicações com o local escolhido, então apontam prováveis percursos de linhas férreas e avaliam as possibilidades de navegação dos rios e só neste ponto específico encontram alguma vantagem no Rio Paraná, que, na opinião do médico Antônio Pimentel (membro da Comissão), formava um bonito e bem delineado vale, com curso brando e sem obstáculos à navegação, tal como o do Rio Araguaia.

As referências às atividades pecuárias, praticadas na região encontram-se apenas no relato do médico Antônio Pimentel (1892:253), quando analisa um tipo de erva venenosa da região, a tangaraca ou erva do rato, que provocava a morte de animais:

Tão grande estrago produz a herva no Estado de Goyas que o gado exportado do Vão do Paranan em numero de 30 a 40.000 rezes por anno, perde cerca de 3.000, isto é, 10%, mais ou menos, segundo as informações que na Formosa me foram ministradas por um dos principaes criadores do Vão.

Desses registros do passado é possível ter já uma 'imagem' da região, com os limites do momento. O mais importante a extrair desses relatos é a constatação de que esta área já estava efetivamente sendo percorrida, dando-se a conhecer, devido às atividades que aí então se desenvolviam.

Uma descrição do cenário natural, produzida a partir de recursos técnicos já disponíveis, auxiliará na compreensão não só do processo de ocupação pretérita e atual, e poderá explicar porque ela foi e é tão adequada para a pecuária, da mesma forma que pode levar a especular sobre o uso atual. E no futuro, a que servirá?

Este é o objeto do próximo capítulo

CAPÍTULO II

A PECUÁRIA TRADICIONAL - A NATUREZA E O HOMEM

1. A Natureza: os diferentes ambientes existentes na região

Tornou-se conveniente uma descrição do ambiente natural do Vão do Paranã que avance sobre uma percepção meramente empírica, uma vez que através da análise realizada, as condições do meio desempenharam papel fundamental na ocupação inicial da região. Diante disto, compreender à luz das informações atuais este meio, parece conveniente e indispensável, não só para entender melhor a história regional e sua formação, mas também a organização atual da região. O meio natural é o fio permanente que une os três séculos de história regional. Como se fosse um círculo, a ocupação inicial fez-se com a pecuária, devido às condições naturais, e hoje, permanece a pecuária como elemento vetor da intensificação da ocupação.

Em outros tempos, a Geografia possuía conceitos precisos que abarcavam explicações da organização que o homem imprimia ao espaço, como o de *gênero de vida*⁶⁰, segundo o qual a interrelação do homem com o seu meio resulta em um modo de vida único, próprio do lugar de uma situação de um momento — único impar. A transformação do meio natural pela obra humana é a própria essência da Geografia⁶¹. Daí que compreender o meio é fundamental na compreensão de transformações em uma região.

Por que surge a preocupação de fazer uma descrição do meio natural na região em pauta? Esta é uma questão que começa a reaparecer como nos

⁶⁰ - Este conceito cunhado por Vidal de la Blache, já não tem hoje a precisão e o potencial explicativo que teve, mas deve ser reconhecida sua função para a ciência geográfica moderna. Atualmente a percepção da relação linear homem-meio não tem mais o mesmo potencial explicativo devido às complexas relações que regem a sociedade atual. Mas, apesar disso, a concepção de espaço incorpora esta relação linear, uma vez que não prescinde e nem elimina o meio como base territorial das ações humanas, o meio não é determinante é parte de um processo.

⁶¹ - Sobre a contribuição de La Blache ver o estudo feito por Gomes (1996)

trabalhos geográficos mais recentes, e que provavelmente se liga às novas abordagens do fato geográfico.

A idéia é então apresentar a paisagem natural da região como ela deveria ser antes da ocupação humana, na forma intensiva e sistemática que acontece, a partir de um momento, mais precisamente durante a década de 80, com as novas atividades nela implementadas. Neste sentido, esta reconstrução tem um objetivo histórico preciso, ou seja, demarcar o antes e o depois e, conseqüentemente, compreender as maneiras com as quais os homens vêm modificando a paisagem através do tempo. Um tempo curto e acelerado, que nas condições atuais, provoca modificações intensas, o que requer também uma nova forma para compreendê-las e retê-las.

A região, considerada em seu conjunto como um fato geográfico, tem um critério evolutivo que pode ser perceptível conforme a escala com que se trabalhe. Obter uma imagem clara das condições vigentes em um momento e lugar e ao mesmo tempo compreender a sua dinâmica e conseqüência, torna-se conveniente ao se buscar a compreensão geográfica de um tempo e lugar, aqui compreendidos como inseparáveis.

O tempo da análise é o atual, mas considerando que as estruturas físicas e naturais mudam mais lentamente, e que as alterações na região ainda não são muito profundas, pode-se perfeitamente considerar tanto para o passado como para o presente a forma natural que se descreverá.

Esta descrição baseia-se na análise feita pelo IBGE em 1989, sobre o conjunto regional chamado de Nordeste Goiano, destinado a servir de base para um plano de desenvolvimento regional a ser implantado. A metodologia de análise privilegiou o diagnóstico que avaliasse o potencial da região para práticas agropecuárias, e assim, realizou-se estudo detalhado dos solos.

Procurou-se, ao utilizar a análise do IBGE como referência principal, focar o sentido de dinâmica ambiental e principalmente de ambientes que formam individualidades, já que este aspecto salta aos olhos na região.

Descrever a dinâmica de um meio ambiente para quem não o vivencia, mas tem a possibilidade de poder abordá-lo através de um aporte técnico adequado, o referencial de ciências naturais parece ser adequado. É impossível fugir dessa decorrência, considerada positivista por alguns, diante da necessidade de análise de um meio geográfico, no qual o papel e função do meio são preponderantes, pois o meio é uma forma e como tal constitui-se de partes e elementos concretos e visíveis, e que não devem ser seccionados, pelo menos enquanto análise geográfica. Como fazê-lo, sem cair numa descrição mecanicista, que não oferece uma visão do real — parece ser um dilema que acompanha a Geografia.

As características do meio são características únicas, ou combinações únicas que se materializam num dado lugar, e que num dado tempo podem ter usos diferenciados, e mais do que isso, é o próprio lugar⁶², a despeito de certas ocorrências gerais e leis gerais pelas quais se podem compreender o meio físico em qualquer lugar do mundo. As combinações locais podem ser mais ou menos marcantes, ter elementos que provocam um impacto maior, mas de qualquer forma tem-se uma configuração que é singular, que tal como está, não se repete em outro lugar. Daí que a explicação das singularidades pode e deve ser feita a partir de elementos capazes de particularizar ou de dar conta das particularidades, sem ser apenas um mero recurso descritivo.

A singularidade da região é dada por diferentes ambientes, ou meio geográficos diversos, que apresentam diferentes possibilidades de usos. Estes meios geográficos diversos são muito bem caracterizados e explicados através de uma classificação feita pelo IBGE, através de metodologia própria ou básica para o tipo de trabalho que realiza no território brasileiro.

A região do Vão do Paranã apresenta meios diversos passíveis de serem classificados, daí a pertinência de utilizar a classificação elaborada pelo IBGE, que são os meios geográficos visíveis em diferentes escalas de observação — a imagem de satélite, o mapeamento sistemático ou a

⁶² - O lugar traz em sua caracterização seja mental ou material, a configuração do seu meio, tanto o já dado pela natureza como os arranjos decorrentes de sua utilização.

observação de campo. Pode-se classificá-la contudo um fim em si mesmo ou uma síntese definitiva⁶³, mas por que de alguma forma, fornece uma "aproximação" com uma compartimentação de uma realidade geográfica. Daí o recurso de utilizar a classificação de Geossistemas proposta pelo IBGE⁶⁴, cuja delimitação expressa no mapa a seguir, foi sistematizada dentro de uma concepção mais ampla dos grandes domínios naturais e de uma forma hierarquizada.

A concepção de geossistemas, uma espécie de taxionomia da paisagem, permitiu elaborar, a partir da superposição de um máximo de unidades, uma unidade média, a síntese,

Conforme afirma Bertrand (1971: 9)

existem para ordem de fenômenos "início de manifestação" e de "extinção" e por eles pode-se legitimar a delimitação sistemática das paisagens em unidades hierarquizadas.

Geossistema é então uma escala desta hierarquia, mais precisamente uma escala de Região⁶⁵, que no caso seriam 4: a do Chapadão Central, a dos Patamares do Chapadão Central, Vão do Paranã e Faixas Aluviais.

Deve ser considerado que este trabalho realizado pelo IBGE teve como objetivo o Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Nordeste Goiano, consistindo em um

levantamento integrado e regional dos recursos naturais....objetivando fornecer subsídios para uma política de ocupação territorial que aproveite de modo racional seus recursos (IBGE, 1995:13).

A metodologia adotada fundamenta-se nos trabalhos desenvolvidos por Silva(1987), SEPLAN-MS/IBGE (1989) e IPEA-SC/IBGE(1990), trabalhos estes

⁶³ Diante da acelerada transformação pela qual a região tem passado é lícito supor que os geossistemas aqui considerados possam apresentar transformações de tal monta que os descaracterize completamente dentro de pouco tempo, como antigamente se falava do Mato Grosso Goiano, do qual hoje só restam vestígios.

⁶⁴ O mapa de geossistemas da região do Vão do paranã expressa a delimitação dessa classificação (ver figura 6)

também voltados para atender às necessidades do planejamento governamental e com princípios fundamentados

"na teoria dos Sistemas, conduzindo ao estudo das relações de interdependência existentes entre os componentes do meio natural, para atingir o conhecimento de seu funcionamento (IBGE, 1995: 13)."

Daí resulta uma divisão caracterizada pela convergência de semelhança dos seus componentes físicos e bióticos considerados como geossistemas ou sistemas ambientais, conforme Silva (1987).

Esta convergência de elementos físicos e bióticos, nessa concepção, constitui um complexo geográfico nitidamente definido e principalmente circunscrito. Aí está a principal razão deste recurso analítico que permite compreender situações naturais que formam ambientes diferenciados, que ainda estão circunscritos, e cujos limites são visíveis. Por outro lado há necessidade de compreender a organização regional, cuja base da organização atual se encontra nas condições oferecidas pelo meio.

Nesse sentido os geossistemas, conforme definidos pelo IBGE, explicam muito bem as condições do meio, funcionam como uma forma mais elaborada de caracterizar região natural. Este é o limite desta utilização, pois permite compreender a função histórica da pecuária nesta região, com o mesmo entendimento de Isnard (1982:107)

Se o espaço geográfico deve necessariamente a sua matéria ao espaço natural, também recebe da sociedade a finalidade e a informação, quer dizer, analisa os elementos que devem concorrer para a realização das intenções humanas.

As condições internas da região, dissecadas e classificadas, conduziram à constatação de peculiaridades cujo principal sinal é o uso que se tem dado aos diferentes geossistemas. Permitiu também respaldar uma

⁶⁵ - Esta proposta de hierarquização compõe-se de uma compreensão da seguinte ordem: Zona (1ª. Grandeza); Domínio (2ª. Grandeza) e Região (3ª. e 4ª. Grandezas)

percepção empírica, visual, das diferenças internas e dos usos também diferentes, a despeito de uma dinâmica única a mover a ocupação da região.

A forma como se dão as interrelações entre os diferentes ambientes, em cada época do ano, varia conforme as necessidades de pastoreio; o gado muda de um tipo de pasto para outro, é a transumância. O que se tentou fazer foi compreender um pouco mais os ambientes, sem que seja necessário incorporar toda a extensão complexa e polêmica da teoria de sistemas. Ao se constatar os diferentes arranjos internos, percebeu-se a necessidade de classificá-los, e compreendê-los enquanto parte de um todo. Nesse sentido, o geossistema não elimina o todo, mas pressupõe um conjunto de fatores que interagem e se combinam num determinado lugar. Está se chamando de Geossistema, uma vez que a denominação original é esta, uma concepção teórica claramente definida, e que se adequou às necessidades do trabalho em questão.

Estas unidades estão descritas abaixo, baseadas na referência produzida pelo IBGE(1995).

a) O Geossistema Cárstico-Pelítico Guarani de Goiás-Divinópolis, estende-se de forma paralela ao anterior desde o município de Guarani até São Domingos, com altitudes que variam entre 600 e 800 metros. O traço marcante deste geossistema é a dominância dos modelados de dissolução, esculpindo relevos ruiformes em rochas calcáreas. O relevo cárstico está em formato de corredores e rampas dissecadas de topos convexos e tabulares desenvolvidos em rochas do grupo Babui.

O sumidouros típicos de relevo cárstico originaram grutas como as de Terra Ronca no Ribeirão Lapa e a Angélica, no ribeirão do mesmo nome. Estas grutas representam um sítio arqueológico, que não foi ainda pesquisado com rigor. As ressurgências aparecem na terminação ocidental do relevo cárstico.

A rochas são do grupo Bambui, com sedimentos da Formação Urucuia e rochas do Complexo Goiano. Apresenta ainda uma seqüência Vulcano-Sedimentar de São Domingos, Tonalito São Domingos e Granodiorito São José. Os solos dominantes são os Latossolos Vermelho-Amarelos,

Podzólicos, Cambissolos, Areias Quatzozas e Litólicos. Ocorrem também afloramentos de rochas calcárias.

Sobre esta base física, desenvolve-se uma vegetação dominante de Floresta Estacional Decidual, seguida por uma Savana Arbórea dENSA e, finalmente a Savana Arbórea Aberta. A ocupação e uso destas áreas tem sido feita para pastagem, seja natural ou plantada, manchas de vegetação secundária (sinais de exploração) do tipo capoeira, extrativismo vegetal (aroeira) e ainda agricultura de subsistência. Deve ser ressaltado que neste geossistema existe uma enorme reserva de calcário com um grande potencial, que é explorado em Divinópolis e São Domingos.

b) Num quase prolongamento do geossistema anterior, o Geossistema Pelítico Cárstico Alvorada do Norte-Damianópolis-Guarani de Goiás, localizado mais ao sul da região em cotas altimétricas (Patamares de Chapadão) de 500 a 600 metros, estendendo-se do município de Guarani de Goiás até as escarpas da chapada do Paracatu. Formou-se em litologias do Grupo Bambuí e os solos resultantes são os Latossolos Vermelho-Amarelo, Podzólicos, Cambissolos, Areias Quartzozas e solos Litólicos.

Os processos erosivos esculpíram formas tabulares e convexas com trechos planos e drenagem fraca. Os afluentes do rio Paranã com nascentes no sopé da escarpa da Serra Geral, drenaram este geossistema, formando-se também *canyons* e pontes cársticas, sumidouros e ressurgências. Neste, não ocorrem grutas com a dimensão do anterior.

Predominam neste ambiente a Floresta Estacional Decidual e a Savana Arbórea Aberta. A ocupação e uso desse geossistema é muito intensa, em relação aos outros ambientes, com mais de 60% de sua área já tendo sofrido algum tipo de intervenção, seja com pastagens plantadas e vegetação secundária (capoeira), seja com a exploração de madeira e lenha. As pastagens naturais são intensamente utilizadas pela pecuária extensiva e existe um grande potencial mineral para a exploração de calcário.

c) O geossistema Vertente da Serra Geral está localizado entre as escarpas da Serra Geral e os Geossistemas Cárstico-pelítico e Pelítico.Cárstico, desenvolvendo-se no sentido longitudinal, com altitudes de

500 a 600 metros. Constitui uma área deprimida entre o sopé da escarpa da Serra Geral e os relevos cársticos, ou seja constitui um contato estratigráfico entre sedimentos da Formação Urucuia e as do Grupo Bambuí. Os solos dominantes são Latossolos Vermelho-Amarelos, Cambissolos, Areias Quartzozas e Litólicos.

A vegetação dominante é de Savana Arbórea Aberta e Parque, com algumas manchas de Floresta Estacional Decidual. O uso predominante é para o pastoreio, em ambientes naturais, com pouca pastagem plantada e tem se intensificado a utilização da vegetação de savana para a produção de carvão.

Os três geossistemas descritos são os que formam o relevo mais elevado e mais acidentado do conjunto regional, que se alongam a partir da Serra Geral de Goiás. O grupo a seguir forma os relevos baixos e planos do Vão do Paranã propriamente dito.

d) O geossistema Vão do Paranã Norte é drenado pelos baixos cursos dos rios Manso, São Domingos e Água Quente, afluentes do Paranã, cujas nascentes estão localizadas nas bordas da Serra Geral (Geossistema Vertentes da Serra Geral). Os cursos d'água que nascem na área são temporários. A altitude varia entre 400 e 500 metros, num relevo plano, com pouco desnível (máximo de 20 metros), com formas tabulares.

O substrato rochoso é representado pelo grupo Bambuí, subgrupo Paraopebas que apresenta uma seqüência de calcários e dolomitos com lentes de rochas pelíticas. Os solos são basicamente do tipo Latossolo (Vermelho-Escuro e Vermelho-Amarelo), os Podzólico Vermelho-Escuro, Cambissolos, solos Litólicos, Petroplínticos, Plintossolos e afloramentos rochosos.

A vegetação é diversificada e sua principal dominância são os encraves florestais e savânicos, que estão intimamente associados ou em correlações com diversificação de solos. Este ambiente é ocupado de uma forma intensa com a pastagem plantada e natural, numa pecuária de manejo intensivo. A exploração madeireira — extração de aroeira é também freqüente, bem como alguma agricultura de subsistência. Existe também um grande potencial de calcários dolomíticos, explorado ao norte da cidade de Iaciara.

e) O Geossistema Vão do Paranã Sul apresenta a característica marcante de possuir áreas de *acumulação inundáveis, representadas por pequenas depressões fechadas, abaciadas, com ou sem água e antigos vales preenchidos com material arenoso e argilo-siltoso*"(1995.88) .

O relevo é plano com declives pouco acentuados, de 0 a 3% . Esta formação encontra-se encaixada entre as áreas de relevo cárstico (Geossistema Cárstico-Pelítico e Pelítico-Cárstico) e a Serra Geral do Paranã, localizada à margem esquerda do Rio Paranã.

As rochas são do Grupo Bambuí e sub-gupo Paraopebas, com cobertura Dendrítico-Lateríticas e areias Holocênicas. Os solos são Latossolos (Vermelho-Escuro e Vermelho-Amarelo, Cambissolos, Plintossolos, Areias Quartzozas, solos Litólicos, Petroplínticos e afloramentos rochosos.

Predomina, na maior parte da área, a vegetação savânica em diversas formas, mas principalmente a Arbórea Aberta (campo cerrado), com a ocorrência de Floresta Estacional Semidecidual Submontana . A ocupação efetou-se também com a pecuária extensiva em pastagens naturais e plantadas, apesar de já terem sido plantadas grandes quantidades de arroz irrigado, próximo a Flores. A extração de madeira, notadamente a aroeira é importante, bem como a lenha para o carvoejamento.

Esse geossistema diferencia-se do anterior pela intensa concentração de coberturas e pela ocorrência de material residual, elúvios e colúvios, possivelmente de idade holocênica.

Assim, diante da percepção de meios geográficos diversos, resta indagar o que há de comum entre eles que justifique uma abordagem regional para um conjunto que pode muito bem ser aleatório sem qualquer interrelação entre as partes. Em primeiro lugar, de comum, há a pecuária, histórica e atualmente praticada nos diferentes ambientes, tanto de campo, como de mata, de pastagens naturais ou plantadas. Em segundo lugar, a exploração madeireira, como a da aroeira, que também ocorre em todos eles. Mais recentemente, pode-se acrescentar a produção de carvão em toda a região, como também a exploração de calcário.

2. A Natureza, a Geografia e a História

A remontagem histórica utilizada até aqui tem permitido, de uma certa forma, a dissecação de uma paisagem que, ao se combinar com o entendimento do funcionamento da natureza, pode tornar possível a apreensão do objeto de uma maneira mais próxima possível do real e, principalmente, do momento atual. Nesse sentido, a remontagem é geográfica, pois o seu rebatimento é territorial. Daí a importância das experiências passadas dos homens neste espaço, uma vez que incorporando-se a ele, passaram a constituir-lo.

A paisagem resultante no Vão do Paranã atualmente é constituída de formas espaciais que são o passado e, ao mesmo tempo, presente; não importa a sua forma atual. Nesse sentido, a paisagem, conforme concepção de Shama (1996: 70) "*é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha*". Embora os registros sejam frágeis, foi possível perceber a imagem histórica atribuída a esta paisagem ao longo do tempo. Esta "imagem" liga-se sem sombra de dúvida à criação de gado, uma variante cultural que se impõe sobre a natureza devido às condições por ela oferecidas.

Estas condições, conforme visão anterior, eram favoráveis ao gado, como poderia ser para outras atividades no presente. Mas, no passado, foi opção para o momento histórico vivido. [Os homens são a "consciência" da natureza, consciência no sentido de pensar e agir sobre ela, resultado da vontade humana de exploração, que pode se manifestar por vezes como dominação e por outras, como interação.]

Até o momento em que persiste a pecuária tradicional no Vão do Paranã, prevalece também uma forma interativa de utilização dos recursos naturais.

A imagem criada sobre a região aparece em um documento histórico, talvez a mais importante descrição de Goiás no século XIX, no qual é evidente o papel representado pelos rios, naquele momento. A descrição é bastante exata no que se refere aos rios e às grandes formas do relevo, o que é

compreensível pois eram os caminhos naturais de acesso à região. O rio Paranã e seus tributários da margem direita constituíram-se, sem sombra de dúvida, nos caminhos para o povoamento da região, tanto no que se refere aos homens, quanto ao gado.

Na descrição de Cunha Mattos (1824:142) os traços naturais da região são assim expressos:

O Rio Paraná, braço meridional do Paranatinga⁶⁶, nasce na face setentrional da serra dos Couros; a sua cabeceira meridional chama-se Itiquira; corre leste-oeste e depois quase norte-sul até o arraial de Flores; recebe pela margem direita, além de vários pequenos córregos: primeiro, o ribeirão de Crixás, pouco ao sul da capela de Mato Grosso, que fica alguma cousa distante da margem direita do Paraná, na latitude de [...] graus; muito mais ao norte fica, segundo, o Rio Paraim ou Praim; nasce na serra Geral, tem mais de trinta léguas de extensão e recebe grandes ribeirões pela direita, nascidos na mesma serra, os quais tendo imensa água no tempo das chuvas, ficam desprovidos dela no tempo que não chove. Distante da margem direita do Paraim uma e meia légua está o pequeno arraial de Santa Rosa⁶⁷, quatorze léguas ao sul, uma e um quarto de sueste do arraial de Flores. Ao norte da foz do Paraim duas e meia léguas está o arraial de Flores, cercado de lagoas que o tornam um dos mais insalubres do universo. Ao norte do arraial de Flores, na distância de duas léguas, entra pela margem direita, terceiro, o rio Macacos: nasce na serra Geral, pouco distante do boqueirão da Almacega, e tem um curso superior a vinte léguas. Ao Norte dos Macacos entra no Paraná pela direita, quarto, o rio Corrente que é formado de três braços principais; o meridional chama-se Santa Maria, o qual é composto, primeiro, do ribeirão do Tremendal; segundo, do ribeirão da gameleira; aquele nasce na serra Geral e este tem origem nos campos de fora, a pouca distância do rio Urucuia, da província de Minas Gerais. O segundo braço do rio Corrente tem este mesmo nome, e é formado pelo ribeirão Taquarembó, Corrente e Córrego Fundo. O terceiro braço é formado pelo rio Vermelho, Riachão, Dores e Buriti. Sobre o córrego de Santa Maria, braço do Corrente, está o registro de Santa Maria. Ao norte do Corrente fica, quinto, o Rio da Prata, composto dos ribeirões da Piracanjuba, S. Pedro, Bezerra e Prata. Segue-se abaixo deste, sexto, o rio da Água-Quente, formado pelos ribeirões da Posse, Água-Quente e José da Silva.

⁶⁶- Paranatinga corresponde ao trecho do atual rio Paranã depois que ele recebe o rio Palma (pela margem direita) até desaguar no Rio Tocantins.

⁶⁷- O arraial de Santa Rosa aqui descrito nunca chegou a se constituir em uma cidade, mas ainda existe como distrito da cidade de Formosa.

Este último serve de limite do julgado de Flores e Arraias; sétimo, o rio de S. Mateus, formado pelos ribeirões da Angélica, Bezerra, S. Vicente e alguns de seus ramos são subterrâneos por largo espaço, no sítio denominado Emparedado, que são grandes montes de pedra calcárea. O rio Arrojado, da província de Pernambuco, nasce pouco distante do Ribeirão da Água Quente.

Ao norte do S. Mateus entra pela direita no Paraná, oitavo, o rio S. Domingos: nasce no boqueirão deste nome, que tem a figura de trompa, na serra Geral, três léguas e meia ao oriente do arraial de S. Domingos. É composto dos rios Galheiro e dos Macaco, de outro Galheiro e de vários córregos que nascem na serra Geral, e do rio Manso, que vem do Norte. O rio S. Domingos nasce de três fontes ou olhos de água, tão volumosos que apenas se unem tomam-no muito considerável. Junto ao arraial tem vinte braças de largura e quatro palmos de fundo. Léguas e meia distante deste lugar entra em uma caverna de pedra calcárea, e sai daí meia légua tão aumentado pelas águas subterrâneas deste distrito, que fica de canoa. Do arraial de S. Domingos à foz do rio, no Paraná, tem dez léguas em linha reta .

Esta descrição, quando confrontada com as informações atuais sobre a região, revelam um grande conhecimento do território, tanto no que se refere à nomenclatura atual quanto às posições de nascentes e do regime climático. Comparando com a descrição atual sobre o Vão, feita pelo IBGE (1990), evidentemente uma abordagem mais técnica, deve ser destacado que, a despeito dos tempos diferentes em que foram produzidas, ambas informam sobre um mesmo lugar e conseguem transmitir uma imagem parecida da região.

Nos trechos seguintes, a interpretação atual e técnica é a seguinte:

Circundado por relevos de planaltos e chapadas, constitui uma região deprimida com altitudes que oscilam entre 400 e 600m, alongada no sentido norte-sul [...] O rio Paraná drena a área comandando o nível de base regional. [...] Posicionado na parte do Vão do Paraná, drenado pelos baixos cursos dos rios manso, São Domingos e Água Quente, com nascentes nas bordas do Chapadão Central. Os curso d'água com nascentes na área, são temporários. Com altitude variável entre 400 e 500 m [...] Ocupando a parte sul do Vão do Paraná, esse geossistema caracteriza-se por apresentar áreas arreicas. As áreas que se estendem entre o rio Paraim a sudoeste e o rio Corrente a norte, são áreas de acumulação inundáveis, representadas por pequenas depressões

fechadas, abaciadas, com ou sem água e antigos vales preenchidos com material arenoso e argiloso-siltoso. (IBGE, 1990: 140; 142;143)

A descrição refere-se ao Vão propriamente dito e revela a interdependência entre o Vão e às áreas da serra e Chapadões, que na descrição do Cunha Mattos já está explicitada, e, por isso mesmo, não há uma distinção rígida entre a serra e o rebaixo do vão.

As áreas elevadas recebem a denominação conforme o IBGE (1990: 133) de Patamares de Chapadão Central e seguem

contornando a borda ocidental do Chapadão central, estendendo-se longitudinalmente de norte a sul. Basculado com mergulhos para leste, resulta do recuo das escarpas do chapadão, recebendo material arenoso coluvionar. Corresponde a uma faixa de relevos que ocupa posição intermediária em relação ao topo do chapadão. Conecta-se com os níveis superiores através de escarpas e rebordos, denotando acentuado trabalho da erosão, isto é evidenciado pela presença de residuais, localizados nas frentes das escarpas. Entre São Domingos e Guarani de Goiás, os calcários do Grupo Bambuí formam relevos ruiformes, sumidouros e grutas,(...) mais ao sul a drenagem provocou erosão diferencial dando origem a canyons, pontes, sumidouros e ressurgências cársticas.

Nessa paisagem, cujos traços naturais são favoráveis, se implantou a pecuária nos moldes tradicionais nas extensas paisagens naturais em diferentes ambientes. De um lado, nas áreas deprimidas e várzeas da margem direita do Paranã, a presença de pastagens naturais constituídas de gramíneas, muito bem drenadas durante o período de secas. De outro lado, nas áreas mais elevadas dos Patamares de Chapadões, também há pastagens naturais, mas essas, no período seco, ofereciam restrições à manutenção do gado, o que era solucionado com a utilização das veredas e seus buritizais, que por serem áreas de nascentes, têm lençol freático muito próximos da superfície, oferecendo sempre gramíneas para pastagens.

O pastoreio, como uma atividade intimamente ligada às condições geográficas, foi um tema muito freqüente entre os geógrafos, principalmente da

escola francesa, na virada do século e primeiras décadas deste⁶⁸. Eles descreveram o pastoreio existente na Europa, como também em outras regiões, dedicando um especial interesse ao sistema de transumância.

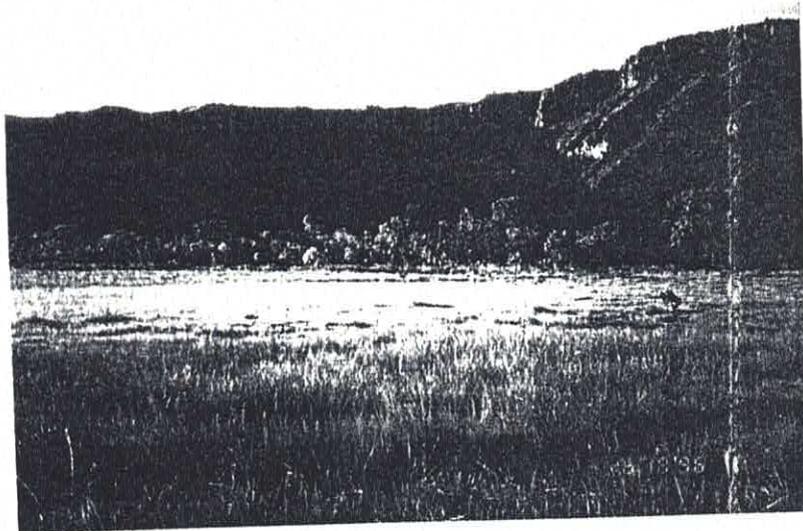


Foto 33 . Pastagem em vereda do Rio São Domingos/Serra geral de Goiás

O geógrafo J. Brunhes (1962: 283), citando um trabalho de P. Deffontaines⁶⁹ (1937), realizado no Brasil, destaca esta característica:

Depois de descrever diversos tipos de nomadismo (da planície para a montanha, mas também da montanha para a planície ou para o litoral) e de ter notado que, em certos casos, deixa-se o gado *subir* para a montanha sem guia nem vigilância, P. DEFFONTAINES chega a formular a si mesmo as seguintes perguntas: " a transumância pastoril observada no Brasil não corresponderia a um estágio embrionário da economia pastoril montanhesa? Não terá sido a primeira exploração pastoril da montanha ditada pelo próprio gado ? Terá o homem criado a transumância de altitude, ou, pelo contrário, terá sido guiado pelo instinto de sus animais domésticos, limitando-se depois, a aperfeiçoar a *técnica* do nomadismo ? Não terão os sistemas extremamente complexos de

⁶⁸ - Ver : DERREAU, Max Tratado de Geografia Humana. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1964.; SORRE, Max. Les Fondements de la Géographie Humaine, Tomo II (Les fondements Techniques), Armand Colim. Paris. 1950.; BRUNHES, Jean. Geografia Humana, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962.

⁶⁹ -DEFFONTAINES, P. Mountain Settlement in the Central Brazilian Plateau (Geog. Ver., XXVII, no. 3, jul. 1937, pág. 394-413, citado por BRUNHES (1962,283).

economia de altitude — que constatamos, por exemplo nos Alpes — passado por uma primeira fase de vida montanhosa natural, como ainda existente nas serras brasileiras.

Sem dúvida alguma, o autor refere-se à área de Goiás (o leste) na qual se alonga a Serra Geral de Goiás, onde foi e, de certa forma, ainda é utilizada essa forma natural de manejo de gado. As áreas mais elevadas da serra funcionavam como alternativa para o pastoreio. Na época das chuvas, o gado usava as zonas de planícies e, na época da seca, as áreas mais elevadas, onde havia a campina —uma espécie de capim agreste e as veredas úmidas. Vale lembrar que nas escarpas da Serra nascem os rios da margem direita do Paraná.

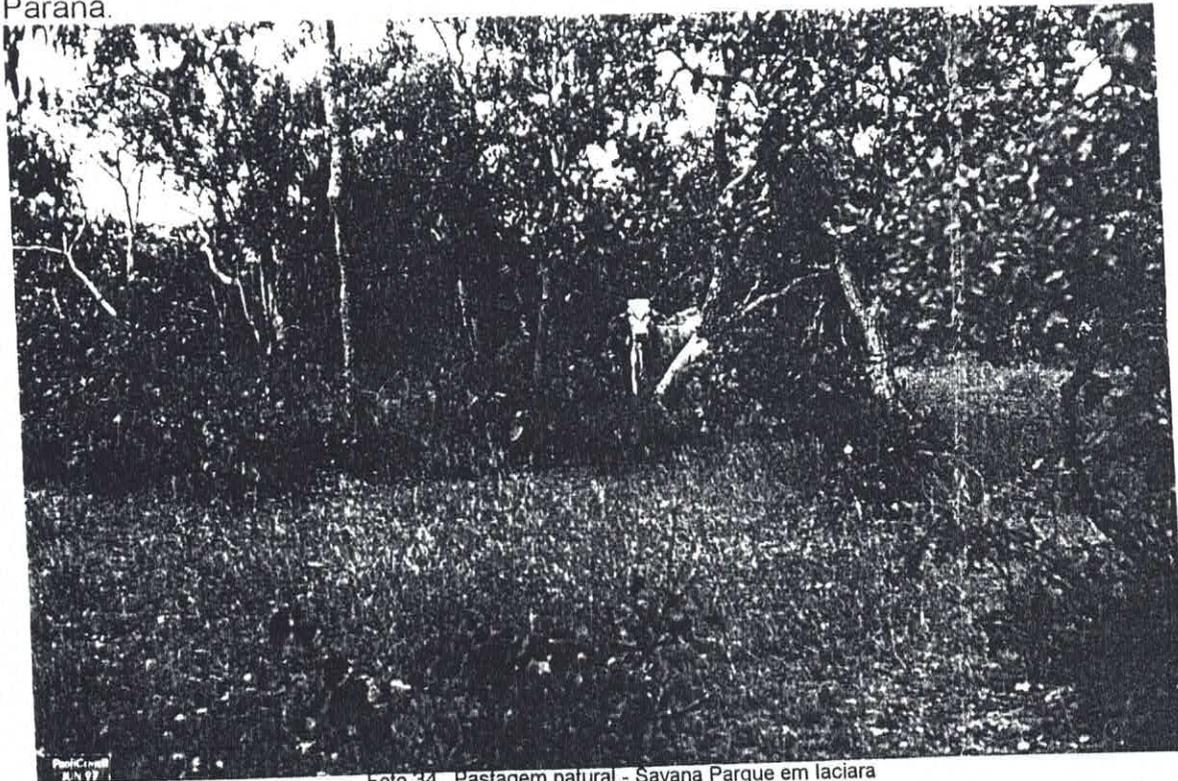


Foto 34 . Pastagem natural - Savana Parque em Iaciara

O escritor goiano Bernardo Élis (1979: 32) retrata bem esse tipo de manejo, em um livro ambientado na região:

Era uma praxe antiquíssima. O pai e o avô de Dona Benedita assim procediam e o marido dela continuou nesse sistema. O gado era tão comportado que logo que o tempo demudava e entrava a seca, ele dava fé e pegava a berrar uns berros intermitentes. Depois reunidos em ternadas, aspirando o vento e berrando intermitentemente, os curraleiros começavam a

galgar a serra em busca de refrigério, donde só voltariam com outra mudança de estação, quando o vento geral ameaçasse chuva, revirando de rumo.

Eis aqui delineada uma ampla possibilidade de manejar e criar gado. As áreas mais rebaixadas do Vão do Paranã ofereciam pasto natural durante o período das chuvas, e com a estiagem secavam; daí a necessidade de levar o gado para as campinas e matas das áreas mais elevadas com uma vegetação mais resistente à estiagem. Além disso essas áreas possuíam nascentes que formam as veredas úmidas e com pastagens naturais. Esta dinâmica permitia a manutenção dos rebanhos nestas áreas, mesmo durante os períodos de seca. O sistema de pastoreio, onde prevalece a transumância no qual se utilizam diferentes altitudes do relevo, típico da Europa, mas se desenvolveu também no Brasil. Uma das únicas áreas no Brasil a utilizar tal sistema, foi provavelmente esta, a do Vão do Paranã no contexto do Nordeste Goiano, enquanto vigorou um sistema de pecuária tradicional, numa forma secular e tradicional de manejo, característicos de povos pastores nas mais diferentes regiões do Planeta.

Os depoimentos de pessoas da região atestam o uso que se faz das veredas e dos chapadões de forma reveladora:

quando havia uma seca fora assim fora do comum [..].ai houve uma seca, em que ano foi? Em 1950 ou coisa assim. A gente chegou a pensar que perdia todo o gado. Então meu marido pegava uma parte, levava pra beira da serra prá ver se escapava.⁷⁰

Esse trajeto do gado, porque lá em Posse as fazendas são matas, eles deixavam na época das águas, na época das chuvas. Aí na época da seca eles levavam prá campina [...]já partiam pros lados da Bahia, porque antes dos gaúchos chegar em Posse essas terras eram devassa, todo mundo usava, devoluta ficava lá. Então todo mundo usava aquelas terras ali prá colocar seus gados prá que eles pastassem na época da seca. Aí eles traziam depois na época das chuvas, traziam prá suas fazendas.⁷¹

[...] a pastagem tá seca, o capim tá seco, o gado não quer. Aí leva prá aquelas veredas, aqueles lugar que tem água e ramos pro gado comer senão morre de fome, tem que fazer isto [...] Leva lá prá cima na serra [...] dava o refrigério,

⁷⁰ E.C., 81 anos, sexo feminino, natural de São Domingos; entrevista realizada em 18 set. 1995

⁷¹ -D. N., 64 anos, sexo feminino, natural de Posse, entrevista realizada em 29 de set. 1995.

porque tinha água naquelas veredas. Mas tinha que botar vigia prá vigiar [...] ficava olhando prá não deixar passar do limite, por que senão vai prá Bahia e adeus o gado.⁷²

Então, nos dois ambientes, nos chapadões e no Vão havia alternativas de manejo do gado, de forma que durante a seca o trabalho consistia em tanger, pastorear e arrebanhar o gado de um lugar para outro, o que, sem dúvida, deveria demandar um grande esforço para os vaqueiros.

A pecuária tradicional estruturou-se no Brasil, inicialmente no Nordeste, de onde se expandiu paulatinamente para o sul e oeste. A via natural desta expansão será o Rio São Francisco e seus tributários, não só pelos imperativos econômicos, mas também dado a singularidade geográfica de proximidade das nascentes das diferentes bacias hidrográficas brasileiras. Assim, através da bacia platina o gado penetra pelo Mato Grosso do Sul e pelos Estados do Sul. Para Goiás, este caminho far-se-á através de toda a região limítrofe com a Bahia, onde os caminhos naturais são os rios formadores e tributários do Tocantins de um lado, e de outro, os tributários do São Francisco.

É interessante observar a relação que se pode fazer com os divisores de água (ver mapa a seguir, fig. 7)). A região do Vão do Paranã fica praticamente na interseção das grandes bacias hidrográficas brasileiras São Francisco, Platina e Amazônica. Portanto, é provável que tenha funcionado não só como área efetivamente produtora de gado, mas também como um ponto de passagem para se atingir outras áreas do território brasileiro.

Na afirmativa de Sodré (1941:57) sobre a expansão da pecuária no Brasil, esta possibilidade fica bem evidenciada :

Penetrando inicialmente, o brejo nordestino, o gado devia buscar, para a caminhada no sentido do sertão, as vias naturais. Elas seriam constituídas ou pelos vales dos rios ou pelas amplidões em que os movimentos do terreno e a vegetação escassa facilitassem essa infiltração notável.

⁷² - H.P., 89 anos, sexo feminino, natural de São Domingos; entrevista realizada em 02 de fev. 1996.

A interligação possível entre as bacias hidrográficas do São Francisco e Tocantins, por intermédio das cabeceiras de seus afluentes, o Paracatu e o Paranã, conforme informa Palacin (1989), já tinha sido descoberta e mesmo transitada pelos bandeirantes paulistas, desde a primeira década do século XVII.

As condições naturais propiciaram que o gado chegasse ao Vão do Paranã, através dos Chapadões do Oeste Baiano e dos Gerais (mineiro e baiano), percorrendo áreas de vegetação rarefeita e com extensas veredas de rios intermitentes, até transpor as escarpas da Serra Geral de Goiás.

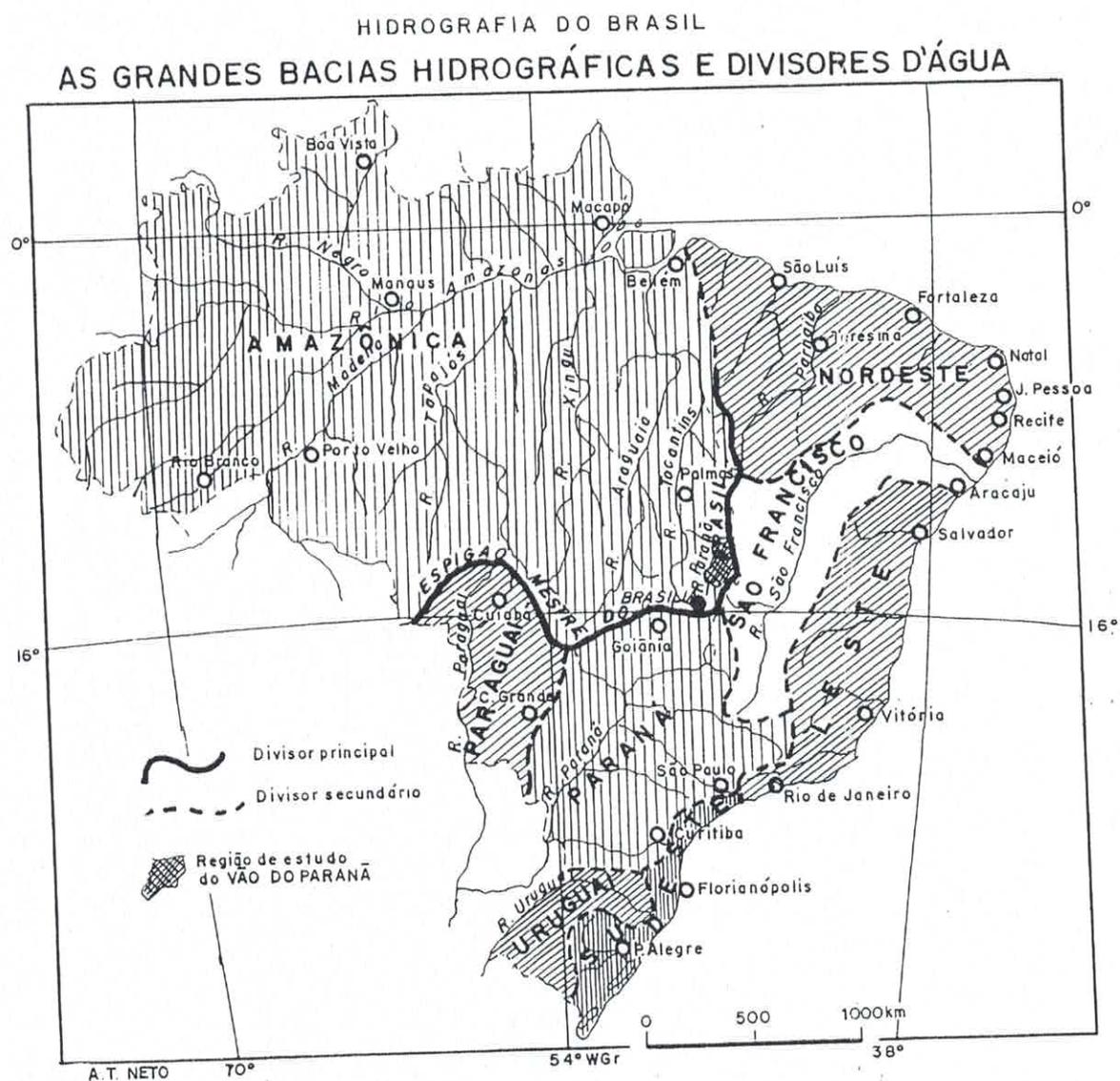


Figura 7. Mapa das grandes bacias hidrográficas

No trabalho da pesquisadora Heloisa Selma F.C. de Ataídes (1990: 26,27), sobre Flores de Goiás, encontra-se a seguinte colocação:

As cabeceiras dos rios Paracatu e Paranã transitados pelos paulistas desde as primeiras décadas do sec. XVII, aliadas à sedução de uma área propícia à criação e à forma em que se criava gado no vale (do São Francisco), ou seja, sem cercas, dispersos em grandes extensões, faz-nos pensar que atravessar "os Gerais" para atingir o Nordeste goiano não representava uma dificuldade e sim uma facilidade.

Aqui parece importante fazer uma reflexão até certo ponto intuitiva. Se esta não foi uma região de franca produção de ouro, não há por que falar em decadência, de uma atividade que nunca se firmou. Então o que aí se desenvolveu constitui algo novo, porque havia espaço para este novo, tanto no sentido literal (espaços vazios), quanto de condições objetivas para esse novo, ou seja um mercado consumidor que se ressentia das crises da pecuária do São Francisco, resultantes da seca e de outros fatores. De outro lado, o aumento incessante dos trânsitos interregionais, inaugurados pela mineração, mas que com o tempo a extrapolam.

Sodré (1941:57), em sua análise sobre a economia pastoril, diz que:

A fase que interessa propriamente à geografia humana, aquela em que essa expansão, entrando em terras já conquistadas e abertas, produziu cousas apreciáveis, desdobrou centros de condensação, fixou itinerários, acarretou a criação de arraiais, embora pobres e apagados, — essa permanece quase desconhecida.

A atividade pastoril desenvolveu-se então, mais precisamente a partir do início do século XVIII, já sob uma forma organizada em todo o Vão do Paranã, ao ponto de na primeira metade do século XIX tornar-se uma região de grande importância econômica na Província de Goiás. Posteriormente essa atividade regional vai se confrontar com o impasse da economia nordestina (principal mercado de sua produção), cronificando-se e chegando a conhecer uma relativa decadência. A região permaneceu produzindo gado para o

mercado, mas de forma tradicional, incipiente e, sobretudo intermitente⁷³, fadada portanto a permanecer como um grande "sertão", até a segunda metade deste século.

Ao iniciar-se então o século passado toda a região já estava de alguma forma ocupada, com atividades voltadas para a pecuária cuja destinação era basicamente o mercado baiano e mineiro (norte de Minas).

Não se pode precisar o momento no qual o gado penetra nesta região, conforme afirma Moreyra (1982:265):

o estado atual das investigações históricas não permitem determinar em que altura do se. XVII ou XVIII eles (os vaqueiros do sertão nordestino) chegaram aos Contrafortes do Espigão Mestre, não se pode afirmar com certeza que tinham chegado a Goiás [...] antes dos mineradores, mas é aceitável afirmar como possível e provável a simultaneidade de ocupação desse território por mineradores e criadores sobretudo no que diz respeito aos confins do sertão pernambucano e Bahia.

Apesar das buscas efetuadas, destinadas a estabelecer o momento de introdução da pecuária no Vão do Paranã, não terem sido conclusivas, contribuíram para a tese de que o gado ali penetrou, antes da mineração. O gado foi então a atividade econômica pioneira em Goiás? Não se pretende responder a esta questão; a tarefa é dos historiadores. Pode-se apenas apontar o papel do Vão do Paranã como um agente fundamental de estruturação territorial no período colonial, e sobretudo atualmente em regiões do interior do Brasil.

O fato é que o desenvolvimento da pecuária e as relações comerciais com a Bahia proporcionaram impulso e prosperidade ao Vão do Paranã que, como área limítrofe, sofreu os efeitos desta contiguidade e funcionou como atividade complementar à economia baiana.

Através da pecuária houve uma progressiva recuperação da economia goiana, após a derrocada da mineração, criando a possibilidade de estruturação de um mercado interno, conforme foi salientado anteriormente.

⁷³ - A imagem de intermitência revela o caráter desarticulado, temporário, sazonal da comercialização típica da pecuária regional tradicional

Junte-se a isto a valorização das terras nas zonas de mineração que limitou o acesso a terra, redirecionando assim o processo de apropriação das mesmas, pois as "terras de criar" eram mais acessíveis.

Sem dúvida, houve uma valorização de áreas nas terras goianas como resultado da mineração. Naquelas próximas ao núcleos mineradores, a apropriação das melhores terras efetivou-se pela casta de administradores provinciais e por aquelas ligada a ela.

Como resultado do processo de apropriação de espaços disponíveis, só restou aos migrantes de outras regiões, principalmente os oriundos da Bahia, conforme atesta Chaul (1995:69):

a opção de se estabelecerem nas proximidades dos caminhos que ligavam Vila Boa a Minas e/ou à Bahia. Aos "desordeiros da fé", homens sem posse, severinos da morte e vida das terras sonhada, restavam as terras distantes dos centros urbanos.

Volta-se aqui ao ponto que interessa diretamente este trabalho — a região do Vão do Paranã — uma das áreas suscetíveis de receber os fluxos da pecuária de vez que não tinha ouro e nem núcleos urbanos de importância suficiente para promover uma dinamização da vida regional.

De onde veio este impulso? Admite-se que, tanto em Goiás como em Minas, a pecuária oriunda do Nordeste se desenvolve embrionariamente paralela à mineração; e, sem dúvida, da pecuária estruturada ao longo do eixo de abastecimento desenvolvido a partir dos currais do São Francisco.

Vale a pena refletir aqui sobre um fato provável de explicação da forte identificação regional, não só porque o gado entra inicialmente no Brasil pelo Nordeste, mas principalmente pela regulamentação do Conselho Ultramarino, em meados do século XVIII, que impõe condições acerca das atividades econômicas no Brasil: aos paulistas, o trabalho nas minas; aos piauienses e maranhenses, a criação de gado. Em todos os relatos pesquisados, o fato relevante é que foram os "nordestinos" que trouxeram o gado do Vale do Rio São Francisco para as margens do Tocantins em Goiás, mais especificamente para o Paranã e seus tributários.

A dúvida quanto ao momento no qual a atividade pastoril se implantou na região, permanece. Considerando as fontes pesquisadas, parece provável que, inicialmente, tenha se alojado no Vão do Paranã, nas proximidades de Flores e Santa Rosa, daí se espalhando para São Domingos e Posse, em ambientes diferentes, mas que também tinham as suas vantagens para a pecuária.

Constata-se que convivendo com a atividade mineratória, ou a ela se sucedendo, a região conheceu, a partir do século XVIII, a expansão da atividade pecuária. Constitui-se talvez, na zona pioneira (pode-se chamar assim) da atividade pecuária em Goiás uma vez que teve um mercado certo inclusive com estrutura de fiscalização, (os "registros"), nos dois extremos da região, em São Domingos e em Couros (Formosa atual). A ocupação efetiva, embora rarefeita, proporcionou o surgimento de novos núcleos urbanos no século XVIII, como o Arraial de Flores (1733), Arraial de Santa Rosa, hoje inexistente, (provavelmente na mesma época de Flores, mas sem registro preciso)⁷⁴ e São Domingos (sem registro correto, mas todas as fontes consultadas apontam que o Arraial tenha sido fundado no final do século XVIII). Ao longo do século XIX, surgiram as povoações de Posse (provavelmente em 1822), Iaciara (1881) e Galheiros (1840), hoje Divinópolis de Goiás.

O gado goiano, em especial o do sertão do Paranã, segundo Funes (1986) era vendido nas praças da Bahia, e em grande quantidade e intensidade, era consumido em Salvador, Jacobina, Ilhéus, sertão do rio Preto e Campo Largo. O quadro abaixo demonstra a saída de gado em dois registros entre 1814 e 1821, ambos localizados no Nordeste Goiano, enquanto que o de São Domingos concentrava o comércio do Vão do Paranã, e o de Taguatinga abrangia a localidades mais ao norte.

⁷⁴ - Em *Chorographia Histórica da Província de Goiás*, de Raymundo José da Cunha Mattos (1824), encontra-se a seguinte descrição sobre Santa Rosa: "*É de 21 casas, mas aprazível, uma e meia légua do rio Paraim; tem uma capela dedicada a Santa Rosa. Os seus moradores criam gado. Fica doze e meia léguas distante do registro de Santa maria e quatro de Flores.*". Neste mesmo livro o autor descreve Flores e São Domingos. Como foi escrito em 1824, pode-se supor que estas localidades já existiam no século XVII, uma vez que o autor (Governador de Armas e Deputado pela Província de Goiás), valeu-se seu relator de inúmeras viagens feitas pelo território goiano, fazendo levantamento estatístico, social e administrativo dos arraiais e das condições de vida da população. Esta localidade é hoje um distrito da cidade de Formosa.

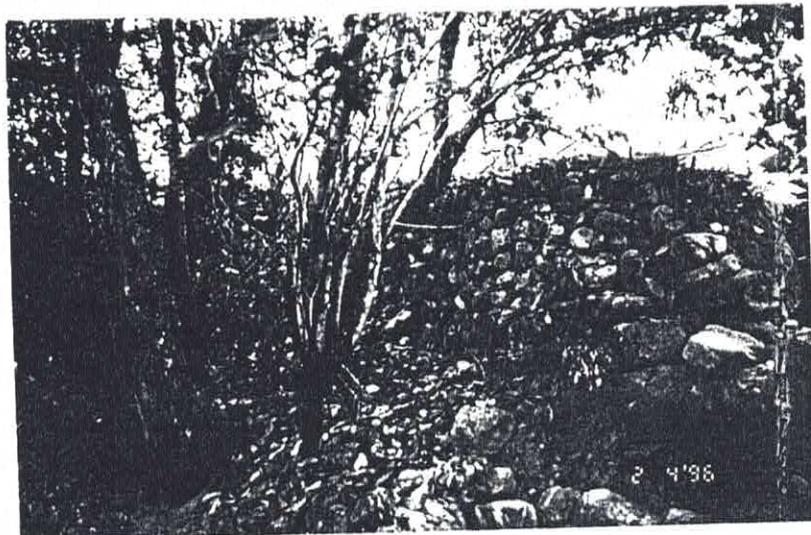


Foto 35. Antiga divisa de fazenda em Flores de Goiás

Tabela 1

SAÍDA DE GADO PARA A BAHIA (CABEÇAS)

ANO	Registro de S. Domingos	Registro de Taguatinga	TOTAL
1814	1.058	582	1.640
1815	979	—	979
1816	1.143	897	2040
1817	1.157	557	1.714
1818	1.539	963	2.502
1819	2.471	1.064	3.535
1820	4.126	1.143	5.269
1821	2.446	652	3.098
TOTAL	14.919	5.276	20.777

Fonte: Saída de gado. Microfilmes rolos 45 e 46. Setor de Documentação do Departamento de História da USP

A leitura da tabela evidencia que pelo registro de São Domingos passou uma quantidade maior de gado, em relação a de Taguatinga, que também produzia gado, mas não tanto quanto o Vão do Paranã. Esta informação foi a primeira a comprovar, em termos numéricos que no Vão do Paranã, a criação de gado foi excepcional no contexto de época, fato salientado pelos cronistas da época.

Durante o século XIX, muitos viajantes europeus percorreram o território brasileiro, em busca de informações sobre as novas regiões do mundo. Provavelmente o que impulsionou os cientistas e curiosos, além do imperativo econômico, foi a monumental obra de Alexandre de Humboldt, de 1804 e 1834, sobre a América do Sul. A partir daí, são inúmeros os estudos e relatos de viagens sobre o Brasil, feitas por viajantes europeus. Pelo território goiano passaram, entre 1818 e 1844, seis desses viajantes, como Saint-Hilaire, Pohl, D'Alincourt, Burchel, Castelnau e Gardner. Desses, o único a percorrer o território da região do Vão do Paranã foi George Gardner, um naturalista nascido na Escócia, que veio para o Brasil em 1836 e permaneceu até 1841, percorrendo várias regiões, realizando um trabalho de identificação de espécies vegetais, esse naturalista ofereceu descrição das condições de vida e da terra da gente daquela época.

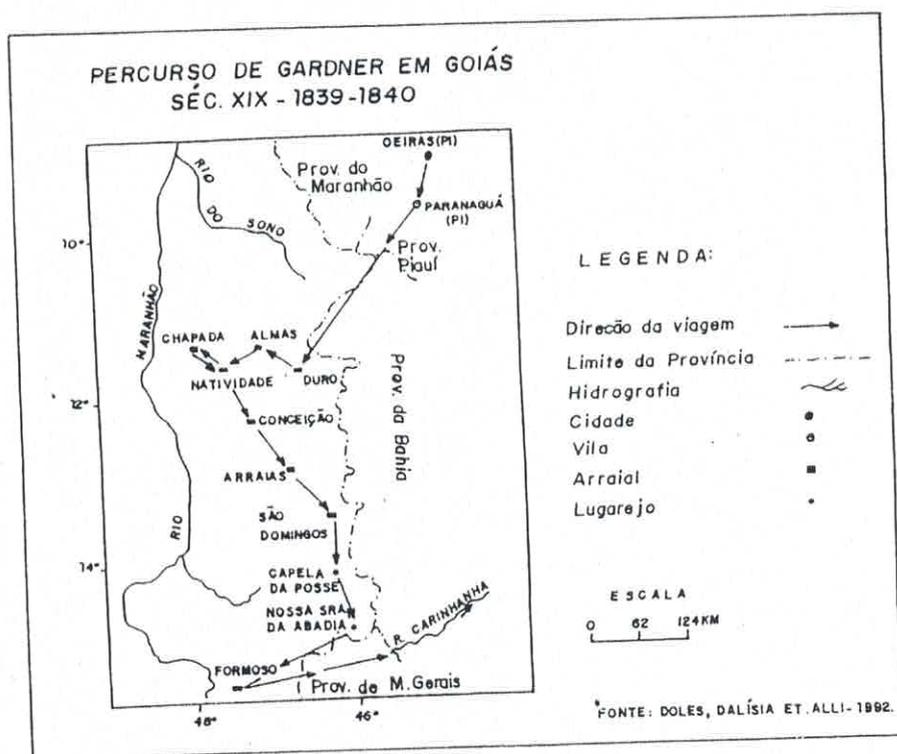


Figura 8. Roteiro de Gardner

Este tipo de relato tem que ser apreciado com os devidos cuidados, uma vez que carrega uma grande carga de "preconceitos", pois os autores avaliavam o que observavam a partir de um contraste com a realidade européia, de onde provinham. Apesar desta ressalva, mesmo assim, vale a

pena lançar mão dos relatos, uma vez que constituem registros históricos importantes.

Num trecho do relato de Gardner (1976: 175) encontra-se a seguinte descrição do Vão do Paranã:

É uma área de vazios não habitados, intercalados por fazendas de gado mantidas por alguns vaqueiros e por arraiais semi-abandonados, com sua população morando na roça, das quais sobrevivem [...]. Estas casas existem nas vilas pertencentes aos criadores de gado, são ocupadas somente na época das festas religiosas.

Sobre o então arraial de Posse, diz que: "*a aldeia era do mais mísero aspecto, com cerca de uma dúzia de casas e uma pequena igreja; é tão pobre que não pode sustentar um padre [...]*"(1975: 176)

É possível então especular sobre a organização espacial existente na região, no século XIX, que resultou do desenvolvimento da pecuária regional. A pecuária tradicional caracterizou-se, do ponto de vista geográfico, por estruturar-se em locais propícios ao pastoreio, ou seja, onde existiam pastagens naturais. Esta era a condição imperativa para seu desenvolvimento, e na esteira dessa busca de locais apropriados, o gado paulatinamente percorreu o território brasileiro e aportou nessas paragens.

Até este ponto, a compreensão do processo histórico tem sido feita com base em fragmentos de fontes e interpretações de diferentes autores, o que resulta em um quadro também fragmentário e sobretudo anônimo, uma vez que a história da pecuária tradicional no Brasil não é definitivamente uma história de grandes feitos. Gerou durante o seu desenvolvimento, toda uma rede de transportes de boiadas pelos tropeiros, portanto criou caminhos, mas caminhos de tropas, interligando grandes espaços ermos e vazios, até os pontos de venda, as feiras de gado do Nordeste e Norte de Minas. A vida girava e assentava-se nas fazendas, em torno do manejo do gado, atividade na qual se envolvia toda a família e alguns agregados. Os arraiais eram utilizados para um comércio incipiente, atividades religiosas e educacionais, de forma muito limitada. Daí o espanto dos viajantes, ao constatar que os arraiais permaneciam quase vazios durante a maior parte do ano. Embora o

fazendeiro, dependendo de sua importância, mantivesse na cidade uma casa, a frequência à cidade aumentava por ocasião das festas religiosas, ou mesmo em períodos muito chuvosos que inviabilizavam o trabalho no campo.

Estas são inferências possíveis, devido aos depoimentos de pessoas que ainda podem contar esta história, e conforme afirma Sodré (1941:56):

Nômade e dispersiva, sem acarretar a fixação, a casa, o arraial, a correspondência — deixou poucos sinais exteriores e pouquíssimos documentos. Eles existem, embora raros, é verdade. Mas não têm abundância de detalhes, não possuem riqueza de dados e, principalmente, não fixam pormenores imprescindíveis [...] Os nossos arquivos nossas bibliotecas são ricos em documentos sobre o ciclo canavieiro, são largos sobre as marchas dos cafezais e são suficientes em relação aos episódios do ouro e das bandeiras. Mas permanecem paupérrimos quanto a expansão pastoril.

3. A pecuária no Vão do Paranã

A pecuária na região desenvolveu-se através do sistema tradicional, conforme as características do Nordeste brasileiro, até provavelmente o início do século XX. As alterações quanto ao sistema de manejo do gado começaram a aparecer, quando a influência da pecuária praticada no sul de Goiás atingiu a região.

Há que se mostrar aqui uma relação fundamental. A região era adequada ao manejo do gado e, como tal, estruturou-se em fazendas de criação, embora não se possa ainda afirmar que seguiam os moldes tradicionais da fazenda nordestina, na qual prevalecia a figura do Coronel e toda uma estrutura social gravitando em torno dele. Existem poucos vestígios das antigas fazendas de criar; as que ainda resistem, estão em ruínas.

Quais eram então as condições do Vão do Paranã? Os registros apontam que por lá existiam extensas pastagens naturais, muito planas, com a presença de rios, córregos e lagoas que favoreciam a criação de gado, além de contar com salinas naturais, os barreiros, que forneciam o sal necessário

para o gado. Havia e ainda há o "covoal" ou "covoá" ⁷⁵ uma área alagadiça, localizada em meio à mata ou cerradão — as pastagens naturais, para onde o gado se dirige para beber água, formando com o seu pisoteio pequenas covas e montículos. As veredas consistiam em outra alternativa para o gado, em época de seca. Registrou-se também que existem, principalmente nas áreas de mata densa ou mesmo de cerradão, os "furados" ⁷⁶ ou vargens. Estes furados são espécies de clareiras naturais com uma vegetação mais rarefeita. A água acumulada nesses locais, forma lagos temporários, que secam à medida que se aprofunda o período seco.⁷⁷ . Constituía refúgio para o gado; era o local onde os vaqueiros o campeavam.

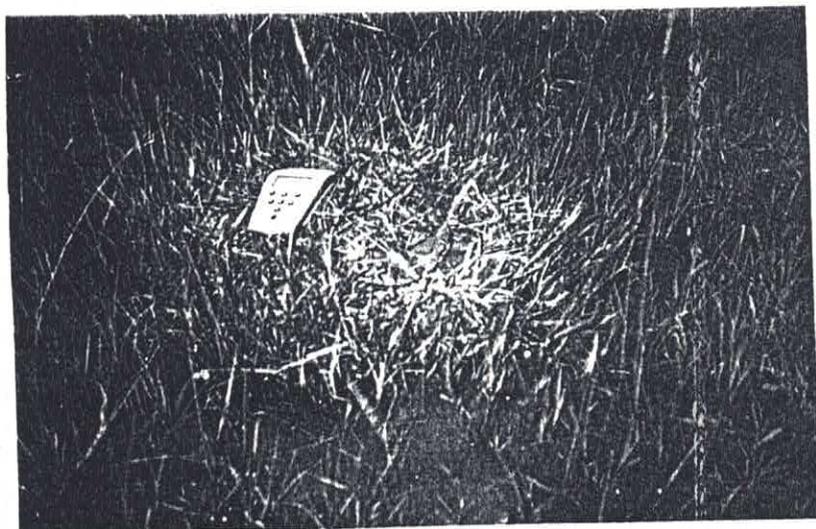


Foto 36. Covoal do Vão do Paraná

⁷⁵ - A observação de campo revelou que estes formam espécies de clareira no meio da mata ou do cerradão onde aflora água, constituindo um refúgio para o gado beber água, e o lugar em que, no passado, os vaqueiros da região arrebanhavam o gado, pois era criado solto sem cercas, e o covoal era um ótimo local para encontrá-los. No Novo Dicionário Aurélio encontrou-se a palavra COVOÁ: designação comum a pequenos montes de altitude variada que forma acidentes no planalto central; e ainda COVOADA: 1. Série de covas, 2. Encosta ou ondulação da serra, coberta com alguma vegetação, 3. Depressão encharcada do terreno. Assim, parece que a expressão local é uma associação dos dois significados, pois são pequenos montículos e covas numa área alagada.

⁷⁶ No estudo citado feito pelo IBGE, definiu-se um complexo de vegetação chamado Encraves de Florestas e Cerrado, na qual se misturam as diferentes formações, daí que é compreensível esta ocorrência.

⁷⁷ - Observando um destes locais em junho de 1997, percebeu-se que a água existente ainda era suficiente para o gado.

Zoroastro Artiaga (1951) destaca a excepcionalidade da região para a criação de gado. Sua visão é importante pois reflete um momento da atividade econômica e sua relação com a natureza. Assim Artiaga descreve o Vão do Paranã (1951: 222):

A zona do Paranã é admirável para a pecuária. O aluvião acumulou humus nos rebaixamentos e formou pastagens que estão sempre exuberantes, o que possibilita a criação ao natural. O vão do Paranã é um oásis em todo o Norte, ainda mesmo em plena seca [...] Não se gasta o sal porque as salinas são naturais.

A forma tradicional de criação seguia então os ditames das adaptações feitas às condições naturais locais e nos moldes da pecuária baiana. Segundo Ataídes (1991:50): *"A criação de gado em Flores obedecia a uma forma de produção bastante similar a dos "currais" do São Francisco que lhe deram origem"*. A relação da pecuária da região com os currais do São Francisco será também comercial, daí a estreita dependência uma da outra. Nos currais do São Francisco a pecuária seguia os moldes primitivos com o gado vivendo solto em pastos naturais, sem qualquer seletividade de raça ou cuidados mais intensivos.

Ainda em Artiaga (1951.223) tem-se a seguinte constatação:

As boiadas são exportadas para a Bahia. O comércio do gado é feito por meio de boiadeiros que procuram nas próprias fazendas o criador, e recebem prá ferrar o produto de suas compras viajando por conta do comprador.

Provavelmente o traço distintivo da pecuária em Goiás nesta fase seja exatamente a excepcionalidade das pastagens naturais e das condições climáticas, tanto no ambiente do Vão como no das Chapadas, denominadas localmente de campina. Proporcionaram, segundo depoimentos, um gado muito sadio, capaz de suportar longas caminhadas até às feiras e currais da Bahia e norte de Minas.

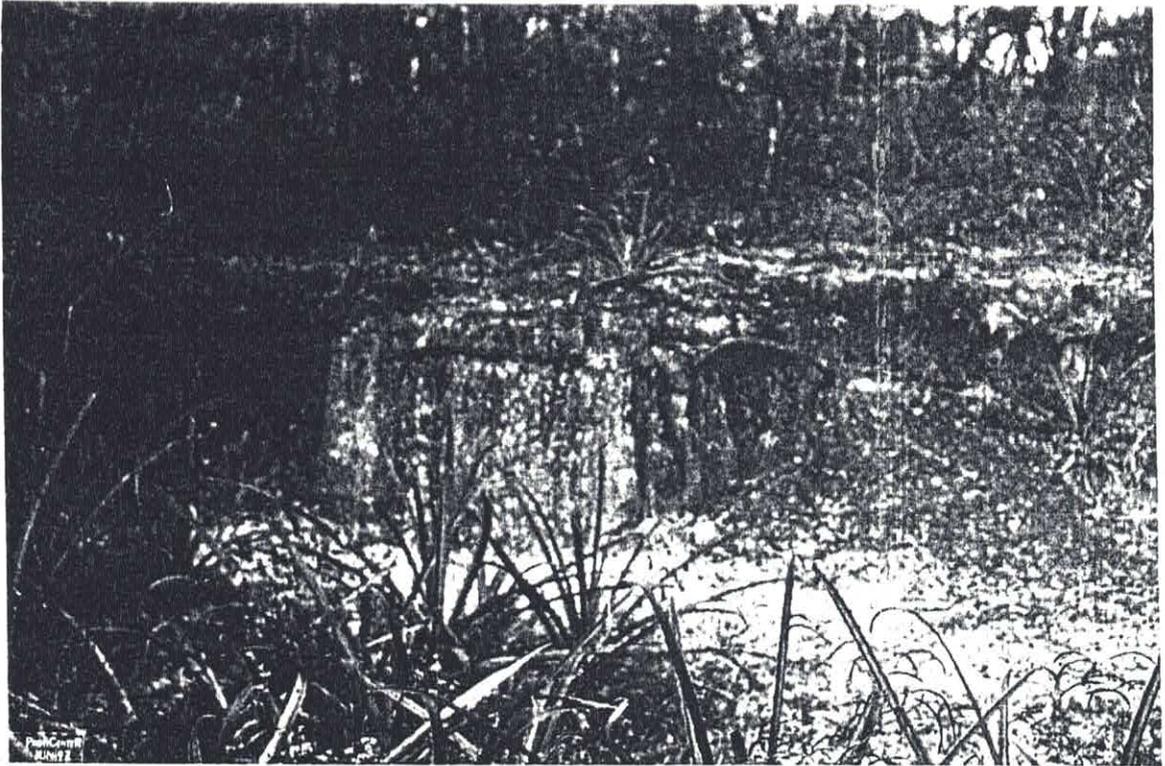


Foto 37 . Barrelo do Vão do Paranã

A pecuária foi a atividade econômica mais importante da província de Goiás durante o século XIX e início do XX, e deve-se ressaltar que provavelmente destacava-se a pecuária do Paranã conforme afirma Funes (1986:85) :

O gado era o produto básico das exportações, principalmente na região do Paranã, onde, de acordo com os dados apresentados por Silva e Souza, encontravam-se as únicas 4 vilas da província onde as exportações superavam as importações : Flores, Conceição de Arraias e São João de Palma.

Das quatro cidades apontadas por Funes uma delas, Flores, localiza-se no alto Paranã, no Vão do Paranã.

Nas fazendas do Paranã, em "terras de criar"⁷⁸, os cuidados com o rebanho consistiam em cura das feridas, defesa contra animais selvagens e uma vigilância para evitar que se transformassem em "brabeza".

⁷⁸ - Estas terras de criar são uma constante nos inventários na região, segundo informa Funes(1986)

Na análise de Sodré (1941: 118) a relação da pecuária com o meio ambiente fica belamente evidenciada no seguinte trecho:

A transigência com o meio, — essa profunda e imutável conciliação, — deixaria de contribuir para o apuramento de qualidades especiais. Não houve e não há, no Oeste a luta entre o homem e a terra. Sendo esta mais uma referência, um simples ponto de contato, não se fixou mesmo como força oposta, capaz de despertar energias adormecidas, capaz de transfigurar os agrupamentos humanos, ligando-os na solidariedade pela conquista de meio agreste, na comunidade de interesses, no labor de modificar as condições do ambiente, amenizando-o, subordinando-o às suas necessidades”.

A referência de propriedade dos rebanhos era dado pelo sistema de “ferra” dos animais com a marca do dono, expediente que servia também para amansá-los. As fazendas formavam grandes propriedades onde não havia ainda o sistema de cercas, que só mais tarde for introduzido pela influência do sistema mineiro de criar gado). Então o gado transitava solto e o seu reconhecimento era feito pela marca. Um sistema bem peculiar, uma vez que os espaços propícios e adequados ao gado eram “partilhados” por todos os criadores.

Só a partir do estabelecimento do cercamento das propriedades com arame⁷⁹, é que esse sistema começou a sofrer modificações, alterando toda uma forma tradicional de pastoreio.

Em que momento isto se dá? Provavelmente no início deste século, conforme relata o romance citado, quando os métodos do sul do Estado começam a ser introduzidos, inclusive com novas raças.

O depoimento de um morador⁸⁰ de São Domingos atesta esta mudança:

⁷⁹No romance *O Tronco de Bernardo Élis*, retrata um acontecimento real ocorrido nos idos de 1917 em São José do Duro, atual Dianópolis que fica vizinho a área aqui considerada, portanto, com as mesmas características. Nota-se que uma das questões centrais do conflito reside, dentre outras coisas, no apossamento de terras e na implantação de cerca. Em trecho da pág. 32, Bernardo Élis “*Aquilo era uma riqueza. Quem tivesse o refrigério, quem possuísse a serra, teria reserva de pasto, reserva fresca e boa. Por isso, mal o sogro de Vicente fechou os olhos o irmão Pedro Melo trouxeram de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigério*”.

⁸⁰-E.H.P.C. sexo feminino 81 anos.

Uma vez ele levou um livro,— olha A, vai chegar um tempo que esse nosso pasto não vai mais servir, vai ser outros pastos com nome diferente. O A falou assim: que nada o nosso é o Jaraguá mesmo. Aí o que veio, veio o brachiarão, quer dizer que muito tempo antes já se falava isto, que havia de vir outros pastos[...] Isso foi em 1940.

Emílio Vieira, originário de Posse, em 1971, assim descreve (1971:44):

a criação de gado é feita pelo 'sistema extensivo', ou seja, à solta, em carência de requisitos de ordem técnica. A não delimitação das fazendas em decorrência da ausência de cercas, dificulta grandemente o raceamento. O gado curraleiro acha-se em grande quantidade, já se tendo introduzido o tipo zebu para os cruzamentos.

Pode-se perceber que até muito recentemente as práticas tradicionais ainda prevalecem na região.

As terras do Vão do Paranã e das Chapadas da Serra Geral, conforme os testemunhos anteriores foram, historicamente, consideradas pobres. Pobres de recursos minerais, por causa de sua condição insalubre, e pelas manchas de áreas agrestes. Isto se explica pelo senso comum de uma época (até meados deste século) de que terras boas eram as de mata.

Hoje sabe-se que as terras boas são abundantes na região, mas naquele momento não se tinha noção exata destas matas. Constata-se que a região não apresenta uma fisionomia uniforme do ponto de vista da paisagem, dispondo de uma multiplicidade de ambientes, que afinal acabou sendo bastante favorável à atividade pecuária praticada.

Esse conceito sobre a região prevaleceu até muito recentemente. Do ponto de vista puramente agrícola, até poderiam ser terras limitadas, mas não para a pecuária extensiva. Já no momento atual a "insalubridade do Vão do Paranã" poderá, conforme se verá mais adiante, ser um fator positivo diante dos modernos processos de irrigação atuais.

Segundo José Veríssimo da Costa Pereira, escrevendo sobre os Gerais Baianos⁸¹ (1970:175):

⁸¹Tipos e Aspectos do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro, 1970.

Esta curiosa vegetação — escreveu quem a estudou mais completamente, isto é Luetzelburg —tem um pouco de semelhança com a flora das campinas do leste de Goiás, mas jamais poderá ser a ela igualada ou comparada.

Depreende-se dessas observações que as condições naturais da região eram melhores, tanto que nos relatos dos primeiros povoadores da região, os baianos, maranhenses, piauienses, etc., vêm à procura de melhores pastos, e fogem das secas que assolavam as suas regiões de origem. As condições eram favoráveis não só pela presença da Campina (nas chapadas) como também pelas pastagens naturais e pela terra salobra do Vão do Paranã e suas planícies inundáveis.

4. Organização decorrente da pecuária no Século XIX, no Vão do Paranã

A estruturação do território brasileiro deve-se em grande parte à expansão da pecuária, com a migração de contingentes humanos para o interior ocorrendo de uma forma lenta e gradual; e que não teve o mesmo efeito, digamos, civilizador, das outras atividades, como a mineração, a agroindústria ou a cafeicultura.

No entanto, a criação e o comércio do gado teve, no entendimento de Caio Prado Jr. (1981:117), um papel fundamental na formação do território brasileiro: *"estendia-se por uma área muito extensa, [...] contribuindo grandemente para ligar entre si as diferentes partes do território brasileiro e seus núcleos de povoamento [...]"*

A pecuária tradicional continha uma especificidade, a necessidade de grandes espaços para pastagens extensivas, gerando desta forma um povoamento disperso, ora constituindo fazendas, ora constituindo pequenos núcleos urbanos incipientes. Nessa especificidade encontra-se um traço marcante e ao mesmo tempo anônimo e pouco trabalhado pela Geografia. Ela foi grandemente responsável pela formação do território brasileiro devido à sua capacidade de interligação e, conforme a visão de Caio Prado(1981:117),

"de outra forma ter-se-iam conservado em segmentos estanques e sem possibilidade talvez de se unirem num bloco coeso, num imenso país, como se deu."

Do ponto de vista da urbanização, a pecuária pouco representou, uma vez que suas necessidades objetivas não estavam na cidade. Mesmo assim, da atividade pecuária surgem embriões de cidades, que em algumas regiões do país, vão prosperar rapidamente, principalmente no Sul do Brasil, no Mato Grosso e mesmo no Sul de Goiás. Na região em questão, os núcleos urbanos surgem e prosperam até um certo ponto, enquanto perdura a importância econômica da pecuária, e assim permanecem até meados deste século. O núcleo de Flores de Goiás, na verdade, passou por um processo de decadência visível, desde que a pecuária deixou de ser importante como atividade econômica, no início deste século. Pouca coisa mudou na região por um longo tempo, ou seja, não passou pelo processo de modernização similar ao conhecido em outras partes do território goiano, a partir do início do século XX, com a abertura da estrada de ferro, de estradas de rodagem e implantação de programas de colonização emanados da Marcha para o Oeste. A região permaneceu à margem de tudo isso.

Durante o século XIX, a região conheceu um processo de povoamento expressivo, decorrente da expansão da pecuária tradicional, oriunda da Bahia, ou até como alternativa a esta, uma vez que embora praticada em território goiano, o seu destino certo eram os currais do São Francisco, na Bahia e do Norte de Minas, seu mercado consumidor potencial.

Na descrição de Elza Coelho de Souza (1970: 167), encontra-se uma referência a esta ligação:

Às feiras baianas concorre o gado vindo de Goiás e do sul do Piauí e que para refazer-se da longa caminhada fica a engordar durante meses nos campos e caatingas do São Francisco, antes de ser levado à venda.

A autora refere-se à feira de Santana, que posteriormente se constituiu num importante centro urbano. Está presente aqui uma confluência regional muito expressiva, que vem se aprofundando ao longo do tempo.

Em um artigo de Ignez Teixeira Guerra (1954: 296) sobre o Mapa de Densidade do Rebanho Bovino no Estado da Bahia há o comentário:

Além do gado criado na própria região transitam anualmente pelo Oeste da Bahia e Vale do São Francisco, cerca de 15.000 bovinos, criados no vizinho Estado de Goiás.

Em meados do século XIX, as terras da região já deviam estar em sua quase totalidade, apropriadas, conforme revelam os registros paroquiais realizados entre 1853 e 1855, não muito diferentes da situação atual, tanto em número de propriedades quanto no total da área (Aguiar: 1996).

Tabela 2

REGISTROS PAROQUIAIS — 1853-1855

Paróquias	Número de fichas	Área Total-ha
Santa Rosa	182	319 410,07
Flores	378	751 410,29
Vila S. Domingos	169	225 968,50
TOTAL	729	1296 788,86

Fonte: Aguiar, 1996.

Tabela 3

TIPO DE APROPRIAÇÃO DA TERRA - REGISTROS PAROQUIAIS-1853-1855

Paróquias	Posse	Herança	Doação	Compra	Outros
Santa Rosa	0	33	6	104	39
Flores	0	124	15	151	88
Vila de São Domingos	3	46	5	29	86
TOTAL	3	203	26	284	213

Paróquia de Santa Rosa: atual município de Flores

Paróquia de São Domingos: municípios de São Domingos, Divinópolis e Guarani.

Paróquia de Flores: município de Jaciara, Posse, Alvorada e Simolândia.

Fonte: Aguiar, 1996.

Apesar de imprecisões possíveis de existir em semelhante informação histórica, elas apontam para um processo de apropriação de terras, legitimado por esses registros. É provável que as facilidades encontradas por grileiros para atuarem na região decorra deste fato. Um depoimento revelou que as cadeias centenárias realizadas nos cartórios na década de 50 na região começavam por estes registros.

Mesmo na ausência de uma pesquisa específica sobre o processo primitivo de apropriação das terras na região, é possível afirmar que, em meados de 1850, as terras da região já estavam apropriadas e ocupadas com a pecuária. Quando se comparam tais informações com as do censo de 1985 que apresenta 1.196.997 hectares de terras ocupadas pela pecuária, percebe-se que a área total dos imóveis é bem aproximada.

A intensidade da organização regional pode ser observada quando se analisam os dados do crescimento demográfico dos julgados⁸² goianos na primeira metade do século XIX, que evidencia o crescimento expressivo do então julgado de Flores comparado com o julgado de Arraias, também situado próximo ao limite com a Bahia, e que teve crescimento pouco acentuado. No contexto geral dos julgados da Comarca do Norte, Flores situa-se, em 1948, em terceiro lugar em termos de número de habitantes. Considerando ainda que Vila Boa e Meia Ponte constituíam núcleos pioneiros de mineração e sede da administração provincial, este fato torna-se ainda mais relevante. Em Flores não houve, como já foi dito, atividade aurífera, mas só pecuária.

Tabela 4

GOIÁS: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS JULGADOS

JULGADOS	Ano de Fundação	1804 Habitantes	1825 Habitantes	1832 Habitantes	1848 Habitantes
Vila Boa	1726	9.474	14.167	14.251	12.620
Crixás	1734	1.602	2.000	1.159	—
Meia Ponte	1731	6.173	9.461	9.408	9.116
Pilar	1741	3.657	3.387	5.057	4.791
Santa Luzia	1744	3.629	4.631	4.631	4.795
Santa Cruz	1729	2.904	5.865	7.636	—
Tairas	1735	6.517	6.209	6.200	2.618
Natividade	1734	3.397	3.038	3.813	4.271
Cavalcante	1740	3.179	2.067	2.282	4.268
São Félix	1736	1.754	866	892	—
Arraias	1739	1.751	3.537	3.832	3.949
Flores	1740	—	3.389	3.581	5.340
Porto Real	1810	1.837	1.548	1.805	3.012
São João da Palma	1814	2.094	400	1.473	—

Fonte: Tiballi, 1991.

A existência de uma estrutura administrativa indica uma organização espacial, mesmo que fragilmente articulada, mas reveladora de um arranjo

⁸² Julgado foi uma divisão administrativa própria da área de mineração, como Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. No caso de Goiás havia duas comarcas a do Norte e a do Sul, com uma sede cada. Os

que ao longo do tempo evoluiu e se sedimentou ou em alguns casos, como o de Flores, regrediu. Os sinais de uma paisagem em organização são evidentes no relatório de Cunha Mattos (1824).

Tabela 5

CASAS EXISTENTES NOS ARRAIAIS EM 1824.

Localidade	Número de Casas
Arraial de Flores	64
Arraial de Santa Rosa	21
Arraial de Mato Grosso	5
Arraial de São Domingos	27

Fonte Cunha Mattos, 1824.

No relato do viajante Gardner, que percorreu a região em 1837, encontra-se a informação segundo a qual em São Domingos⁸³ existiam cerca de 40 casas, e em Posse⁸⁴, cerca de meia dúzia.

O censo demográfico de 1872 indica a existência na região, de quatro paróquias, Flores e Santa Rosa faziam parte do município de Formosa, e São Domingos e Posse constituíam por sua vez, municípios. As informações desse censo sobre o número de casas estão expressas na tabela seis.

Tabela 6

CASAS EXISTENTES EM 1872 NAS PARÓQUIAS

Paróquias	Número de Casas
Paróquia de Sant'Anna de Posse	614
Paróquia de São Domingos	842
Paróquia de N. S. do Rosário de Flores	469
Paróquia de Santa Rosa	257

Fonte : Censo de 1872.

Estas informações, apesar de se originarem de fontes e momentos diversos, podem indicar não só um adensamento crescente no que se refere às construções, mas também à população. O aumento do número de casas é evidente, e mesmo se for levado em conta que o censo de 1872 pode ter

julgados (distritos) possuíam conselhos locais e um juiz leigo, subordinados a uma das duas comarcas. As comarcas eram enormes municípios, como o de Vila Boa (cidade de Goiás) no sul e Palma, no Norte.

⁸³ - A respeito de São Domingos, o texto de Gardner diz o seguinte: *A aldeia ergue-se entre pequenas colinas a uma légua ao oeste da Serra geral: é muito pequenina, contendo apenas cerca de quarenta casas, muitas das quais, pertencentes aos fazendeiros, desabitadas, exceto ao tempo das festas. Corre perto dela um límpido ribeiro, muito rápido, mas não tem peixes, porque estes são impedidos de subi-lo por uma catarata existente a certa distância abaixo da aldeia. (p.175)*

contabilizado as casas dos núcleos urbanos e das fazendas, ainda assim os números são representativos. No relato feito por Gardner nota-se nas enormes distâncias percorridas, que as fazendas se sucediam, não muito longe umas das outras.

Considerando as estatísticas disponíveis sobre Goiás no século XIX, constata-se um povoamento efetivo, senão expressivo, no Vão do Paranã. Uma vez que as condições da época em Goiás—uma província enorme com uma administração que não conseguia cobrir todo o território devido à ausência de infra-estrutura—juntando-se o fato de que no final do século XIX o Estado inteiro conta com 38 municípios (núcleos básicos da urbanização em Goiás). Desses três são da região do Vão do Paranã, demonstram a relevância do povoamento desta região. No quadro abaixo estão sintetizadas estas informações:

Tabela 7

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DAS PARÓQUIAS NO VÃO DO PARANÃ

Paróquias	1825	1832	1872	1900	1920
N. S. Rosário de Flores	3389	3581	2473	3056	7014
Santana de Posse	—	—	3883	4137	4608
São Domingos	—	—	3019	5058	9085

Fontes⁸⁵: 1) Domingos. M.L. Fogaça Luiz Antonio de Silva e Souza. Secretaria de Governo-Goiás, 30 de maio de 1832. Arquivo Nacional. Cod/808. Vol.i, f196. Rio de Janeiro.

2) IBGE, Censo de 1872, 1900 e 1920

Percebe-se o crescimento expressivo dos núcleos urbanos que surgiram na região como Posse, Flores e São Domingos. Este fato, mesmo considerando os limites possíveis contidos nestas estatísticas, é bastante relevante e corrobora a tese de que a ocupação desta região está intimamente ligada à expansão econômica da pecuária, uma vez que esta atividade não era forte nem no Sul e nem no extremo Norte do Estado onde o crescimento populacional é expressivo. O Vão do Paranã apresentou até o início deste século, uma dinâmica positiva em termos de crescimento demográfico.

⁸⁴ - Sobre Posse, Gardner assim se expressa: *A aldeia era do mais mísero aspecto, com cerca de meia dúzia de casas e uma pequenina igreja; é tão pobre, que não pode sustentar.* (p.176)

Em Goiás, no início deste século, a fronteira agrícola avançou incontinenti a partir de São Paulo e Minas para o Sul de Goiás, o que sem dúvida desencadeou um novo processo na dinâmica territorial goiana. Destaca-se então que até o final do século XIX e início do XX, o sul de Goiás não apresentou ainda uma ligação acentuada com Minas e São Paulo. Na verdade, os caminhos e estradas para a Bahia foram os mais representativos. Estes caminhos foram os seguintes: Mestre D'Armas (Planaltina), Sítio Novo, Lagoa Feia e São Domingos⁸⁶.

Conforme o historiador e geógrafo goiano Zoroastro Artiaga (1976:6) :

As comunicações no Nordeste, Sudoeste e Sul, em nossos dias, antes do século atual achavam-se na seguinte situação: 1) Estrada carreira de Januária até Posse; 2) De Barreiras ao Jalapão; 3) De Formosa a Urucúia; 4) de Catalão ao Dezemboque; 5) Do Sudoeste, de Jataí a Barretos; 6) De Porto Mão de Páu ao Matadouro de S. Cruz (caminho de boiada); 7) De Porto Nacional para a Bahia; 8) Caminhos de boiada, do planalto para o sul de Minas.

De outra parte, os caminhos ou rotas de comércio existentes são os da Bahia e de Minas Este contato é assim explicitado por Capistrano de Abreu (1930:84):

⁸⁵ - No censo de 1920 existe uma certa confusão em relação a Flores de Goiás, que nesta época fazia parte de Sítio D'Abadia, mas não é clara qual núcleo é a sede municipal, portanto considerou-se a informação bruta, mas os números podem ser menores para Flores de Goiás.

⁸⁶ Segundo Zoroastro Artiaga em um texto inédito publicado pelo Suplemento Cultural de O Popular em 18 de janeiro de 1976, as estradas históricas de Goiás são: "*Avançando, por ordem cronológica, esclarecemos certos pontos importantes das comunicações e dos transportes, diremos que em 1740, no território da comarca só existiam as seguintes entradas: 1) Estrada do sal (salineira); Estrada do Norte; 2) Picada da Bahia; 3) Estrada do Rio de Janeiro; 4) Estrada de S. Paulo; 5) Ramal para Formosa, partindo de Vila Boa. A primeira partia de Meia Ponte, passava por Bonfim, Santa Cruz, Rio das Pedras, Pissarão, Santana, Rio das Velhas, Lenhosa e Rio Grande. A segunda partia de Vila Boa, passava por Santa Rita das Antas, Tezouras, Guarinos, Pilar, Lavrinhas, Água Quente, São José do Tocantins, Cachoeira, Cavalcante, Arraias, Conceição, Vila do Príncipe, Natividade, Chapada, Carmo, Pontal, até São João das Duas Barras. A terceira partia de Meia Ponte (Pirenópolis), passava por Rasgão, Severino, Guariroba, Mestre d'Armas, Sítio Novo, Lagoa Feia, Bezerra, São Domingos e Cruz e Silva seguindo para a Bahia via Barreiras ou Januária. A estrada do Rio de Janeiro partia do Porto Real, com rumo leste, e passando por Cavalcante, Arrependidos, Formiga, Juiz de Fora, seguindo até o Rio. Havia o ramal que ligava Vila Boa até Formosa dos Couros.*"

Percebe-se nesta descrição que as estradas tinham o rumo leste, mas não passavam pelo sul de Goiás, o rumo básico era a Bahia e norte de Minas.

A divisória de águas entre o Tocantins e o São Francisco abunda de gargantas, seguramente já trilhadas pelos índios: Duro, São Domingos, Taguatinga, Santa Maria, Arrependidos, etc., pelas gargantas mais setentrionais. Os goianos se comunicaram com a margem pernambucana (esquerda) do São Francisco de onde com mais facilidade tinham de ir ao gado que precisavam, sob pena de morrerem de fome; pelos mais meridionais atingiram a margem baiana do São Francisco, ou terras de minas, que apresentavam como têrmo de viagem aos portos da Bahia e Rio de Janeiro, a todos os despeitos mais vantajosos que São Paulo ou Santos.

As tabelas seguintes, sobre os resultados do Censo de 1872, podem de alguma maneira sintetizar o cenário regional, pelo menos no que se refere aos homens, pois são as informações sistematizadas disponíveis no final do século XIX.

Tabela 8.

POPULAÇÃO DA REGIÃO DO VÃO DO PARANÁ EM 1872

Paróquias	Total	Livres	Escravos	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Paróquia Sant'Anna de Posse	4007	3883	124	522	2942	418	1
Paróquia de São Domingos	3246	3019	227	301	2382	336	-
Paróquia N. S. Rosário de Flores	2571	2473	98	171	2148	215	37
Paróquia de Santa Rosa	1878	1837	41	8	1285	574	11
Total	11702	11212	490	1002	8757	1543	49

Fonte: Censo Demográfico de 1872 - IBGE

Estes dados revelam uma população expressiva. Uma outra informação relevante é a número de pretos. Subtraídos os escravos têm-se um número grande de pretos livres (mais de 1000), isto sem considerar os considerados pardos. Os pretos e pardos juntos correspondem a 88% da população regional. Em que pese a forma de coleta deste censo, passível de crítica na atualidade, de alguma forma revela uma composição da população, que não foge às características até aqui analisadas.

Tabela 9

PROFISSÕES CONSTANTES NO CENSO DE 1872 NA REGIÃO DO VÃO DO PARANÁ

Paróquias	1	2	3	4	5	6	7	8
Paróquia da Santa'Anna da Posse	2	34	491	483	1010	536	31	13
Paróquia de São Domingos	2	84	253	306	853	442	101	10
Paróquia N.S.Rosário de Flores	2	25	152	312	642	90	204	?
Paróquia de Santa Rosa	3	22	37	305	647	186	38	20
TOTAL	9	165	934	1406	3152	1254	374	44

1- Profissões Liberais (religiosos, juristas, funcionários públicos)

2- Profissões industriais e comerciais (manufaturas e fabricantes, comerciantes, guarda-livros e caixeiros.)

3- Costureiras

4- Operários (carpinteiro, marceneiro, sapateiro, pedreiro)

5- Lavradores

6- Criadores

7- Assalariados

8- Capitalistas e Proprietários

Fonte: Censo Demográfico de 1872, IBGE

As informações da tabela acima autoriza-nos a afirmar que havia, no final do século, uma sociedade organizada no Vão do Paranã, constituída por criadores de gado e trabalhadores envolvidos com a atividade pecuária. Os núcleos urbanos possuíam uma estrutura fraca, as profissões urbanas como as liberais eram reduzidas, e as profissões agrárias eram em maior número.

CAPÍTULO III

A FUNÇÃO REGIONAL DO VÃO DO PARANÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

1. A Região no contexto que antecede a integração de Goiás às políticas da Marcha para o Oeste.

Dos fatores analisados anteriormente, tornou-se evidente que, na virada do século XX, a região já estava plenamente estruturada, no contexto econômico da pecuária, mesmo considerando-se os limites da atividade desenvolvida, que resultou em um fraco povoamento, típico da pecuária, mas com uma ligação ao mercado, mesmo que de forma frágil e intermitente. Tornar-se evidente, neste período, o refluxo das atividades regionais, indicando uma provável diminuição da atividade criatória, embora os dados disponíveis não sejam suficientes para uma clara demonstração. Como se manifesta esta decadência? O dado mais revelador é provavelmente a involução dos núcleos urbanos a partir da década de 20.

Tabela 10

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1920 E 1950 NA REGIÃO DO VÃO DO PARANÁ

MUNICÍPIOS	1920	1940			1950		
	TOTAL	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Divinópolis de Go.	2498	1912	356	1556	2352	364	1988
Flores de Goiás	1162	1471	216	1255	939	136	803
Guarany de Goiás	1775	1664	252	1412	1788	210	1578
Iaciara	-	2152	229	1923	2331	318	2013
Posse	10318	6194	739	5422	8078	1100	6969
São Domingos	4088	4828	691	4162	5171	597	4580
TOTAL	19841	18221	2483	15730	20659	2734	17931

Fonte : Recenseamentos Gerais do IBGE, 1920, 1940, 1950.

O quadro acima demonstra que, se não houve uma involução, pelo menos a estagnação é evidente, pois a população urbana cresce muito pouco entre 1940 e 1950, enquanto que a população rural tem um aumento mais acentuado.

No que se refere ao uso e apropriação das terras, as informações dos censos de 1940 e 1950 demonstram que não se identifica uma dinâmica acentuada no que se refere à incorporação de terras ao processo produtivo, haja vista que, de 1920 para 1950, praticamente não se altera a área dos estabelecimentos, apesar de que censo de 1940 aponta um aumento, que pode ser atribuído aos problemas operacionais na realização deste (tabelas ii e 12).

Tabela 11

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA EM 1920, 1940 E 1950

	1920		1940		1950	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Posse	157	121533	543	76936	629	119274
S. Domingos	195	361350	476	236520	515	255951
Sítio D'Abadia	157	*	786	364158	214	117108
Total	509	482883	1805	677614	1358	492333

Fonte: Censos de 1920, 1944, 1950, IBGE

Tabela 12

MODALIDADE DE EXPLORAÇÃO DA TERRA, CONFORME ÁREA OCUPADA EM 1940 E 1950

	1940			1950		
	Agricultura.	Agropecuária	Pecuária	Agricultura	Agropecuária	Pecuária
Posse	4997	48649	23290	15785	41353	58196
São Domingos	0	127607	104394	6971	89925	205959
Sítio d'Abadia	4247	163945	195966	2700	26199	88209
TOTAL	9244	340201	323650	25456	157477	352364

Fonte: Censos de 1944, 1950, IBGE

Chama a atenção nestes dados o aumento no número de propriedades, sem o conseqüente aumento em área, o que pode ser atribuído a um parcelamento dos latifúndios, seja por herança, seja por compra e venda, o

que é mais provável, já que esse processo, iniciado na década de 50, acelerou-se nas décadas de 70 e 80.

Mesmo tal fato é questionável, pois pode indicar também que, em torno da região, outros núcleos assumiram uma maior importância, como foi o caso de Formosa e Sítio d'Abadia⁸⁷. E mesmo, o fato de a pecuária não ser uma atividade que privilegia o urbano, ou que dele necessite de forma peremptória. Uma questão a ser considerada é que a estrutura urbana básica definiu no século XIX, e assim permaneceu até as mudanças da década de 60.

O caso do município de Flores é exemplar. Ele foi o primeiro núcleo a ser criado na região, tendo sido um julgado importante no século XIX. Entrou pelo século XX como distrito de Sítio de Abadia, assim permanecendo até 1963, numa situação administrativa confusa⁸⁸, momento em que entrou em decadência. Esse enfraquecimento pode ser creditado em parte a uma desarticulação geral da economia nordestina baseada na pecuária, bem como a fatores próprios do Estado de Goiás. No período anterior a década de 30 (República Velha), conforme concepção de Campos (1982) a pecuária (criação e exportação) era o setor dominante na economia goiana, de onde provinha mais de 50% da renda do Estado, sem falar na taxaço dos derivados da pecuária (charque, couro, sola). Os fazendeiros constituíam também o grupo politicamente mais influente, daí derivando uma legislação e uma política agrária que privilegiam sem dúvida essa atividade. A relevância regional pode ser sentida no fato de alguns políticos da região chegarem a ter expressão na administração do Estado até 1930, o que pode explicar a importância da pecuária nesse contexto⁸⁹.

⁸⁷ -O primeiro mais próximo à Brasília e o segundo recebe a influência dos cultivos comerciais de Minas e Bahia (Chapadão baiano e Chapada do Paracatu).

⁸⁸ - No documento publicado em 1972 (p.68), pelo Governo de Goiás o Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos encontra-se a seguinte explicação: "*Em 16 de agosto de 1808, Flores de Goiás foi elevado a Julgado. Pela Resolução no. 14, de 23 de julho de 1835, foi elevado a Freguesia. Em 1850, pela Lei Provincial no. 19, de 6 de julho, Sítio D'Abadia foi elevado a município com sede em Flores. A Lei Provincial no 359, de 25 de julho de 1864, restabeleceu o Município de Flores, sendo novamente extinto pela Lei Provincial no. 429, de 2 de agosto de 1869. Em 1º de janeiro de 1939, a denominação Flores foi mudada para Urutagua, permanecendo com Distrito de Sítio D'Abadia, até que pela Lei Estadual no. 4926, de 14 de novembro de 1963 lhe foi restituída a autonomia municipal...*

⁸⁹ - Alguns destes políticos foram signatários da primeira constituição do Estado em 1891, mais precisamente, de São Domingos foi Domingos José Valente Santa Cruz e de Posse José Gustavo

A importância da pecuária no conjunto do Estado como um todo é acentuada, conforme afirma Campos (1982:15):

mesmo a reformulação havida em 1923, quando a agricultura passava a pesar na economia estadual, não alterou o espírito da legislação anterior que favorece ao latifundiário, ao fazendeiro/criador de gado e não ao lavourista/pequeno produtor.

Até 1930 existia um certo desprezo pela agricultura em Goiás e com os pecuaristas dominando a política é de se supor que uma das áreas mais promissoras do Estado no que se refere à pecuária, também tivesse representatividade política e importância econômica.

Após 1930 sobe ao poder, a despeito dos mecanismos em vigor no restante do país, a oposição, constituída majoritariamente pelos agricultores até então marginalizados. Assim analisa o pesquisador Itami Campos (1982) sobre *"as diretrizes formuladas pelo grupo que chega ao poder em 1930: [ele] coloca a agricultura no centro das preocupações políticas do executivo goiano."* Encontra-se aqui uma provável explicação para o fato de a região ter entrado num ostracismo e estagnação no período entre as décadas de 20 e 60, ou seja, a pecuária perde importância que lhe era dada na República Velha. Junte-se a esse fato, pelo menos naquele momento, as dificuldades de proximidade do mercado, e de condições naturais para a criação de gado, que já começava a mudar com a introdução de novas raças e capins, um novo manejo, que na região só teve influência real a partir da década de 70.

Em Valverde (1985: 202) encontra-se a seguinte análise que se enquadra no processo ocorrido nesta região:

Vegetando numa economia quase fechada, em que a circulação monetária era insignificante, as fazendas de criação do Brasil resistiram por longo tempo, às inovações. É um fato sabido que a divulgação de idéias e técnicas novas se faz da cidade para o campo. Como as áreas pastoris eram remotas, e seus contatos com os mercados urbanos eram raros e esporádicos, os progressos técnicos nas referidas áreas se processaram mais lentamente.

Balduino, dentre outros deputados e até um vice-presidente do Estado. Mesmo depois de 1930 São Domingos e Posse continuam a eleger deputados até 1959, um de cada cidade.

A zona do Vale do Paranã e seus afluentes, no final da década de 40, foi considerada como possuidora de terras de cultura de primeira classe, juntamente com a zona do Mato Grosso Goiano e Vale do Paranaíba⁹⁰

Assim na tentativa de compreender um longo período de isolamento regional chega-se à conclusão de que os fatores responsáveis foram, dentre outros possíveis: o enfraquecimento do mercado nordestino, a emergência da agricultura como foco principal da economia a partir de 1930 e dificuldades locais, tais como inacessibilidade e as dificuldades de inserção ao mercado do centro sul do Brasil.

2. A Inserção de Goiás na Dinâmica Nacional e a Reorganização do Território no Século XX

Compreender as transformações ocorridas em Goiás neste século, parece ser vital para elucidar a origem de um processo de mudança que aconteceu na região analisada, uma vez que resultou de um processo global de rearranjo espacial, que mesmo interno a Goiás, teve implicações mais amplas nas transformações nacionais.

Como e porquê Goiás se inseriu no mercado nacional, parece ser a questão a responder diante da necessidade de captar a dinâmica interna que presidiu essa incorporação. Do ponto de vista geográfico, essa inserção materializou-se no fato de que algumas regiões do Estado foram incorporadas mais rapidamente que outras, devido a fatores de natureza histórica, mas sobretudo geográficas, como a proximidade do eixo econômico do sudeste e as condições naturais existentes, tais como área de matas, pastagens e solos

⁹⁰ Conforme atesta o documento Goiás: uma nova fronteira humana (Brasil, Conselho de Imigração e Colonização, 1949). Aconteceram, ainda durante a década de 40, tentativas de colonização por iniciativa particular, localizada na parte superior do vale do Paranã no município de Formosa, que não atingiu a área da região definida para esta pesquisa e previa o loteamento e o aproveitamento agrícolas de uma área de 250.000 ha. O empreendimento, denominado Agro-Colonizadora Industrial Ltda., previa a industrialização dos produtos agrícolas no local, com a criação de um parque industrial. Uma parte deste empreendimento chegou a ser implementada, como usina de energia, beneficiamento de cereais, etc.

agricultáveis. Junte-se a isto o fato de terem sido as terras facilmente apropriadas, porque livres ou de baixo preço.

As origens dessa transformação localizam-se, em termos temporais, em fins do século dezenove e começo do vinte, quando a economia nacional tomou nova configuração, com a cafeicultura sendo o grande empreendimento. Neste contexto, e com a expansão agrícola conseqüente, incluiu-se o Estado de Goiás como área promissora e que mais tarde revelou-se essencial na produção de alimentos, numa inserção efetiva no mercado interno nacional. Daí a instalação em seu território, da ferrovia que o integrou como produtor, no mercado brasileiro, além de possibilitar a sua ocupação.

Desde o início do século XX, pôde-se notar tendências de transformação na vida econômica do sul de Goiás, seja no florescimento de uma agricultura de excedente, seja através da criação de gado. Há mesmo indícios da existência de alguns focos de lavoura mercantil com vistas à exportação de produtos. Esse movimento respondeu às necessidades engendradas pelo modelo primário-exportador da cafeicultura que demandou produtos agrícolas para consumo interno. Essa função foi delegada aos espaços menos aparelhados ou com impossibilidade de desenvolver atividades mais sofisticadas.

Constituiu-se então, em Goiás, um sistema de produção fundamentalmente primário, assentado numa distribuição altamente concentrada da propriedade da terra, notadamente localizada na parte sul do Estado. Nas primeiras décadas do século vinte, Goiás alcançou elevados níveis de produção, situando-se nacionalmente como um dos principais produtores de arroz e carne, sendo que os principais municípios produtores se localizavam na região Sudeste (eixo da estrada de ferro) do Estado, mais próximos das estradas e do acesso aos grandes centros consumidores do país.

A comercialização efetivou-se com as possibilidades oferecidas pela construção da estrada de Ferro em Goiás, aliada a uma teia de estradas de rodagem implantadas entre 1915 e 1921, que melhoraram consideravelmente

conforme se constatou no campo, mas o projeto inicial não vingou, porém de alguma forma gerou uma transformação em Formosa.

a articulação espacial do sul goiano. Os principais troncos rodoviários convergiam para Santa Rita do Paranaíba, Ipameri e Porto do Roncador. Em 1929, as estradas multiplicaram-se e as existentes tiveram uma melhora sensível.

Na década de 30, com o rompimento do modelo primário exportador, delineou-se no Brasil, e em Goiás, um novo arranjo econômico/espacial, redefinindo funções e promovendo transformações, a partir de um foco dinamizador ou área nuclear de mudanças, correspondendo à região cafeeira *"cuja expansão assegura concomitantemente as condições de expansão das forças capitalistas"* (França, 1985: 2).

Desse núcleo dinamizador emanaram transformações e uma distribuição espacial das atividades econômicas (efeito de complementaridade), um efeito que tanto se manifestou no sul de Goiás, como no norte do Paraná, Triângulo Mineiro e sul de Mato Grosso, regiões consideradas "áreas vazias"⁹¹ e próximas a São Paulo. De uma certa forma, essas áreas apresentavam uma predisposição a receber os impactos de integração que emanavam da zona cafeeira paulista. Isto se deu não porque eram "vazias", mas porque assimilaram as condições do impacto capitalista, emanado de São Paulo.

A dinâmica que condicionou a abertura de novos espaços para a expansão agrícola (produtos destinados ao consumo interno), resultou de determinações de uma divisão social e territorial do trabalho, capaz de garantir as condições de reprodução do capital ao setor urbano-industrial⁹², que propiciou a ampliação espacial de uma organização agrícola com baixo nível de capitalização e que, conseqüentemente, alimentou o processo de extração de produtos excedentes (França, 1985). Esse é um processo que assumiu expressão social e territorial no Brasil, especialmente no momento enfocado e em direção às áreas já citadas.

⁹¹ - Vale ressaltar que o termo *vazias* é aqui utilizado no sentido da nova forma de exploração a que estas áreas foram submetidas, uma vez que elas não se constituíam em terras primitivas ou desabitadas, pois conheceram no passado explorações produtivas, tais como mineração, cultivo da erva mate, pequena produção de subsistência, pastoreio, extração madeireira, etc.

⁹² - Este é um tema que pela sua profundidade e abrangência, não será tratado aqui com mais detalhes, uma vez que o que se pretende é apenas fazer uma contextualização que referende as análises seguintes.

Houve o surgimento de uma demanda por produtos agrícolas resultante da expansão do mercado interno, extrapolando-se inclusive para além das áreas cafeeicultoras. Assim, os espaços meridionais de Goiás passaram a integrar e assegurar a expansão do capitalismo no Brasil.

Estava-se assim diante de "forças externas", que combinadas com as potencialidade locais, consubstanciaram-se na exploração do solo em novas bases e formas, com uma agricultura de subsistência, latifúndios de criação, e até focos de lavoura mercantil, acelerando-se assim as exportações regionais.

Juntou-se a isso a "necessidade" de deslocamento geográfico da produção de alimentos e matérias-primas, a criação de um mercado consumidor de manufaturados e a ampliação da fronteira agrícola, com a finalidade de receber excedentes populacionais das áreas voltadas para a exportação.

No contexto da década de 30, ou mais especificamente, do Estado Novo⁹³ e de suas diretrizes político-econômicas, o novo regime passou a estruturar um "novo tempo" em um "novo Brasil", tudo isso alicerçado na imagem do progresso geral, coroado pelas idéias de expansão do governo Vargas, através da Marcha para o Oeste. Essa ideologia do progresso, especificamente em Goiás, foi projetada, dentre outras ações (colonização oficial, abertura de estradas), com a construção de Goiânia.

Os efeitos deste processo ficam claramente evidenciados na análise de França (1985:78):

o avanço da fronteira acelerou-se como efeito da política de povoamento e colonização empreendida pelo Governo Federal. Em 1941, teve início a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás(CANG). Essa medida representou a efetivação em Goiás, da iniciativa do governo da União de promover e a incorporação dos espaços ocidentais no processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

⁹³- Não cabe discutir aqui as implicações político-sociais, mas essa referência torna-se importante diante do objetivo de contextualizar o tema.

A partir de 1930, com os reflexos da crise mundial de 1929 refletindo-se na economia brasileira, alteraram-se significativamente todos os setores da vida nacional, desencadeando profundas mudanças, cujo traço principal foram os obstáculos impostos ao modelo agrário exportador. Com a política de substituição de importações, promoveu-se o desenvolvimento de novas atividades produtivas destinadas a atender a demanda interna. Esta diversificação da produção provocou uma divisão nacional do trabalho, na qual se reforçou o papel de Goiás, como fornecedor de matérias primas e alimentos para o abastecimento dos mercados do sul e sudeste.

Esse processo de divisão do trabalho, no Estado de Goiás, passou a exigir maiores extensões de terra, incorporando-se novas áreas até então incultas e baratas, como produtoras de alimentos e matérias primas, para satisfazer às crescentes necessidades de abastecimento do Sul e Sudeste do País. Por esse papel de fornecedor primário Goiás integrou-se à "Marcha para o Oeste" e à política nacionalista de Vargas.

Pode-se detectar um processo de criação de território através de estratégias administrativas, conforme Allières (1980:147) "*l'administration produit du territoire*". No caso goiano, apesar da existência de uma estrutura econômica delineada durante o período colonial, baseada na mineração e posteriormente, na pecuária, praticamente a partir deste momento, através da ação efetiva do Estado deu-se uma reestruturação territorial. Algumas áreas de antigo povoamento sofreram transformações no sentido de assimilarem o novo, outras áreas antigas ficaram à margem desse processo pelo menos até a década de 60, como é o caso da região do Vão do Paranã. As áreas novas ou livres conheceram o efeito das frentes de ocupação.

Esse processo resultou sem dúvida da intervenção estatal, agora de uma forma bem clara agindo no território goiano, a partir da década de 30, através de ações que atingiram vários setores da vida regional, mas sobretudo as atividades pecuárias.

A transferência da capital de Goiás Velho para Goiânia e a conseqüente extensão dos trilhos ferroviários até Leopoldo de Bulhões, tornaram economicamente viáveis uma das áreas mais férteis do Estado — a região do Mato Grosso Goiano e a Vertente Goiana do Paranaíba.

As transformações ocorridas na segunda e terceira décadas deste século atingiram primeiramente o Sudeste de Goiás, com a implantação da ferrovia. Estendendo-se posteriormente para o Sudeste, uma região de pastagens naturais transformada em área de produção pecuária extensiva, com a expulsão dos indígenas. Esse processo ampliou-se para o centro (Mato Grosso Goiano) com a construção de Goiânia, a chegada dos trilhos a Anápolis e com a implementação das políticas da "Marcha para o Oeste".

Essas iniciativas deliberadas do governo, literalmente abriram novos territórios, tornando-os factíveis. Como exemplo pode-se citar o Vale do São Patrício, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que deu origem ao município de Ceres e, depois, Rialma.

A economia regional passou a funcionar na exportação de produtos primários para outras regiões do país, fazendo com que o circuito interno da economia deixasse de ser significativo no conjunto. Dessa forma, regiões de Goiás que, naquele momento, não ofereciam condições para se inserir nessa dinâmica, ficaram marginalizadas. Este foi o caso do Vão do Paranã, no contexto do nordeste goiano.

As frentes de ocupação exigiram crescentemente a presença do governo (administração) como ordenador da racionalidade do avanço, ou seja, da nova ordem a ser criada, resultando em um rearranjo territorial que, ao longo do tempo sofreu, reajustes, sem contudo perder sua função até nos anos mais recentes.

A partir da década de 40 iniciaram-se grandes transformações em Goiás, com a abertura de novas vias de penetração no sul do Estado, com iniciativas de regulamentação de terras devolutas, assim como toda uma política de incorporação de novas áreas emanadas da "Marcha para o Oeste". O desenvolvimento ocorrido nesta década da área de expansão da fronteira, foi marcada pela descontinuidade, formando "espaços insulados, tais como o Sudoeste Goiano, ao longo da Estrada de Ferro, Vale do São Patrício, Vertente Goiana do Paranaíba e principalmente na região do Mato Grosso Goiano, onde deu-se a implantação de Goiânia, a nova capital do Estado.

Essas regiões constituíram-se verdadeiras frentes de ocupação impulsionadas pelo poder público⁹⁴, com os projetos de colonização (inclusive com migrantes estrangeiros), loteamento de terras devolutas e, principalmente, a fundação de Goiânia.

A frente pioneira que se desenvolveu na região do Mato Grosso Goiano, onde se implantou Goiânia, definiu-se como uma frente de policultura e onde, conforme salienta Chaul (1987: 48):

os poucos recursos do Estado foram canalizados para as obras de construção de Goiânia e abertura de algumas estradas de rodagens de bases precárias, a fim de viabilizar a ocupação agrícola e, por conseguinte, a consolidação da nova capital.

Assim, em Goiás, construção de Goiânia⁹⁵ representou no contexto da "Marcha para o Oeste" e do governo Vargas, a ideologia do progresso, claramente expressa na afirmação de Chaul (1987: 49):

Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que sua realização dependeu basicamente do regime instalado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o Estado Novo, o inverso também é verdadeiro. Goiânia era a representação maior do "nacionalismo", do "bandeirantismo", da "sagacidade" do brasileiro, tão decantada pelos ideólogos do Estado Novo. Localmente Goiânia poderia representar o motor capaz de acelerar a integração de Goiás à economia nacional.

Goiânia representou então a consolidação da frente pioneira na região, servindo inclusive como trampolim para a posterior conquista e viabilização capitalista da Amazônia. Esse processo representou, com certeza, a viabilização da frente pioneira em Goiás, com sua conseqüente inserção na

⁹⁴ - Pode-se fazer aqui uma comparação com a frente pioneira do norte do Paraná, que embora contemporânea movimento de Goiás, resultando de sociedades estruturalmente análogas e fruto de um mesmo contexto histórico, ou seja de expansão da fronteira agrícola nacional no entanto apresenta sua própria especificidade. No Paraná o caráter da colonização foi o de ser eminentemente privada com a predominância da expansão do cultivo do café e presença maciça de paulistas.

⁹⁵ - A pedra fundamental de Goiânia foi lançada oficialmente em 24 de outubro de 1933 e daí em diante deu-se a sua construção e a transferência gradativa da estrutura administrativa da antiga capital, até a sua inauguração oficial em julho de 1942.

economia de mercado, como um novo centro político capaz de contribuir para a dinamização da economia do sul e sudeste.

Durante os anos que se estendem dos anos 40 até o governo JK, os governos goianos executam procedimentos ou intervenções que seguem um mesmo padrão sem alterações qualitativas. Essa atuação consiste em criação de colônias agrícolas, cooperativas, estradas, hidroelétricas, escolas agrícolas, extensão de trilhos de ferrovia até Anápolis. Paralelamente, ocorre um ordenamento do avanço sobre as terras públicas, através da criação de loteamentos rurais em largas extensões de terras devolutas que se transferiram para particulares, através de preços simbólicos.

A brilhante análise de Martins (1996:44) sintetiza os processos pelos quais passou boa parte do território brasileiro, na esteira de sua incorporação aos processos produtivos modernos:

A partir de 1943, a frente pioneira que, em outras regiões se movia impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da agricultura de exportação, como o café, no Sudeste, na Amazônia passa a depender da iniciativa do governo federal. Ela se torna a forma característica de ocupação de novas terras. Os grandes episódios desse impulso foram a expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil central, ambas oficiais nos anos 40; a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 50; e finalmente, a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos 60. A política de incentivos, ao subsidiar a formação do capital das empresas amazônicas, dando-lhes assim uma compensação pela imobilização improdutiva de capital na aquisição de terras para abertura de fazendas (onde era esse o caso), promoveu a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital.

O autor se refere à Amazônia, mas conforme demonstrou-se aqui, Goiás recebeu essas iniciativas do governo federal, funcionando como uma ponta de lança ou um trampolim para a ocupação da Amazônia. Assim, a análise é pertinente aos processos ocorridos em Goiás.

Ocupar o espaço goiano com estratégias institucionais constitui idéia antiga — a intenção de transferir a capital federal para o Planalto Central existe desde o século passado⁹⁶. A colonização do centro do Brasil passou

⁹⁶ - A este respeito ver o criterioso Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. -

sempre por essa idéia, que tem no seu bojo um cunho geopolítico próprio de uma época, na qual a possibilidade de espaços vazios parecia ilimitado e o Brasil parecia não ter fim. Tomar posse de territórios significava criar laços institucionais impossíveis de serem desfeitos e o centro do poder parecia quase tão importante quanto ele mesmo; nesse sentido, o poder espacializava-se em um lugar estratégico. Assim o Planalto Central passou a ser o *locus* de um processo, cujos resultados materializados em formas espaciais são hoje mais evidentes.

No trecho a seguir evidencia-se o papel de Goiás num momento da história recente como o *locus* de mudanças que foram, hoje se sabe, vitais para a organização atual do Brasil:

Goiás[...], é hoje menos um Estado da federação do que uma fronteira econômica e social em movimento, em mutação permanente, em avanço sistemático.

Goiás de hoje constitui a sagrada inquietação de muitos. É uma terra nova. Um mundo em perspectiva. Uma realidade geográfica a incorporar no quadro da civilização moderna. A fixação de um marco humano no Centro do País e do Continente a traduzir um rumo geo-político irresistível, de que a interiorização da Capital Federal - sonho antigo- é o testemunho mais irrecusável (Brasil, Conselho de Imigração e Colonização, 1949: 7-8).

Gradativamente, foi se consolidando o papel de Goiás na dinâmica nacional, como periferia fornecedora de alimentos e matérias-primas, além de oferecer condições para absorver contingentes migratórios, em função da abertura de novas frentes de trabalho.

Durante o Governo Mauro Borges, transpareceu a estratégia, cuja base ideológica era a do desenvolvimentismo, que pretendeu integrar Goiás à nova ordem, e que segundo Rabelo (1978): "*Pode-se afirmar que Goiás foi um verdadeiro laboratório para as experiências do nacional-desenvolvimentismo, orientando-se para a construção de um capitalismo nacional de base estatal*".

Resultou daí a montagem de uma tecnoestrutura estatal necessária à nova ordem e à ação econômica exercida pelo Estado. Os órgãos criados foram

ligados ao planejamento e/ou criação de infra-estruturas territoriais, bem como exploração de minérios⁹⁷.

Estes fatos, combinados à construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), produziram uma profunda transformação na economia goiana e, conseqüentemente, na estrutura territorial e social. Goiás passou a ser efetivamente uma terra de oportunidade, como área de absorção de migrantes e produção de alimentos e matérias primas daí resultando também um profundo processo de reestruturação espacial que atingiu e incorporou o Norte goiano (hoje Estado do Tocantins) e começou a tocar de leve no Leste goiano (entre a margem direita do Tocantins e a Serra Geral). Esta região era até então um vazio, um sertão desarticulado que se identificava mais com o nordeste brasileiro do que com o Estado de Goiás, ou no dizer dos habitantes do Vão do Paranã, mais com o sul⁹⁸.

A forma assumida pelo Estado Nacional a partir de 1964, e as estratégias desenvolvimentistas preconizadas pelo modelo econômico tiveram imediatas conseqüências para Goiás. De uma certa forma, retomou-se a "Marcha para o Oeste" dentro de uma política de integração nacional, na qual a agropecuária despontou como peça fundamental no processo. Desta forma, os espaços disponíveis no território goiano, e que não foram incorporados no movimento anterior de redefinição espacial, o foram a partir daí.

A reestruturação territorial do Estado de Goiás foi profunda, com intenso processo de incorporação de terras e criação de novos municípios que na década de 50, atingiu o ápice (ver gráfico 1).

No período 1960/1970 ocorreu uma redivisão territorial bastante acentuada — em 1950 o Estado contava com 77 municípios, em 1960 eram 179 e em 1970 o número sobe para 221. Em 1980, diminuiu o ritmo desta redivisão, pois havia 223 municípios, portanto um acréscimo pequeno se for considerado o período seguinte. Este processo de reestruturação territorial

⁹⁷ Os principais órgãos criados, dentre outros, foram: Secretaria de Planejamento e Coordenação, Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás (SUPLAN), Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A (CRISA), Indústria Química do Estado de Goiás (IQUIGO), Metais de Goiás (METAGO)

⁹⁸ - Esta é a forma com a qual os habitantes do Vão do Paranã se referem ao Goiás mais adiantado, e até hoje utilizada pelos mais antigos.

culminou com a criação do Estado do Tocantins em 1986, dividindo-se o Estado de Goiás ao meio.

Em grandes linhas, a estruturação atual do território goiano definiu-se durante o desenrolar deste século, principalmente a partir da década de 30, quando se acelera este processo. Esta reestruturação reflete-se, dentre outras coisas, no processo de criação de municípios uma vez que da metade dos municípios existentes hoje no Estado de Goiás foram criados entre as décadas de 30 e 50. A criação de municípios constitui o reflexo da construção de um território e da organização de um espaço sob determinados impulsos. A intensidade do processo nesse período atinge amplas extensões do território, principalmente no sul de Goiás. A partir de 1950 intensificou-se a criação de municípios em outras direções de avanço da frente pioneira pós-1950, como no norte.

O processo foi reativado em 1980, resultado de um outro momento no qual se redefiniu a estrutura regional novamente, agora já atrelada às transformações oriundas de um projeto nitidamente voltado para a integração nacional dos governos militares, do qual Goiás foi parte fundamental, como território de expansão favorável ao desenvolvimento agrícola e da pecuária. A direção da expansão de criação de municípios no Noroeste e Nordeste do Estado e no entorno de Brasília e Goiânia, foi reflexo da intensa urbanização do período. No Sudoeste, a intensificação econômica decorrente dos cultivos para fins comerciais e agroindústria, também foi responsável pelo aumento do número de cidades, e de população.

Gráfico 1



Fonte: Censos Demográfico de 1991.

O gráfico acima demonstra a dinâmica de tal processo num horizonte temporal longo, mas que reflete o processo analisado.

Em termos de estruturação do espaço, a expansão das frentes pioneiras aconteceu em Goiás em diferentes momentos, por motivos diversos. Comum a tais processos é o fato de em Goiás, existirem espaços vazios favoráveis à ocupação. Deste ponto de vista pode-se esquematicamente, regionalizar o Estado segundo etapas do processo de ocupação no século XX, obtendo-se assim uma estruturação representada no mapa a seguir (fig. 9), que corresponde a um padrão evolutivo.

O processo da evolução da ocupação em Goiás, representado no mapa adiante, pode ser compreendido conforme a região incorporada pela frente pioneira no Estado de Goiás. Cumpre esclarecer que essa abordagem tem o objetivo de demonstrar como o território goiano atual se redefiniu e se reestudou com o desenvolvimento das frentes pioneiras. Deve ser ressaltado que até 1989, o Estado do Tocantins e Goiás faziam parte do mesmo território. Essa análise não levou em consideração tal fato, mas apenas o território o-território atual do Estado de Goiás.

ESTADO DE GOIÁS

EXPANSÃO DAS FRENTES PIONEIRAS NO SÉC. XX

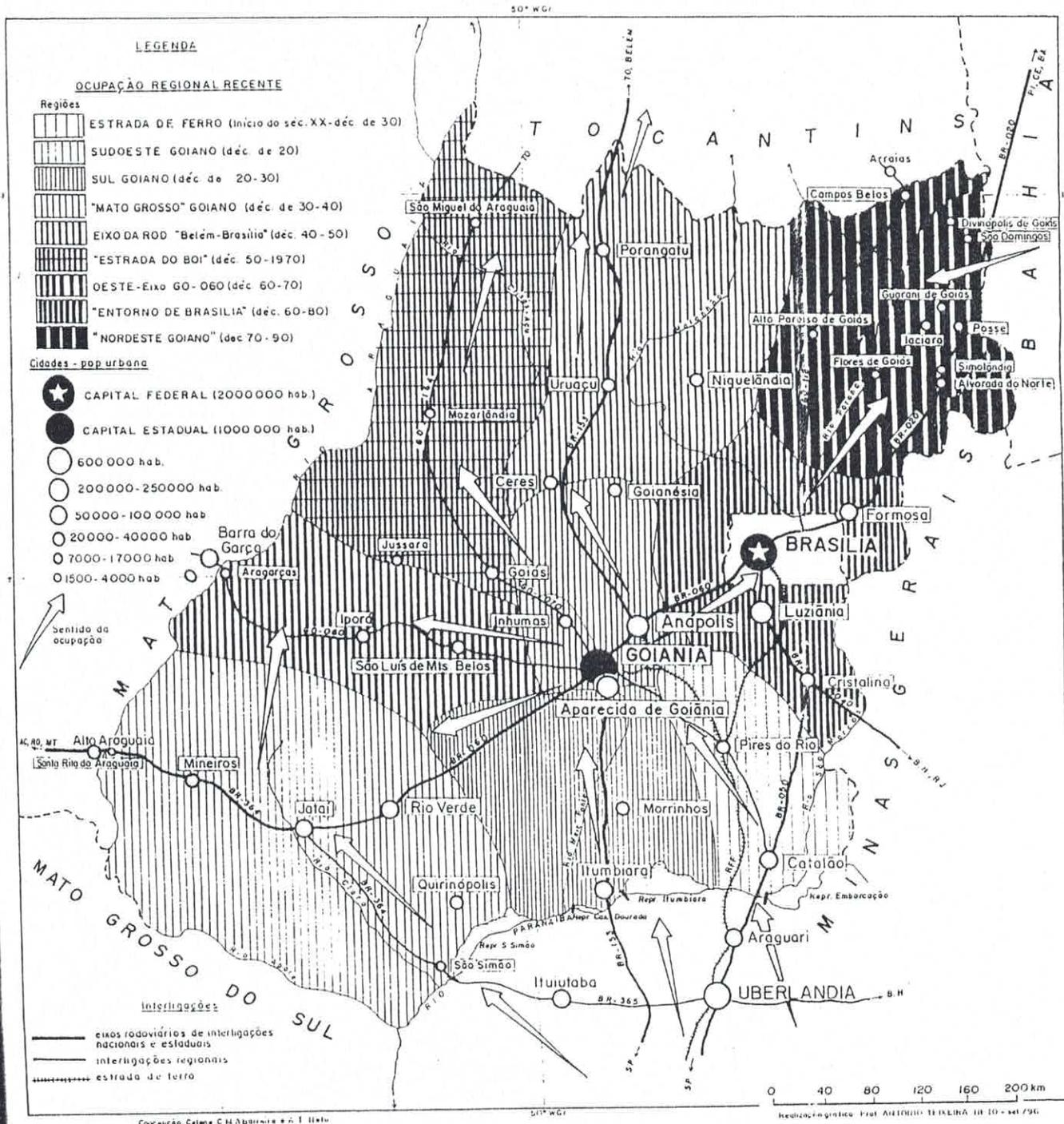


Figura 9 - Mapa de Expansão das Frentes Pioneiras em Goiás

Na figura 9 estão representados e espacializados de forma sintética os eixos principais de desenvolvimento da ocupação do território goiano. Onde se torna evidente o fato de ser o Vão do Paranã, a última fronteira a ser incorporada.

As grandes linhas dos processos ocorridos nas diversas regiões estão explicitados a seguir:

— Estrada de Ferro

Esta região de Goiás começou a se transformar e incorporar os impulsos modernizantes emanados do centro-sul do país, a partir de 1911, com o início da implantação da ferrovia, vinda de Araguari, no Triângulo Mineiro. Apesar do lento processo de construção, cheio de altos e baixos, estendeu-se até Anápolis (1935) e posteriormente a Goiânia (1950). A este fato, juntou-se a onda migratória que passou a transitar na região de Goiás, ao sabor do traçado da estrada, mas também penetrando por suas margens, ao longo de um eixo de influência que se consolidou com o desenvolvimento do transporte rodoviário. Boa parte dos municípios de zona da estrada de ferro teve sua origem ligada de alguma forma à implantação da Estrada que, à medida que avançava, ia também estruturando uma rede urbana. Municípios como Anhanguera, Cumari, Goiandira, Leopoldo de Bulhões, Ouvidor, Pires do Rio, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis, têm suas origens ligadas à estrada.

Nesta região, desenvolveu-se uma rede de estradas de rodagem combinadas com a estrada de ferro determinando, desta forma, sua inserção definitiva no contexto econômico mais dinâmico.

O geógrafo Leo Waibel (1979:161), percorrendo terras goianas para realizar seus estudos, em 1947, assim se referiu à faixa pioneira da Estrada de Ferro:

A Estrada de ferro Goiás chegou à cidade de Anápolis em 1935, causando uma nova era de povoamento e de prosperidade econômica na região. No mesmo ano começou a construção da nova capital. A estrada de ferro levou para a outrora remota área, não somente mercadorias de toda espécie, mas também gente que era atraída pelos vastos espaços vazios da parte sul do Estado, seus férteis solos de mata e seu saudável clima de *tierra templada*.

[...] Os imigrantes vêm, cerca de 80% do Estado vizinho de Minas Gerais; os restantes 20% vêm de São Paulo, Bahia e outros Estados. Os preços da terra, no campo e na cidade, subiram fantasticamente; as condições econômicas e sociais melhoraram, e uma atmosfera de esperança, energia e atividade penetrou na zona toda.

Após 1940, entrou em crise o transporte ferroviário em Goiás, devido às dificuldades de reaparelhamento da rede, mas já estava em curso o projeto de expansão do transporte rodoviário. Mesmo assim, conforme atesta Borges (1982: 44): "*A ferrovia havia cumprido o seu papel histórico como via pioneira de penetração e de integração da economia goiana à dinâmica capitalista do Sudeste.*"⁹⁹

A análise de Borges (1982) conclui que a penetração da ferrovia, no Sudeste Goiano, rompe definitivamente com o modelo de economia agrária estagnada numa evidente integração regional com a divisão regional do trabalho no Brasil. Modernizaram-se a agricultura e a pecuária, intensificou-se a urbanização, mudaram as relações de trabalho, as terras valorizaram-se, e estabeleceram-se relações comerciais regionais e intrarregionais.

— Sul Goiano

O sul de Goiás constituiu-se em rota pioneira para os exploradores de ouro em Goiás, tal como a região da Estrada de Ferro. Aliás, esta região sofreu os efeitos da influência da ferrovia, uma vez que foram várias as rodovias implantadas para dar acesso a linha férrea, que passou a ter um papel aglutinador. O geógrafo Waibel (1979:161) assim se referiu à região: "*...a faixa pioneira moderna do sul de Goiás foi estabelecida não numa zona selvagem, mas numa região que foi civilizada há mais de duzentos anos*".

[Com a abertura de estradas, muitas cidades foram criadas e as antigas revitalizaram-se e conheceram um intenso fluxo migratório, durante as décadas de 20 e 30. Tal fluxo deveu-se à abertura de novas áreas agrícolas, que se tornaram acessíveis, pelo desenvolvimento dos transportes. As terras no sul de Goiás eram abundantes e de fertilidade comprovada. Os migrantes

⁹⁹ -O trabalho de Borges constitui excelente referência sobre o papel da Estrada de Ferro em Goiás.

que aí chegavam eram constituídos em sua maioria por mineiros e paulistas e deve ser enfatizado o caráter espontâneo da ocupação nesta área. O Estado pouco interferiu na construção de estradas; nesta fase era comum as estradas serem construídas por particulares

De uma certa forma, a região desenvolveu-se como uma extensão do processo de expansão do Sudeste do país. Sofreu os mesmos mecanismos de apropriação de terras e inserção naquele mercado; a diferença é a articulação que se fez via estradas de rodagem. Os núcleos urbanos fortaleceram-se comó Morrinhos, Itumbiara, Goiatuba numa clara articulação com o Triângulo Mineiro.

— Sudoeste Goiano

A incorporação a um processo produtivo mais dinâmico da primeira metade deste século, iniciou-se com a expansão da pecuária mineira e, posteriormente, com a agricultura, a contiguidade geográfica facilitou essa incorporação. Apesar de ser cortada pela ferrovia e de uma certa forma dela ter recebido influência, nela foram implantadas paralelamente estradas de rodagem. Nesta região, entre 1915-1921 foram implantadas várias estradas, cuja convergência era para Santa Rita do Paranaíba, para servir os municípios do sudoeste, seguindo para Uberabinha e, conseqüentemente a estação Mogiana.

Mas após meados da década de 40 a estrutura regional mudou efetivamente com a introdução de uma agricultura comercial, como o arroz e o algodão, em municípios como Jataí, Rio Verde, Santa Helena, Quirinópolis, Paraúna, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, dentre outros. Com a introdução da soja, na década de 70 e a conseqüente modernização da agricultura desencadearam-se transformações sem precedentes em Goiás, ou seja, esta região hoje concentra a maior produção agrícola, com agro-indústrias importantes, junto de uma agricultura altamente comercial¹⁰⁰.

O geógrafo Waibel (1979:162), referindo-se aos processos ocorridos no sul de Goiás, diz :

¹⁰⁰ - Sobre a modernização desta região consultar: IBGE. Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás, Rio de Janeiro, 1982

Agora um novo tipo de povoador veio para Goiás: o pequeno lavrador que cultiva a terra ele próprio possui e vende produtos agrícolas para o mercado. Ele se interessou pelas terras de melhor solo, as florestas que os fazendeiros de gado tinham menosprezados.

As melhores terras do sudoeste goiano abrigam uma produção agrícola e pecuária importantes, com base numa estrutura fundiária concentrada. Nas grandes propriedades hoje, a agricultura é altamente mecanizada, com pequena utilização da mão de obra e produção de monoculturas voltadas para a exportação, caso da soja e do milho.

— Mato Grosso Goiano

A ocupação e povoamento da região do Mato Grosso Goiano devem ser entendidos como parte integrante do movimento nacional de expansão da agricultura, entre 1930 e 1955. Essa fronteira foi esboçada com agricultores mineiros, como frente de policultura principalmente de arroz.

Conforme atesta França (1985:140):

a ocupação da referida fronteira agrícola, representou um movimento essencialmente espontâneo, orientado de forma natural pela direção do avanço da frente povoadora [...] Na frente pioneira do Velho "Mato Grosso, os recursos do Estado foram canalizados para a sobras de construção de Goiânia e abertura de algumas estradas de rodagem de base precária, a fim de viabilizar a ocupação agrícola e, por conseguinte, a consolidação da nova capital.

A construção de Goiânia, de um certa forma, representou a (consolidação) de um processo de ocupação da área, tanto que a partir de 1940 consolidou-se definitivamente esse processo.

O geógrafo Pierre Monbeig (1940: 84), que visitou Goiânia na época da construção, assim se referiu-se ao que observou:

Ora, o completo êxito dos construtores de Goiânia está, sem a menor dúvida, ligada à valorização das riquezas do Mato Grosso e de Goiaz, valorização que

depende das relações com os grandes centros consumidores e comerciais, vizinhos ao litoral... É verdade que já os próprios arredores de Goiânia estão povoados e que duas mil famílias rurais começam a produzir arroz, milho e feijão para o mercado local e para exportação. Além de Goiânia, que é grande fato novo deste momento, cidades antigas redefiniram suas funções, como Anápolis, Inhumas, Itaberaí, Trindade, entre outras.

Leo Waibel chamou atenção, em um trabalho fundamental para a compreensão da ocupação do território brasileiro "As Zonas Pioneiras do Brasil"¹⁰¹, sobre cinco zonas pioneiras daquele momento¹⁰² (1947). Uma delas era o Mato Grosso Goiano que, em sua interpretação, desenvolveu-se a partir da produção de gêneros alimentícios para o mercado interno.

Cumprir ainda ressaltar a criação, pelo governo federal, em 1943, da Fundação Brasil Central, com a finalidade de dar apoio aos projetos de colonização (com população estrangeira ou brasileira) e ao desbravamento do oeste brasileiro. Em Goiás, principalmente no Mato Grosso Goiano ou em suas imediações, essas ações foram mais freqüentes, seja na criação e manutenção de projetos de colonização, seja na abertura de estradas.

— Eixo da Belém-Brasília

Corresponde, grosso modo, à parte do antigo núcleo minerador, que com o declínio da atividade aurífera, passou a desenvolver uma economia agrária, com forte adensamento de população indígena. Daí, um progressivo abandono das terras do norte, com arraiais em ruínas, desabitados e que só foram reativadas a partir de meados de 1940 com a instalação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás)¹⁰³, fundada em 1941 e que deu origem a Ceres. Em princípio da década de 40, foi iniciada a construção de uma rodovia federal para atender às necessidades da Colônia de Ceres¹⁰⁴, ligando-

¹⁰¹ - Contido no livro Capítulos de Geografia Tropical. IBGE, Rio de Janeiro, 1979.

¹⁰² São elas: A região de Xapacó-Pato Branco no noroeste do Estado de Santa Catarina e no Sudoeste do Estado do Paraná; O norte do Paraná; O oeste de São Paulo; o "Mato Grosso" Goiás; a região norte do rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

¹⁰³ - Sobre a CANG ver : DAYREL, E. G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Dissertação de mestrado, UFG, 1974, Goiânia.

¹⁰⁴ -Esta rodovia começou a ser construída pelo Ministério da Agricultura em 1941 por Bernardo Sayão, o administrador da CANG.

a a Anápolis, e que foi implantada definitivamente já na década de 50, com o nome de Belém-Brasília, cortando o Estado no sentido longitudinal.

A expansão da ocupação nessa direção (norte) ligou-se então, às iniciativas governamentais no espírito da "Marcha para o Oeste" e depois, às políticas desenvolvimentistas do período JK. O projeto de colonização visava a fixação de trabalhadores, implantação de um sistema com base na pequena propriedade e a comercialização cooperativista. O projeto em si, fracassou mas transformou-se num suporte físico e demográfico do avanço para o Norte.

Na esteira dos processos que articularam a região ao o sul do Estado, desenvolvem-se cidades como Ceres, Uruaçu e Porangatu, e que hoje são centros regionais de importância econômica, no conjunto do Estado.

— Região da Estrada do Boi

A partir da década de 60, esta região passou a ter um uso capitalista intensivo. Até então, predominava uma tênue interligação regional, representada por antigos núcleos de mineração e por ligações fluviais que, praticamente não tinham função no contexto da economia estadual. Estavam, portanto, à margem da integração capitalista que já se processava em outras regiões do Estado.

Em Barreira (1989)¹⁰⁵ tem-se a seguinte análise sobre a região:

Após este momento da ocupação tipicamente pioneira do espaço, inicia-se uma segunda fase de organização da economia. A região passa a adquirir dinamismo próprio, começando a receber outras levas de migrantes, desta vez oriundos dos centros desenvolvidos do Estado de Goiás e de regiões de pressão demográfica do Sudeste, principalmente Minas e São Paulo. Os pioneiros já haviam cumprido o papel de desbravadores e criado os embriões do novo quadro urbano. São Miguel do Araguaia, no Norte da região, e Mozarlândia, no sul, passam a constituir cidades voltadas para abastecimento de gêneros de primeira necessidade [...] Por volta de 1970, a região já estava "pronta" e definida a base de sua economia: a pecuária de corte.

Com uma pecuária altamente comercial e intensiva e à medida que utilizou exaustivamente o território para formar pastos, a região foi ocupada

durante as décadas de 60 e 70, com a criação de cidades como São Miguel do Araguaia, Mozarlândia e Nova Crixás, voltadas exclusivamente para suporte dessa atividade. Por sua posição fronteiriça com o Mato Grosso, pela proximidade do Vale do Xingu, e principalmente pela necessidade da pecuária de corte de incorporar sempre novos espaços, novos pastos, a região serviu como uma das cabeças de ponte para a ocupação pecuarista do rio Xingu. A área constitui-se hoje numa sucessão interminável de pastos, e a vegetação natural desapareceu em menos de 20 anos.

— Eixo da GO-060

*data da
licença
de 70*

A região conheceu uma ocupação durante a fase da mineração, com ocorrências de catas no Rio Araguaia e nos rios Claro e Caiapó. Após essa fase, entrou em processo de estagnação só rompido com a implantação da estrada GO-060, principalmente o trecho entre Iporá e Aragarças, localizado às margens do Araguaia. Desta forma, a região passou a se integrar diretamente com as áreas dinâmicas do Estado e com o Estado do Mato Grosso; daí desenvolveu-se uma agropecuária em bases modernas, cujos núcleos dinâmicos são Iporá e São Luís de Montes Belos e Aragarças. Hoje, a exploração mineral é também importante, principalmente a exploração de níquel e granito em escala comercial, juntamente com o desenvolvimento da pecuária de corte, e fato novo, agricultura comercial voltada para a produção de soja.

— Entorno de Brasília

Essa área de Goiás sofreu, mais diretamente, o impacto da implantação do Distrito Federal¹⁰⁵. Até o momento, não havia sido uma área despovoada; pelo contrário, a sua ocupação remonta ao século XVIII, quando se abriram os caminhos do ouro. Vários são os núcleos desta fase, como Meia Ponte (1727), que é hoje Pirenópolis; Santa Luzia (1746), hoje Luziânia; Corumbá de Goiás (1750); Arraial de Couros (1736), atual Formosa; Mestre d'Armas (1812). Com

¹⁰⁵ - Sobre o processo de ocupação dessa região ver trabalho realizado em 1989 por Barreira.

¹⁰⁶ Ver sobre este tema o trabalho de Lucarelli (1989)

o declínio da mineração houve a estagnação por um longo período, só alterada com a implantação do Distrito Federal.

Com a transferência da capital federal para o território goiano, foram grandes as alterações na área do seu entorno. Além das estradas novas ligando à praticamente todas as partes do Brasil, deve ser ressaltado que uma nova organização geográfica se impôs, num intenso processo de urbanização. Foram criados a partir de 50, seis municípios: Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo. Os já existentes que se assentavam sob uma estrutura agrária tradicional, na qual o núcleo urbano tinha pouca expressão, após a construção de Brasília sofreram alterações substanciais com um reordenamento da ocupação do território. Estes municípios, tanto os antigos quanto os novos, passaram funcionar como anteparo ao fluxo migratório dirigido à capital federal.

Deve ser ressaltado que a ação decisiva do governo federal no sentido de criar uma base de sustentação econômica para o DF, principalmente durante a década de 70, provocou a incorporação definitiva da região a processos muito dinâmicos, referentes à agricultura e pecuária. O processo de ocupação do Planalto Central, atraindo constantes fluxos migratórios, principalmente entre as décadas de 60 e 80, resultou numa ocupação surpreendente, pela intensidade e rapidez com que foi feita.

Hoje sobressai a urbanização acelerada, e em alguns casos, desenfreada, sem controle, devido ao contínuo fluxo migratório para região, que deve cumprir o papel de conter no entorno a população migrante antes de entrar no DF propriamente dito.

O processo de urbanização acelerada não parou, e em 1992, foram emancipados mais três municípios: Cocalzinho de Goiás, Vila Boa e Cidade Ocidental.

A explicação para essa dinâmica urbana, traço marcante na região atualmente, deveu-se à rigidez da legislação do solo no Plano Piloto, ao alto preço dos terrenos, à limitada capacidade do Governo de investir na infraestrutura básica, fazendo com que a população de menor poder aquisitivo seja expulsa para as áreas limítrofes ao Distrito Federal.

— Nordeste Goiano

O Nordeste Goiano— cujo processo de ocupação foi analisado em capítulo anterior— última das regiões goianas a receber os impactos de transformações estruturais, nos últimos 20 anos, caracterizou-se por uma situação de isolamento e pobreza generalizada, conhecida como o "corredor de miséria" de Goiás. Porém, nem sempre foi assim; no passado, principalmente no século XIX foi uma das regiões economicamente mais importantes do Estado.

Até a segunda metade deste século, permaneceu à margem da modernização que ocorria em outras partes do território goiano. A criação do Distrito Federal, devido à proximidade física, área contígua ao Distrito Federal, desencadeou uma transformação no seu entorno. Por consequência, o Nordeste Goiano recebeu um pouco dessa influência, através dos programas e projetos de desenvolvimento regional implementados, voltados para área de mineração, agricultura¹⁰⁷ e desenvolvimento urbano, ligados a grandes programas especiais do Governo Federal, como o Geoeconômica de Brasília e Polocentro.

Na região localiza-se hoje um conjunto importante de atividades: mineração de cassiterita, em São João d'Aliança, ouro, em Cavalcante; um centro turístico/esotérico em Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros. Recentemente desenvolveu-se a reocupação do Vão do Paranã, com o desenvolvimento da pecuária.

2.1. O impacto da Integração Nacional Sobre o Território Goiano

Após 1964, a organização territorial de Goiás redefiniu-se e aprofundou-se tal processo, com incorporação de novas áreas não capturadas nos movimentos anteriores de expansão da fronteira, bem como uma redefinição e

¹⁰⁷ - Dentre eles o Programa de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso (INDUR.1980), parcialmente implementado, com intervenções na área de desenvolvimento urbano, mineração agricultura e regularização fundiária.

aprofundamento de processos econômicos mais articulados, nas áreas já ocupadas. Isso significou uma nova estratégia espacial imposta ao Centro-Oeste, mas a continuação do processo que vinha se gestando anteriormente, como se fosse uma continuação da "Marcha para o Oeste". A forma assumida pelo Estado nacional, a partir de então, e as estratégias desenvolvimentistas preconizadas pelo modelo econômico tiveram imediatas conseqüências para Goiás.

De certa forma, retomou-se a "Marcha Para o Oeste", dentro de uma política de integração nacional, na qual a agropecuária despontou como fundamental no processo e, por conseqüência, os espaços suscetíveis de acolhê-la. Os espaços do território goiano, que ainda não tinham sido incorporados no movimento anterior, o foram a partir daí. Os espaços já incorporados sofreram um aprofundamento e intensificação das atividades nele desenvolvidas para uma forma mais capitalista. Tal é o caso do sul de Goiás, que conhece uma diversificação, no sentido de desenvolvimento da agroindústria, de uma pecuária intensiva, e agricultura plenamente comercial.

A reestruturação territorial de Goiás foi profunda, num processo intenso e acelerado de incorporação de terras e criação de novos municípios, manifestações espaciais mais visíveis dessa transformação, juntamente com a implantação de uma malha viária. Essas ocorrerão com maior intensidade no sul de Goiás, como também a modernização dos processos de produção agrícola, ao passo que no norte (acima do paralelo 13), região que depois constituiu o Estado do Tocantins, ao lado de um intenso processo de incorporação de terras, desenvolveu-se a pecuária de corte.

Tabela 13

**ESTABELECIMENTOS E ÁREA NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 1960
E 1985**

	1960	1970	1980	1985
Estabelecimentos	111.015	145.115	110.652	131.948
Área	23.887.314	35.763.038	29.185.281	29.969.818

Fonte: Censos, IBGE.

As informações censitárias demonstram que aconteceu uma incorporação de novas áreas em Goiás, entre 1960 e 1985. O incremento de área foi da ordem de 25% e de estabelecimentos, de 18%, o que indica incorporação de áreas, e um crescimento menor dos estabelecimentos, ligado naturalmente ao processo de concentração fundiária que tem caracterizado a expansão da agricultura e da pecuária no interior do Brasil.

No atual Estado de Goiás, conforme já visto, na década de 50 foram criados 40% dos municípios; a década de 80 vem a seguir, com a criação de 16 municípios, correspondendo a 1%, o que pode ser considerado como um indicador da reestruturação espacial

Desde 1964, até meados da década de 80, em Goiás, os efeitos da intervenção estatal foram intensos e condicionaram a organização do território goiano. Foi uma intervenção dirigida, através de programas e projetos especialmente direcionados para Goiás e áreas de Cerrados e Amazônia, ou, indiretamente, através de políticas públicas aplicadas para o conjunto das cidades brasileiras, ou ainda, que fizeram parte de um amplo projeto de criação de infra-estrutura no Brasil. De qualquer maneira, durante esse período o poder público criou, no sentido de organizar, o território goiano atual, da mesma maneira que interferiu fortemente no Mato Grosso, Amazônia, Rondônia, etc. Este ato de criar território, constitui parte da estratégia de integração nacional.

A estratégia de integração nacional, expressa nos sucessivos PNDs¹⁰⁸, tiveram em Goiás, como resultado imediato, a criação de território, no sentido de que através de implementação de políticas econômicas foi se estruturando uma organização, se justapondo e se mesclando com as formas já existentes, de maneira tal que aos poucos e de uma forma silenciosa, foi se delineando um novo território, sobre o já existente. Os sinais mais visíveis foram a crescente proliferação de novos municípios, na esteira de uma crescente urbanização, e de fluxos migratórios de outras regiões do país, bem como da criação de infra-estrutura econômica, na forma de rodovias, equipamentos urbanos, linhas de crédito, e sobretudo, do aumento visível e inquestionável da produção agropecuária. Esse foi o papel reservado à Goiás, o de fronteira

agrícola, o de produtor de alimentos e matérias primas no contexto das políticas de integração nacional.

No I PND¹⁰⁹, não havia uma estratégia explicitamente clara em relação ao Centro-Oeste. Esta era bem definida em relação à Amazônia e ao Nordeste, ou seja, a de integrar uma e desenvolver a outra. O Centro-Oeste estava a meio caminho da Amazônia, fazendo aliás, parte da Amazônia legal, cujo limite correspondia às áreas ao norte do paralelo 13, e foi alvo das políticas emanadas da Sudam¹¹⁰, através da atuação em território goiano do Programa do Poloamazônia. Instituído em 1974, com o objetivo de implantar pólos avançados de desenvolvimento¹¹¹, previa :

a aplicação de recursos em transportes, agricultura e desenvolvimento urbano, mas estende-se a um vasto leque e sub-programas que incluem ainda trabalho, energia, saúde, ciência e tecnologia [...]

O Polamazônia apresenta-se como uma espécie de ensaio geral à ocupação da Amazônia, empreendendo ações fragmentárias e pontuais que lembram em outro contexto e sob certos aspectos, as ações da extinta Fundação Brasil Central. (GOIÁS. Indur, 1984: 15)

Um outro programa instituído em 1975, e que incidiu sobre Goiás, foi o Polocentro (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados), que visava a incorporação de 1,6 milhões de Km² de cerrado em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Essa incorporação significava tornar produtivo o cerrado. Em Goiás, priorizou-se a aplicação dos recursos do Polocentro nas áreas de Gurupi (hoje no Estado do Tocantins), e Rio Verde — as que receberam a maior parte dos recursos — e Paranã, Pirineus e Piranhas que receberam a menor parte dos recursos. Do total de investimentos aplicados, durante a vigência do Programa, a Goiás coube 31,1%. Segundo avaliação do estudo feito pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR), em 1984 :

¹⁰⁸ Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômicos implementados entre 1972 e 1984.

¹⁰⁹ -Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico

¹¹⁰ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

¹¹¹ Conforme análise contida em estudo realizado pelo INDUR, Goiânia, 1984 sob o título Uma Análise do Planejamento Urbano no Estado de Goiás - 1964-1984,

Em termos de recursos, a grande tarefa do Polocentro foi transferir à iniciativa privada recursos subsidiados para investimento, resgatável a médio e longo prazo, na ordem de 60% dos seus recursos totais, representando mais de 5000 contratos de créditos em suas regiões. Na parte referente ao investimento público em infra-estrutura, os recursos para pesquisa agropecuária e assistência técnica rural tiveram indiscutível primazia, absorvendo perto de 40% dos recursos alocados, o sem dúvida imprime uma feição especial ao Polocentro.

O fato de envolver o Distrito Federal, fez com que o território goiano fosse ainda alvo de um programa de desenvolvimento do Governo Federal, o da Região Geoeconômica de Brasília, que cobriu uma boa parte do Estado, como área prioritária a desenvolver no sentido de constituir base de apoio ao Distrito Federal. O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília surgiu, em 1975, com a concepção de preservar o caráter político, cultural e administrativo de Brasília. Para tanto apoiou-se na idéia de propiciar, à área de influência do Distrito Federal condições de desenvolvimento "adequadas" a uma capital da república, buscando para tal, melhor abastecimento de Brasília, redução do fluxo migratório para o Distrito Federal, criando oportunidade de emprego na origem do fluxo migratório e nos pontos intermediários da trajetória do migrante, visando com isso, diminuir a pressão dos habitantes da periferia sobre os serviços básicos oferecidos no Distrito Federal. Deveriam ainda ter sido criados polos na rede urbana regional, que seriam alvos de amplas ações de desenvolvimento.

Esse programa possuía uma estratégia espacial, fundamentada numa intervenção territorial em três diferentes escalas de atuação, conforme publicação do IPEA (1981: 3) :

a) escala local, abrangendo todo o território do Distrito Federal, definido como área de contenção, e revelando preocupação com o crescimento explosivo de Brasília, tendente a repetir o modelo de urbanização das grandes metrópoles brasileiras, comprometendo-lhe as atribuições originais....

- b) escala de transição, abrangendo os municípios goianos e mineiro limítrofes ao DF¹¹², tidos como área de transição, onde seriam implementadas políticas que normalizassem e orientassem o processo de expansão urbana, com vistas a controlar a especulação imobiliária nas fronteiras do DF;
- c) escala regional, formada pelos demais municípios da região (em Minas Gerais e Goiás), definidas como área de dinamização, com vistas a formação de infra-estrutura física e apoio aos setores produtivos e organizar a ocupação urbana...

A partir de 1980, a estratégia do programa passou a ser calcada na concepção de áreas-programas, definidas a partir de infra-estrutura física já existente, de possibilidade de acesso a Brasília e pela potencialidade em recursos naturais. Dessa forma, foram identificadas as seguintes: eixo Ceres-Anápolis, área de Mineração, Vale do Paranã, área de influência das BRs 040/050, em Goiás. Em Minas, a área definida foi a de Paracatu.

Com o II PND, definiu-se como proposta para o Centro-Oeste e mais especificamente, para Goiás, os seguintes pontos:

- aplicação das diretrizes de desenvolvimento propostos pelo Programa da Geoeconômica de Brasília, principalmente no eixo viário Goiânia-Anápolis-Brasília;
- promoção de núcleos urbanos de ocupação selecionados ao longo da Belém-Brasília através do desenvolvimento das potencialidade regionais para o desenvolvimento agropecuário agromineral e agroindustrial;
- promoção de centros turísticos;
- implantação de aglomerado urbano de Goiânia.

Além dos grande programas regionais, foram implementadas ainda ações de menor vulto como o PNCP (Programa Nacional das Cidades de Porte Médio) entre 1976 e 1984, e Programa EBTU/BIRD, também entre 1976 e 1984.

¹¹² Não é o momento para críticas em relação a estas estratégias, mas não existe município mineiro que faça limite com o DF, pois o limite é um pequeno ponto de contato com Monas, ao passo que o DF é verdadeiramente circundado por municípios goianos. A partir daí não é muito difícil supor quem realmente lucrou com esse programa.-

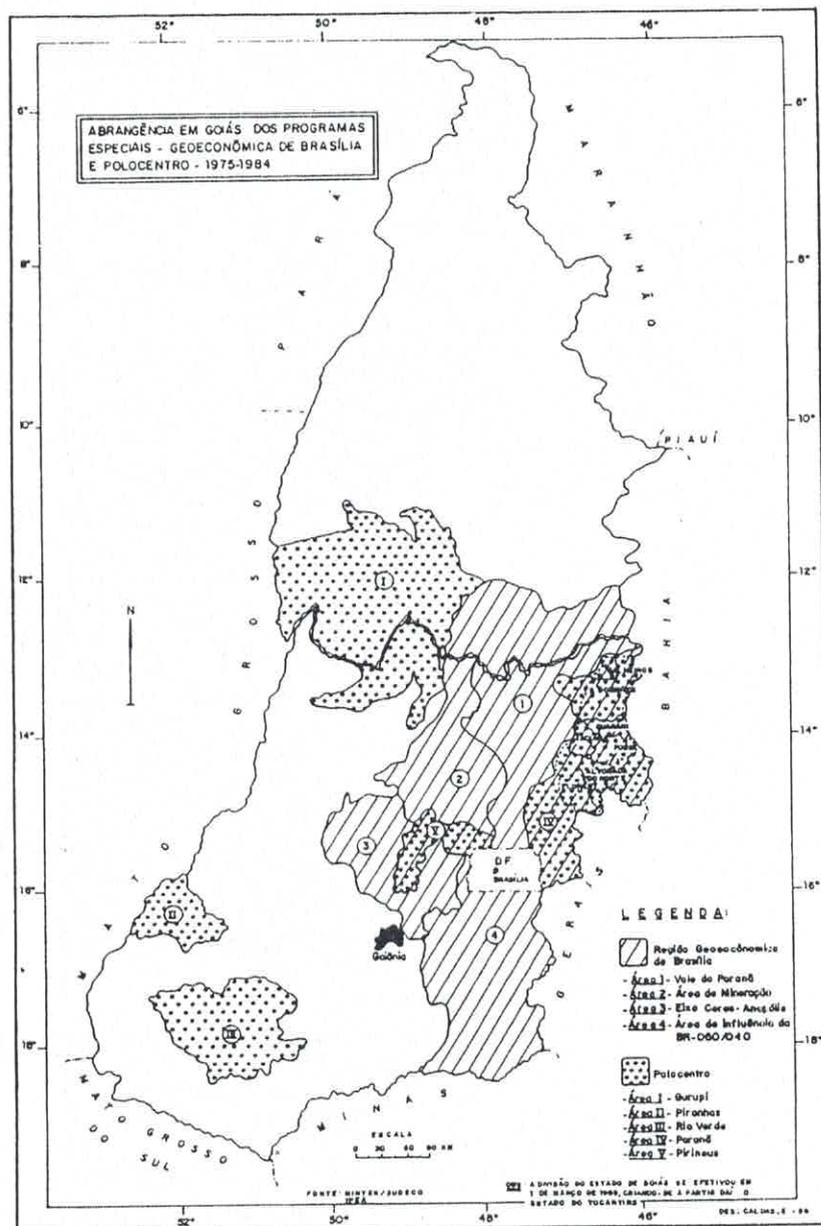


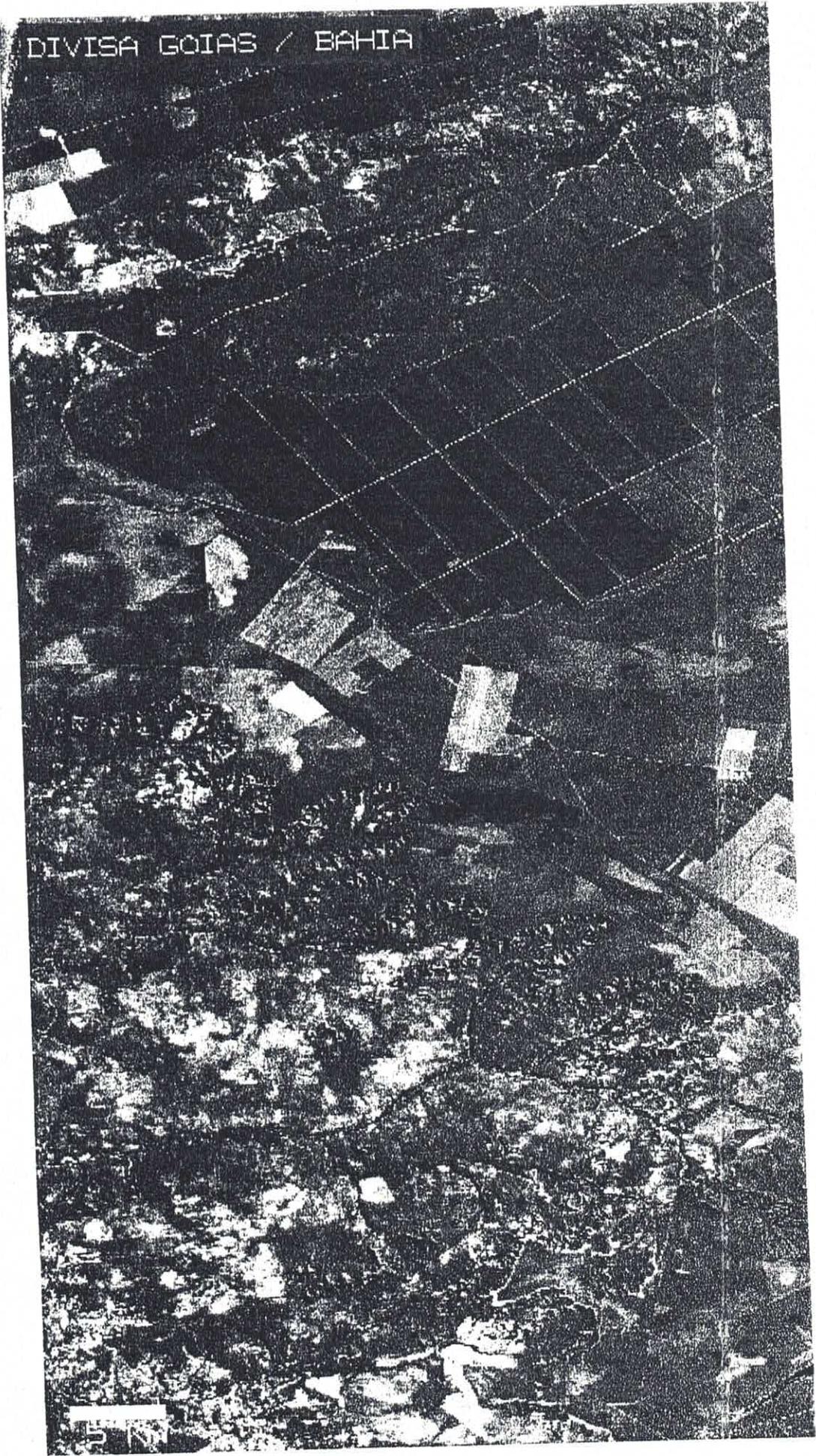
Figura 10. Abrangência em Goiás dos Programas Especiais

No conjunto das ações definidas no contexto de um Estado tecnocrático e implementadas de cima para baixo, pouco importariam as peculiaridades locais. As necessidades locais não foram, na maioria das vezes, sequer consideradas; existiram objetivos amplos e totalizantes que se impuseram às

condições locais. Alguns foram implementados em parte, em alguns casos, o foram no seu conjunto. Daí ser possível afirmar que essas políticas públicas tiveram um papel fundamental na estruturação do território goiano recentemente, diante do volume de investimentos feitos na forma de infraestrutura produtiva e mesmo diretamente na produção, bem como na infraestrutura urbana.

Percebe-se assim que, neste século, o território goiano estruturou-se nos diferentes momentos a partir de estímulos e ações estatais, montadas em maior ou menor grau com o objetivo de incorporar áreas ao processo produtivo. Em cada momento existem diferentes motivações, mas a intervenção é um fato incontestável. Pode-se afirmar que o território goiano é o resultado de um acúmulo de intervenções que tiveram, no momento apropriado, a capacidade de o estruturar. A estruturação atual junta-se à recente divisão do Estado (1986) com a criação do Estado do Tocantins, que terminou por criar uma estrutura mais dinâmica no novo Estado, uma vez que o norte foi historicamente a região mais carente e cujo processo de inserção no contexto nacional mais dinâmico está se fazendo mais tardiamente.

DIVISA GOIAS / BAHIA



TERCEIRA PARTE
O NOVO E O VELHO, CONFRONTO OU
SUBMISSÃO

Pensamos que a simultaneidade de diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta terrestre é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.

Milton Santos

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO REGIONAL ATUAL

1- Análise dos fatores que desencadearam a mudança

A estruturação regional do Vão do Paranã desenvolveu-se durante mais de dois séculos assentada na pecuária tradicional, que permaneceu dominante até meados desse século, quando se instalaram em Goiás processos que alteraram substancialmente o espaço.

Podem-se identificar três momentos ou fases distintas no processo que se liga, em certa medida com o resto do Estado ou com outras regiões do país.

O primeiro momento ou fase correspondeu ao predomínio da pecuária tradicional, durante a qual se sucederam momentos de implantação, consolidação e enfraquecimento da atividade. Iniciou-se com as primeiras incursões de que se tem notícia na região, na esteira da busca do ouro, a formação de fazendas de criar, com as primeiras sesmarias para pecuária. A região foi ocupada com as fazendas de criar gado, numa posição já consolidada e articulada como o mercado baiano no final do século XVIII e princípio do XIX, funcionando como uma alternativa viável à pecuária do São Francisco, e como sua complementação

Assim estabeleceram-se as bases da ocupação da região e a motivação principal de formação de seus núcleos urbanos mais antigos como Flores (1740), São Domingos (fins do século XVIII), Posse (1872), Iaciara (1881) Divinópolis-Galheiros (1885), e Guarani (1915). Cumpre destacar o antigo arraial de Couros, atual Formosa, criado em 1736 para funcionar como um registro na tributação de ouro, que terminou sendo um importante ponto de comercialização do gado do Vão do Paranã, e de produtos diversos destinados a abastecer as fazendas, através da troca de gado por tecidos, ferragens, sal, etc. A cidade de Formosa funcionou como porta de entrada do Vão do Paranã pela parte sul, ligando-o ao sul de Goiás.

A evolução da região nos séculos XVIII e XIX deve ser entendida como parte de um contexto mais amplo, resultado de uma dinâmica que articulou se comercialmente em primeiro lugar com o contexto baiano (Barreiras, Correntina, Santa Maria da Vitória) e mineiro (Januária, Monte Alegre). Em segundo lugar, com os municípios goianos de Formosa, Dianópolis, Taguatinga, Monte Alegre, Cavalcante e Veadeiros. Em síntese é um contexto no qual se articularam amplamente os territórios da margem direita do Tocantins, e os da margem esquerda do Rio São Francisco. No trânsito destas relações pode-se afirmar que existiu aí uma sociedade com características culturais sociais e econômicas bastante homogêneas, ditada pelo movimento dos homens e do gado.

Internamente, no nível administrativo da província de Goiás, é evidente o estímulo e o apoio à pecuária, que se iniciou no final do século XVIII (1772), quando o presidente da província de Goiás tomou as primeiras medidas de estímulo à pecuária. Esta tendência persistiu até a década de 30 nesse século, quando mudou radicalmente a direção das políticas públicas em Goiás. Passaram então a prevalecer estímulos à agricultura, em detrimento da pecuária.

A partir de então, a região entrou numa fase de isolamento e estagnação que persistiu até a implantação do Distrito Federal.

O segundo momento ou fase, corresponde ao período de implantação do Distrito Federal, em meados da década de 50, quando a região sofreu os efeitos das transformações territoriais, sociais e econômicas que esse processo representou inicialmente. A despeito do que parece, a criação do Distrito Federal não causou um efeito imediato e positivo, pelo menos para algumas regiões de Goiás, pois na verdade provocou um "enxugamento" no seu entorno, que não foi positivo. A região conheceu nessa fase, uma redução de sua população, atraída sem dúvida para Brasília, provocando conseqüências desastrosas, uma vez que já apresentava tradicionalmente de um povoamento rarefeito. Nesse momento as transformações não foram de grande monta, uma vez que a influência de Brasília funcionou em Goiás em áreas limítrofes, muito mais como drenadora de recursos e de homens, do que dinamizadora de atividades produtivas. As transformações mais marcantes, no

sentido territorial, foram, a criação de um novo núcleo urbano o de Alvorada do Norte em 1959, e abertura e implantação da BR-020 (Brasília—Fortaleza). Tais fatos territoriais, de uma certa forma, criaram as bases favoráveis para a abertura da região para um novo contexto de apropriação.

Observa-se no relato dos habitantes da região uma referência constante aos momentos em que começaram a aparecer interessados pelas terras da região, pois com a implantação de Brasília, houve uma corrida para apropriação de suas terras.

Uma pessoa¹¹² que chegou à região (em Flores) em 1956 retrata o ocorrido:

Eu entrei no avião lá em Formosa e eu sobrevoei aquela região de Brasília todinha procurando uma região boa que tivesse mato. Então o mato mais próximo que podia ser era o mato da beira do Santa Maria (rio), que pertencia a Flores que naquele tempo pertencia a Sítio d'Abadia. Flores não era nem distrito não era nada...Aí depois que localizamos o mato mais perto, mais próximo, que a gente enxergava mais futuro, aí eu voltei, nos pegamos o jipe e fomos conhecer a região, de qualquer maneira. Sabia que lá não ia de carro.

O relato demonstra o interesse despertado por aquela região, até então isolada. As terras de Flores, inteiramente localizadas dentro do Vão do Paranã, foram as primeiras a sofrer processo de apropriação.

Na interpretação de Palacim (1986: 17):

Nesse paraíso da vida natural, sem mudanças, a serpente foi introduzida pela construção de Brasília. Os grileiros e especuladores de terras abateram-se sobre a região. Encontraram um povo pacato e analfabeto, despreparado para lidar com sua astúcia. Enganados, assinavam documentos de cessão de suas terras, e quando percebiam, seu erro era já irreparável. Desta forma, por procedimentos escusos, os grileiros apoderaram-se de todas as terras, não para utilizá-las, senão para comercializá-las. Os atuais proprietários não são os fautores da grilagem, adquiriram as terras mais tarde, mediante compra.

Nas terras de Flores, havia ainda um situação peculiar a de serem "terras da Santa", doação original de terras feitas a uma igreja, a de Nossa

Senhora do Rosário, patrimônio sob o qual foi edificada a localidade de Flores.¹¹³

A tabela abaixo demonstra que o aumento da população regional foi discreto no período 1959—1960, com um incremento de cerca de 27%. Na década seguinte, verifica-se um incremento mais acentuado, de 43%, mesmo assim pouco representativo. Isso significa que mudanças ocorreram porém não foram acentuadas. A partir de 70 estas mudanças se intensificaram.

Tabela 14
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL
NO VÃO DO PARANÁ

	1950	1960	1970
Alvorada do Norte	-	-	4113
Divinópolis de GO	2352	2931	3141
Flores de Go	939	490	2274
Guarani de GO	1780	2581	3504
Iaciara	2331	2655	3458
Posse	8078	10787	13286
São Domingos	5171	6914	7941
TOTAL	20651	26358	37717

Fonte: Censos Demográficos IBGE

Inicialmente em Flores, espalhando-se para outros pontos da região. Conforme depoimento de uma pessoa de Iaciara¹¹⁴

Por que aqui era o seguinte, as fazendas aqui é quase tudo ilegal. Chegava o pessoal do sul comprava um direitinho de pai, que comprava de um filho, ali eles compravam, vamos dizer 50 alqueires e cercava 500. Tem muito filho aqui, é com as escrituras dos pais dentro das casa, mas os fazendeiro grande poderosos cercou,— e não isso aqui era de meu pai, olha a escritura aqui. E eles não conseguiram mais as terras.

¹¹² N.N.M., sexo masculino, 82 anos.

¹¹³ Conforme Palacin: *Em Flores as terras da Santa abrangiam uma extensão de terras em torno da cidade com mais de quinhentos hectares. Em data que não pude precisar, a Paróquia de Flores fez doação à prefeitura de extensos terrenos, junto ao núcleo urbano, que foram a base dos loteamentos recentes e que ainda permitem cultivos nas vazantes do rio aos moradores. Do outro lado do rio, as terras da Santa se essendiam por uns cem alqueires, e nestas terras vários moradores de Flores estabeleceram suas posses. Esta situação chegou ao fim quando presidente da Comissão da Igreja-comissão formada por nove moradores...determinou, de acordo com o Bispo, alienar as terras da Santa. Os posseiros foram indenizados.* (Palacin, 1996:17)

Torna-se evidente aqui o processo, por vias escusas, de apropriação da terra. A partir de 1970 as terras se valorizaram mais, a grilagem acentuou-se. Até 1960, as terras do (nordeste) valiam muito pouco. Os grileiros profissionais começaram agir a partir de 70, conforme constatação de procuradores do estado. Daí o Estado começou a intervir instaurando ações discriminatórias, inicialmente em Flores, estendendo-se depois para outros municípios.

O depoimento da mesma pessoa de Iaciara atesta esse momento :

De 72 prá cá foi apertando, foi entrando o povo do sul . Veio a exploração de madeira, madeira virou a ser ouro. Então o povo foi entrando na região e comprando terra, com olho na madeira, nem tanto prá trabalhar a terra. Prá poder ter aquele ouro que chama madeira, muitos compraram, eu digo se for preciso até eu mostrar fazenda aqui de 1000 alqueire que deve ter 200, outros 500 explorado. E o mais tá parado lá esperando valorização.¹¹⁵

As mudanças que se iniciaram na década de 60 podem ser consideradas como um momento de transição para, a fase posterior da segunda metade da década de 70 em diante quando então começou um processo de transformação regional com um caráter de fronteira em incorporação. Até então, alguns fatores locais podem ter funcionado como entraves ou terem representado uma certa dificuldade para a incorporação desta região. Os que se tornaram mais evidentes foram: limitações naturais, devida à sua localização entre relevos pronunciados e pelas dificuldades oferecidas pela Vale do Paranã, como alagamentos, insalubridade, o isolamento geográfico, condições climáticas adversas, ou seja, um período seco muito pronunciado; limitações devidas à inacessibilidade, tanto pela ausência de estradas como de meios de comunicações; limitações econômicas, ou seja sua atividade econômica era tradicional para não dizer arcaica, e na ausência de um atrativo mais forte, assim permaneceu.

Por outro lado, à medida que a região começou a ser "valorizada", emergiu um outro lado da moeda, o que era desfavorável passou a ser

¹¹⁴ J.^a, sexo masculino, 58 anos.

favorável. Os recursos naturais existentes passaram a ser importantes, tanto no que se refere às condições para a pastagem, como ao potencial madeireiro que a vegetação da região oferece até hoje. Mesmo as condições climáticas adversas foram favoráveis à criação de gado e a existência de calcário também passou a ser valorizada; o isolamento regional favoreceu os processos de apropriação de terras, através de grilagens e outros meios escusos; a tradição regional revelou boas condições para a criação de gado, em escala comercial e com um gado economicamente mais rentável.

O isolamento foi rompido de forma gradativa redefinindo-se as funções regionais que se originaram da implantação de variáveis econômicas novas, com novas bases produtivas, assentadas na extração de madeira, formação de pastagens e pecuária de manejo intensivo, com o forte impulso implementado pela atuação do Programa Especial Geoeconômica de Brasília e Polocentro, com o objetivo explícito de desenvolver o entorno de Brasília e a região de cerrado.

A fase de expansão de novas atividades desenvolveu-se, quando começaram a ser introduzidos novos manejos na pecuária e na prática de agricultura, com uso de métodos modernos em oposição à pecuária tradicional das fases anteriores e a introdução de novas tecnologias agrícolas. Nesse momento ocorreram intensas transformações espaciais, representadas pela abertura de novas fazendas, reformulação das já existentes, revitalização dos núcleos urbanos e principalmente um forte fluxo de populações migrantes. Os municípios da região apresentaram no período 1980/1991, taxas de crescimento populacional positivas, em média de 2,01%, o que é muito superior a outras regiões do Goiás, que apresentam taxas negativas na mesma época.

Esses impulsos traziam consigo diferentes formas de ocupação do território, que se combinaram com as formas e as estruturas já existentes. A estruturação desse território ocorreu basicamente ao longo de dois séculos e meio, com períodos que se alternaram entre estagnação e prosperidade, nesse lento processo em que se delineou o perfil atual da região — uma

¹¹⁵ Depoimento de J.A , masc. 58 anos, nascido e criado em Iaciara. Atualmente é pequeno proprietário e dono de hotel, no passado foi corretor de terra.

sociedade local de traços peculiares em que o contraste da presença de *outros*, os que estão chegando agora, ressaltam esta diferença.

A estruturação regional pode ainda ser compreendida, levando em conta as transformações desencadeadas a partir de meados de 1970, uma vez que muitas ainda estão em curso, coexistem como os processos anteriores que propiciaram não só a ocupação regional, mas também a criação de uma feição de uma paisagem regional singular. Esse jogo, do qual resulta a estruturação da região, deve-se a fatores de natureza interna e de natureza externa à região,

Os fatores internos podem ser resumidos no processo histórico já explicitado combinados com as condições naturais existentes. A tradição regional de pecuária resultou numa estrutura cuja base territorial é a grande propriedade, e freqüentemente a "não propriedade", uma vez que o sistema de criar gado solto prescindiu de cercas. Esse sistema de criar entrou em desuso na virada do século, em outras partes do país, mas na região do Vão do Paranã as mudanças não se dão imediatamente, coexistindo com o sistema tradicional até recentemente.

As condições naturais favoráveis à pecuária permaneceram, e dado importante, ofereceram uma das últimas reservas de madeira de valor comercial do Estado, nas áreas de floresta. As áreas da região antes consideradas insalubres, as da várzea do rio Paranã, passaram a ser valorizadas devido ao emprego de agricultura irrigada, existe água em abundância e o solos são ricos e favoráveis.

À esta abundância de recursos naturais, agregaram-se condições de acesso à terra extremamente fácil e atraente, constituindo-se uma situação única no Estado naquele momento. Estas facilidades podem ser assim resumidas:

— predominância do grande latifúndio com pecuária extensiva de subsistência, ou conforme foi denominado anteriormente, pecuária intermitente, no qual uma pequena parcela de terra era de fato utilizada, o restante permanecia literalmente abandonada;

— relativa abundância de terras devolutas, ainda não apropriadas;

- ausência de posseiros ;
- a maior parte das terras não possuía documentação legalizada.

Um outro fator interno, foi o fluxo migratório intenso que resultou da influência de Brasília, principalmente nas décadas de 70 e 80, pelo fato de a região estar a meio caminho entre o Nordeste brasileiro e Brasília.

E por último, deve ser ressaltada a nova posição privilegiada do Vão do Paranã, diante da reordenação geopolítica do território nacional e goiano após a implantação do Distrito Federal.

As condições internas, somadas às influências externas, desencadeiam uma nova ordenação territorial, ou uma estruturação regional atual, alavancada pelo Estado.

Pode-se afirmar que as transformações ocorridas na década de 80 em torno da região contribuíram para as transformações internas da mesma, na atualidade. Estas ações, combinadas com as peculiaridades e características locais, propiciaram a formação de uma região no sentido literal do termo, pois uma nova região se formou sobre a estrutura antiga. Isso parece ser fundamental compreender. Na verdade os elementos externos, combinados com os fatores internos, agiram no sentido de influenciar de uma forma mais direta na organização regional.

Considerando os elementos mais ligados às transformações ocorridas no Estado de Goiás nos últimos 50 anos, demonstrou-se anteriormente a paulatina integração de um espaço periférico à dinâmica do país. Do ponto de vista de acontecimentos, existem alguns marcos que são fundamentais para se compreender esse processo. Durante o Estado Novo o território de Goiás conheceu várias desse marcos, através de ações que literalmente fizeram com que o território, pelo menos nesse século fosse construído. O processo de construir territórios, é também, no seu limite, o de construir regiões. Se considerarmos que existem condições que são dadas naturalmente no sentido tautológico pela natureza, estas podem ou não ser potencializadas, dependendo das forças que atuam no momento. A possibilidade de observar-se a formação de uma região revelou-se muito rica e, no seu limite, pode remeter para uma maneira adequada de compreender regiões, na atualidade.

A estruturação de Goiás nos últimos tempos, resultou de um amplo processo de reincorporação dos espaços vazios no Brasil. Uma reincorporação no sentido de que o modelo anterior da economia colonial criou aqui, uma forma particular de apropriação e estruturação, ligadas à mineração e posteriormente à pecuária extensiva, uma forma de ocupar territórios. Nesse século, a apropriação, depois duma longa hibernação fez-se sob nova influência. É interessante observar, que apesar da mudança geral ocorrida no território goiano no século XX, a região Vão do Paranã permaneceu adormecida ainda no modelo anterior de organização territorial, ou seja não foi atingida imediatamente pelos ventos modernizantes desse século. Permaneceu até meados desse século com características marcadamente voltadas para a economia pastoril tradicional.

Desta forma, não é difícil compreender que os processos amplos que ocorreram em Goiás, só começaram a ter alguma influência sobre a região a partir do momento em que condições objetivas, como por exemplo, esgotamento do potencial atrativo de outras áreas já incorporadas. Daí que as necessidades do mercado no que tange a terras novas e abastecimento de um mercado importante e próximo, passam a ter influência sobre a região do Vão do Paranã..

Em linhas gerais, as grandes transformações começaram com as políticas públicas emanadas das decisões do Estado Novo de incorporar territórios, representadas localmente pela criação da Fundação Brasil Central, entidade destinada a promover a nova colonização do estado.

Buscando compreender a estruturação regional como um fato geográfico, cuja conseqüência resultou em uma paisagem organizada, sob determinadas condições e circunstâncias, sua gênese, facilitou sobremaneira a compreensão de sua inserção num contexto atual. Ressalte-se o fato de ter sido o cenário de ocupação pretérita, que criou uma tradição regional, ao mesmo tempo que gerou condições objetivas que facilitaram a reocupação e até mesmo a estimularam, haja vista a presença de grandes latifúndios e "terras livres" adequadas a uma apropriação ou reapropriação.

Externamente, ou em torno da região ocorreram processos nos anos 70 e 80 que influíram decisivamente para sua transformação, embora inseridos

numa dinâmica ampla de reordenação geopolítica no Brasil. Esses processos não se gestaram internamente, como os anteriores, mas "de fora", no seu entorno imediato. Houve assim uma ruptura interna, desencadeada no conjunto regional pelas condições existentes (internas) e pelas que vieram de fora.

Do ponto de vista dos acontecimentos pode-se afirmar que alguns foram mais decisivos para a região. Embora à primeira vista a implantação do Distrito Federal possa parecer importante, os fatos que mais provocaram repercussões foram as ações desencadeadas, a partir de 1975, através dos planos e projetos de desenvolvimento implementados em Goiás e mais especificamente no entorno do Distrito Federal. Esses fatos foram decisivos, e somados às condições internas já apontadas, e a outros processos mais recentes na década de 80, propiciaram as condições hoje observadas na região.

1.1 Papel e influência das políticas públicas

Anteriormente demonstrou-se o papel da intervenção estatal na estruturação do território goiano nesse século, bem como a forma como se deu o avanço das frentes pioneiras ao longo do tempo. É evidente, nesse processo, que o Nordeste Goiano e por conseqüência o Vão do Paranã foram as últimas regiões do Estado a se constituírem em fronteira, nas décadas de 80 e 90. A ação estatal teve um papel fundamental no processo de mudança regional, motivada pelas "novas necessidades" oriundas da consolidação de Brasília e mesmo dos problemas decorrentes dessa implantação, que só se manifestaram ao longo do tempo, como o intenso fluxo migratório, as necessidades de abastecimento, e a preservação de suas funções¹¹⁶. As

¹¹⁶ Aqui caberia uma observação sobre os problemas de se implantar um pólo, mesmo administrativo, numa área periférica. Criou-se uma ilha no meio do nada, conforme o pensamento dos planejadores de Brasília, diante da carência existente nas regiões goianas que circundavam o DF, principalmente o Nordeste Goiano. Com o tempo, tornou-se necessário desenvolver esse entorno, não com a preocupação altruísta de estar preocupado com a miséria, mas a de "preservar Brasília", evitando a sua saturação com a migração dos habitantes do entorno. Num primeiro momento, a migração de goianos aconteceu,

ações, no plano federal, desenvolveram-se com maior intensidade durante a década de 70 e início de 80, através da SUDECO e dos programas por ela desenvolvidos. Houve também tentativas do governo do Estado de Goiás, provavelmente diante de pressões vindas de Brasília, para desenvolver e estabelecer algumas ações na região, entre 1970 e 1980. Mais recentemente, já na década de 90, o Estado retomou programas de desenvolvimento regional, diante do vácuo deixado por um longo tempo, desde 1985, quando praticamente desapareceu a intervenção estatal federal, com a transição para o modelo neoliberal, agora em vigência.

— Programas Estaduais

No âmbito estadual, houve tentativas de se implantar e desenvolver, no Nordeste Goiano, ações que alcançassem o desenvolvimento regional. Na década de 60, durante o governo Mauro Borges, tentou-se implantar formas de colonização e cooperativas agrícolas em diferentes pontos do nordeste goiano, como em Arraias e Formosa, resultaram apenas em tentativas que não progrediram devido às mudanças político-econômicas do momento.

Na década de 70, foi proposto um Plano de Desenvolvimento do Nordeste de Goiás o PRONOR¹¹⁷, correspondente aos municípios de Goiás localizados acima do paralelo 13 e margem direita do Rio Tocantins, território hoje pertencente ao Estado do Tocantins. O PRONOR não atingiu o Nordeste Goiano atual, mas, teve um papel preponderante para a região pois foi a primeira tentativa articulada e ampla de solucionar os problemas de uma região tão carente, do qual o Nordeste Goiano atual constitui uma extensão, mais o sul. Quase que como uma resposta a esse projeto foi elaborado, no início da década de 80, um pequeno estudo denominado Nordeste Meridional¹¹⁸ que correspondeu à região hoje denominada de Nordeste Goiano, e do qual derivou um programa de intervenção denominado Alto

mas não foi esta a principal, pois há uma ligação direta com os estados nordestinos, via BR-020, a principal via de acesso de migrantes atualmente para Brasília.

¹¹⁷ PRONOR - 1976/1979- SEPLAN-GO, Goiânia, 1975.

¹¹⁸ Nordeste meridional . SEPLAN/SAREM, 1980

Paraíso de Goiás¹¹⁹. Esse visava dotar o Nordeste Meridional de infra-estrutura de apoio na área econômica e social, de maneira a permitir o desenvolvimento econômico através da iniciativa privada.

Esses programas, tentativas de intervenção do governo estadual, sob inspiração e respaldo do governo federal, acabaram não tendo o efeito esperado, pelo menos a curto prazo.

No início da década de 90 foram elaborados pelo governo do Estado, estudos e programas destinados a promover ações no Nordeste Goiano e Vão do Paranã, agora de forma articulada com a iniciativa privada, visando criar condições básicas de apoio a ela. O momento é outro e outra é a forma de desenvolver a intervenção. Com esse espírito foi elaborado, em 1990 o Projeto Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás — Região Nordeste num convênio IBGE/SEPLAN, (1990: xix) tendo como meta o *"levantamento integrado dos recursos naturais, objetivando fornecer subsídios para o planejamento de ações que visem o aproveitamento racional de seus recursos"*.

No mesmo documento justifica-se o estudo com a seguinte constatação:

O Estado de Goiás apresenta contrastes regionais marcantes, notadamente entre o pujante Sul e o carente Nordeste. Tendo por objetivo minimizar essa situação, através da adoção de políticas que permitam incorporar o progresso à região Nordeste.[..].

O PRONORDESTE — Planejamento do Desenvolvimento Regional do Nordeste, elaborado em 1990 tinha em sua proposta de atuação governamental os seguintes objetivos(GOIÁS-SEPLAN, 1990: 01):

- 1- A proposta de intervenção governamental a nível de investimentos direto contemplará obras de infra estrutura básica, voltadas para o apoio à produção e melhorias de condições da região.

¹¹⁹ Esse projeto foi elaborado pela Fundação INDUR em 1980, envolveu municípios da área de mineração do Nordeste, como Cavalcanti, Niquelândia, Campos Belos, São João da Aliança, Monte Alegre, Colinas, Alto Paraíso, localizados na Chapada dos Veadeiros ou suas ramificações.

Paraíso de Goiás¹¹⁹. Esse visava dotar o Nordeste Meridional de infra-estrutura de apoio na área econômica e social, de maneira a permitir o desenvolvimento econômico através da iniciativa privada.

Esses programas, tentativas de intervenção do governo estadual, sob inspiração e respaldo do governo federal, acabaram não tendo o efeito esperado, pelo menos a curto prazo.

No início da década de 90 foram elaborados pelo governo do Estado, estudos e programas destinados a promover ações no Nordeste Goiano e Vão do Paranã, agora de forma articulada com a iniciativa privada, visando criar condições básicas de apoio a ela. O momento é outro e outra é a forma de desenvolver a intervenção. Com esse espírito foi elaborado, em 1990 o Projeto Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás — Região Nordeste num convênio IBGE/SEPLAN, (1990: xix) tendo como meta o *"levantamento integrado dos recursos naturais, objetivando fornecer subsídios para o planejamento de ações que visem o aproveitamento racional de seus recursos"*.

No mesmo documento justifica-se o estudo com a seguinte constatação:

O Estado de Goiás apresenta contrastes regionais marcantes, notadamente entre o pujante Sul e o carente Nordeste. Tendo por objetivo minimizar essa situação, através da adoção de políticas que permitam incorporar o progresso à região Nordeste.[..].

O PRONORDESTE — Planejamento do Desenvolvimento Regional do Nordeste, elaborado em 1990 tinha em sua proposta de atuação governamental os seguintes objetivos(GOÍÁS-SEPLAN, 1990: 01):

- 1- A proposta de intervenção governamental a nível de investimentos direto contemplará obras de infra estrutura básica, voltadas para o apoio à produção e melhorias de condições da região.

¹¹⁹ Esse projeto foi elaborado pela Fundação INDUR em 1980, envolveu municípios da área de mineração do Nordeste, como Cavalcanti, Niquelândia, Campos Belos, São João da Aliança, Monte Alegre, Colinas, Alto Paraíso, localizados na Chapada dos Veadeiros ou suas ramificações.

- 2- Os recursos governamentais destinados à subsidiar investimentos privados deverão estar voltados basicamente para o aproveitamento das potencialidade regionais
- 3- A produção regional deverá ser estimulada no sentido de absorver mão de obra disponível, como condição para o aumento e a melhor distribuição da renda interna.
- 4- A reestruturação da administração municipal deve ser objeto de atenção, no sentido de fortalecer e modernizar o poder local.
- 5- Criação de mecanismos de fiscalização para minimizar a evasão de renda regional e controlar os recursos naturais disponíveis.

A proposta enfatiza, com veemência, a situação de atraso da região em relação às demais, ou seja, as outras possuem recursos de infra-estrutura estimuladores de investimentos, ao passo que a região Nordeste

é relegada a um plano secundário no âmbito do planejamento estadual, pouco ou quase nada recebe em termos de obras de infra-estrutura. O desestímulo do investidor surge como consequência lógica e a economia, sem motivação, segue um curso lento, voltado sobretudo para a subsistência (1990:3).

Tal conjunto de medidas, pelo que se pode avaliar, tem sido implantado paulatina ou lentamente na região, pois as carências são enormes, principalmente na área social, mas alguma coisa tem sido feita, notadamente em infra-estrutura.

Da proposta anterior foi elaborado em 1993, o Projeto Básico de Irrigação "Flores de Goiás", pela SEPLAN-GO, com o objetivo de implantar as condições necessárias para irrigação das margens do Rio Paranã, próximo a Flores de Goiás, num total de 26.500 ha de área. O projeto visava dar apoio às cooperativas de produtores e produtores isolados que pretendiam cultivar no Vale do Paranã. Desde 1986 produtores do sul (os gaúchos) já estavam se instalando na região. Algumas etapas do projeto foram implantadas, porém no momento encontram-se paralisadas algumas das obras previstas.

— Programas Federais

A ação em nível federal aconteceu na região, através da atuação dos Programas Especiais Polocentro e Região Geoeconômica de Brasília, que derivaram de estratégias preconizadas pelos PNDs .

O Programa Polocentro foi criado em 1975 e durou até 1984; destinava-se à incorporação produtiva de áreas de cerrado em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Em Goiás, dentre outras regiões, o Vão do Paranã foi definida como prioritária, mas recebeu apenas 4,9% dos investimentos em seu conjunto. A maior parte dos recursos do programa foram aplicados na região de Gurupi (50,25 %), hoje Estado do Tocantins, e Rio Verde (24,3%). Em todo o Estado de Goiás, além dos recursos subsidiados em contratos de crédito de médio e longo prazo, devem ser ressaltados os investimentos feitos em infraestrutura bem como a instalação de escritórios de Assistência Técnica nos seus locais de atuação (EMATER, DERGO, GOIÁSRURAL e CASEGO). Diante do pouco volume aplicado na região do Paranã, os resultados não foram suficientes para implantar e consolidar a fronteira, como o foram para outras regiões, principalmente a de Rio Verde.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília foi criado em 1975 e vigorou até 1984, e suas ações foram as mais ativas na região. O objetivo principal do programa era o de preservar as funções administrativas de Brasília. Para tanto deveriam ser criadas, em seu entorno, condições de desenvolvimento de modo a abastecê-la, reduzir os fluxos migratórios, criar empregos, diminuir a pressão sobre os serviços básicos da Região de Brasília, e por fim criar polos regionais. A concepção estratégica consistia em áreas programadas, num total de cinco¹²⁰ definidas a partir de critérios de acessibilidade e potencialidade. Dentre elas ,a do Vale do Paranã, que é assim descrita (BRASIL.IPEA/GOIÁS.SUDECO.SEPLAN,1981: 7)

trata-se de extensos ermos do Nordeste Goiano, abrigando muitas cidades seculares como Posse, Formosa, Planaltina e outras mais recentes provocadas pelo fenômeno de Brasília, tais como Alvorada do Norte, considerada polo a estimular. Região carente de todo tipo de infra estrutura econômica ou social, padecia, ainda, de grandes obstáculos no que concerne

¹²⁰ As áreas programadas são : Eixo Ceres-anápolis, Área de Influência das Br-040 e 05, Vale do Paranã, Área de Mineração e Vale do Paracatu

a regulamentação da situação fundiária, podendo abrigar grandes contingentes populacionais, bem como abrigar projetos de colonização e assentamento de agricultores sem terra.

Na região, o Programa consistiu na realização de um projeto urbano para Alvorada do Norte, visando transformar a cidade num polo que pudesse "segurar" o migrante, impedindo-o de chegar à Brasília. Algumas tentativas de assentamento dirigido não foram muito bem sucedidas. O projeto de regularização fundiária, realizado em conjunto com o IDAGO/GO, acabou agindo no sentido de estimular a migração. Os pequenos proprietários¹²¹ acabaram vendendo as suas propriedades então regularizadas, para os grandes proprietários que estavam chegando à região. Assim, houve um equívoco do ponto de vista dos objetivos do programa. Porém, de acordo com a lógica de apropriação de terras nas áreas de fronteira, a institucionalização contribuiu para agilizar o processo de reapropriação das terras da região.

Com esse programa, aconteceu uma expansão do produto interno regional não só pelo acréscimo de infra estrutura, mas também porque, criaram-se condições para "abrir" a região a novos agentes no processo produtivo.

As ações de planejamento e intervenção sofridas pela região do Vão do Paranã, de maneira direta ou menos direta, tiveram uma influência decisiva, no sentido de propiciar condições atrativas e rentáveis e que resultaram numa modificação da região, antes considerada estagnada e que aos poucos, se inseriu num contexto típico de fronteira em expansão e ativa. Ou seja, a partir de meados de 1970 (os programas começaram a funcionar a partir de 1975), tem-se um momento no qual as transformações fundamentais principiaram a ocorrer na região, que passou a se integrar a um contexto mais articulado, rompendo assim, definitivamente, o isolamento e atraso que a caracterizava até então. Esse momento pode ser considerado um marco — a expansão capitalista amparada pelo Estado, na década de 70 e 80, no Brasil. Esta expansão foi mais acentuada nos locais onde ainda havia terras disponíveis no Brasil, como o Vão do Paranã, Chapada dos Veadeiros e Oeste da Bahia.

¹²¹ Uma área de 200 alqueires, na região, é considerada pequena, ainda hoje é assim.

1.2 Organização Resultante

Outros processos desenvolvidos ao redor da região, podem também ser considerados, para tentar compreender os prováveis processos que a influenciaram em um determinado momento.

Torna-se pertinente lançar mão de explicação fornecida por Peet¹²²(1982), para quem processos similares podem-se operar de formas distintas, sob diferentes circunstâncias ambientais, devido à rigidez conferida a esses meios por anteriores conformações sociais. Tem-se então variações geográficas resultantes das formas distintas de operar, que podem adquirir significado conforme mudem as condições e se desencadeie uma nova configuração territorial.

O Vão do Paranã passou a ter significado em um momento preciso e sob determinadas condições.

Um conjunto de processos (ver mapa) aconteceu em diferentes momentos e resultou de diferentes dinâmicas que, em grandes linhas, podem ser assim compreendidos :

— influência dos programas de desenvolvimento implementados a Oeste da região, nas áreas da Chapada dos Veadeiros, bem como a exploração de ocorrências minerais importantes (ouro, manganês, níquel e amianto), na década de 80;

— influência do Distrito Federal, tornada efetiva na década de 80, face ao intenso processo de crescimento urbano, desencadeando maior acumulação de capital e crescimento populacional no Distrito Federal seus arredores;

— influência da implantação de uma agricultura comercial superintensiva no Chapadão da Bahia, (Leste da região), cujo centro dinâmico é a cidade de Barreira, que se desenvolve também na década de 80;

— influência de uma agricultura comercial implantada na década de 80 a sudeste da região, que irá afetar principalmente os municípios de Sítio D'Abadia, Mambá e Dianópolis, localizados ao Sul da região e que se

¹²² apud MENDOZA, et. alli (1982).

desenvolveu na esteira dos processos ocorridos no Oeste baiano e Noroeste de Minas.

— influência de uma nova política territorial, e mesmo de uma nova estratégia de desenvolvimento, desencadeada após a divisão do Estado de Goiás e a consequente criação do Estado do Tocantins, ao norte da região, criando-se assim um novo jogo político de forças, tanto do ponto de vista econômico quanto territorial.

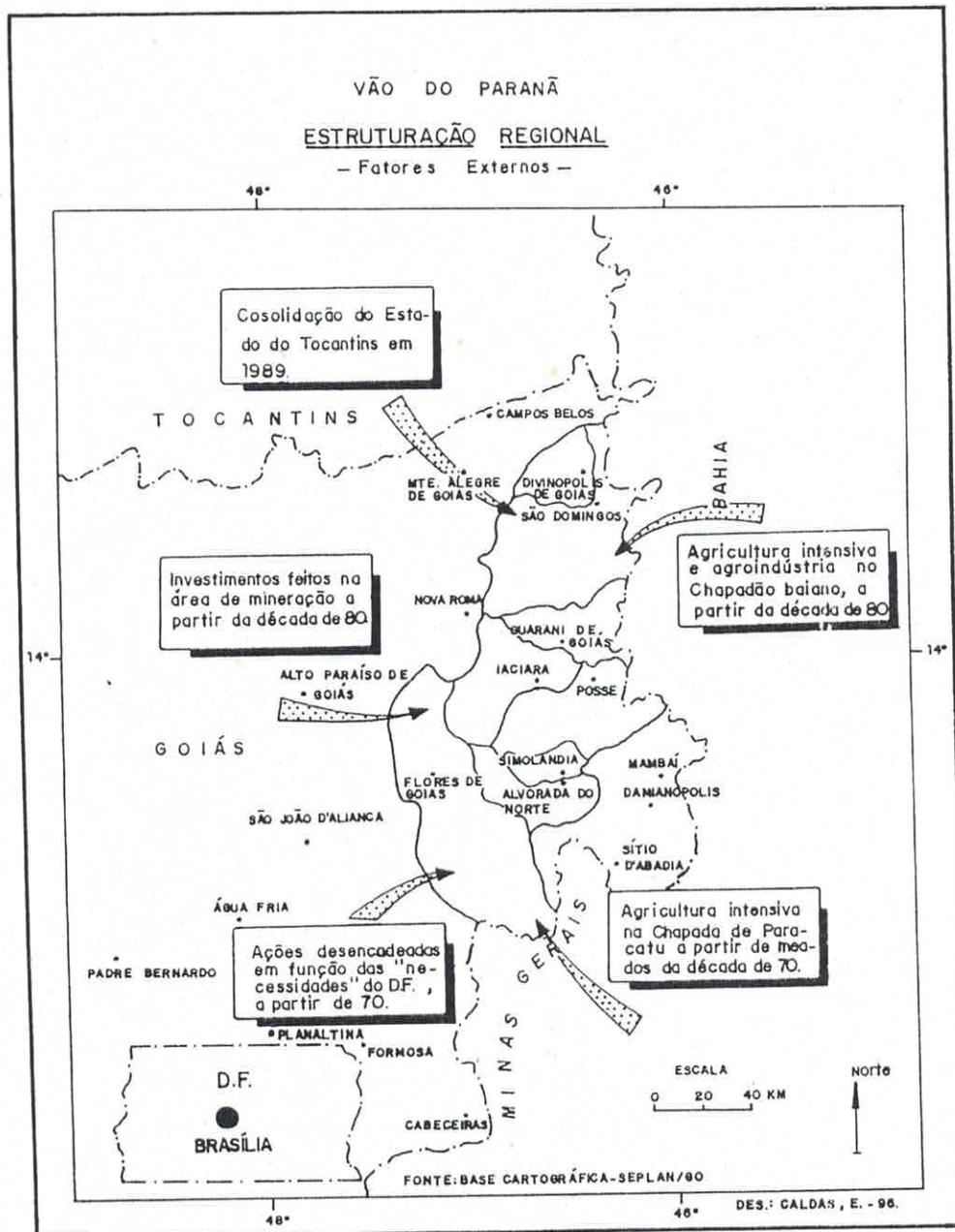


Figura 11. Mapa de Estruturação Regional

2. Evolução das Interligações : Uma dinâmica Regional

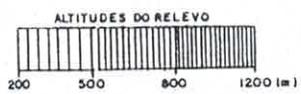
Um acompanhamento, em diferentes períodos, da estruturação dos caminhos e das ligações regionais permite demonstrar, em certo sentido, a organização regional atual. A região modificou-se e inseriu-se em um novo contexto, visível em termos da articulação espacial que foi se gestando. Trata-se das redes físicas no terreno, visíveis na seqüência de mapas elaborados e que configuram as mudanças ocorridas à medida que a região se integra a um contexto mais amplo e dinâmico. A mais importante talvez seja a de sua efetiva integração ao próprio Estado de Goiás, com a mudança do eixo econômico que influenciou a região. Assim, gradativamente, a influência baiana diminuiu na região, o que se percebe pelo novo traçado das estradas. A influência de Brasília num primeiro momento e mais recentemente a sua integração efetiva no contexto goiano redirecionaram os fluxos regionais.

A representação de 1950 demonstra que as formas de acesso à região estavam dispostas de tal maneira que os principais caminhos existentes, tanto os que vêm do sul como os da Bahia, contornavam a região. As estradas de rodagem, que do sul de Goiás demandavam a região, bifurcavam-se em Formosa. Um tronco contornava a região sem penetrá-la, em direção à Chapada dos Veadeiros. Um outro tronco, ramificava-se rumo à Bahia, passando por Minas (Chapada do Paracatu) e daí a Sítio da Abadia, de novo em Goiás. Nesse período, para se ir a São Domingos ou Posse o melhor caminho era Formosa-Minas-Sítio d'Abadia- Bahia (estrada do Chapadão). Esse traçado demonstra o intrincado relacionamento, no qual os limites são imprecisos com uma dinâmica interligando nesse ponto Goiás, Bahia e Minas.

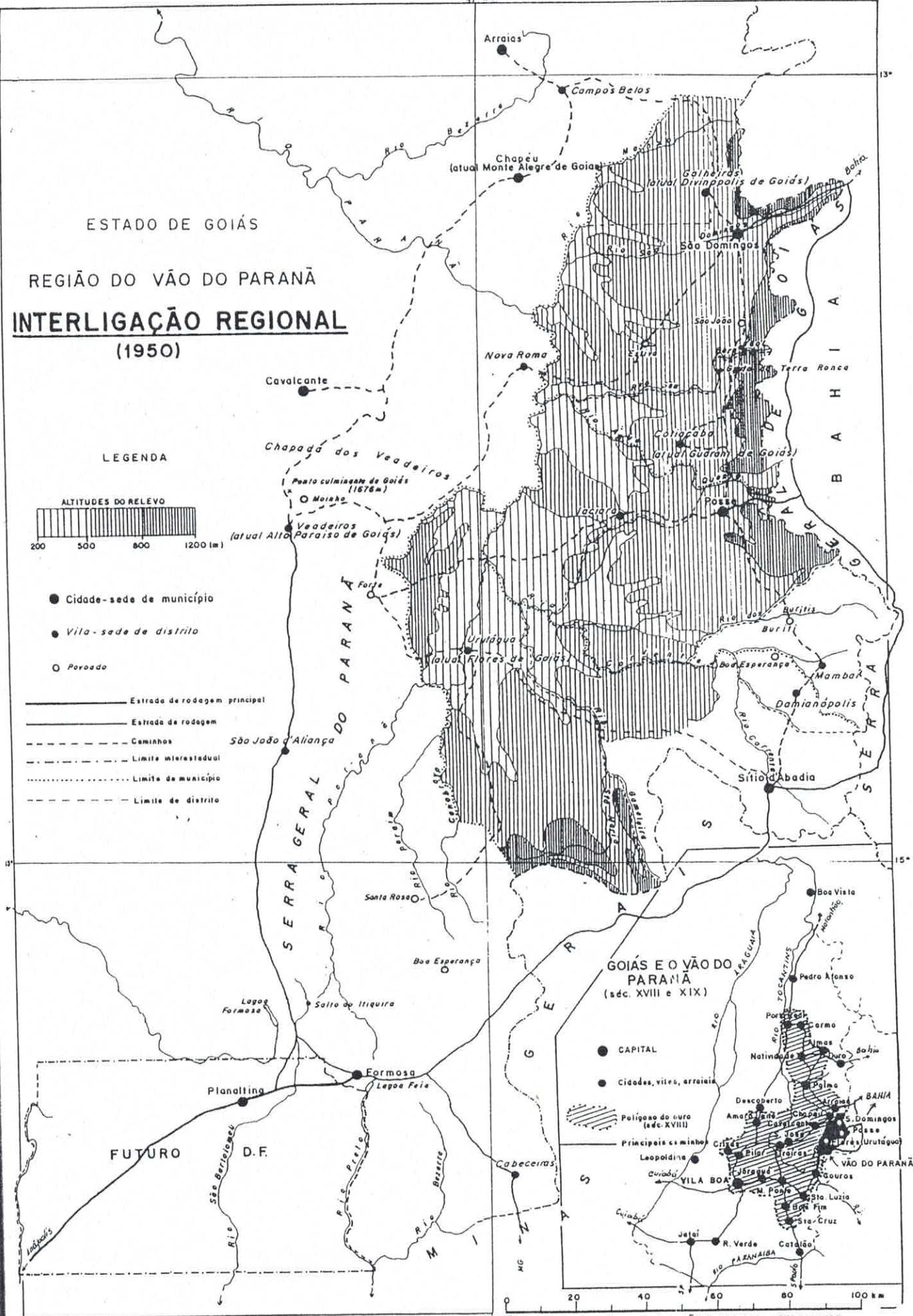
Dentro do Vão e nos Patamares de Chapadão não havia estrada de rodagem, o que existia eram caminhos precários, trilhados por tropas, carroças e carros de boi, a despeito da existência dos núcleos históricos como Flores, Iaciara, Guarani, São Domingos e Posse.

ESTADO DE GOIÁS
 REGIÃO DO VÃO DO PARANÁ
INTERLIGAÇÃO REGIONAL
 (1950)

LEGENDA



- Cidade-sede de município
- Vila-sede de distrito
- Povoados
- Estrada de rodagem principal
- Estrada de rodagem
- - - Caminhos
- - - Limite interestadual
- Limite de município
- - - Limite de distrito



Fonte: Mapa do Estado de Goiás, 1950 - CHG

47° W.G. Realização gráfica: Prof. ANTÔNIO TEIXEIRA NETO - set/796

Figura 12 . Mapa de Interligação Regional - 1950

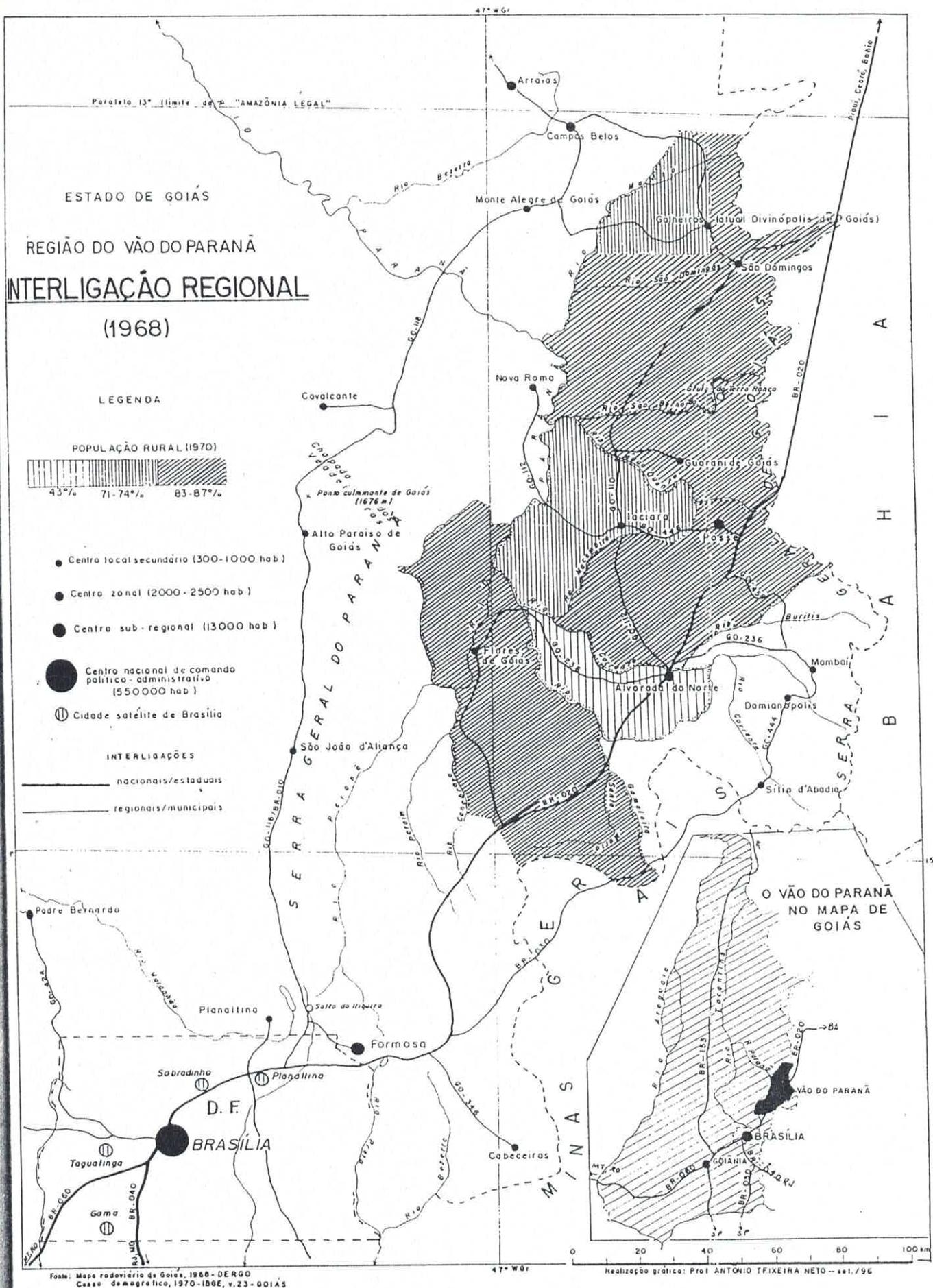


Figura 13 - Mapa Interligação Regional 1968

O isolamento é então perceptível, na ausência de ligações com o sul de Goiás e, de outra parte a histórica ligação com a Bahia é evidente; as melhores vias de acesso são as que demandam a Bahia. Dão a nítida impressão de que foi uma região evitada, contornada, apesar de ali ter existido uma atividade econômica forte pelos padrões do momento. Mas tal atividade prescindia de estradas, pois o que importava era o gado e esse se autotransportava; daí as estradas não serem tão necessárias. Junte-se também o fato de que para cuidar do gado eram necessárias poucas pessoas, e, por conseguinte, o povoamento era rarefeito. Desde então percebe-se o funcionamento de uma região periférica, vivendo à margem de uma economia mais forte (a baiana) e com um agravante de vínculos institucionais frouxos ou inexistentes, pois administrativamente o território era de Goiás, mas economicamente estava ligado à Bahia e Norte de Minas, ou seja, o antigo eixo da pecuária de currais de São Francisco.

O mapa de 1968 revela a implantação da BR-020 e a criação da cidade de Alvorada do Norte, às margens da rodovia. No interior da região, as estradas já estão implantadas interligando os núcleos com a BR-20, então em fase de implantação. Delineia-se então uma rede interna de ligações de melhor qualidade, acompanhando os caminhos já existentes em 1950, um dos indícios das transformações que se desencadearão a partir de meados da década de 70. Externamente, consolidou-se a ligação com o sul de Goiás, através do Distrito Federal.

Em 1995, é nítida uma rede urbana interligada e articulada entre si e em diferentes direções, para fora do Vão. A ligação com a Bahia, apesar da existência da BR-020, não é mais dominante; agora já existem alternativas que não existiram no passado. O abandono e o esquecimento estão desaparecendo.

Esse é um aspecto importante percebido ao longo da pesquisa, de como a região "se sentia" isolada até um determinado momento. O isolamento agravou-se com a construção de Goiânia e com a implantação do Distrito Federal, que passou a se interpor a meio caminho entre o centro de decisões do Estado após 1940, Goiânia. No tempo em que a antiga capital do Estado

era a cidade de Goiás, ainda existiam caminhos através de Cavalcante, Corumbá, Pirenópolis e Formosa que davam acesso à região. Dessa região do Vão do Paranã permaneceu isolada, aqui aparece a questão de uma frouxidão institucional, ou seja um território sem lei, um sertão, seguramente desde a década de 30 até a de 70, quando se alteram às condições administrativas.

O Distrito Federal exerceu influência marcante nos espaços vizinhos, principalmente devido às políticas públicas desencadeadas a no seu entorno e que assumem uma forma muito autoritária durante os governos militares, em nome de uma série de fatores, dentre eles, o da segurança nacional. No Vão do Paranã esta influência pode ter sido mais acentuada, já que existia um vácuo, em termos de administração, o que pode ter facilitado o processo. Durante mais de 30 anos o poder público goiano, teve pouco ou nenhuma ingerência sobre a região (como de resto em todo o Nordeste Goiano), que passou a se constituir em "área de influência" de Brasília, ou melhor dizendo "dominação" de Brasília.

A partir de 1984, começou a se desmontar o aparato autoritário e os Estados retomaram a prerrogativa de administrar seus territórios. A região passou a ser envolvida, talvez pela primeira vez, em um contexto administrativo e mesmo econômico efetivamente goiano.

A região conheceu, durante o século XIX e início do XX a forte influência da Bahia e Norte de Minas e com ela se articula em termos econômicos e culturais, conforme pôde ser observado. A partir de meados da década de 50, a influência maior passou a ser do Distrito Federal.

Estava materializado espacialmente um jogo de forças que se articularam e se desarticularam ao longo de processos amplos que atingiram o território brasileiro e muito especialmente o Centro-Oeste, a partir de um momento da história. Daí que de processos históricos distintos resultaram articulações espaciais também distintas nesse território, além de uma determinada combinação¹²³ espacial nesse lugar, em diferentes momentos e que, no atual, tem uma feição singular, única. A feição atual não é a do isolamento, esse ocorreu em um momento, e tratou-se mesmo assim de um

isolamento relativo¹²⁴, mais no sentido político/administrativo, e, como vimos a administração tem a capacidade de criar territórios. Um território redefinido numa articulação espacial voltada para um contexto mais dinâmico, aconteceu à medida que se alteraram alguns parâmetros sobre a administração do território¹²⁵.

¹²³ Estas combinações são de natureza histórica, social, econômica, política e natural.

¹²⁴ - Considerando-se a ligação com a Bahia, o intercâmbio comercial e cultural existente no isolamento torna-se relativo.

¹²⁵ Esta é uma discussão importante e que deve ser assumida pela Geografia, apesar de não ser esse o objetivo principal nesse momento

CAPÍTULO II

AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS NO VÃO DO PARANÃ

1. A Dinâmica Produtiva : uma face visível da transformação

Compreender as transformações no espaço geográfico da região do Vão do Paranã exigiu uma análise que privilegiou o contato com o lugar (o empírico e a dinâmica do meio), a reconstituição histórica (o tempo), e por último, os processos recentes de estruturação regional (configuração territorial). Esses elementos combinados permitiram perceber o processo de transformação regional que, de outra forma, não teria sido possível, pelo menos enquanto processo. O olhar desprovido de análise não é suficiente para demonstrar a transformação. É necessário incorporar a dimensão temporal, o que permite constatar a transformação e até dimensioná-la.

Foi assim constatada a problemática de isolamento, de atraso, de vazio de uma região que existiu historicamente, e a partir de um momento no século XX, provavelmente a partir de 1930, quando mudou a orientação político/econômica de Goiás. O isolamento que a caracterizou por muito tempo, foi um vazio de homens e coisas, com pouca integração ao mercado, seja pelo isolamento natural, dadas as condições de difícil acesso, visto que o relevo circundante de uma certa forma dificultou o acesso à região, seja pela ausência de estradas que só começaram a ser implantadas na região em meados da década de 60. Até então as que existiam, eram praticamente caminhos. Deve-se juntar a estas condições de ordem material, o fato de que não existia na região, até determinado momento e sob determinadas condições históricas, um "potencial" que justificasse e motivasse investimentos ou uma ocupação que fosse suficientemente produtiva e rentável.

A partir do momento em que estas condições passaram a existir, mudaram as regras do arranjo espacial, instalou-se um processo dinâmico de produção do espaço que transformou as condições locais. É isto que se deve tratar aqui.

O fato é que esta região pode ser considerada, conforme análise anterior, como a última em Goiás suscetível de sofrer as transformações típicas de uma área de fronteira, apesar da proximidade física com a Bahia Minas Gerais e com o Distrito Federal. No contexto atual, fica difícil avaliar a transformação de uma fronteira conforme pressupostos das décadas de 40, 50 e mesmo 70, pois a área nem era virgem, nem totalmente sem ocupação. O que aconteceu foi um rearranjo, uma transformação, que devido aos impactos provocados, à rapidez com que ocorreram, ao tipo de vetor da mudança, podem ser considerados como os de uma fronteira, tal como os processos que ocorreram no sul e oeste de São Paulo, norte do Paraná e mesmo em parte de Goiás, como o Mato Grosso Goiano, no qual houve um projeto político claramente articulado de ocupar o Oeste. Esta concepção tem que ser vista recolocada no tempo, pois o momento é outro e os vetores da mudança são também diversos. Assim pode-se afirmar que a região é a última em Goiás a passar por processos de transformação, oriundos dos impactos econômicos de incorporação de novas áreas, ou criação de novos espaços no contexto de uma divisão nacional do trabalho que continua a requerer áreas que produzam alimentos e matérias primas, a despeito de não ser mais tão determinante ou tão vital ocupar o espaço, mas reapropriá-lo, uma vez que não havia ali um vazio total, mas um espaço com função econômica.

É possível fazer uma reflexão sobre o que a observação de campo revelou e que se constitui num paradoxo. Atualmente a noção de propriedade da terra está se alterando, em relação a um passado recente, no qual a terra em si possuía um valor intrínseco. A propriedade da terra está se tornando um fator relativo, tal como durante o predomínio da pecuária tradicional, no qual o importante não era tanto a propriedade da terra, mas o gado e a possibilidade de garantir pastos para o mesmo. O contexto é novo, mas de uma certa forma a estratégia de apropriação da terra traz uma certa similitude com o passado, pois a terra parece não estar tendo muito valor de venda atualmente¹²⁶.

¹²⁶ Esta é uma discussão econômica que não se pretende aprofundar aqui, constatou-se em campo, o caso dos fazendeiros em dívida com o Banco do Brasil que praticamente oferecem as suas terras para que os sem terra as ocupem, forçando, desta forma, uma negociação de desapropriação através das instituições envolvidas, no caso o Banco do Brasil e o INCRA. Esta é uma face perversa, pois não é muito importante possuir a terra, mas o crédito, o capital. Em Goiás, nas regiões onde os sulistas plantam soja,

As transformações regionais serão mais intensas a partir de meados da década de 80, e persistem pela década de 90 adentro. Hoje o que se percebe são indícios de desaceleração desse processo, evidenciado pela saída dos gaúchos e pela diminuição do fluxo de trabalhadores, que localmente chega a provocar uma certa frustração¹²⁷ na população local.

Aqui caberia uma reflexão acerca do caráter pioneiro ou não da pecuária. Na concepção de Leo Waibel (1943:282) apenas a agricultura pode ser atividade pioneira pois "*... é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena*".

Pode-se questionar o sentido de pioneiro ou de processo pioneiro apresentado por Waibel, que atribui ao pioneirismo o sentido de colonização e de existência de população camponesa que realmente cria laços com o lugar. De qualquer maneira, a pecuária parece provocar um estranhamento no lugar onde se implanta, como parte do avanço da fronteira econômica, não gerando no seu limite a ocupação de forma integrada do espaço.

Para Martins (1983:136) a ocupação da Amazônia e a doutrina dos militares chamada de ocupação de espaços vazios constitui o que chama

pessoalmente [...] de doutrina de esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para a colocação do boi [...] diria que essa imensa boiada poderá alimentar imensos exércitos inimigos".

Portanto, é necessário recolocar o significado atribuído à pecuária, inclusive como um fator geográfico fundamental no processo de arranjos territoriais nas áreas onde se implantou, notadamente no Centro-Oeste. A pecuária ocupa espaço, o gado requer espaço e na esteira desta necessidade, transforma e altera a configuração territorial por onde passa.

como o Chapadão do Céu, o maior produtor de soja do Estado, um sulista, não possui um alqueire de terra, ele só as arrenda dos fazendeiros locais.

¹²⁷ A frustração das populações locais pode ser observada em outras regiões de Goiás que passaram por processo semelhante na década de 60, quando as cidades na região de criação de gado não se transformaram numa nova Barretos ou Araçatuba que era a expectativa dos habitantes locais, embora não a dos pecuaristas que sabem bem o que pretendem. Após a abertura de fazendas e consolidação do rebanho existe uma tendência à diminuir o movimento, pois a função destas regiões que não ditam regras e nem

Mesmo em uma região que anteriormente foi de pecuária, esta transformação acontece, pois se trata de um outro momento que requer novos arranjos, novas transformações; nem todas são visíveis na paisagem, e mesmo as visíveis parecem invisíveis a um primeiro olhar. As que não são visíveis podem ser inferidas, desde que se busque compreender o invisível.

Quais são estas transformações? São os desmatamentos recentes, as novas sedes de fazendas, os sistemas de irrigação, o urbano renovado, o gado de raça, os migrantes, os fazendeiros distanciados. Esses novos elementos dão a impressão de que não fazem parte da paisagem, que estão fora de lugar. Esta impressão intuitiva e ao mesmo tempo sensorial de um geógrafo observador, também é verdadeira para pessoas do lugar que estão vivendo o processo.

Pode-se lançar mão de uma análise de Martins (1996:28) sobre a forma como os geógrafos ¹²⁸da década de 40 "enxergavam" a fronteira:

A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão

Sem a pretensão de polemizar, mas reconhecendo uma das especificidades possíveis do enfoque geográfico no passado, percebe-se na concepção do sociólogo, num momento específico, e de ocupação do espaço, expressa na leitura do moderno. Assim Martins (1996: 29) afirma:

a frente pioneira é mais que o deslocamento da população sobre territórios novos [...] A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas.

condicionam o mercado, é a de ser repositório do gado. Na verdade funcionam ao sabor do mercado é externo a elas.

¹²⁸ Referindo-se à Pierre Monbeig.

O entendimento das transformações pode ser feito sob diferentes pontos de vista, enfoques e por diferentes disciplinas. Do ponto de vista da Geografia é desejável que seja feita a partir da percepção de sua presença na paisagem, que Santos (1996: 88) entende como parte de uma situação existe "*[...]a dialética que se dá entre ações novas e uma "velha" situação, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito*".

As mudanças mais evidentes, imediatamente percebidas na paisagem, são as novas fazendas, a concentração fundiária, as novas estradas, a pecuária intensiva, novos cultivos, irrigação, a extração vegetal e mineral, os novos migrantes, a intensificação do processo de urbanização com o surgimento de novos bairros para conter esses migrantes. Os novos arranjos urbanos devem-se às necessidades dos migrantes que carregam consigo a sua maneira de viver e as reproduzem no local. Surgem também novíssimos núcleos urbanos ao longo das estradas, constituídos por migrantes. Tudo isto é visível, é observável. Mas, existem as que não são tão visíveis, que se manifestam por evidências e a partir das quais é necessário um aprofundamento.

A constatação de transformações foi possível diante da demarcação de momentos distintos no desenrolar do processo de ocupação da região, durante os quais interferem fatores de natureza diferente, daí resultando, organizações diferentes, dinâmicas diferentes relacionadas diretamente com a configuração territorial da região. Em um momento, aparece integrada a um contexto, em direção à Bahia, em outro, isolada, e num terceiro, integrada ao contexto goiano propriamente dito.

1.1 Transformações Percebidas na Organização Territorial

Para se falar em transformações supõe-se um conhecimento do antes e do depois de um determinado fato ou conjunto de processos que possam atuar sobre uma área.

Esse conhecimento para quem não vive ou não viveu em determinadas situações locais e próprias das pessoas que as vivem, dos protagonistas da história, só pode ser conseguido através de informações históricas as mais exaustivas e relevantes possíveis. Ao pesquisador, cabe incorporar esta gama de dados e dar-lhes uma ordem e coerência para que possam revelar, assim sistematizados, os fatos já ocorridos e materializados e que ao mesmo tempo, continuam em curso.

Nesse sentido, o pesquisador funciona como um repassador, que tem ao mesmo tempo o desejo de "reter", de absorver, e depois repassar ao texto um pouco do real, interpretado à luz de suas possibilidades limitadas, as transformações, considerando a dimensão do antes e do depois.

Esta tarefa parece aparentemente simples. Mas, na verdade quando se depara com a realidade vivida, as sutilezas, as identificações e as especificidades emergem, pois não há informações que dêem conta de um processo em espaços que já trazem em si mesmos, diferenciações. Pode-se ser conduzido inevitavelmente às generalizações, por vezes perigosas, mas inevitáveis. Cada caso é um caso, e cada caso tem uma história, o que faz muita diferença. Através da história, tem sido possível detectar esta sutileza quando se confere e se reconhece a individualidade, a especificidade, sendo possível retirar o insólito, o diferente e compreender que, na aparente homogeneidade, existe a diferença.

É por isso que, do ponto de vista geográfico, o aporte histórico, não só no seu sentido de reconstituição, mas também no sentido de possibilitar compreender as interrelações que os fatos criam ao se desenrolarem. Um recurso fundamental numa análise espacial, que pretenda ir além do sentido descritivo e ser interpretativa.

Espaço é também a natureza, como o relevo, a dinâmica atmosférica, a vegetação, os solos, etc. Esses fatos naturais costumam ser vistos como se, sob determinadas condições, produzissem determinados resultados, premissa que se altera à medida que se introduz uma nova variável, ou seja, processos naturais ou não, que se desenrolam sobre esta ordem natural. E esta ordem transforma-se, desordenando-se, ou criando uma nova ordem, imbuída da racionalidade das atividades do homem.

A diferença conceitual far-se-á através da compreensão do uso que se faz de uma porção da natureza, ou do meio. A natureza "oferece" condições para o seu uso, ou melhor dizendo, condiciona o seu uso, através da mediação de técnicas. A cada momento histórico (aqui considerados como períodos longos o suficiente para gerar forma) o uso será mediado por condições técnicas, humanas, e sobretudo, econômicas. Até aqui nada de novo, pois tal é a dinâmica da relação do homem com a natureza.

Desde que os indivíduos se encontram em grupos, se instalaram em lugares circunscritos, num processo de aproximação, de similarização de condutas e homogeneização de procedimentos. O lugar existe na medida que o homem nele vive e com ele se identifica sabendo distinguir nitidamente o que é de dentro e o que é o de fora. Esta condição, que desapareceu, esteve sempre presente ao longo dos séculos nas formas de organizar as relações entre os homens e o mundo ambiente, no tempo e no espaço.

Ao longo do tempo, segundo Henriquez (1983:219): "*Os povos souberam encontrar no "de fora o "de dentro", na natureza o social, nos outros a si próprio*". Pode haver rearranjos em dados espaços, promovidos pelos que vêm de "fora", que se apropriam das formas tradicionais ou mesmo as aniquilam. Esta constatação é importante em situações como as presenciadas no Vão do Paranã, pois ainda existem testemunhas de um tempo anterior, ao qual se impõe o de fora , o outro. Esta sutileza, numa certa medida, evidencia uma forma de relação fundamental (Velho,1981) com as condições ambientais, ou seja, para as atividades que estão sendo desenvolvidas atualmente na região, onde os recursos oferecidos pelo meio são ainda preponderantes. Esta dinâmica com o meio foi uma relação constante em outros momentos de avanço da fronteira econômica.

Numa apreciação das frentes no Brasil, há que se considerar os movimentos e as especificidade de cada uma delas, mas o que têm em comum é que, ora acompanham rios, ora em determinados conjuntos ecológicos existe outro condicionamento de ordem natural a influenciar esse processo ao lado de outras determinações, como as econômicas e sociais.

O isolamento histórico do Vão do Paranã atesta uma dinâmica para a qual chama atenção Velho (1981:13), analisando uma outra situação, mas cuja reflexão é pertinente :

Todavia o processo histórico brasileiro [...], implica não só num limite mais ou menos definido da ocupação em cada momento, mas também a existência de áreas que se mantiveram até recentemente marginalizadas dentro de regiões de colonização antiga (como o Extremo Sul da Bahia), ou de outros que após uma decadência cíclica voltam a ser objeto de interesse da reocupação num outro momento.

O Vão do Paranã é uma das áreas que se mantiveram isoladas por um período, foi relegado pela dinâmica que ocorria em outras partes do Brasil e Goiás, cujo marco de mudança é a década de 70, após a qual se iniciou um processo de reocupação

Na forma atual de relação com a natureza, mediatizada pelo tempo dos relógios (Harvey: 1993)) e dos indivíduos objetos, acontece, segundo algumas vertentes de pensamento, uma homogeneização do espaço e no limite, a sua destruição. Outras vezes a relação homem/natureza tem sido tratada como uma destruição do território, à medida que esses conceitos se confundem. A esta última vertente contrapõe-se o fato de que a igualização da forma de produção na sociedade atual não foi suficiente para fazer tábula rasa dos territórios. Os territórios são construídos, o que não significa que o sejam de mesma maneira, mesmo que ditado por uma matriz única. Nem as cidades mundiais são tão iguais a ponto de embaralhar o olhar, nem as paisagens se igualam, pois a construção de territórios é um fato particular único, que não é possível perceber se se passa apenas uma vista de olhos, é necessário ir além do olhar.

A diferenciação espacial persiste à medida que se admite o espaço como conceito, pois permite incorporar a dinâmica, e desta forma, permite a fusão do aparentemente inerte (o meio) e do movimento (a dinâmica), de uma forma concreta conceitual. Isto é Geografia.

Num olhar amplo sobre a paisagem¹²⁹ da região, percebe-se, em primeiro plano que naquele conjunto ocorreram transformações recentes, visíveis nos desmatamentos, nas novas cercas, nas novas fazendas, nas cidades renovadas, no gado branco, etc. Isto é perceptível tal como nas construções novas e contrastantes que são rotineiras em uma cidade. Embora, o pesquisador não faça parte daquele lugar, dá para "sentir" estas transformações que estão se geografizando naqueles lugares.

Nas informações obtidas, o fato que provocou maior impacto foi, sem sombra de dúvida, a abertura de novas fazendas, ou seja a incorporação de "áreas novas" ao processo de exploração, voltado para a pecuária em terras disponíveis¹³⁰. Ainda assim, percebe-se um uso voltado puramente para o extrativismo vegetal, o que pode significar que no futuro estas áreas serão também pastagem. As terras disponíveis tornam-se favoráveis a um intenso processo de apropriação e concentração da propriedade da terra, tal como se verifica na forma "moderna" do padrão brasileiro. O moderno aqui se manifesta nas técnicas de desmatamento, no manejo do gado, na formação de pastagens e nos equipamentos urbanos.

A transformação fundamental ocorre na atividade pecuária que, sem deixar de ser predominante, muda totalmente a sua face. A vocação pecuária da região não muda, mas muda a forma de exploração desta atividade, com a introdução de um rebanho de origem zebu, o gado branco. Um fato muito novo é a introdução de cercas nas propriedades, resultado de uma re-apropriação das terras por novos agentes sociais, os mineiros, os paulistas, os sulistas, os goianos, agentes externos que promovem a transformação.

Diante disto e contrapondo-se à dinâmica da descrição inicial da região, que partiu de fatos imediatamente visíveis, nesse momento se partirá inicialmente de fatos que não são tão visíveis, mas fundamentais para a organização regional. Ao mesmo tempo que as transformações são

¹²⁹ O conceito de paisagem é o tradicional da geografia, incorporando-se a ele a dinâmica e o movimento oferecido pela abordagem histórica, por entender que a região pode ser entendida como um conjunto de paisagens que se combinam, ou de distintos ambientes, como se verá mais adiante.

¹³⁰ Um aspecto importante é o de que a região era ou é a única no Estado de Goiás, depois da divisão, que ainda oferece terras a baixo custo, com pouca ou nenhuma implantação de benfeitorias, ou seja é possível receber impactos os mais variados, funcionando quase que como terras novas. Um fato cruel, mas é assim que funciona a expansão para áreas novas, a expansão da fronteira agrícola.

provocadas por mecanismos e desencadeados de fora, por sua vez provocam uma seqüência dialética. Então detectar transformações significa pouco, apenas se aproxima da compreensão das mudanças perceptíveis num local. Compreendê-las como processo pode trazer à tona como se dá a organização de territórios e no seu limite, a Formação Espacial. Se isto é importante para compreender o atual, em diferentes escalas, pode ainda permitir a elaboração crítica de uma análise que seja o mais geográfica possível.

A configuração territorial evidente no Vão do Paranã é determinada pela forma espacial, ao mesmo tempo função — as propriedades rurais, as fazendas. Daí considera-se importante partir das transformações ocorridas nessas formas, que acabam por se constituir em unidades territoriais. Como tal, tem a capacidade de produzir territorialidades, pois são resultado de uma soma das relações com o meio e entre os homens.

Esta análise sendo feita a partir de um fio histórico, observando-se as mudanças ocorridas ao longo do tempo, permite uma visualização de um processo de transformação, aparentemente não violento ¹³¹, contínuo e sobretudo territorial. As informações sistemáticas foram utilizadas para explicitar esse processo, ao mesmo tempo que as informações coletadas nas entrevistas e observações realizadas também o foram.

Em que pese a ausência de dados mais recentes, ¹³² foi possível perceber um padrão de mudança que responde pela intensificação de atividades de formação de fazendas e que se manifesta na intensidade de incorporação de novas terras.

¹³¹ Até onde foi possível detectar, não houve na região conflitos por posse de terra, pois aparentemente não havia posseiros na região. O proprietário de terras típico da região era o criador de gado, cujas origens das propriedades remontam ao século passado, quando as propriedades não tinham cerca. Com certeza esse tipo de proprietário ou não existe ou não é mais predominante.

Não se pode afirmar que esse processo de apropriação das terras pelos novos agentes, não tenha sido violento, esta é também uma forma de violência embutida no discurso do novo e do moderno. Existem evidências nos depoimentos, de grilagem que ocorreram a partir de 1960. O papel do discurso legítimo, utilizado nesse processo, constitui uma excelente caminho para uma pesquisa posterior.

¹³² Na falta de informações sistemáticas, com a não realização de Censos Econômicos pelo IBGE, tentou-se suprir a lacuna com as informações cadastrais do INCRA e mesmo informações das Secretarias Estaduais.

Tabela 15
PROPORÇÃO DE INCORPORAÇÃO DE
TERRAS NOVAS-1970/1985

Municípios	1970/1980 %	1980/1985 %
Alvorada	63,3	0,0
Divinópolis	42,3	18,3
Flores	22,5	9,5
Guarani	35,5	14,6
Iaciara	39,1	-40,6
Posse	49,7	3,0
São Domingos	41,1	6,01
TOTAL	37,1	3,0

Fonte Censo de 1970, 1980, 1985. IBGE

A tabela 15 acima demonstra as proporções de novas áreas ¹³³ acrescidas de um censo demográfico para outro, e fica patenteado que no período 1970/1980 dá-se uma transformação surpreendente, já que no total da região percebe-se que 37,1 % da área dos estabelecimentos foi incorporada nessa década. Em Alvorada, por exemplo, houve 63,3% no mesmo período, ao passo que no período seguinte foi nulo o acréscimo de área, o que significa um processo acelerado e intenso ocorrido entre 1970 e 1980. Em Iaciara, em 1980, nota-se um decréscimo em área, o que pode ser atribuído a questões de definição de limites municipais, que na região eram confusos e imprecisos, principalmente entre Iaciara e Posse. Nos cinco anos seguintes, a média regional de 3,0%, caindo portanto sensivelmente. Mas, em alguns casos, como os de Divinópolis (18,3%) e Guarani (14,6%) com índices bem acima da média regional, pode-se afirmar que, a transformação através de incorporação de áreas novas, deu-se mais tardiamente, o que pode ser atribuído à sua localização no interior da região, com um acesso difícil devido à fragilidade das estradas, que só começaram a melhorar a partir de 1985.

Constata-se ao longo de 15 anos, a incorporação de áreas novas, ou terras novas, principalmente no período 1970/1980, cujos dados apontam um incremento, no total da região, da ordem de 62, 2%. Em termos brutos, o aumento foi de 483.931 hectares de área incorporada no período. Em alguns municípios o incremento de área foi maior do que a média regional, como é o

¹³³ Considerou-se aqui o aumento em área das propriedades rurais, de um censo para outro, como áreas novas incorporadas às propriedades. Como se deu esta incorporação já é uma outra história.

caso de Alvorada do Norte, devido provavelmente a fatores como proximidade da BR-020, e principalmente, ao fato de ter sido criada no início da década de 60, ao que tudo indica, com a finalidade de criar uma situação institucional que facilitasse a incorporação e apropriação de novas áreas. Além disso constituiu-se literalmente em uma cidade de beira de estrada que, diante do processo ocorrido na região, funcionou como ponta de lança para a penetração no Vão do Paranã.

Um fato que surpreende é a situação de Flores de Goiás que apresenta, no período, uma taxa de incremento abaixo da média regional, mas que, contraditoriamente, apresenta um incremento muito alto quanto aos grandes latifúndios, da ordem de 572,5%, no mesmo período. Isto significa uma forte concentração fundiária, num momento em que as terras já estavam tituladas. Pelas informações coletadas, pode-se concluir que aconteceu uma intensa movimentação de terras, com negociatas e grilagens, no final da década de 50 e que chegou até os anos mais recentes com menor intensidade. Deve-se considerar ainda o fato de que, constitui área de povoamento antigo, com uma longa história referente à titulação de terras, desde as sesmarias, passando por registros paroquiais, até a estrutura jurídica atual. Esse emaranhado jurídico deu margem a processos de grilagem característicos de abertura de terras novas no Brasil, mas que na região foi facilitado pela estratégia de forjar documentação, a partir da já existente.

Junte-se a esse fato as características da atividade pecuária na região, ou seja, com o gado criado solto, sem cerca, a delimitação das propriedades era feita pela tradição oral. A combinação desses fatos permitiu uma grande especulação com terras nas décadas de 70 e 80, que embora pareça ter sido mais intensa nas áreas da Depressão do Paranã, precisamente em Flores, Iaciara e Guarani, ocorreu em todas as unidades territoriais consideradas.

Desta especulação e do conseqüente processo da apropriação de terras, desencadeou-se a transformação regional, de região até então à margem de processos mais efetivos de modernização para uma típica de fronteira¹³⁴, a partir de meados da década de 70 até o presente.

¹³⁴ Esse conceito está sendo utilizado aqui no sentido das características observadas nas áreas de fronteira historicamente no Brasil, como movimentação de terras, aberturas de estradas, desmatamentos,

Um fato a destacar é que a região não se constituía, conforme documentação da década de 40, em área com predomínio de terra devolutas no Estado de Goiás, tal como ocorria em toda a área hoje pertencente ao Estado do Tocantins, e parte da Depressão do Araguaia.

As terras já possuíam inclusive valor econômico, mas, a despeito disso, permaneceram à margem do processo de incorporação ocorrido em outras regiões de Goiás, como o Norte do Tocantins o Sudoeste, Vale do Araguaia, Vale do São Patricio, etc.

Tabela 16

**QUADRO COMPARATIVO DE INFORMAÇÕES
DE IBGE E INCRA**

	IBGE-1985		INCRA-1990	
	Est.	Área	Est.	Área
Alvorada	200	105870	221	136509
Divinópolis	291	99446	227	89004
Flores	317	371014	462	562845
Guarani	482	95053	422	160708
Iaciara	405	104503	340	202297
Posse	1337	179212	1078	248373
S. Domingos	859	258234	705	383450
Simolândia	—	—	205	55854
TOTAL	3891	1213332	3660	1839040

Fonte: Censo Econômico 1985, IBGE e Informações cadastrais do INCRA

Na tabela 16 buscou-se fazer uma comparação de dados, com fontes origens e procedimentos de coleta diferentes. Diante da carência de informações sistematizadas, pareceu conveniente incluir aos dados do IBGE, os do INCRA. Não se pode afirmar, se houve aumento ou diminuição de áreas ou estabelecimentos, mas pode-se ter uma idéia aproximada da distribuição em 1990, que não é tão diferente da de 1985; é possível perceber um padrão e uma tendência que já se delineava nos anos anteriores.

formação de fazendas, etc. por outro lado a região não se enquadra na típica conceituação utilizada a partir de 40 no Brasil, pois não era desabitada e nem totalmente isolada como outras áreas do Brasil. Havia o gado, os homens e as cidades.

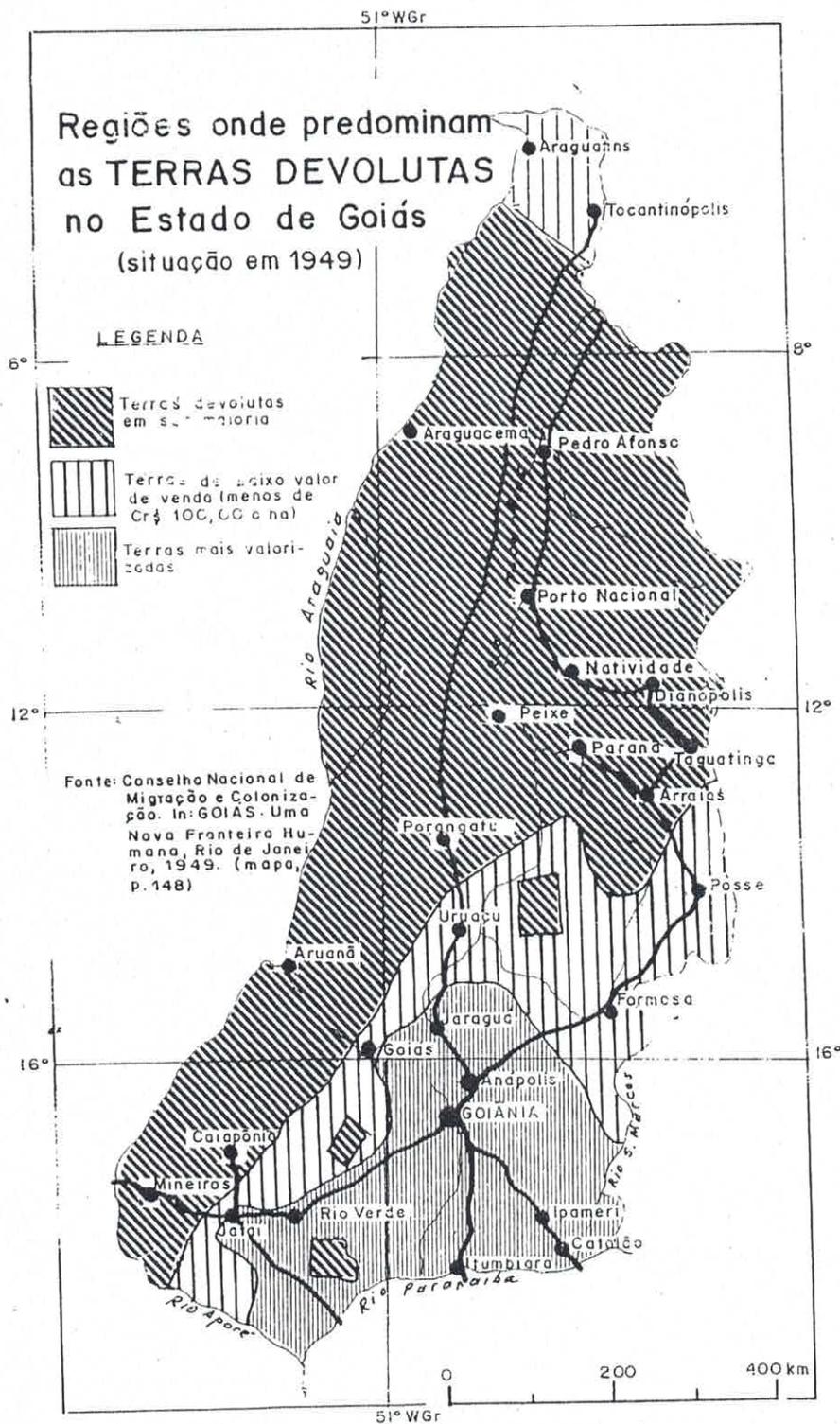


Figura 15 Mapa de terras devolutas

Informações obtidas no IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás) dão conta de que sempre existiram terras devolutas na região. Esse

órgão tem promovido o levantamento e formalização da regularização fundiária. Várias ações discriminatórias¹³⁵ foram já realizadas. Em 1989, foram discriminadas terras em Flores de Goiás e Guarani de Goiás, conforme quadro abaixo:

Tabela 17

DISCRIMINATÓRIA JUDICIAL EM ANDAMENTO - 1995

Município	Área Discriminada	Área Presumível Devoluta
Flores de Goiás	74 509	37 254
Guarani de Goiás	22 210	2 200
Total	96 719	39 454

Fonte: IDAGO

Em 1989 além das ações judiciais, existiam em andamento, discriminatórias administrativas, como mostra o quadro a seguir:

Tabela 18

DISCRIMINATÓRIAS ADMINISTRATIVAS - 1995

Município	Área estimada	Área a ser trabalhada	Devoluto Presumível
Divinópolis de Go.	100 390	100 390	20 078
São Domingos	657 000	200 000	100 000
Alvorada do Norte	110 000	110 000	22 000
Total	867 390	410. 90	142 078

Fonte: IDAGO

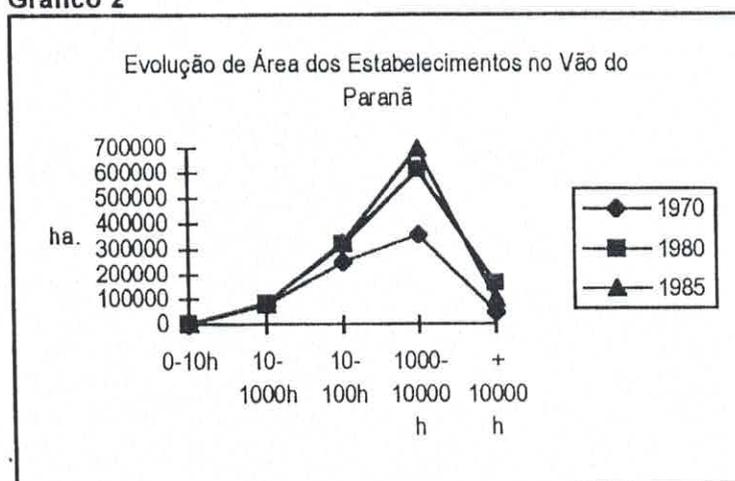
Até 1995 já tinham sido arrecadadas¹³⁶, em Alvorada do Norte 6.168 hectares, e São Domingos 3.272 hectares. Ações discriminatórias judiciais estavam em andamento em 1995, em Posse (devoluto estimado de 50 000 hectares), Iaciara (devoluto estimado de 50 000 hectares), Flores de Goiás (devoluto estimado em 130 000 hectares) e Guarani de Goiás (devoluto estimado em 20 000 hectares). Destas informações, é possível depreender que a apropriação das terras não é um ato consumado na região, e o volume e necessidade de intervenção na regularização fundiária indicam que ainda persistem problemas com relação ao acesso à terra. Diante da constatação de uma ocupação secular na região, é compreensível existirem também problemas para o novo arranjo fundiário implantado.

¹³⁵ Ação discriminatória é um processo através do qual se avalia o potencial de terras devolutas, ou seja, faz-se uma conferência dos registros legítimos e, partir discrimina-se o que é devoluta.

¹³⁶ Terras arrecadadas são as que foram incorporadas ao patrimônio do Estado após o processo discriminatório.

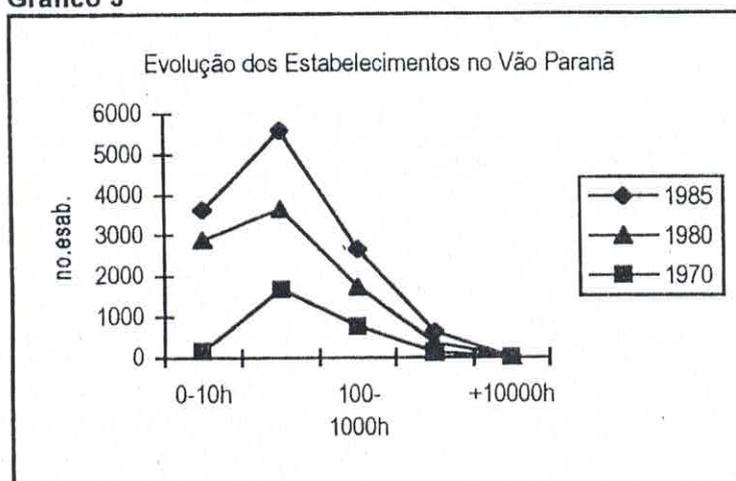
A região possuía terras tituladas, na década de 50, fruto de um lento e gradual processo de apropriação de terras; não era, portanto, uma área propriamente de terras livres, mesmo considerando o processo recente de regularização fundiária por qual passou, e ainda esta em curso, em algumas partes da região. O fato novo ocorrido a partir dos fins de 60 foi uma transformação da propriedade das terras, com a gradual entrada na região de especuladores e fazendeiros vindos de São Paulo, Minas e Sul de Goiás. E era um bom lugar para se ter acesso a grandes extensões de terras a preço baixo, e mesmo, a preço algum, diante da fragilidade dos registros e economia local. Constituía uma porta ou uma porteira aberta à especulação e pelo menos nesta região, a porteira ainda não se fechou.

Gráfico 2



Fonte FIBEG

Gráfico 3

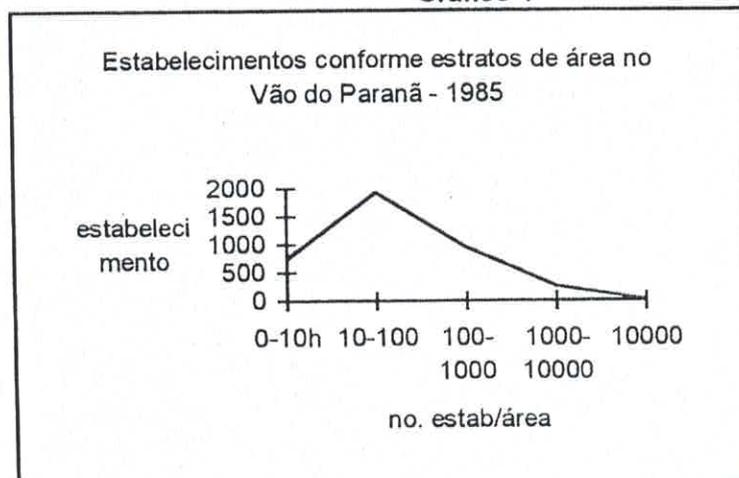


Fonte: FIBGE

A estrutura fundiária delineada ao longo do período 1970 - 1980 (gráficos 2 E 3) expressa nitidamente, no âmbito regional, uma concentração fundiária, que não é novidade no Oeste brasileiro. Esta situação, expressa nos gráficos acima, mostra o comportamento de estabelecimentos e área e que são inversamente proporcionais. Percebe-se a mudança na acentuação da concentração da propriedade da terra em 1985, num processo que foi delineado ao longo do tempo, ou seja, um pequeno número de propriedades concentra a maior parte das terras

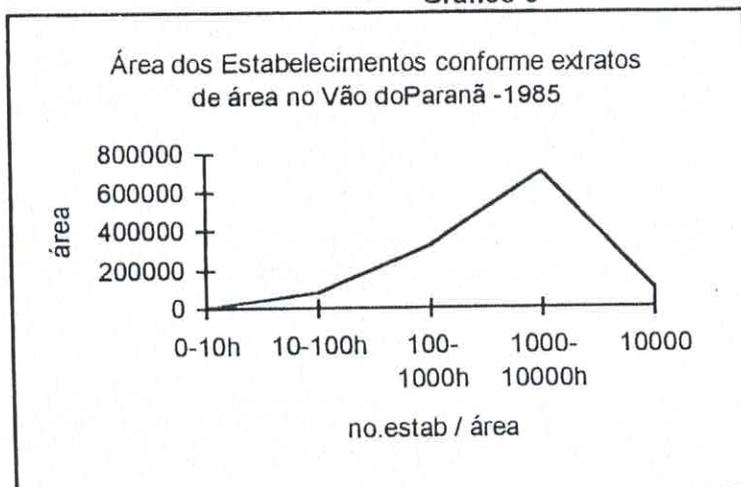
Os gráficos seguintes (4, 5, 6) retratam a situação da estrutura fundiária em 1985, onde a correlação de concentração (área/estabelecimento) torna-se mais evidente pois, a maior parte do número de estabelecimentos corresponde a uma área menor, ao passo que as grande propriedades correspondem à maior parte da área dos estabelecimentos. A concentração da propriedade, pode ter se acentuado na última década, pois segundo informações colhidas localmente, o movimento de compra e venda de terras foi muito intenso até 1993 principalmente em Iaciara, Flores, São Domingos e Posse. Nestas localidades, as terras mudaram de dono rapidamente. Segundo depoimentos, são poucos os antigos fazendeiros do lugar que ainda detêm a propriedade da terra e conforme expressão local, foram poucos os que "resistiram".

Gráfico 4



Fonte: Censo Econômicos, 1985, FIBEG

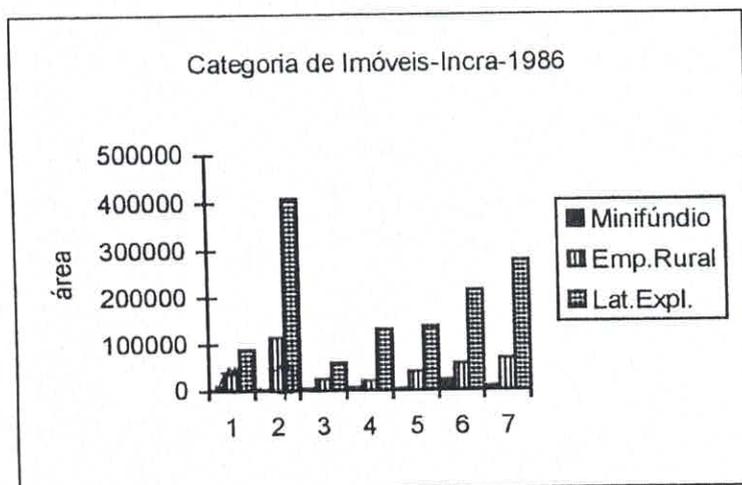
Gráfico 5



Fonte: Censo Econômico -1985, IBGE

Agregando-se as informações fornecidas pelo Cadastro do INCRA, explicitadas no gráfico a seguir (nº6) o processo de concentração de terras fica evidente. Apesar da origem diferente dos dados - censo econômico do IBGE e cadastro do produtor do INCRA, não se percebe uma diferença muito grande entre eles.

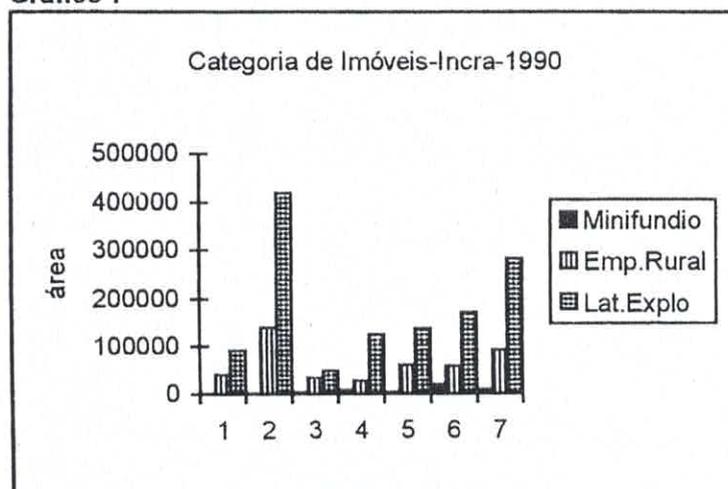
Gráfico 6



1- Alvorada do Norte, 2- Flores de Goiás, 3- Divinópolis de Goiás, 4- Guarani de Goiás, 5- Iaciara, 6- Posse, 7- São Domingos.

Fonte: INCRA

Gráfico 7



1- Alvorada do Norte, 2- Flores de Goiás, 3- Guarani de Goiás, 4- Iaciara, 5- Posse, 6- São Domingos.

Fonte: INCRA

As informações cadastrais do INCRA foram utilizadas com o objetivo de aproximar as informações do quadro atual, tendo em vista a não realização dos censos pelo IBGE e quem dúvida, confirmam a concentração identificada em 1985. A partir do Cadastro Geral de Imóveis do INCRA constatou-se que nos municípios do Vão do Paranã, a média é de 500,9 em 1986 hectares e 516,1 hectares por imóvel em 1990. O dado demonstra que as propriedades são grandes em sua maioria. Considerando-se o incremento de área, no mesmo período, tem-se um crescimento da ordem de 3,5%, o que resultou na intensificação da regularização fundiária empreendida pelos organismos competentes, na região

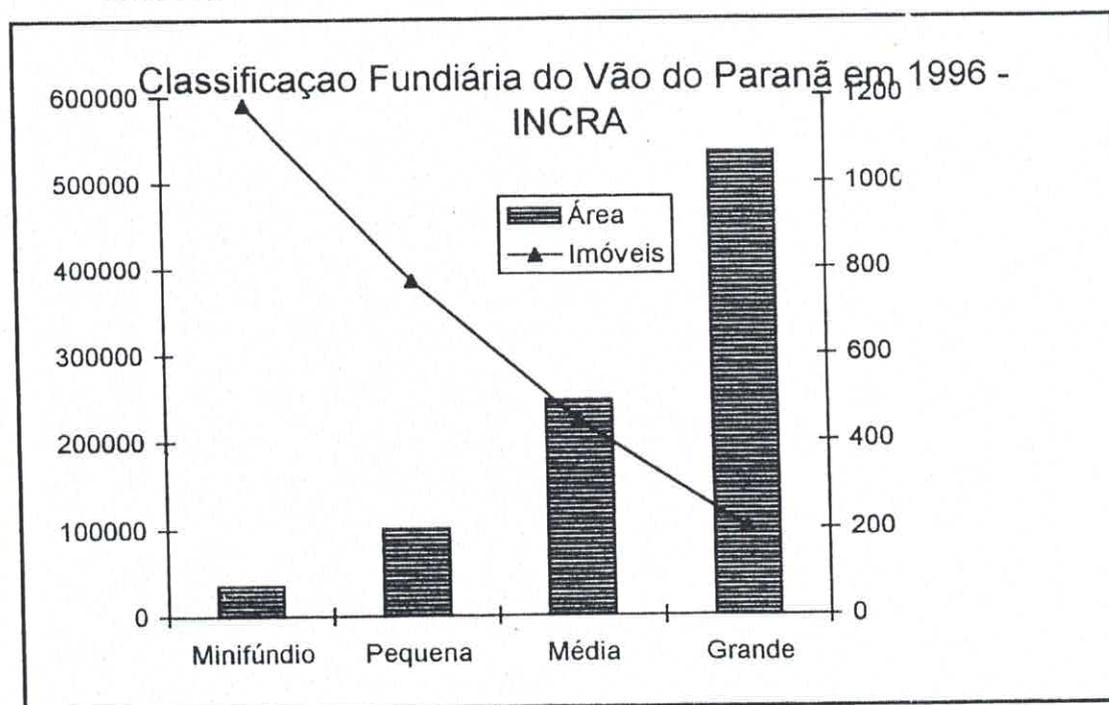
Esse aumento das áreas das grandes propriedades é mais expressivo e visível, em alguns municípios, como em Alvorada do Norte, onde a área de grandes propriedades correspondente em 1970 a 43,1%, saltam para 71,5% em 1985. Já em Flores o quadro praticamente não se alterou, em 1970 era de 72,9%, em 1985 foi de 73,9%.

Acompanhando a dinâmica dos números, pode-se perceber e inferir a partir deles que, localmente, a transformação não se fez ao mesmo tempo em toda a região. Ela aconteceu quase que em seqüência, com o avanço progressivo em direção às áreas menos integradas do Vão do Paranã, ou as mais novas. Como se das beiradas da região houvesse desencadeado o processo, através de Formosa, em direção à Posse e, de Posse à Alvorada.

Nas unidades territoriais localizadas dentro do Vão do Paranã, como Iaciara e Guarani, o afinilamento para grandes propriedades vem se dando nos anos mais recentes. Em 1970, 47,6% da área das propriedades eram de 1000 a 10000 hectares; em 1985, 50,4%. Não foi portanto tão intenso como o observado em Flores.

Agregando a esta análise as informações cadastrais do INCRA, percebe-se que a dinâmica em Iaciara e Guarani acompanha a de outros municípios da região, em 1990.

Gráfico 8



Fonte: INCRA

Para concluir, pode-se afirmar que o conjunto de transformações na base territorial da região, deu-se progressivamente às margens da Serra Geral, da estrada para o interior. Caracterizou-se principalmente pela concentração fundiária acentuada, embora seja uma área de povoamento antigo, onde o parcelamento da terra é mais freqüente. Parece ter havido um fato, ou um conjunto de fatos novos, a partir de década de 70, que engendrou

tal transformação. Um deles eminentemente local, foi disponibilidade de terras "vazias" por um lado e, por outro, acessíveis por preço baixo, que, combinado com a fragilidade dos registros, facilitaram a apropriação pelos que vieram de fora. Soma-se ainda outro, uma espécie de herança regional, ou uma cristalização no espaço de formas herdadas do passado, pois as fazendas de "criar" primitivas do Vão do Paranã já eram grandes propriedades. As fazendas de gado sempre foram assim

Esses fatos combinados, com outros de nível extra-regional, como a proximidade do Distrito Federal, agricultura intensiva nos Chapadões da Bahia e posteriormente, na década de 80, a divisão do Estado de Goiás, foram determinantes no processo de transformação em curso nesta região, conforme análise anterior.

Ao longo de um conjunto de reflexões sobre a construção de territorialidades, pode-se afirmar que em situações como as de Goiás e, mais especificamente, nesta região, o papel das propriedades rurais, as fazendas, é fundamental, pois elas tem a capacidade de produzir territorialidade, ou seja, refletem a sociedade, o espaço e o tempo, funcionando como uma "soma" de relações mantidas com o meio, a fim de se reproduzir literalmente. Em situações como as observadas nesta pesquisa, muito mais que a cidade, as fazendas são as unidades produtivas fundamentais. Apesar de sua articulação com contextos mais amplos, os seus reflexos é que têm a propriedade de estruturar uma área territorialmente. Em função das necessidades das fazendas de gado e de outras finalidades, e implantam-se caminhos, define-se o comércio urbano¹³⁷, enfim, criam-se redes que articulam o espaço regional internamente e se articulam com o espaço mais amplo extra-regional.

Analisar e historicizar a forma das propriedades da região pode levar à obtenção de uma consciência do passado, que sirva para demonstrar a tendência assumida pelo processo de formação econômica pelo qual passou a região, até chegar à sua configuração atual.

O que se torna mais evidente em termos da transformação ocorrida no período 1970-1985 é o aumento expressivo da área das propriedades, e nelas,

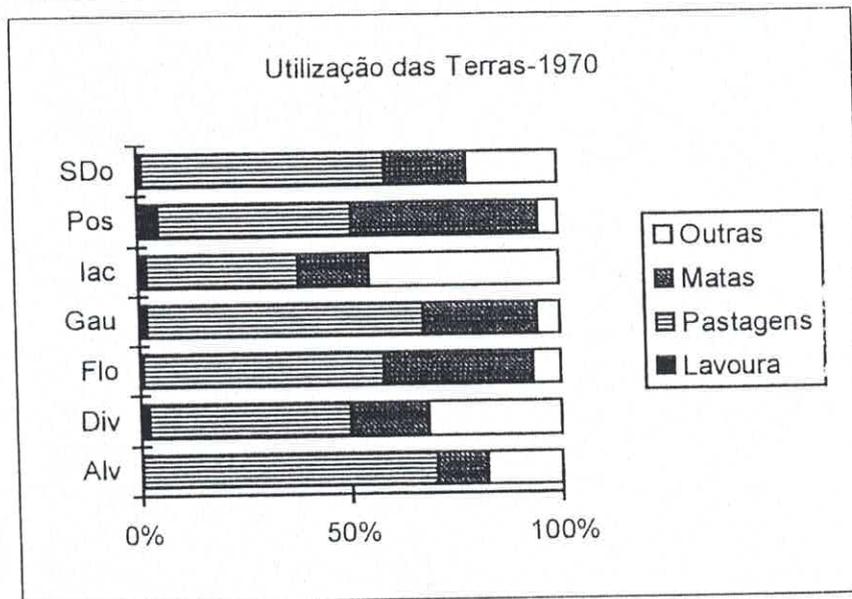
a proporção destinada a pastagens. Verifica-se a transformação regional no sentido da pecuária, combinada com a incorporação progressiva das áreas de mata, ou seja, o desmatamento destinado à exploração vegetal, fato importante que se desenvolveu recentemente e que resultou, tanto na produção de madeira em tora, como na de carvão .

Considerando as informações do censo de 1985, as últimas informações sistematizadas, como também as análises das imagens de satélite de 1993, pode-se afirmar que a atividade pecuária que domina a região em termos de ocupação do território, talvez não o seja do ponto de vista econômico propriamente dito. Assim, não foge ao padrão mais geral das práticas usuais desse tipo de atividade, praticada de uma forma mais intensiva ou semi-intensiva. Cabe aqui uma reflexão acerca da expansão desta atividade no Brasil, que requer, em primeiro lugar disponibilidade de terras, com um mínimo de favorabilidade. O restante do processo econômico é solucionado com os recursos tecnológicos, aos quais o fazendeiro pecuarista tem acesso, figura tradicional e corriqueira em Goiás.

Nos gráficos acima ^{09.10.11} fica demonstrada a evolução do uso da terra nos municípios da região, num período de 15 anos no qual o aumento gradativo da área destinada a pastagens é bem claro, embora não se possa afirmar que seja um aumento intensivo. Isto provavelmente liga-se ao fato de que a região já era de pastoreio, portanto será redefinida com a intensificação da formação de pastagens.

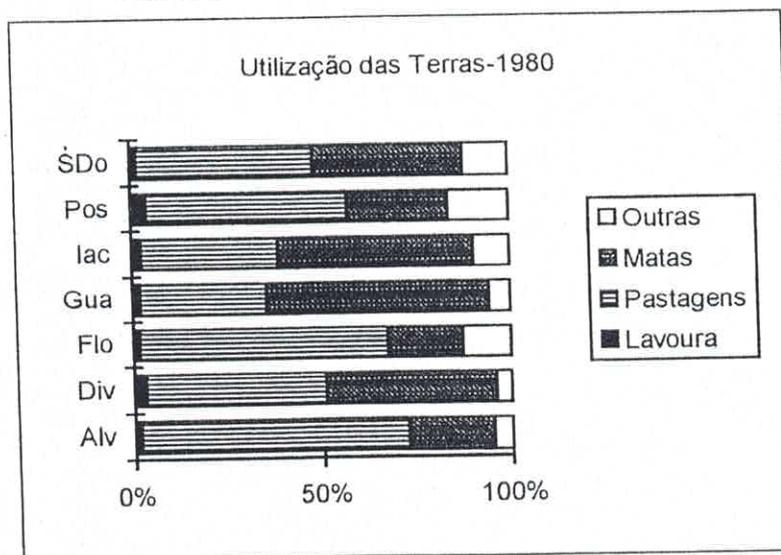
¹³⁷ Em Flores de Goiás, foi construído em 1988 um hotel, segundo o dono, por causa dos gaúchos. (maio/96) que se encontra subutilizado, pois os gaúchos já saíram de lá.

Gráfico 09



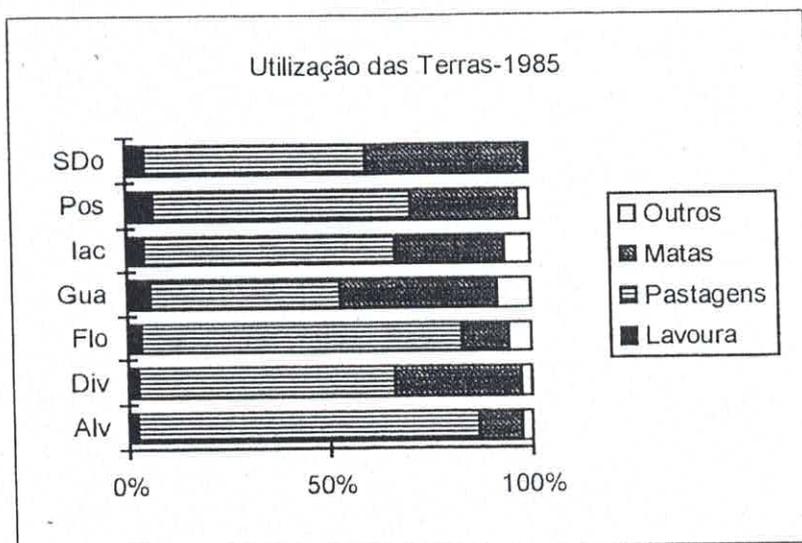
Fonte: FIBGE

Gráfico 10



Fonte: IBGE

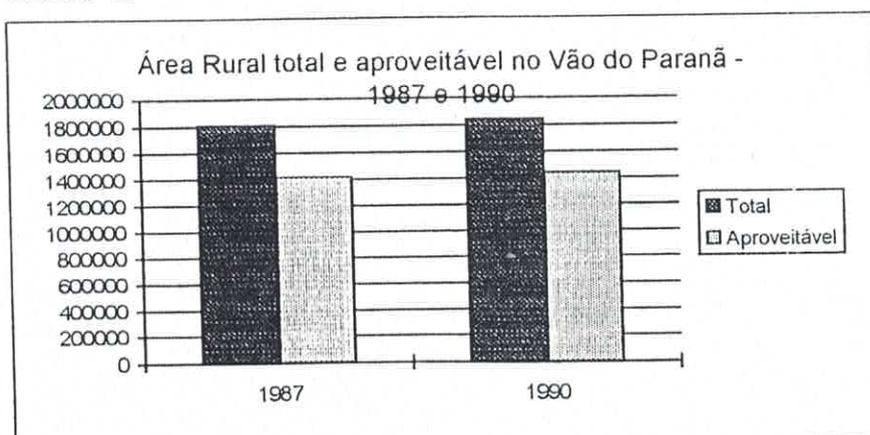
Gráfico 11



Fonte: IBEG

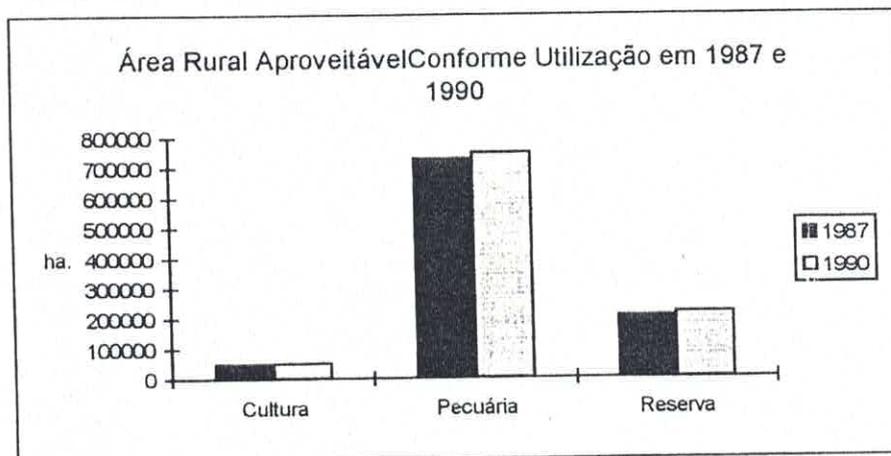
A partir das informações do gráfico a seguir, que demonstra a área total das propriedades e destas, o que é aproveitável, pode-se afirmar ou confirmar o predomínio das áreas destinadas à pecuária em relação a outros usos.

Gráfico 12



Fonte: INCRA

Gráfico 13



Fonte: INCRA

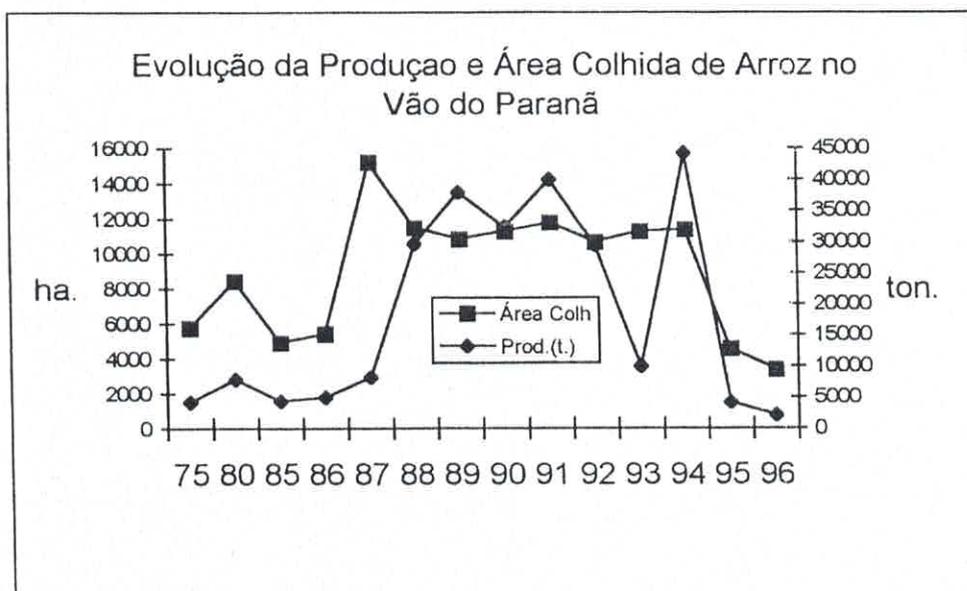
Em 1990, cerca de 800.000 hectares, de um total aproveitável de 1.443.256 hectares, eram destinados às pastagens, conforme declararam os produtores. Têm-se aqui a dimensão de como foi utilizado o território no Vão do Paranã, no qual é evidente o predomínio da grande propriedade numa estrutura fundiária concentrada, bem como o predomínio de pastagens, apesar do caráter genérico dessa denominação. Pastagem pode designar, nesta região, áreas cultivadas com capim (brachiarão, antropogom, jaraguá), capoeiras (terreno em se que desmatou e não se plantou, ou foi abandonado), pasto natural com gramíneas e poucas árvores, ou pasto natural no qual se misturam gramínias e matas. Tudo isso é pastagem no Vão do Paranã

1. 2 O que Mudou com a Produção Agrícola

Tomando como base os produtos agrícolas tradicionais, como o arroz, feijão e milho agrupados em uma série anual desde 1975 até 1996, considerou-se o total da região, pois percebeu-se um certo padrão no comportamento da produção entre os municípios. A única ressalva a ser feita é

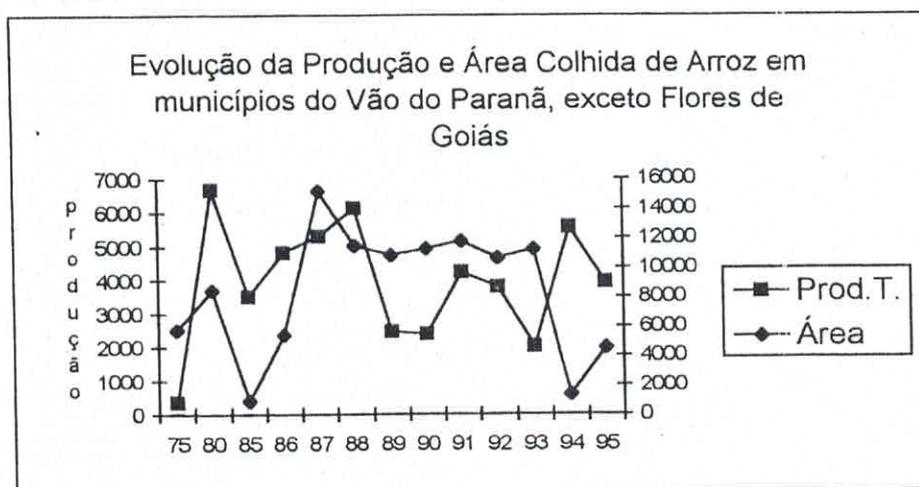
quanto ao município de Flores, que apresentou uma altíssima produção de arroz, a partir de 1988.

Gráfico 14



Fonte: FIBGE, Produção agrícola municipal-Levantamentos sistemáticos

Gráfico 15



Fonte: IBGE

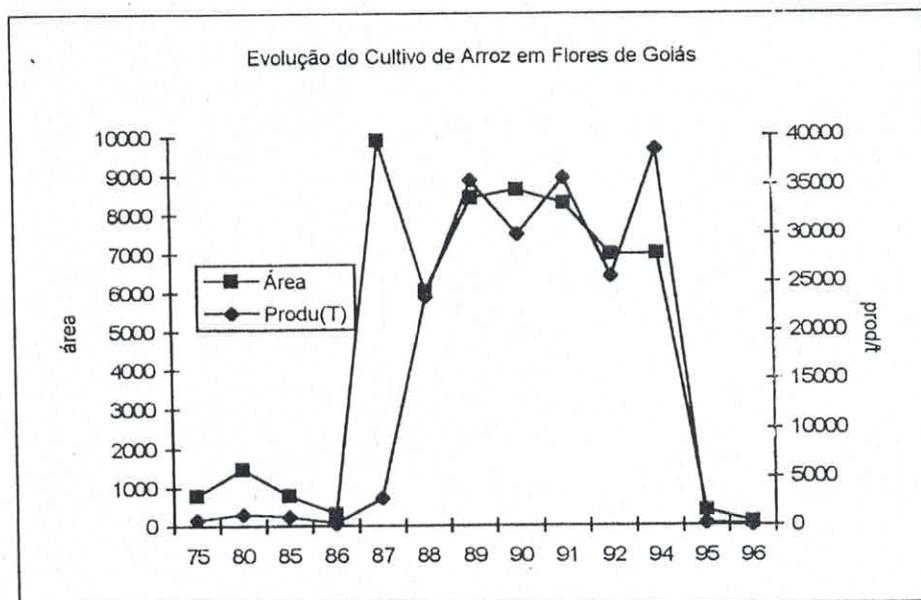
Comparando os dois gráficos, percebe-se uma nítida diferença nos mesmos. No gráfico que inclui o município de Flores de Goiás, o aumento em área e produção é bastante expressivo, mas excluindo-o percebe-se uma dinâmica diferente, ou seja, o aumento não é tão grande; ao contrário, no

restante da região, no período em que o aumento em Flores foi grande, cai a produção. A separação foi importante para detectar um momento específico da vida regional, considerando-se que a cultura do arroz, em áreas de pecuária, é utilizada para "abrir" terreno, ou seja, no início de formação de pastagens alguns cultivos servem para custear esse processo e o arroz é um deles.¹³⁸ Daí a necessidade de destacar em que momento diminui a produção dos cultivos temporários, o que pode revelar a consolidação do processo de abertura de fazendas.

O gráfico acima (15) revela que a produção de arroz apresenta um grande salto a partir de 1987, tanto no que se refere à produção como à área utilizada. A queda na produção regional foi expressiva a partir de 1993. Os dados analisados, apontam que o aumento deveu-se única e exclusivamente à produção de arroz irrigado, nas várzeas do rio Paranã, no município de Flores de Goiás. Os demais permaneceram no nível de pequena produção.

Aquele cultivo constitui um fato novo, de duração efêmera em Flores de Goiás, conforme pode ser observado no gráfico abaixo. A produção chegou a corresponder a 5,4% de todo o arroz produzido em Goiás em 1989, e a 9,7%, em 1990.

Gráfico 16



¹³⁸ O processo de plantar arroz, feijão ou milho, durante a abertura de fazendas de pecuária, por dois ou três anos, semeando junto o capim é bastante conhecido, sendo comum o aumento de cultivos temporários, por um determinado, período nessas áreas.

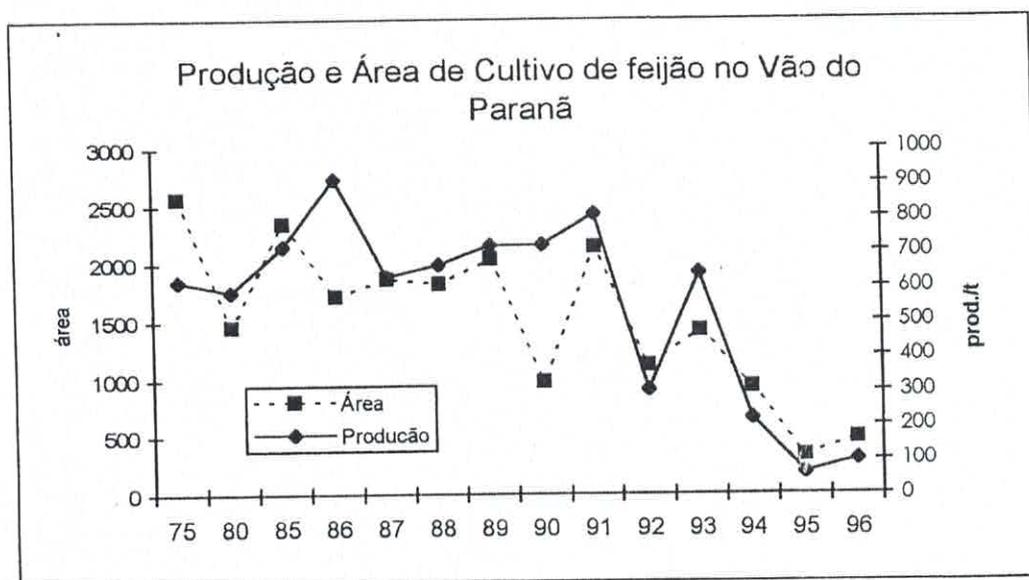
Fonte: IBGE

O mesmo quadro permaneceu com pequenas variações, até 1994, quando então aconteceu uma baixa violenta na produção de arroz que em 1995 corresponde a apenas 0,06% da produção estadual. Constatou-se em 1996, durante viagem ao local, que todos os campos outrora cultivados pelos sulistas através de sistema irrigado, estão hoje abandonados. São equipamentos tratores, barracões, canais, bombas de irrigação, silos etc. sem utilização, fazendo prever que, pelo menos por enquanto a diversificação não acontecerá na região.

A saída dos empresários sulistas da região, deveu-se ao seu endividamento, e à impossibilidade de pagar os empréstimos, pois segundo depoimentos de comerciantes do produto, o arroz de Flores não é de boa qualidade, não alcançando bom preço no mercado. A tudo isto, deve-se juntar a política de preços do governo para os produtos agrícolas básicos, nos últimos anos. Em Goiás a partir de 1995 a área destinada ao plantio de alimentos tradicionais reduziu-se a menos da metade da utilizada até 1993.

Avaliando o cultivo de feijão na região do Vão do Paranã durante um período, torna-se clara esta constatação, pois, ao longo do tempo, diminuiu a área e o volume da produção.

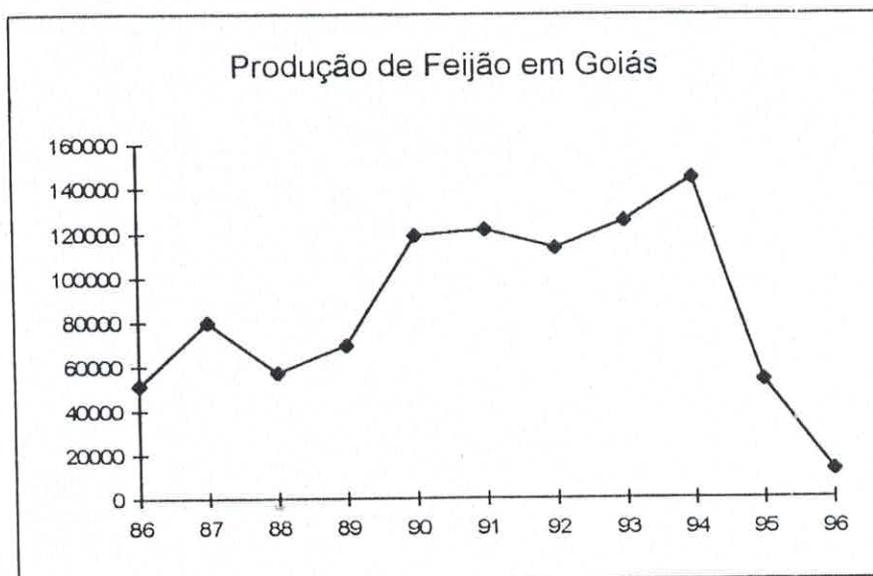
Gráfico 17



A queda da produção de feijão não chegou a ser significativa no conjunto da economia regional, pois era irrisória. Só para se ter uma idéia,

nunca atingiu no período a quantidade de 1000 toneladas. Isso indica a existência de uma produção voltada para subsistência.

Gráfico 18



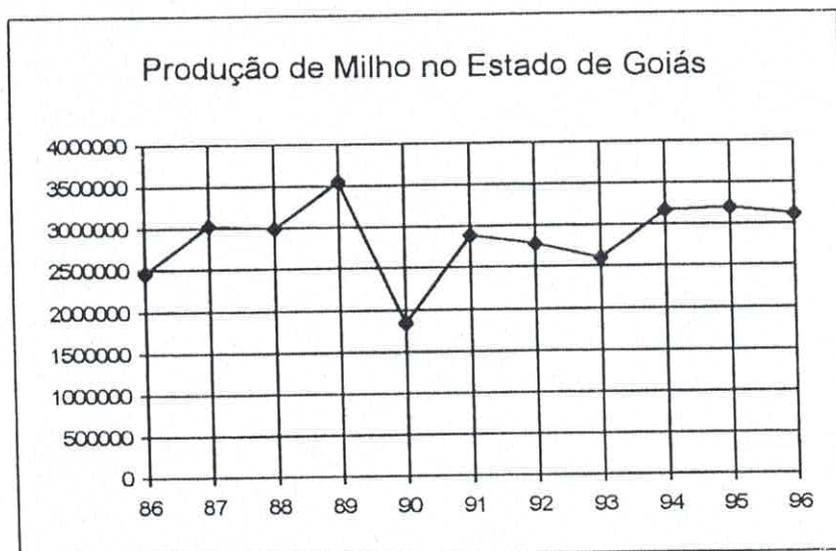
Fonte: FIBGE

A queda na produção de feijão aconteceu em Goiás por volta de 1994 de forma geral, conforme demonstra o gráfico acima e o comportamento observado na região acompanhou a tendência do Estado. Por outro lado, a cultura do milho teve um aumento importante, tanto em nível da região, como do Estado.

Gráfico 19



Gráfico 20



Fonte: FIBGE

Comparando os gráficos, nota-se que as dinâmicas do Vão do Paranã e do Estado de Goiás são semelhantes, o que demonstra que o cultivo do milho na região responde a uma dinâmica que foi assimilada a despeito da produção regional ser pouco expressiva, no contexto estadual.

As culturas comerciais, como a da soja, apesar de cultivadas em alguns pontos isolados, em torno de Flores, Posse e Alvorada do Norte, sob influência de áreas vizinhas como o Chapadão da Bahia e Sítio da Abadia, pouco ou nada representam. Haja vista que em 1994 foram produzidas 2 000 toneladas em Flores, em 1995, 2 835 toneladas em Flores e Posse. Considerando-se, que no mesmo período a produção de Goiás foi de 2 309 929 toneladas e 2 146 700, respectivamente, a produção regional foi irrisória, significando que, pelo menos até o momento, a soja não desceu do Chapadão da Bahia para o Vão do Paranã, como parece ser a expectativa local.

A agricultura na região não teve até o momento, relevância. Isso apesar dos novos cultivos, arroz irrigado e soja, terem introduzido na região o uso de novas tecnologias, como sementes melhoradas (de soja e de arroz, e mesmo de feijão e milho) e uma utilização mais racional do solo, com correção e fertilização.

Na décadas de 70 e 80 praticava-se a agricultura como forma de custear a abertura de novas áreas para a formação de pastagens, como o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, para auto-consumo. Só a partir de 1985, introduzem-se os novos cultivos como a soja e o arroz irrigado

A agricultura regional pode ser medida, considerando-se a área em que houve um aumento de hectares destinados à agricultura permanente, no período de 1970/1980, e que foi da ordem de 88,12%.; No período de 1980/1985, da ordem de 2929,71%. Portanto, um incremento de área respeitável, que se tomado isoladamente, pode dar uma idéia errônea, pois não aconteceu uma produção agrícola de tal ordem. Supões-se que esse incremento resultou de um fato simples. Em 1970, apenas 843 hectares eram utilizados em lavouras permanentes, daí, ser possível compreender que houve muito mais uma incorporação de novas áreas pois o resultado da produção regional revela-se pouco expressivo. O incremento em área de lavouras temporárias, para o período 1970/1980 é da ordem de 88.12% e, no período de 80/85, de 173,76%, um aumento portanto, que está em consonância com o processo de incorporação de terras prioritariamente destinadas à pecuária. Esses dados não demonstram a transformação da região, no período, em uma área agrícola, e se combinados com outros indicadores, isso se torna mais evidente,

A agricultura desenvolveu-se na região mais como subsidiária da pecuária do que como uma nova força que pudesse mudar o quadro regional. A fase dos cultivos irrigados, responsáveis por uma intensificação da produção durante um determinado período, já não mais existe. O governo de Goiás elaborou uma projeto em 1993, denominado "Projeto Básico de Irrigação de Flores de Goiás", para desenvolver estudos de pedologia, geologia/geotecnia, agrônômicos, agrícolas, hidroclimatológicos e dotação de regas com vistas a proporcionar irrigação para uma área de 26 500 hectares. no Vale do Paranã, próximo a Flores de Goiás.

Os objetivos de tal empreendimento, conforme contido no texto original (1994:9) foram

—organizar as iniciativas dos agricultores da região que já realizam irrigação, em condições nem sempre adequadas;

- aproveitar a condição geográfica da área, situada no entorno de Brasília, o que lhe assegura a oferta de infra-estrutura de proximidade do mercado, por decorrência da própria existência da capital Federal;
- promover a criação de um pólo agrícola, que possibilitará a disseminação de técnicos de irrigação na região;
- compatibilizar as condições atuais e futuras do mercado regional, importador de grãos, com a real incapacidade do governo de investir em novas áreas de expansão da fronteira agrícola, o que recomenda o aproveitamento racional de áreas já desbravadas e dotadas de infra-estrutura física e social mínima, representando mercado seguro para a produção;
- promover a produção agrícola, basicamente de arroz e de culturas complementares de feijão, tomate industrial e outras;
- promover o beneficiamento e a industrialização dos produtos da própria região.

A despeito da tentativa do governo de organizar e criar condições para que a irrigação efetivamente se implantasse na região, a iniciativa privada antecipou-se e os sulistas começaram a chegar na região, a partir de 1985. Produziram soja e, principalmente arroz até 1994, quando então começou a desativação dessas culturas, e da COOPERFLORES (Cooperativa dos Produtores Rurais de Flores de Goiás).

Até o final de 1996, muito pouco do projeto foi realizado. Previa-se irrigar uma área de 26 500 hectares., através do método de superfície com sulcos e inundação, com sistema de barreamento para captação de águas, e estruturas hidráulicas coletivas com dois grandes canais nos Rios Paranã e Macacão e oito barragens de captação e canais secundários. O prazo previsto de execução seria de três anos. Foram apenas efetivados levantamentos preliminares e o início de construção de uma barragem.

Portanto, o que poderia ser uma ação de efetiva integração de uma parte do Vão do Paranã, aos processos produtivos agrícolas modernos e comerciais, ainda não ocorreu efetivamente. Nesse sentido, a região ainda é uma fronteira aberta, pois as possibilidades existem para tanto.

1.3. O que mudou com a pecuária

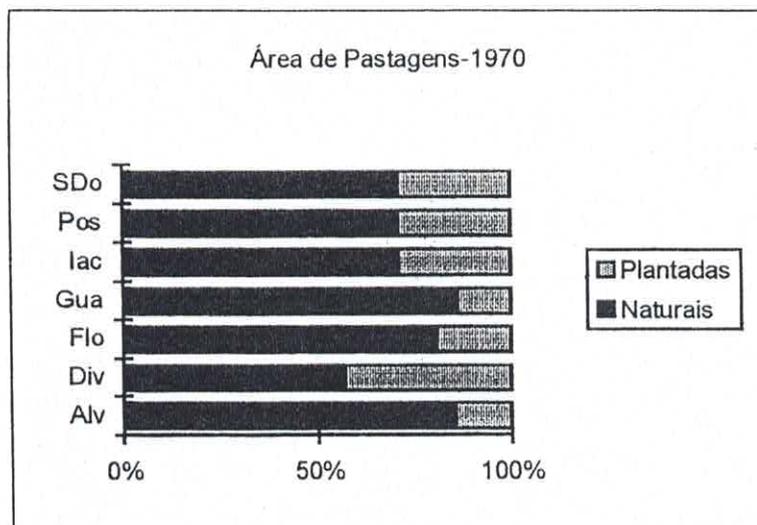
O desenvolvimento da pecuária na região do Vão do Paranã deve ser visto como um processo ligado à expansão da pecuária no Brasil, a partir da década de 70, no qual se inseriu todo o Centro-Oeste, através da conquista de novos espaços produtivos, com base na grande propriedade. Resultou nas fronteiras em expansão do Centro-Oeste, uma das quais, o Vão do Paranã. As proporções da expansão são de tal monta que deve ser entendida como um fenômeno de pecuarização¹³⁹, no sentido de ser uma atividade intensiva tanto no que se refere ao potencial econômico dela quanto à extensão do espaço que ocupa. A pecuarização (Hess, 1988) relaciona-se então à rapidez com que se processa esta forma de ocupação do espaço, à abrangência de enormes extensões de terra, o efeitos sobre a organização agrária e finalmente, pelas conseqüências sociais que acarreta.

Assim é que o Vão do Paranã constituiu-se em uma das áreas do Centro-Oeste na qual se instalou o processo de pecuarização. Numa análise da dinâmica do rebanho bovino regional, bem como da área envolvida, atestam a inserção nesta dinâmica, como também no processo de mudança regional. Percebe-se com maior clareza a mudança a partir da redefinição da pecuária regional como um processo, no qual se articulam outras variáveis, das quais o rearranjo das propriedades constitui uma manifestação.

Ao aumento da área dos estabelecimentos destinados a pastagens (gráficos 21, 22,23), acrescenta-se o fato de que aumentou também a área de pastagens plantadas que em 1985 corresponde a mais de 50% em quase todos as unidades territoriais, o que atesta a intensificação da atividade pecuária na região. As imagens de satélite de 1993 revelam ser muito expressiva a ocorrência desse tipo de uso, de longe mais significativa que a agricultura, pouco expressiva.

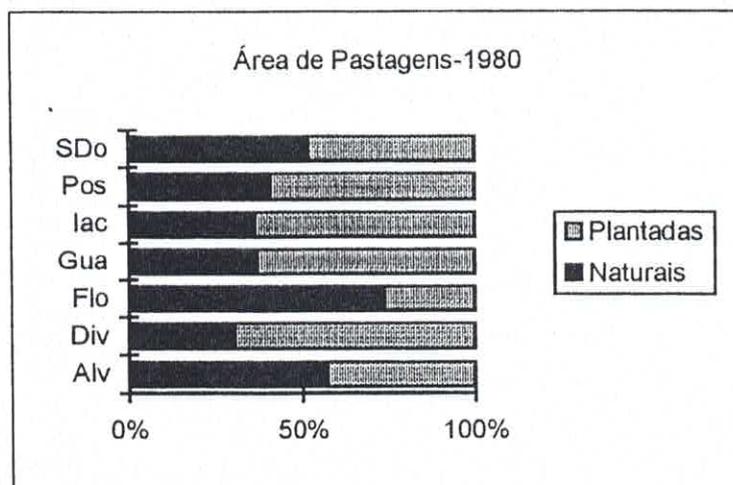
¹³⁹ Normalmente a pecuarização refere-se à substituição da agricultura pela pecuária, o que não é o caso no Centro-Oeste, nas principais zonas de pecuária atuais como O Vale do Xingu, o Vale do Araguaia, Pantanal, e agora o Vão do Paranã, não aconteceu uma substituição, pois não havia uma agricultura pretérita. Os espaços já tinham sido ocupados e abertos pela pecuária.

Gráfico 21



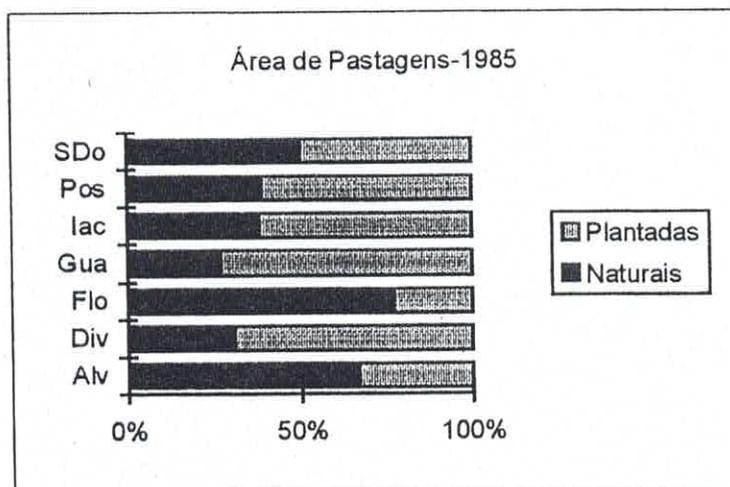
Fonte: IBGE

Gráfico 22



Fonte: IBGE

Gráfico 23



Fonte: IBGE

Na tabela 19, embora o incremento de áreas destinadas à agricultura seja muito alto, isto significa pouco, em termos da área total, (comparar com gráfico anterior), como também em termos da produção agrícola. O incremento na área de pastagens é importante, uma vez que a região já era de pastoreio antes de 1970; então, efetivamente, houve um acréscimo real de área.

Tabela 19

**INCREMENTO DE ÁREAS CONFORME O USO
DA TERRA NO PERÍODO 1970-1985**

	Total	Lavoura	Pastagens	Matas
Alvorada	157,9	90,0	208,0	121,7
Divinópolis	89,6	129,4	141,2	206,2
Flores	42,2	417,0	94,9	-54,6
Guarani	81,9	443,4	24,7	153,1
Iaciara	16,9	154,8	113,4	95,3
Posse	74,0	128,8	128,8	-1,8
São Domingos	80,6	506,6	14,9	245,7
TOTAL	64,1	245,6	98,3	37,7

Fonte : IBGE

A atividade pecuária atualmente, no Vão do Paranã, caracteriza-se por ser praticada em quase toda a sua extensão, de forma semi-intensiva. Não pode ser classificada como extensiva, no sentido tradicional, por não possuir pastos formados em profusão. O manejo semi-intensivo, considerado, deve-se ao grau de tecnologia envolvido no processo criatório, desde melhoramento genético, complementação alimentar, controle de doenças, até a seleção de gramíneas adequadas para a formação de pastagens.

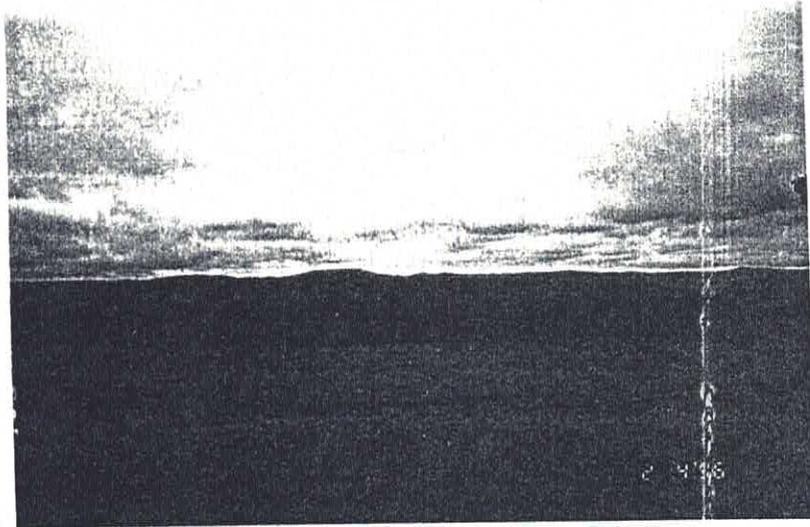


Foto 38 Pastagem cultivada (brachiarão) em Flores de Goiás

As condições ambientais, apresentam vantagens tanto as referentes a topografia, com terrenos em sua maior parte com pouca declividade, quanto as áreas de relevo mais movimentado, pois, oferecem ambientes úmidos, durante o período seco. A existência de áreas de savana e de áreas aluviais oferecem uma vegetação natural boa para o gado, o capim provisório (o jaraguá) e mesmo variedades de andropogom, que desde o século XIX apresentam-se na região.

Segundo Gardner (1975: 174)

Subimos ligeira elevação que conduzia a uma chapada plana, relativamente de pouca mata, mas abundante de uma grama viçosa, uma espécie de *Andropogon*, crescendo em grandes tufo isolados, de cerca de três pés de altura; [...]

O clima, conforme descrito anteriormente possui estações bem definidas, com um período seco longo e o predomínio de altas temperaturas, e um período chuvoso curto, torrencial¹⁴⁰ o suficiente para manter e fazer brotar o capim rapidamente. Tais condições, favoráveis à pecuária, estão relacionadas também com a baixa oferta pluviométrica anual, pois o capim oferece grande resistência à falta de água, ao mesmo tempo que na ocorrência de precipitação, por menor que seja, responde imediatamente.

A concentração de chuvas acontece nos meses de outubro a março, com chuvas torrenciais, inviabilizando a agricultura, ao mesmo tempo que é adequada à pecuária. Esse comportamento atípico do regime de chuvas, no Vão do Paranã, é um fator de diferenciação regional importante, pois localmente existem condições que são diferentes do seu entorno:

- dinâmica da circulação atmosférica que atua na região Centro-Oeste, mais precisamente, as perturbações de W e N, que trazem as massas úmidas ;
- a influência do relevo, pois a região localiza-se numa depressão, conforme já foi visto, circundada por relevos elevados; as diferenças altimétricas são de até 600 metros, formando assim uma espécie de corredor por onde se encaixam as massas de ar;
- a existência de um veranico forte, em janeiro ou fevereiro, típico de Goiás, mas que na região adquire uma conotação acentuada, exatamente devido ao relevo circundante.

A essas condições ambientais somam-se tantas outras que se desenvolveram na região, tais como o desenvolvimento historicamente ligado à pecuária, a existência de uma situação fundiária favorável a uma redefinição da propriedade da terra, também voltada para criação de gado que "exige" grandes extensões de terra, a proximidade de Brasília, às mudanças ocorridas em torno da região.

¹⁴⁰ Esta característica de chuvas torrenciais é muito típica da região. Conforme coleta de dados, em um só dia pode chover até 1000 mm.



Foto 39 Pastagem com andropogom em São Domingos

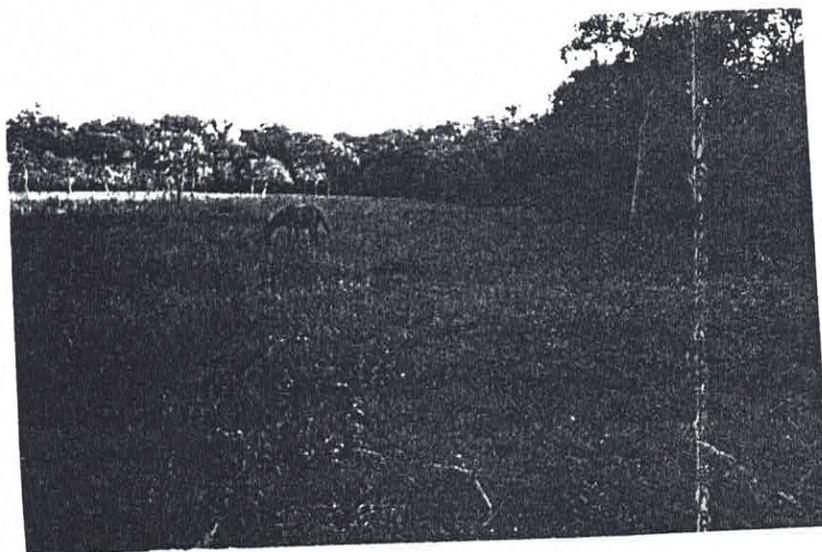


Foto 40 Pastagem natural (covoal) em Iaciara

A pecuária é predominante na região, com um rebanho que cresce continuamente. Chega-se a dizer que é a terceira no Estado de Goiás no tocante à criação de gado. Os dados porém não confirmam isto; existem regiões em que o total do rebanho é bem maior. Parece ser correto considerá-

la uma região de oportunidades, onde ainda é possível ter acesso à terra a um preço baixo e numa localização favorável em termos de mercado.

Tabela 20

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DE REBANHO BOVINO NO VÃO DO PARANÁ

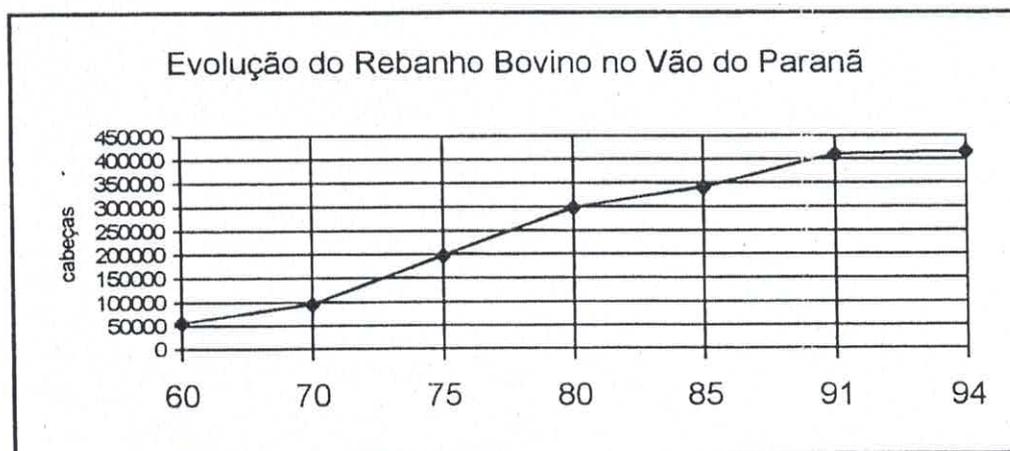
	1960	1975	1980	1985	1986	1987	1991	1992	1993	1994
Alvorada	0	16803	31961	28800	34200	38000	26500	29000	40600	37500
Divinópolis	12612	20687	40000	34500	36000	38400	41000	41000	30000	30900
Flores	-	38098	53693	97950	90350	97850	11800	119000	120000	122500
Guarani	-	9571	15000	18950	21000	35855	27000	22000	26880	26800
Iaciara	10310	28242	40556	49400	39000	39600	50000	52000	61560	61570
Posse	12028	32960	54081	70650	76650	85000	78000	50000	46000	54200
São Domingos	21609	50977	62696	40606	44900	47150	63000	63000	66000	70200
Simolândia	-	-	-	-	-	-	7800	8500	13000	12690
TOTAL	56559	197338	297987	340856	342100	382055	411300	384500	404040	416360

Fonte: IBGE, Recenseamentos Gerais, Censos Agrícolas, Levantamentos Sistemáticos

Obs. Em 1960, Guarani era um distrito de São Domingos; Flores era um distrito de Sítio D'Abadia e Alvorada foi criado em 1963.

No gráfico 24 esta dinâmica é constante, sem considerar que nas décadas anteriores de 60 e 70 o rebanho aumenta bastante chegando a quadruplicar em duas décadas.

Gráfico 24



Fonte: IBGE

Percebe-se que o rebanho do Vão do Paraná até 1994, constituiu 2,26 % do rebanho estadual, uma participação relativamente pequena se se considera que nesse ano esse somava 18.397.064 cabeças, um número expressivo. O importante a destacar desses dados é como a participação do rebanho dessa região cresceu paulatinamente, apesar de lentamente.

Tabela 21

**PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO REBANHO BOVINO DA REGIÃO
DO VÃO DO PARANÃ NO TOTAL DE REBANHO DO ESTADO DE GOIÁS**

1980	1985	1986	1987	1991	1992	1993	1994
1,81%	2,35%	1,79%	1,91%	2,21%	2,11%	2,17%	2,26%

Fonte: IBGE. Levantamentos Sistemáticos.

Internamente, o rebanho distribuiu-se de maneira heterogênea, considerando os municípios como unidades territoriais. Avaliando-se, numa série histórica diferentes períodos, percebe-se que existe um certo padrão de distribuição revelado em 1993.

Tabela 22

**REBANHO BOVINO NO VÃO DO
PARANÃ EM 1994**

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CABEÇAS
Alvorada	37500
São Domingos	30900
Divinópolis de Go	30900
Flores	122500
Guarani de Go	26900
Iaciara	61570
Posse	54200
São Domingos	70200
Simolândia	12690
TOTAL	447260

Fonte: IBGE

Flores de Goiás desde 1960 teve o maior rebanho da região. Até 1987, era seguido de perto pelo rebanho existente em Posse, situação que mudou a partir de 1991, tendo diminuído em relação aos anos anteriores. Essa alteração pode ser creditada, não a uma diversificação econômica, mas ao fato de ter sofrido sucessivas redivisões territoriais.

Os demais municípios, como Iaciara e São Domingos, têm seus territórios quase totalmente dentro do Vão do Paranã, o que pode explicar em parte esta concentração de rebanho bovino. Parte do município de Alvorada do Norte também se encontra dentro do Vão, em áreas favoráveis. Os demais são municípios com áreas menores, e de estruturação mais recente.

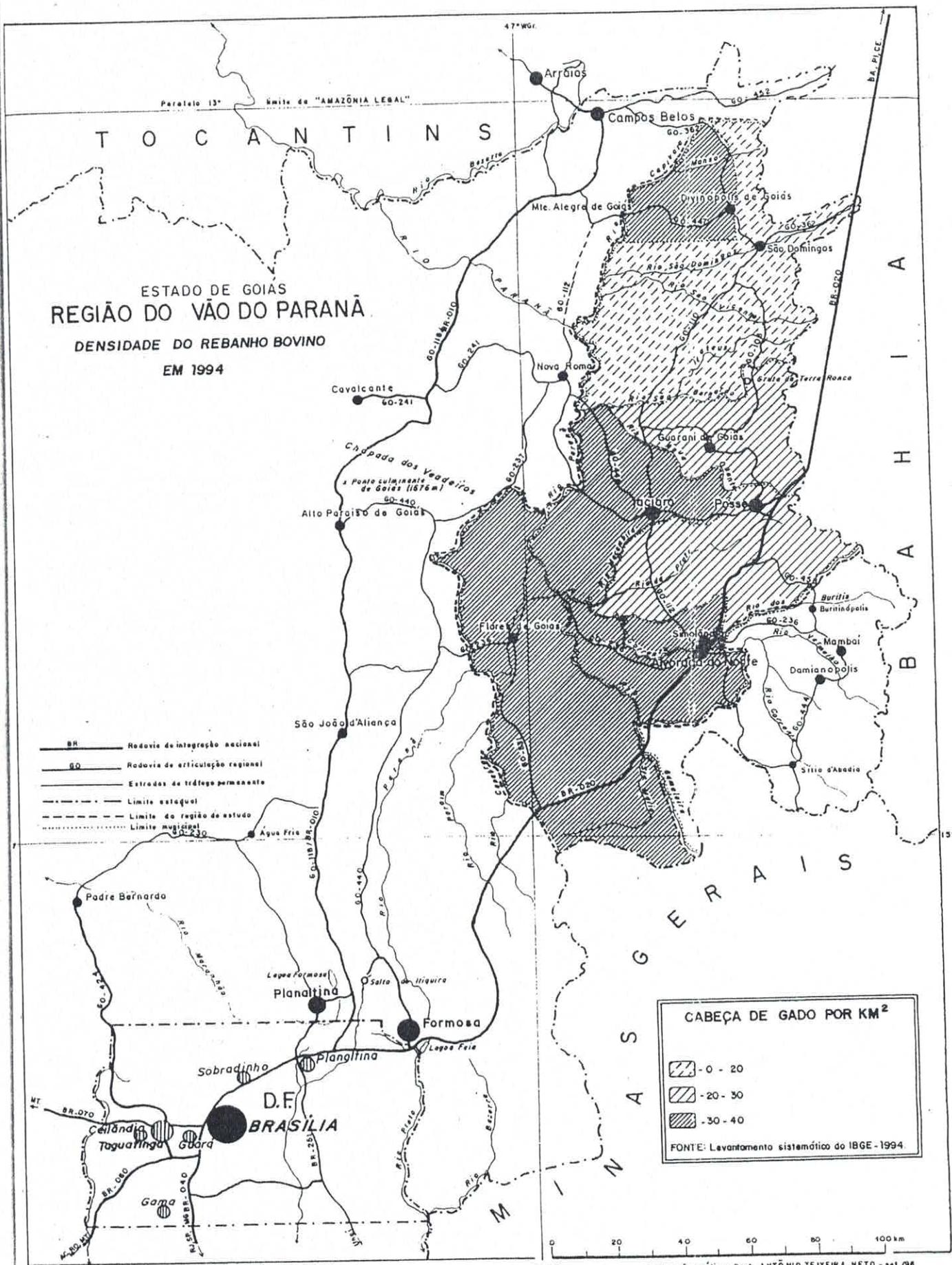


Figura 16. mapa de Densidade do Rebanho Bovino do Vão do Paraná

A pecuária regional vem se alterando nos últimos anos, a partir da influência de práticas de manejo difundidas pelos produtores oriundos de outras regiões e que ali se instalaram. Daí, decorreu também uma ação mais eficaz de órgãos governamentais de assistência ao criador, a EMATER, com conseqüente diminuição da mortalidade bovina, como também de incidência de doenças como aftosa, brucelose, botulismo, e carbúnculo sintomático.

Os produtores "de fora", seguidos pelos locais, aumentaram sistematicamente a área de pastagens plantadas e introduziram novas raças, tanto de linhagem leiteira (Holandesa, Jersey e Girolanda), como de corte (Simental e Nelore).

A partir de diferenças internas pode-se detectar uma certa regionalização desenvolvida posteriormente, e que ajuda a compreender a espacialidade resultante de diversos fatores que a construíram mesmo tratando-se de áreas pouco integradas ao mercado e, de certa, forma isoladas.

1.4. O Novo : a exploração da madeira

Há fortes evidências apontando que a extração de madeira e, num segundo, momento (meados da década de 80) a produção de carvão, constituem, em termos de importância econômica, a segunda atividade na região. Derivam delas transformações recentes, como o desflorestamento acentuado, provocando impactos ambientais e/ou sociais acentuados. Não foi possível quantificar a produção, devido aos empecilhos e entraves oriundos da inexistência de uma fiscalização eficaz e do caráter clandestino e marginal que essas atividades podem ter em determinadas situações.

A situação liga-se de um lado ao processo de abertura de fazendas para a pecuária de corte, que requer, na sua esteira, o desmatamento acelerado e continuado para a formação de pastagens, e/ou melhoramento das já existentes. De outro, tem-se o fato de ser esta região a última do Estado a possuir matas com potencial madeireiro em espécies comerciais ,

como aroeira, ipê, pau-ferro, capazes de atender o mercado do Distrito Federal, de Goiás e até de São Paulo. Em análise anterior demonstrou-se o processo de ocupação do território goiano, em ondas sucessivas que levou à destruição das áreas de mata. O Vão do Paranã permaneceu, até recentemente como uma reserva florestal que, pode acabar rapidamente, diante da exploração acelerada.

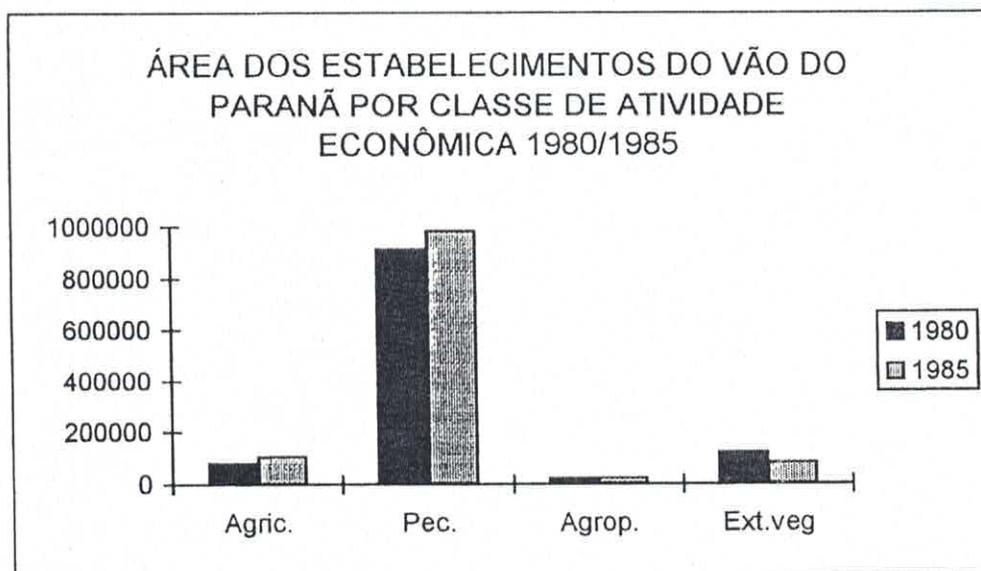


Foto 41. Carregamento de aroeira em Flores de Goiás

A exploração madeireira na região acentuou-se desde a década de 80. Comparando-se os resultados dos censos econômicos de 1980 e 1985, percebe-se uma diminuição nas áreas das propriedades destinadas ao extrativismo vegetal. Em 1980, no município de Iaciara, 35,6% da área de suas propriedades era destinada ao extrativismo, ao passo que no total da região a área destinada ao extrativismo vegetal correspondia a 10,5%. Nesse mesmo município em 1985, tinha-se apenas 12,6% da área o que demonstra que nele existiu um grande reserva florestal explorada a partir de meados da década 80.

O gráfico 24 a seguir apresenta a comparação dos dois censos, e evidencia o aumento de área destinadas à lavoura e às pastagens, ao mesmo tempo a diminuição de áreas destinadas ao extrativismo.

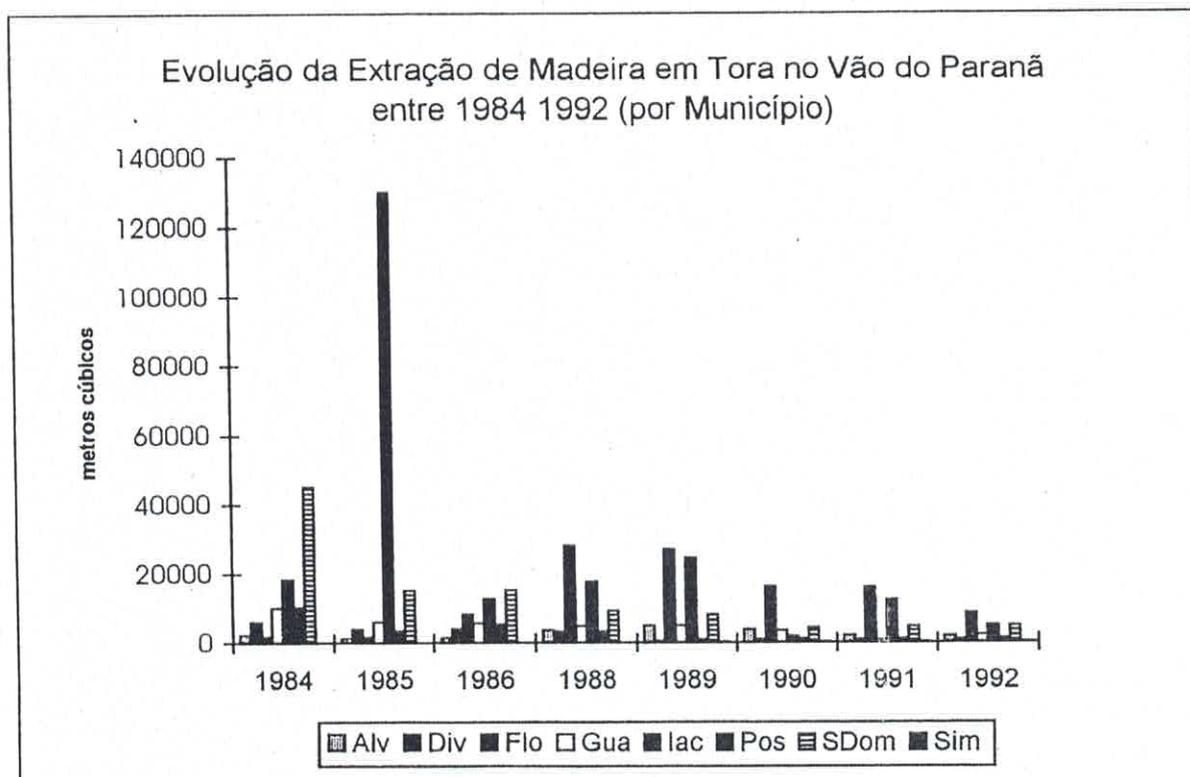
Gráfico 25



Fonte: IBGE, Censos Econômicos de 1980 e 1985.

O aumento do extrativismo vegetal no contexto regional, expressa-se no gráfico 25, principalmente quanto à extração de madeira, pois conforme se verá mais adiante, a partir de um certo momento diminuiu a produção madeireira e aumentou a de carvão, num processo de consolidação da abertura de fazendas.

Gráfico 26



Fonte: Levantamentos Sistemáticos do IBGE.

Examinando o gráfico, percebe-se que diminuiu gradativamente a extração de madeira em tora em todos os municípios, mesmo naqueles responsáveis por uma maior quantidade, como Iaciara (uma produção impressionante em 1985) e Flores de Goiás.

Conforme detectado, o extrativismo vegetal foi praticado indistintamente, embora a principal espécie visada tivesse sido a aroeira. A aroeira comercializada atualmente em Goiás provém dessa região, onde se localizam as últimas reservas dessa madeira, que daí sai sob a forma de lascas para cercas e mancos para curral; além de outras madeiras de lei como o ipê, cedro e jatobá.

A extração de madeira lapidada passa pelo crivo do IBAMA. em 1996 foram autorizadas 51 extrações na região, correspondente a 45,5% do total de autorizações de todo o Estado de Goiás, e segundo informações orais, a maior parte são para extração de aroeira.

Depoimento de um dono de um caminhão de aroeira, abordado em Flores de Goiás, ressaltou que, por volta de 1985, saíam da região de doze a dezoito caminhões de aroeira por dia (num caminhão cabem 12m³ de madeira). A partir de 1994 saíam de três a quatro caminhões por semana, os dados foram checados com outras pessoas do local. Daí se percebe a dimensão e a intensidade da exploração que não foi fiscalizada e nem quantificada pelo IBAMA, a não ser mais recentemente.

A existência de serrarias demonstram também a intensidade do desmatamento e do processo de formação de fazendas. Ao longo do tempo, no Brasil, principalmente em áreas de mata, é muito comum que quando se finaliza esse processo, as serrarias também encerram suas atividades.

Na tabela 23 abaixo estão discriminadas as serrarias que possuíam registro no IBAMA:

Tabela 23

SERRARIAS REGISTRADAS NO IBAMA

	1986	1990	1996
Alvorada do Norte	6	4	8
Divinópolis de Go	3	1	2
Flores de Go	7	6	2
Guarani de Go	3	2	-
Iaciara	10	6	10
Posse	9	3	4
São Domingos	9	6	4
Simolândia	-	-	2
TOTAL	47	28	32

Fonte: IBAMA

Os números demonstram que Iaciara concentra o maior número de serrarias desde 1996, referendando a constatação de ser uma área de fronteira em abertura. Em Flores, São Domingos e Posse diminui bastante esse número, podendo significar a finalização de um processo, ou seja já não há tanta madeira a ser explorada. Mesmo assim, em 1996, as serrarias da região correspondem a 5,8% do total do Estado. Considerando-se que, em termos de área, a região corresponde a 4,3% do Estado, esse número torna-se representativo, ou seja, existem muitas serrarias concentradas na região.

O desmatamento seletivo vem ocorrendo na região há pelo menos 15 anos, daí resultando, conforme depoimento de especialistas do IBGE que percorreram a região, que quase todas as matas passaram pelo processo de escolha das espécies comerciais, no primeiro momento do processo de desmatamento. Um segundo momento, constitui o da extração de espécies de menor valor que, via de regra, são beneficiadas no local. Para culminar num terceiro momento, quando as carvoeiras se instalam para transformar as espécies não comerciais em carvão vegetal, que será comercializado fora do Estado de Goiás. A produção goiana tem servido principalmente às necessidades da indústria mineira.

O IBAMA tem fiscalizado as atividades de desmatamento a partir do momento em que a legislação passou a exigir a sua anuência para o processo, cujo controle total não tem sido garantido. Registra-se a quantidade de área a ser desmatada porém ao ser concretizado o processo atinge volume maior do

que o solicitado. Entre 1993 e 1994 foi autorizado o desmatamento de uma área de 13 684 hectares, sendo que as maiores proporções foram as de Flores de Goiás. De janeiro até junho de 1996, o IBAMA autorizou na região o desmatamento de 4.674 hectares, correspondente a 14,3% de todos os desmatamentos autorizados no Estado.

Ao acompanhar os dados de produção de madeira em tora e carvão desde 1984, percebe-se a sucessão desses movimentos, nas tabelas 24 e 25.

Tabela 24

MADEIRA EM TORA- PRODUÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO DESTA NO TOTAL ESTADUAL EM ANOS SELECIONADOS

	1984	1985	1986	1988	1989	1990	1991	1992
Produção (m ³)	93800	161470	52506	69879	71330	47693	37874	24420
% da Prod.Estadual	5,3	8,0	7,2	5,1	12,1	10,0	9,1	7,0

Fonte: Levantamentos Sistemáticos do IBGE

Tabela 25

CARVÃO - PRODUÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO DESTA NO TOTAL ESTADUAL EM ANOS SELECIONADOS

	1984	1985	1986	1988	1989	1990	1991	1992
Produção (T)	365	6850	11203	101212	83230	37039	43968	40000
% da Prod.Estadual	0,5	1,6	3,5	14,8	15,2	13,1	18,4	16,6

Fonte: Levantamentos sistemáticos do IBGE

Quando acontece uma diminuição na produção de madeira em tora, e sua conseqüente importância na produção total do Estado, há um aumento da produção de carvão, em termos de produção total e também na proporção de participação na produção estadual. Esta constatação é importante, pois demonstra que à extração de madeira e desmatamento sucede a produção de carvão. O quadro acima mostra que, a produção regional salta de 0,5% em 1984, momento da extração seletiva e desmatamento, para 18,4 % em 1991 e 16,6% em 1992, momento no qual se efetivou o desmatamento. Restou daí, um rescaldo sob a forma de capoeira e mesmo no processo de formação de pastagens nas áreas de vegetação natural.

A tabela 26 demonstra o número de produtores de carvão com registro no IBAMA.¹⁴¹

Tabela 26

PRODUTORES DE CARVÃO REGISTRO NO IBAMA

	1993	1996
Alvorada do Norte	20	4
Flores de go	36	12
Gurarani de GO	6	1
Iaciara	32	9
Posse	24	11
São Domingos	10	3
Simolândia	6	-
TOTAL	134	40

Fonte: IBAMA

A tabela demonstra uma drástica redução no número de carvoeiras de 1993 a 1996, o que pode ser debitado à uma diminuição da matéria prima (madeira) podendo também significar a consolidação do processo de formação de pastagens. E ainda, uma maior regulamentação da atividade extrativa, tanto no que se refere ao controle da matéria prima, como na atividade dos trabalhadores envolvidos no processo¹⁴², pode ter contribuído para essa redução.

1.5. Organização agrária resultante das transformações no Vão do Paranã

Através de informações obtidas junto ao INCRA, referentes ao cadastro de imóveis de 1996, acredita-se ser possível avaliar a organização fundiária resultante na região, uma vez que se trata da informação sistemática mais acessível no momento e da qual é possível extrair uma certa compreensão da organização regional que já se vinha construindo com outros elementos e que com elas se completam.

¹⁴¹ Deve ser ressaltado que, durante a realização da pesquisa presenciou-se a existência de carvoeiras clandestinas.

¹⁴² Ocorre também na região a exploração do trabalho infantil nas carvoeiras. Em maio de 1996, foi possível conversar com fiscais do ministério do trabalho que estavam na região a fiscalizar e investigar tal fato.

Tabela 27

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO VÃO DO PARANÁ, CONFORME CADASTRO DE IMÓVEIS DO INCRA EM 1996

	TOTAL		MINIFUNDIO		PEQ.PRODUTIV		PEQ.IMPRODUTI V	
	Imóv	Área-ha	Imóv	Área-ha	Imó v	Área-ha	Imóv	Área-ha
Alvorada do Norte	123	73376,1	31	976,6	22	2657,4	26	3.833,6
Divinópolis de Go	156	67206,0	39	1702,4	23	3130,9	37	5285,5
Flores de Go	267	228270,4	30	1069,3	29	4060,0	59	9818,4
Guarani de Go	330	90007,3	182	6125,0	36	4215,9	51	7515,3
Iaciara	251	117823,9	96	3318,5	35	5426,2	51	6538,7
Posse	832	104267,1	553	14031,9	95	12163,0	102	13642,1
São Domingos	545	215417,4	206	7504,2	58	8492,0	124	17195,1
Simolândia	93	28695,6	44	1352,7	9	1251,9	14	1882,5
TOTAL	2597	925063,8	1181	36080,6	307	41397,3	464	65.711,2

FONTE: INCRA-SNRC - Emissão Padrão de Imóveis Rurais

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO...

MUNICÍPIOS	MED. PRODUTIVA		MED.IMPRODUTI V		GRD.PRODUTIVA		GRD.IMPROTUTIV	
	Imov	Área-ha	Imov	Área-ha	Imiv	Área-ha	Imov	Área-ha
Alvorada do Norte	10	5394,0	18	10158,9	5	13707,4	11	36648,2
Divinópolis de Go	17	10097,7	30	15536,2	3	6260,7	7	25192,6
Flores de Go	16	8943,8	66	36615,9	19	40202,3	48	127560,7
Guarani de Go	14	7338,8	29	16293,3	4	7663,8	14	4855,2
Iaciara	22	13185	23	12886,9	11	43729,3	13	32738,7
Posse	22	11621,2	46	25872,4	4	6356,9	10	20579,6
São Domingos	30	16470,1	83	45683,5	19	67194,4	25	52878,1
Simolândia	9	4864,3	10	6152,1	2	4928,2	5	8263,9
TOTAL	140	77915,5	305	169199,2	67	190043,0	133	344717,0

Tabela 28
CATEGORIA DOS IMÓVEIS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DO VÃO DO PARANÁ EM 1996

	Total		Minifundio		Peq. Propriedade		Med. Propriedade		Grd. Propriedade	
	Imo.	Área -ha	Imo	Área-ha	Imo	Área-ha	Imo	Área-ha	Imo	Área-ha
Alvorada do Norte	123	73376,1	31	976,6	48	6491,2	28	15552,9	16	50355,6
Divinópolis de Go	156	67206,0	39	1702,4	60	8416,4	47	25634,0	10	31453,3
Flores de Goiás	267	228270,4	30	1069,3	88	13878,4	82	45559,7	67	167763,0
Guarani de Go	330	90007,3	182	6125,0	87	11731,2	43	23632,1	18	48519,0
Iaciara	251	117823,9	96	3318,5	86	11964,9	45	26072,5	24	76468,0
Posse	832	104267,1	553	14031,9	197	25805,1	68	37493,6	14	26936,5
São Domingos	545	215417,4	206	7504,2	182	25687,1	113	62153,6	44	120072,5
Simolândia	93	28695,6	44	1352,7	23	3134,4	19	11016,4	7	13192,1
Total	2597	925063,8	1181	36080,6	771	101266,7	445	247114,8	200	534760,0

Fonte: INCRA-SNRC

A análise dos dados permitiu a visualização não só da estrutura fundiária fortemente concentrada que prevalece na região, como também a

proporção de terras consideradas produtivas e improdutivoas ¹⁴³. Daí, pode-se inferir que cerca de 62,6% das terras da região são consideradas pelo INCRA como improdutivoas, 33,4% produtivas e 3,9 % correspondem a minifúndios, que não entram nessa conceituação.

A região é considerada pelo INCRA como zona de pecuária 4 para qual é estabelecida como regra uma GUT de 0,23 e uma GEE de 0,16¹⁴⁴. Só para se ter uma idéia aproximada dessa classificação, todo o sul de Goiás, partes do Mato Grosso do Sul são consideradas como zona 2. A zona 1 corresponde à criação de gado super intensiva do regiões do sul do Brasil e São Paulo. Trata-se portanto, de critério revelador da intensidade de ocupação e torna-se importante compreender o contexto do qual se extraíram os dados. Uma informação importante é a que classifica as propriedades pelo tamanho ¹⁴⁵, do qual resultaram as proporções representadas no gráfico a seguir.

O gráfico 25 demonstra a a concentração fundiária que, somada à classificação de produtividade apresenta-se ainda mais nítida. Há que se ressaltar que a alta concentração fundiária é uma característica do Centro-Oeste, do qual a região não difere. Nesse processo de redefinição regional, a região incorporou um padrão que já vigora em áreas semelhantes de pecuária de corte.

¹⁴³ Esta produtividade foi estabelecida pela lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que no seu artigo 6º. classifica como produtivos os imóveis que tenham grau de utilização (GUT)da área igual ou superior a 80% e grau de eficiência na exploração da terra (GEE) superior a 100%.

¹⁴⁴ No caso de zona de pecuária 4 esta avaliação de produtividade é obtida a partir de uma Unidade Animal por Hectare como - bovinos até 2 anos x 0,37e bovinos acima de 2 anos 0,87.

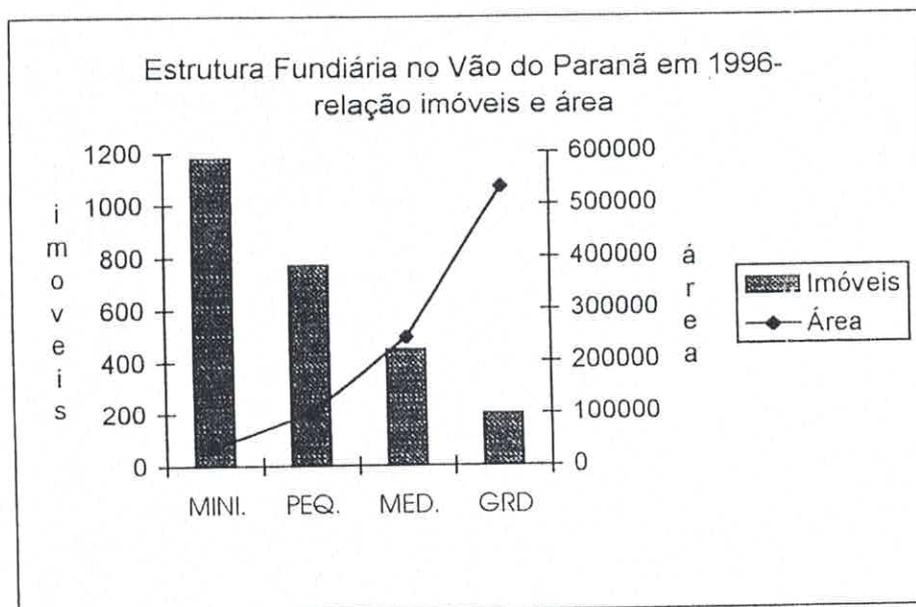
¹⁴⁵ A classificação do INCRA obedece aos seguintes padrões: Minifúndio - o a menos de 1 módulo fiscal
Pequena - 1 a 4 módulos fiscais
Média - + de 4 até 15 módulos

fiscais

Grande - + de 15 módulos fiscais.

Para a região o módulo fiscal é de 70 onde a fração mínima é de 25 ha. Pequena é de 208,0 ha. E média 1.050,0 ha.

Gráfico 27



Fonte: Superintendência do INCRA/GO

Tomando-se as informações caso a caso, aparecem as diferenças, em relação à média regional, que devem ser atribuídas a: a fatores históricos, localização, condições do meio, momento de inserção na dinâmica atual. O caso de Flores o mais evidente em termos de proporções extremas, ou seja, pouca área de minifúndios e elevada proporção de grandes propriedades. A que se deve isto? Em primeiro lugar, a fatores históricos como o antigo processo de apropriação de terras, que remonta aos séculos XVIII e XX, conforme foi visto, cuja base foram as sesmarias e posteriormente os registros paroquiais, que facilitaram, no presente, a reapropriação destas terras sob novas bases, diante da fragilidade dos registros e da pouca resistência dos herdeiros. As sesmarias de pecuária eram enormes, daí resultando uma característica remanescente de grandes propriedades. Deve-se se juntar a isto o fato de a região do Vão, não ter sido adequada à agricultura, pelo menos até o presente, daí a não existência de lavradores em pequenos espaços. Permanece adequada ao pastoreio de gado de corte. Os municípios, cujo território encontra-se em sua maior parte dentro do Vão, via de regra, apresentam também uma proporção maior de grandes propriedades. Tal é o caso de Alvorada, cuja fundação é recente, mas com histórico intimamente

relacionado a Flores; também é o caso de Iaciara, São Domingos e Guarani que apresentam uma proporção maior de grandes propriedades.

A situação de Posse é peculiar, Trata-se do município que apresenta o maior índice de minifúndios (13%), predominando a média propriedade. A proporção de pequena e grande propriedade é praticamente a mesma. Esse quadro resulta também de fatores históricos, como sucessivas repartições num sistema mais organizado e menos vulnerável. A estrutura administrativa de Posse já é razoável no século XIX. O território de Posse está quase todo localizado na área dos Patamares de Chapadões e na Vertente da Serra Geral, portanto, em terreno acidentado com muitas veredas e recortes. É bastante comum os fazendeiros de Posse, os criadores também possuem terras no Vão do Paranã, propriamente dito como em Iaciara e mesmo Flores. Mais recentemente, pode-se atribuir a esta estrutura fundiária uma modernização das relações produtivas pois o município sofreu profundas alterações ao receber migrantes e atividades de outras regiões, passando a sede do município, a se constituir em uma cidade de prestação de serviços. Além do mais, também sofreu alterações no tamanho de seu território ao ceder terras para Iaciara e Simolândia.

Os dados da tabela 29 apresentam diferenças apesar de terem sido levantadas a partir de informações atuais, na verdade, constituem uma síntese de elementos que se estruturam ao longo do tempo.

Tabela 29

PROPORÇÃO DE CATEGORIAS DE PROPRIEDADES CONFORME CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA

	Minifundio	Pequena	Média	Grande
Alvorada	1,3	8,8	21,1	68,6
Divinópolis	2,5	12,5	38,1	46,8
Flores de Go	0,4	6,0	19,9	73,4
Guarani de Go	6,8	13,0	26,2	53,9
Iaciara	2,8	10,1	22,1	64,9
Posse	13,4	24,7	35,9	25,8
São Domingos	3,4	11,9	28,8	55,7
Simolândia	4,7	10,9	38,3	45,9
Total	3,9	14,6	26,71	57,8

Fonte: Cadastro Geral de Imóveis - INCRA | 1996

Um outro tipo de análise pode ser feito, a partir das informações sobre áreas consideradas produtivas e improdutivas na atualidade, que podem fornecer pistas sobre a intensidade da ocupação em cada um dos municípios da região. Aqui também destacam-se os extremos, revelando ou referendando o que já foi observado no campo. Há o caso de Iaciara, que apresenta a menor proporção de terras improdutivas da região (44,2%), isto é a maior parte de suas terras foram consideradas produtivas pelo INCRA. O que isto revela? Em primeiro lugar a existência de um rebanho bovino expressivo. Em segundo, uma ocupação consolidada, através de formação de pastagens, cuja forma são as grandes propriedades criadoras, conforme se constatou no campo. Pode-se afirmar que, na região em redefinição, existe um "core", um lugar onde as condições parecem ser mais adequadas e favoráveis e esse lugar, é no momento, Iaciara.

No outro extremo, tem-se o caso de Flores com 76,2 % de suas terras consideradas improdutivas. Aqui os fatores podem ser de outra natureza, como o de áreas onde se praticou uma agricultura irrigada, e que estão abandonadas em 1996. Por outro lado, existe o fato de que as pastagens naturais são mais abundantes, aliado à presença de grandes extensões de terra concentradas na mão de poucos, têm-se um quadro favorável a uma maior dispersão do rebanho. Existem ainda terras como reserva de valor, ou seja, um estoque de terras feito por muitos proprietários, a maioria deles de fora da região. Esse tipo de análise aplica-se aos demais municípios que também apresentam um grande estoque de terras improdutivas.

O quadro acima demonstra que mais da metade da área das propriedades da região, em 1996, foram consideradas improdutivas pelo INCRA. As variações existem e são reveladoras. Por exemplo, Iaciara que apresenta uma proporção menor de terras improdutivas, bem abaixo da média regional, atualmente vem sendo mais intensivamente explorada, conforme se confirmou no campo, a maior parte de suas terras estão sofrendo algum tipo de intervenção com um uso mais intensivo, seja no desmatamento seletivo e comercial, seja com formação de pastagens. No outro extremo, há Flores de Goiás com a maior proporção de terras improdutivas, bem acima da média regional, o que se deve ao fato de ser município extenso, e com áreas

abandonadas ou vazias, seja de pastagens ou de agricultura, e uma estrutura fundiária concentrada, apesar de apresentar o maior rebanho da região, em 1994.

Tabela 30

ÁREA DAS PROPRIEDADES CONFORME CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE -1996

	Minufundio	Prop.Produç	Prop.Impro
Alvorada do norte	1,3	29,6	69,0
Divinópolis de Go	2,5	28,9	68,4
Flores de Go	0,4	23,3	76,2
Guarani de Go	6,8	31,3	71,8
Iaciara	2,8	52,9	44,2
Posse	13,4	28,9	57,6
São Domingos	3,4	42,7	53,7
Simolândia	4,7	38,4	57,7
Total	3,9	33,4	62,6

Fonte: INCRA

2- A Dinâmica Demográfica : Outra face Visível das Transformações

A dinâmica demográfica que resultou de processos ocorridos na região, deve ser considerada como parte do conjunto mais amplo em relação ao Estado de Goiás e, ao mesmo, aos condicionantes históricos que engendraram a organização regional. O fato é que, atualmente, o povoamento regional é ainda disperso, tênue e rarefeito a despeito do incremento populacional havido nos últimos 30 anos. Percorrendo a região esta situação é visível, com poucas sedes de fazendas, núcleos urbanos pequenos e pacatos, exceto os de Iaciara e Posse, onde se pode perceber uma efervescência, um movimento, uma agitação que fogem ao padrão observado em outros lugares. No mais, pode-se percorrer quilômetros enxergando apenas mata, gado, pastos, clareiras e carvoeiras. Observa-se, aqui e ali, os traços da atividade criatória, nas cercas, nos bebedouros do gado, nos pequenos ranchos de beira da estrada. O homem é figura rara, deve ser por isso que a natureza se impõe à visão, pois é ela quem prevalece, o espaço é a largueza.



Foto 42. Panorâmica do Vão do Paranã

Tendo funcionado como área de pecuária tradicional, durante tanto tempo, é perfeitamente compreensível que o povoamento seja disperso e rarefeito, até o momento. Mas isto não é razão suficiente, pois o Censo Demográfico de 1960, acusa um forte crescimento populacional no conjunto do Estado de Goiás, principalmente no sul. O Vão do Paranã não fará parte desta dinâmica da década de 60, quando pareceu estar isolado. Apesar da proximidade e da possível influência polarizadora de Brasília sobre a região, não acontece o grande aumento demográfico, que se poderia esperar para uma área tão próxima a ela.

Na tabela 31, com estatísticas dos Censos de 1920 a 1991, a análise revela que o maior pique no crescimento demográfico regional deu-se no período 1970-1980, com incremento na ordem de 52,3%. Na década anterior esse foi da ordem de 43,10% e, entre 1950 e 1960 foi de 27,5%. Portanto, o período de maior crescimento da população regional foi entre 1960 e 1980, pois em vinte anos a população duplicou. Indica que a região passou a receber um maior número de migrantes e como já foi visto, as atividades econômicas se aprofundaram. No período seguinte 1980-1991 o incremento de população diminuiu sensivelmente, caindo para uma taxa de 25,6%, demonstrando que localmente, houve um arrefecimento no processo

demográfico anterior. Assim é que, entre 1970 e 1980, processaram-se transformações básicas que integraram a região a uma outra dinâmica.

Tabela 31

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO VÃO DO PARANÁ ENTRE 1920 E 1991

	1920	1940			1950			1960		
		Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Alvorada *	—	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divinópolis de Go(1)	2498	1912	356	1556	2352	364	1986	489	247	242
Flores de Go(2)	1162	1471	216	1255	939	136	803	2931	809	2122
Guarani de Go(3)	1775	1664	252	1412	1788	184	1578	2581	324	2257
Iaciara(4)	—	2152	229	1923	2331	318	2013	2655	555	2100
Posse	10318	6194	739	5422	8078	449	6969	10787	1953	8834
São Domingos	4088	4828	691	4162	5171	597	4574	6914	907	6007
Simolândia *	—	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	19841	18221	2483	15730	20659	2048	17923	26357	4795	21562

Continua...

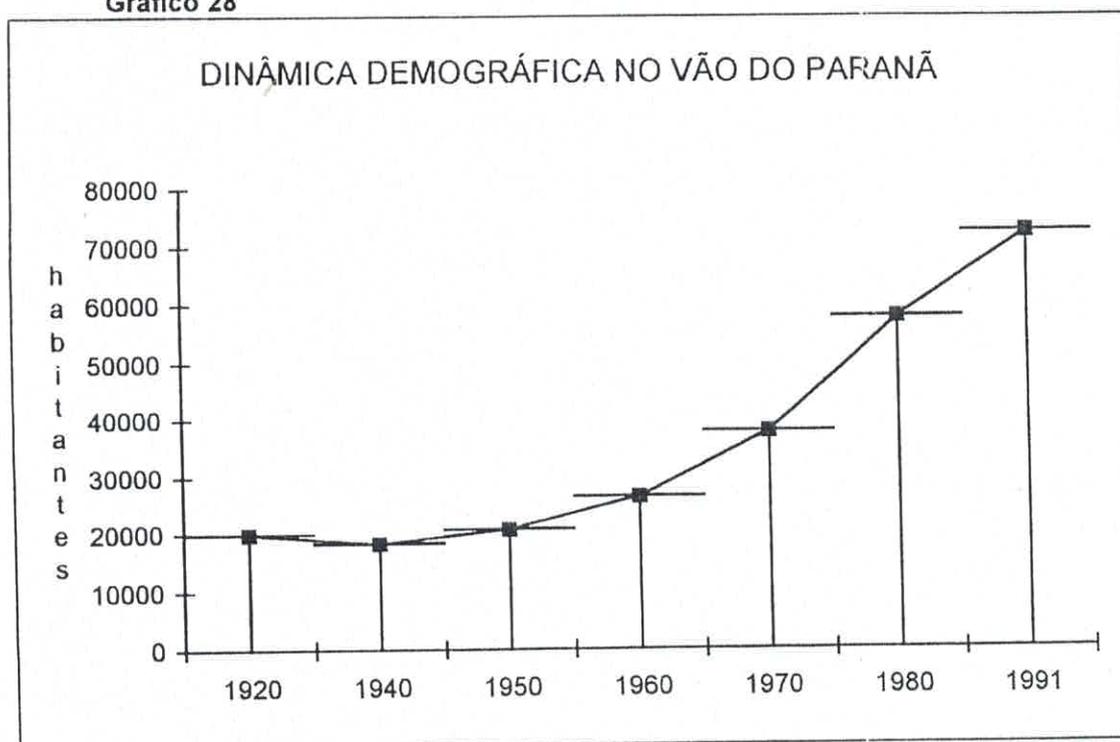
Continuação

	1970			1980			1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alvorada do Norte	4113	2308	1805	6046	4179	1877	7392	5707	1684
Flores do Goiás	2274	367	2404	4245	1837	2408	5025	2209	2816
Divinópolis de Goiás	3141	737	1907	3884	699	3185	5071	1585	3486
Guaranis de Goiás	3504	485	3019	3985	657	3328	5611	1486	4125
Iaciara	3458	972	2486	7962	4106	3856	9709	6720	2989
Posse	13286	2102	11184	21679	6273	15406	23518	13265	10253
São Domingos	7941	965	6976	9657	2098	7559	10330	6757	3573
Simolândia	—	—	—	—	—	—	5578	4306	1272
Total	37717	7936	29781	57458	19849	37619	72233	42035	30198

Fonte Recenseamentos Gerais IBGE * Municípios que não existiam. (1) Antigo distrito de São Domingos, São José de Galheiros; (2) Distrito de Sítio D'Abadia, teve também o nome de Urutáguia. (3) Foi distrito de São Domingos. (4) Foi distrito de Posse com o nome de Iracema

A população que se fixa em um local, em um momento, tomada isoladamente, pouco revela, pois só é possível uma abordagem generalista, considerando-se os dados disponíveis. Mas os dados podem fornecer nuances ou pistas de uma estrutura, dinâmica por natureza, e, sobretudo histórica. Os dados censitários expressam na verdade um histórico, revelam a fixidez de um momento que não existe mais.

Gráfico 28



Fonte: IBGE

O incremento populacional observado não se deve, naturalmente, só ao crescimento vegetativo, mas em sua maior parte deve ser creditado à população migrante. Em 1970, da população total da região, 20,1% era de migrantes; em 1980, era de 22,3%. Nesse período, conforme as políticas implementadas pelos programas de desenvolvimento regional, a região deveria funcionar como um anteparo para segurar o migrante no percurso até o Distrito Federal. Esses números são expressivos, mas não suficientes para atestar um dinâmica demográfica típica de uma frente pioneira, pois na verdade não houve um aumento tão acelerado que alterasse completamente o caráter e a estrutura da população local. Esta ressalva é importante, pois não aconteceu um *boom*, que alterasse a vida regional a ponto desfigurá-la.

Parece que historicamente, as características típicas da criação de gado, dominantes na região, desencadearam uma forma de ocupação, que, mesmo renovada, não atraiu grandes contingentes populacionais, como poderia acontecer com outras atividades que requerem maior volume de mão de obra. Hoje na região, essa é restrita ao processo de formação de pastagens, pois os tratores resolvem rápida e eficientemente a questão do desmatamento. Não há necessidade de "abrir no machado" as fazendas, como

aconteceu em outras regiões de Goiás entre 1950 e 1960, quando havia necessidade de elevado contingente de trabalhadores para tal atividade.

Percebe-se então que entre 1970 e 1980, se redefiniram as funções regionais, e o aumento da população, aconteceu na região como um todo. Mas existem diferenças que atestam forma de ocupação e incorporação de áreas novas. Em Iaciara, município que se renovou, a partir de 1970 apesar de emancipado em 1958, o incremento demográfico no período 1970-1980 foi da ordem de 130,2%, o mais alto da região no mesmo período. A seguir, aparece Flores, município recriado em 1963, com 70,0%. Esses dois municípios estão localizados dentro do Vão propriamente dito, ou seja, nas áreas rebaixadas da depressão, e conheceram também um intenso processo de reapropriação das terras, através de regularização fundiária, grilagens e incorporação pura e simples de áreas novas, no mesmo período, atestando a integração dessas áreas a uma nova dinâmica. Dois outros municípios também apresentam taxas elevadas de crescimento: Posse, criado em 1872 e Alvorada do Norte, criado em 1963, com respectivamente 63,4% e 47,2% de crescimento no referido período. Ambos estão localizadas no eixo da BR-020, portanto, sob influência direta das alterações oriundas da presença da rodovia, combinadas com transformações mais amplas no contexto regional. Os demais municípios apresentam taxas menores, sendo que Guarani de Goiás, criado em 1963, por exemplo cresceu apenas 13,7%.

No período seguinte 1980-1991, o incremento populacional diminui pela metade na região; anteriormente era de 52,3%, caindo para 25,6%. Em termos de taxas de crescimento destaca-se Guarani de Goiás, com incremento populacional 40,8%, o dobro dos restantes, e, anteriormente, apresentara a menor taxa; o município de Guarani também tem parte de seu território dentro do Vão do Paranã, próximo à Iaciara. As menores taxas desta fase foram as de Posse (8,4%) e São Domingos (6,9%) .

Estas variações são importantes e revelam que os municípios que apresentaram maior incremento populacional foram, primeiramente, os localizados no Vão do Paranã e depois, os localizados no eixo da BR-020. Os demais não tiveram um aumento expressivo de população. Estas diferentes

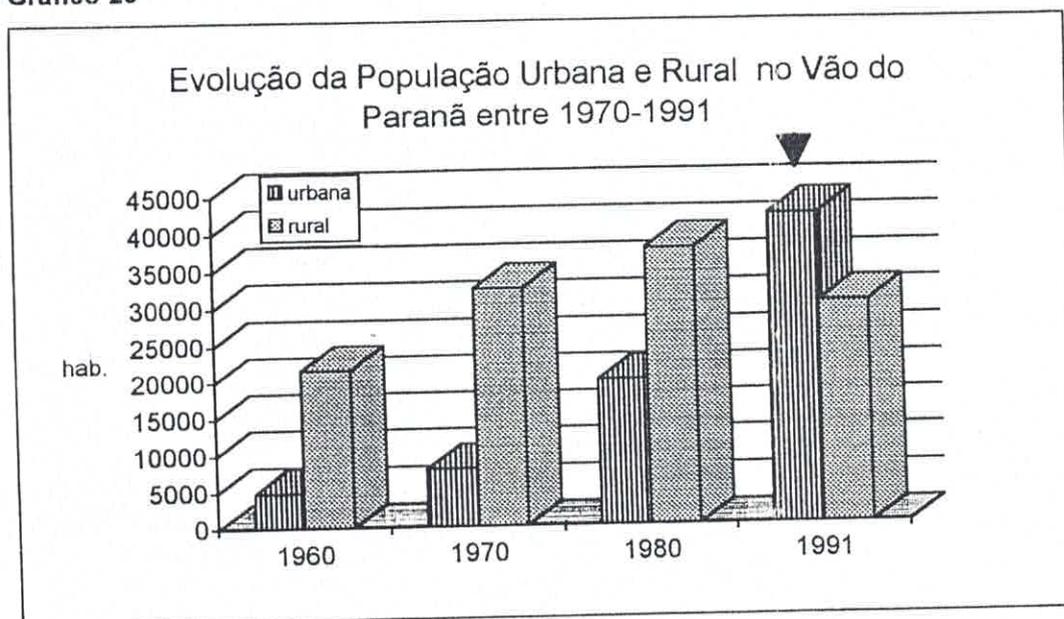
formas de organização, estão ligadas ao momento e ao lugar, e para chegar a esta compreensão recorreu-se à Geografia e à História.

Deve ser então pontuado que as transformações desencadearam-se a partir de um momento determinado, em meados de 1970; em lugar determinado, áreas favoráveis às pastagens e, num contexto favorável a implantação de políticas públicas que propiciaram e estimularam estas transformações, conforme já analisado anteriormente.

Necessário se faz verticalizar mais a análise demográfica, pois apresenta um quadro aproximado da população de uma forma limitada, não só devido a inconsistência da informação estatística, mas também pela dificuldade de completar as séries, visto que não foram divulgados os dados completos do censo de 1991. Percebeu-se, sobre a questão demográfica nesta região, que existe uma especificidade, um comportamento que destoa de uma tendência geral no conjunto da sociedade brasileira. Ou seja, o fato de possuir uma população eminentemente rural no período 1960-1980 (ver gráfico 27), mostra uma situação diferente da tendência constatada em Goiás, que teve, a diminuição da população rural em todas as regiões, menos no Vão do Paranã. Isto faz supor que as transformações nesta região foram de uma certa forma "tardias", configurando-a como última área a ser incorporada e povoada, inclusive no campo. Configura-se como região de população rarefeita, com 2,4 hab/km² em 1970, 3,7 hab/Km² em 1980, e 4,6hab/Km² em 1991.

A existência de uma população eminentemente rural, que, inclusive, aumenta no período 1960 e 1980 revela que as transformações se deram no campo, em detrimento da cidade. O censo de 1991 porém mostra um maior índice de população urbana, revelando que a região passou a acompanhar dessa forma, a tendência geral do Estado, mesmo que tardiamente.

Gráfico 29



Fonte: IBGE

Tomando-se isoladamente os municípios, são visíveis as diferenças, principalmente quanto aos pontos dos quais partem novos impulsos. A média regional, em termos de proporção de população em 1970, é de 78,9%. Em Alvorada do Norte no mesmo ano, foi de 43,8%. Esse município, criado em 1963, apresentou já no censo de 1970, população urbana maior que a rural; pode-se afirmar, que já nasceu assim uma vez que, não havia núcleo pioneiro. Surgiu como uma típica cidade de beira de estrada, que foi objeto de inúmeras intervenções urbanas, durante a década de 70. Portanto é uma nova cidade, na qual não houve a mesma dinâmica das cidades mais antigas da região, devido ao momento e o contexto no qual foi criada. Em 1988 foi criado o município de Simolândia, desmembrado de Posse, na margem do Rio Corrente, oposta àquela em que se localiza Alvorada do Norte, constituindo-se ambas desde então cidades gêmeas em uma das entradas do Vão do Paraná.

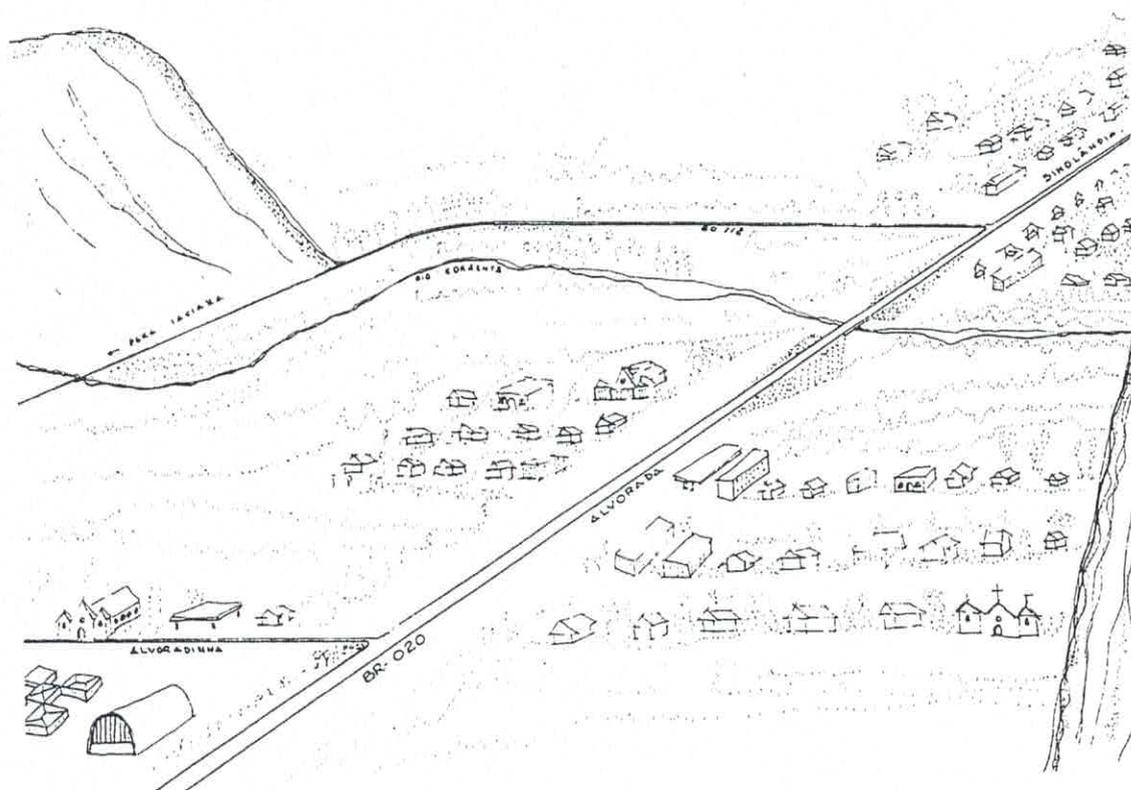


Figura 17. Entrocamento Alvorada/Simolândia

Os outros municípios da região possuíam, em 1970, índices de população rural superiores a 70%, revelando uma sociedade predominantemente rural.

Nos resultados do Censo de 1980, na região, ainda persiste o predomínio de população rural, com 65,4%, sendo que a população urbana é de 34,4%. Os municípios que destoaram da média regional foram Alvorada do Norte e Jaciara. O primeiro já apresentava, em 1970 um predomínio de população urbana que se acentuou em 1980. Jaciara pode ser considerado o município no qual a frente pioneira avançou, com mais intensidade, durante a década de 70, e proporcionalmente o que mais cresceu nesta década. A afluência de população migrante para esse município durante esse fase é acentuada, o que combinado com outras informações, tais como o aumento de área das propriedades, aumento do rebanho bovino dentre outras- permite afirmar que o avanço da expansão da pecuária aconteceu nessa direção, aliado a um processo de exploração de madeira.

O Censo de 1991 revela que a maior parte da população regional passou a ser urbana (58,1%). Apenas três municípios da região têm ainda em 91, uma proporção maior de população rural, Divinópolis de Goiás. (56%), Flores de Goiás (68,7%) e Guarani de Goiás (73,5%). Mesmo assim constitui uma situação singular, em Goiás, estado de atividades agropecuárias predominantes, mas com população urbana expressiva.

A tabela 32 demonstra como em 1991 a região destoa do restante do Estado, com a distribuição de população urbana e rural equilibrada, sem grandes diferenças do resto do Estado, no qual prevalece população urbana

Tabela 32

PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM 1991

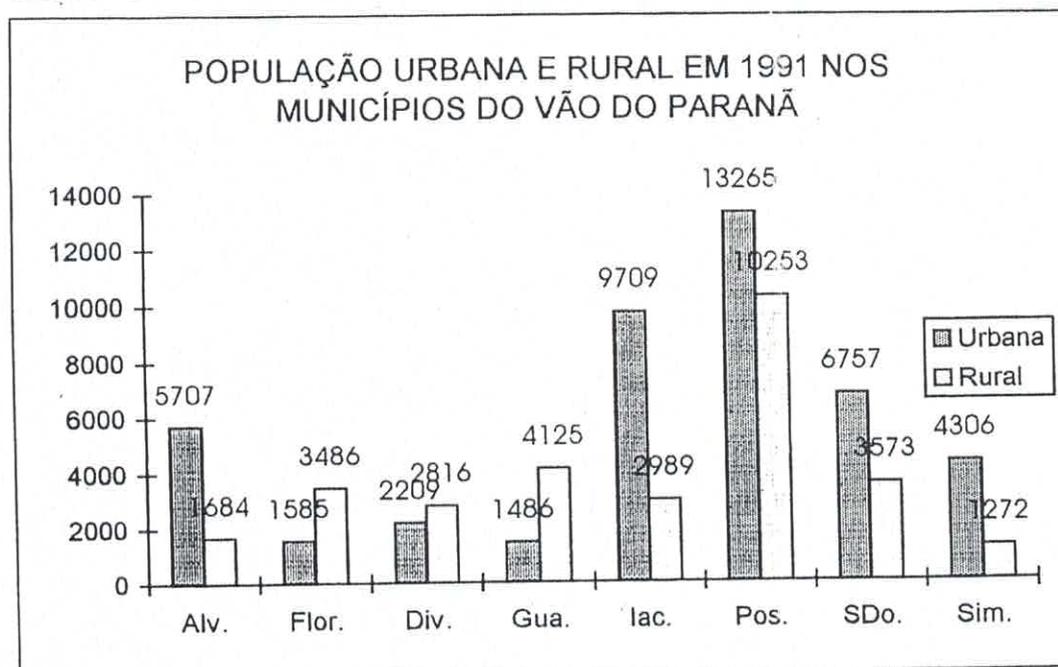
	Urbana	Rural
Vão do Paranã	58,1	41,8
Entorno de Brasília	78,4	21,5
Sul Goiano	76,9	23,01
Estado de Goiás	80,8	19,1

Fonte: Censo demográfico de 1991-IBGE¹⁴⁶

O gráfico 26 demonstra a distribuição da população em 1991 e evidencia o predomínio da população urbana, exceto nos municípios de Flores, Divinópolis e Guarani, que também são os de menor população total e se localizam literalmente dentro do Vão do Paranã, o que não é suficiente para explicar a dinâmica diferenciada, mas uma recorrência que deve ser considerada, juntamente com o processo de apropriação de terras e aberturas de áreas novas e fazendas. Sua localização pode responder parcialmente pela frágil urbanização, uma vez que, estar "dentro do Vão" pode também significar "estar fechado", circunscrito a um espaço pouco articulado aos demais. Na ausência de uma interligação eficaz das cidades do Vão com outras regiões, a não ser através da BR-020, isso acaba resultando em certo isolamento. Com frequência ouvem-se referências ao Vão como um vazio, um oco, que é também um dos significados da palavra vão.

¹⁴⁶ A Região do Entorno de Brasília corresponde a uma região de planejamento do Governo do Estado, bem como a uma micro região homogênea do IBGE, composta de 16 municípios. O Sul Goiano corresponde a uma mesoregião do IBGE, composta por seis microrregiões e 79 municípios.

Gráfico 30



Fonte: IBGE

O aumento da população urbana visível em 1991, aconteceu de forma diferenciada, nos municípios localizados nas escarpas da Serra Geral e eixo da BR-020, como São Domingos, Posse, Alvorada e Simolândia. Em Iaciara, localizada dentro do Vão, também a população urbana apresentou-se maior do que a rural, o que reforça a idéia de ser uma cidade tipicamente de fronteira

As nuances, aqui esboçadas da dinâmica demográfica do Vão do Paraná; resultam em diferenças internas, ao mesmo tempo que permitem entrever o momento em que se iniciam e se intensificam as transformações na região — a partir de 1970. Considerando-se o crescimento geométrico entre 1980 e 1991 (tabela 33) percebe-se que esse foi mais intenso nos municípios que se localizam dentro do Vão.

As maiores taxas referem-se aos municípios de Flores Guarani e Iaciara, justamente os que se localizam dentro do Vão do Paraná.

Considerou-se importante fazer aqui uma avaliação de cada um dos municípios, isoladamente, e de sua dinâmica através dos censos de 1970 até 1991, diante da constatação de um movimento que envolveu toda a região a partir da década de 70, e que não se desenvolveu da mesma maneira em todos os lugares.

Tabela 33

**CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO
DO VÃO DO PARANÃ. 1980-1991**

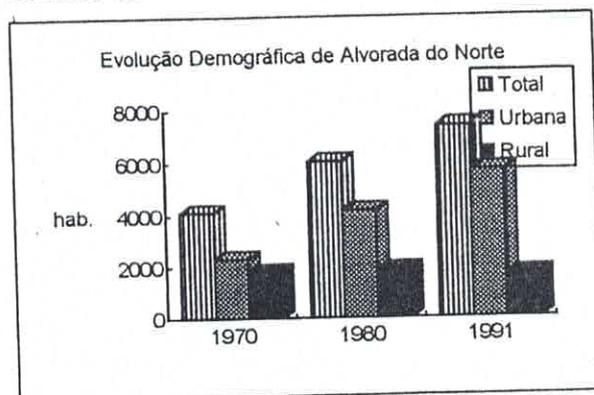
Divinópolis de Go	1,54
Flores de Go	2,42
Guarani de Go	3,16
Iaciara	2,90
Posse	0,26
São Domingos	0,59
Simolândia	--

Fonte: Censo Demográfico 1980-1991, IBGE.

A) Alvorada do Norte

Foi fundada em 1963, às margens da BR-020, com o objetivo explícito de criar os mecanismos institucionais que facilitassem não só a regularização fundiária no Vão do Paranã, mas também com a função de frear ou conter o fluxo migratório para Brasília, proveniente do Nordeste. A dinâmica demográfica (gráfico abaixo) demonstra o predomínio de população urbana, desde o início, e cuja proporção aumenta ao longo do tempo.

Gráfico 31

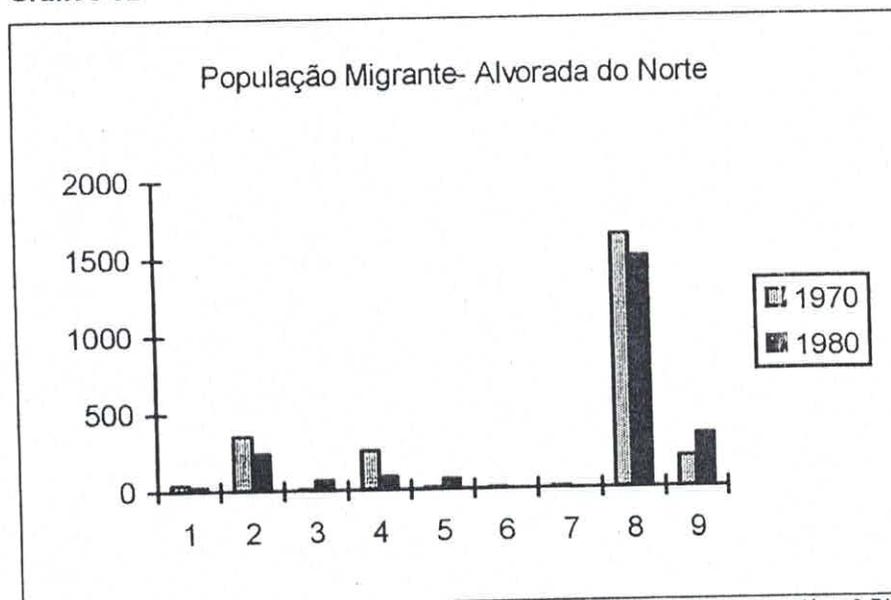


Fonte: IBGE

A função de conter o fluxo migratório, uma vez que a cidade formou-se com migrantes pois não existia um pequeno núcleo anterior, pode ter funcionado bem em Alvorada, pois o núcleo urbano guarda características das cidades nordestinas a despeito das intervenções feitas na década de 70.

O fluxo migratório pode ser avaliado a partir do gráfico abaixo:

Gráfico 32



1-Nordeste, 2- Bahia, 3- Sudeste, 4- Minas gerais, 5- São Paulo, 6- Sul, 7- Centro-Oeste, 8- Goiás e 9-Distrito Federal
 Fonte: Censos Demográficos de 1970 e 1980.

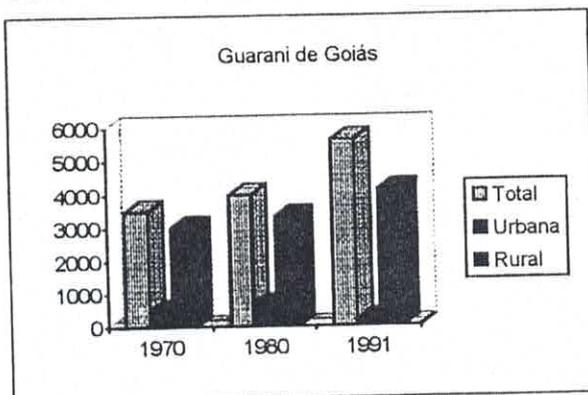
Uma informação relevante é a de que, em 1970, 61,5% da população do município era constituída de migrantes, em 1980, esta proporção caiu para 37,4%, o que significa uma diminuição do fluxo de migrantes, com a consolidação do núcleo.

O gráfico 32 demonstra que a maior parte da população migrante, nos dois períodos considerados, provém do Estado de Goiás, vindo a seguir os que migraram da Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais. A migração acentuada vinda do Distrito Federal (em 1980, era de 15%) deve ser resultado das políticas desenvolvidas pelos órgãos de planejamento, anteriormente analisadas e destinadas a preservar Brasília, como se os migrantes devessem voltar às origens nordestinas. Mesmo não tendo sido feita uma pesquisa primária, percebeu-se que maior parte da população urbana atual é originária do Nordeste ou de outros municípios da região. Um fato que tem origens históricas profundas, ou seja, desde o século XVIII esta região tem sido ocupada por nordestinos

B) Flores de Goiás, Divinópolis e Guarani

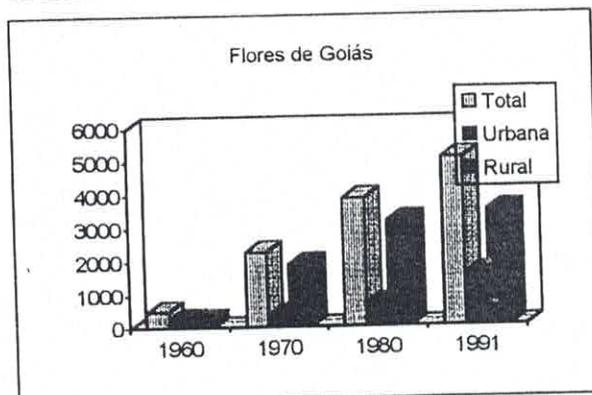
Nesses municípios o predomínio de população residente na zona rural, considerando o período 1960-1991, revela uma situação permanente, com pouca variação de um período para outro, contrariando uma tendência geral da dinâmica populacional brasileira, conforme demonstram os gráficos abaixo.

Gráfico 33



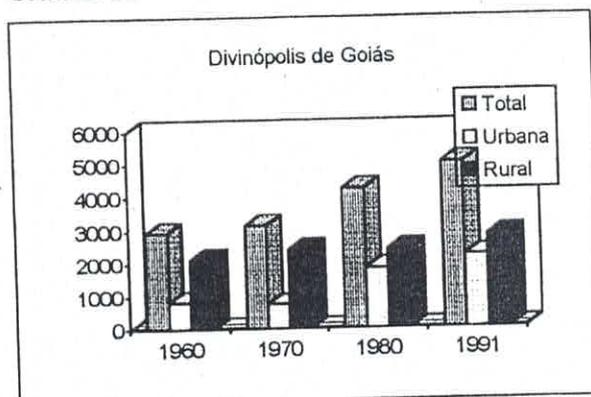
Fonte: IBGE

Gráfico 34



Fonte: IBGE

Gráfico 35

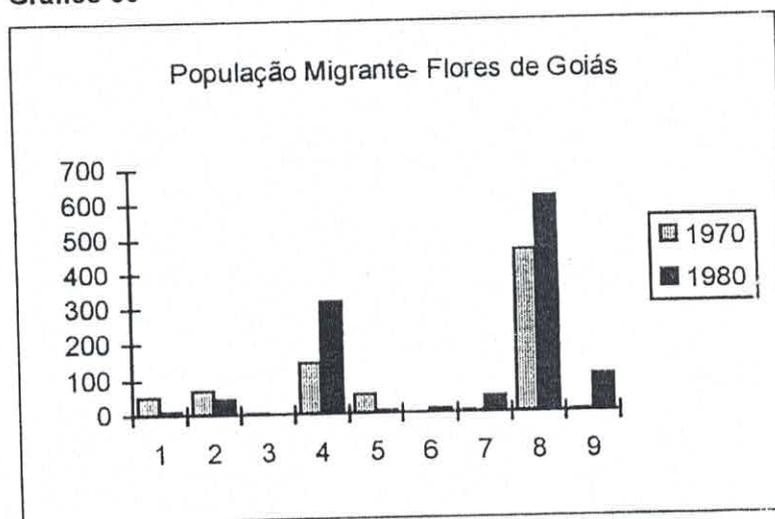


Fonte: IBGE

Os três municípios apresentam uma situação demográfica semelhante, e no que se refere a migrações, também. Em todos, o maior fluxo detectado ocorreu em 1970. Deve ser destacado que, em Flores, a proporção de migrantes em relação à população total foi maior (mais de 30% da população total), ao passo que em Guarani e Divinópolis fica em torno de 10% do total, nos dois períodos analisados.

A maior parte dos migrantes para Flores são do Estado de Goiás, seguida de baianos e mineiros (gráfico 36). É expressivo o contingente de mineiros em 1980, o que está relacionado ao processo de incorporação de terras novas e formação de fazendas. A despeito de não ter sido possível aferir o quantidade de migrantes do sul do país que existe atualmente em Flores, percebeu-se que os sulistas estão se estabelecendo, seja como proprietários de terras ou de trabalhadores rurais ou urbanos. O fato de ter sido construída uma nova sede urbana reflete as transformações ocorridas, que passaram a "exigir" um novo arranjo.

Gráfico 36



1. Nordeste, 2. Bahia, 3. Sudeste, 4. Minas gerais, 5. São Paulo, 6. Sul, 7. Centro-Oeste, 8. Goiás e 9. Distrito

Federal

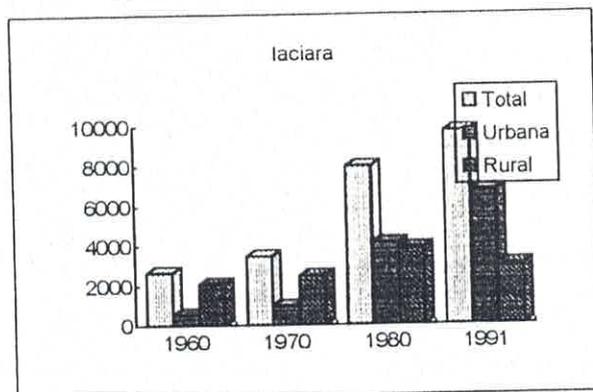
Fonte: IBGE

C) Iaciara

Nesse município, existem razões para afirmar que as suas condições são as mais novas, e também intensas, no sentido de transformações aceleradas. Constitui um típico caso de município de fronteira, um município que se renova tanto, que se pode caracterizá-la como novo.

Na década de 60, esse núcleo era inexpressivo na região. Na década seguinte apresenta um surpreendente crescimento, com uma taxa de 8,7%. Esse processo verificou-se principalmente na cidade, uma vez que aumenta bastante a população urbana, conforme aponta o censo, ao mesmo tempo que o núcleo se expande.

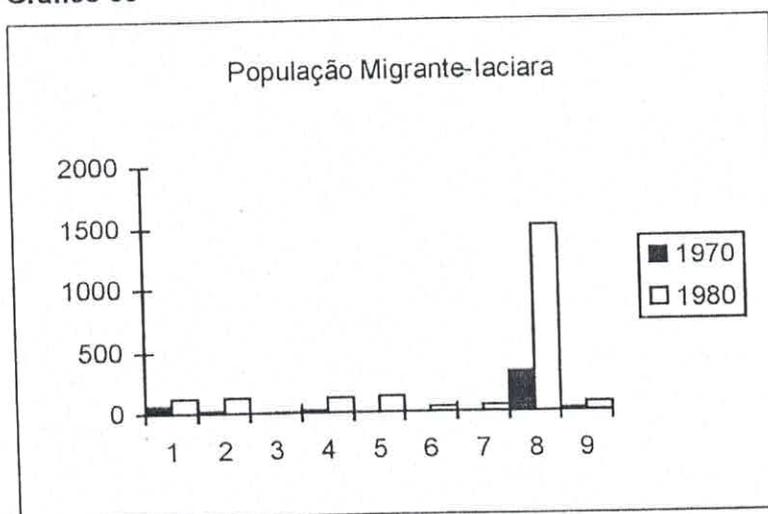
Gráfico 37



Fonte: IBGE

O fato de localizar-se no interior do Vão, tornou-a suscetível de ser ocupada no período 1970/1980. Ainda, a inconsistência da propriedade da terra, a existência de terras devolutas, fatores facilitadores da incorporação de novas áreas, conforme já analisado anteriormente. Esta transformação envolveu agentes de outras partes do país e mesmo de Goiás, que se apresentara com condições e interesse de "abrir" esta região

Gráfico 38



1. Nordeste, 2. Bahia, 3. Sudeste, 4. Minas Gerais, 5. São paulo, 6. Su, 7. Centro-Oeste, 8. Goiás e 9. Distrito Federal

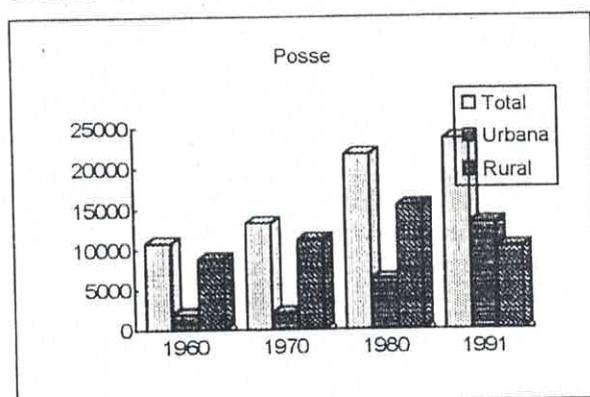
Fonte: IBGE

Torna-se evidente no gráfico 38 que a migração para Iaciara foi mais acentuada entre 1970 e 1980. Em 70, correspondeu a 12,1% da população total, em 1980, foi de 27,2 % da população. Esses migrantes em 1980, em sua grande maioria oriundos de Goiás, em seguida, vem os paulistas, que desbravavam sertões, baianos, estavam tão próximos, e mineiros que são hoje os que também abrem fazendas¹⁴⁷.

D) Posse

Esse município é o de maior população na região atualmente, com um núcleo urbano estruturado e bem equipado, considerando-se as características regionais. A distribuição da população, até 1980, acompanha a característica regional, prevalecendo a maior parte de população rural. Em 1991 o quadro inverte-se com o predomínio de população urbana. Um fato relevante para esse crescimento é sem dúvida o fluxo intenso de migrantes, principalmente sulistas (os gaúchos). Esses, surgiram na cidade após o desenvolvimento de atividades econômicas no chapadão da Bahia¹⁴⁸, transformaram Posse em cidade base, como local de moradia e prestação de serviços.

Gráfico 39



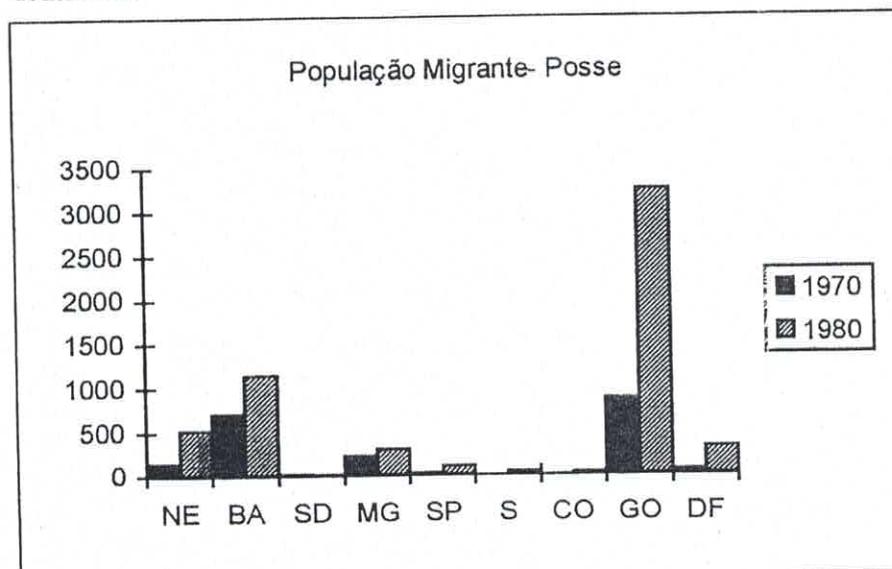
Fonte: IBGE

¹⁴⁷ Vale ressaltar que foi observado um aumento do número de migrantes oriundos do Distrito Federal na década de 80, o que demonstra provavelmente que as estratégias de reorientar o fluxo migratório, surtiu efeito nesta fase.

¹⁴⁸ Sobre esse assunto ver o trabalho de Rogério Haesbaert da Costa, "Gaúchos" no Nordeste: Modernidade, Des-territorialização e Identidade. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1995

O fluxo migratório para Posse pode ser avaliado a partir do censo de 1970 que aponta que 15,4% da população total era de migrantes, enquanto que em 1980 esta proporção sobe para 26,3%. Percebe-se que durante a década de 70 houve uma migração acentuada para o município, referendando as análises até então desenvolvidas sobre a estruturação regional atual. Não tendo sido possível obter informações sobre migrações do censo de 1991, restou uma avaliação empiricamente alicerçada na observação e nos contatos locais, e constatou-se que ocorreu um intenso fluxo migratório durante a década de 1980 e até recentemente, principalmente de sulistas que já apareciam no gráfico de migração, de forma pouco representativa naquele tempo. Ressalta-se também nesse gráfico a aceleração do processo migratório e sobretudo a grande afluência de goianos, em 1980, pois até 1970 os migrantes para Posse eram nitidamente constituídos de baianos, e de nordestinos em geral. A presença de goianos é reveladora da maior integração da região com o resto do Estado de Goiás, desde a década de 70.

Gráfico 40



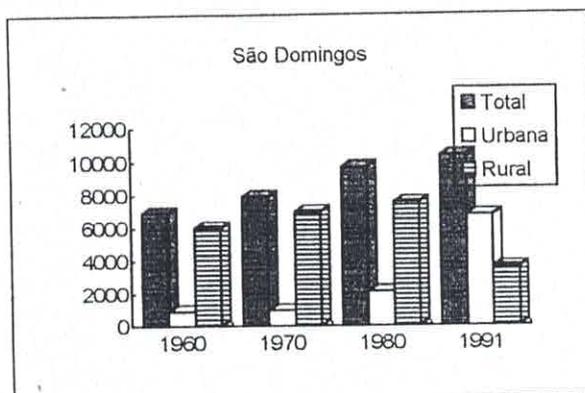
Fonte: IBGE

E) São Domingos

O município de São Domingos é um dos mais antigos da região, com uma função regional importante e solidamente alicerçada, desde o século XIX,

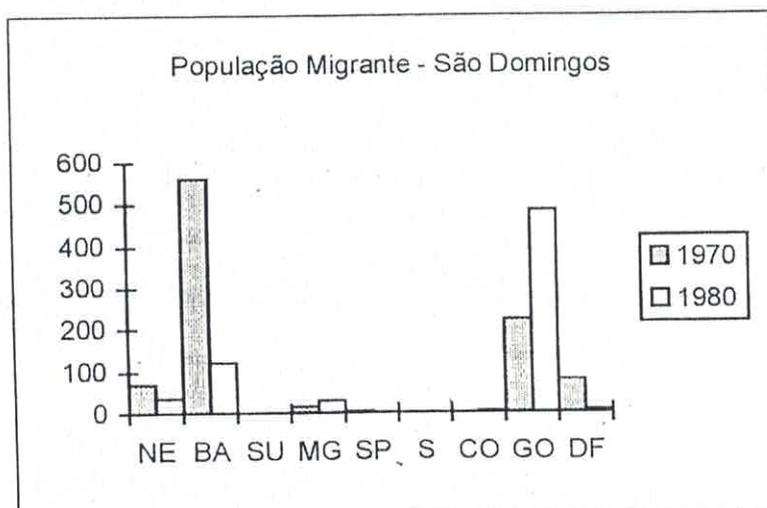
como um ponto de passagem, um registro do comércio regional com a Bahia e o Nordeste. Pode-se perceber que não houve, como em outras localidades da região, um salto ou incremento acentuado de população. O número de habitantes alterou-se pouco no período entre 1960 e 1970. Isso pode significar uma estrutura mais estável, além do fato de localizar-se distante do Distrito Federal, não sofrendo, pelo menos imediatamente, os seus impactos. Deve ser ressaltado que o Censo de 1991 aponta um predomínio de população urbana, invertendo-se desta forma a situação existente em 1980. Dos municípios da região foi o que menos recebeu migrantes, pelo menos é o que os dados apontam em duas décadas. Em 1970 os migrantes constituíam 12% da população total e em 1980 eram 7,3%. Verifica-se que existiu aí uma dinâmica diferente do restante da região.

Gráfico 41



Fonte: IBGE

Gráfico 42

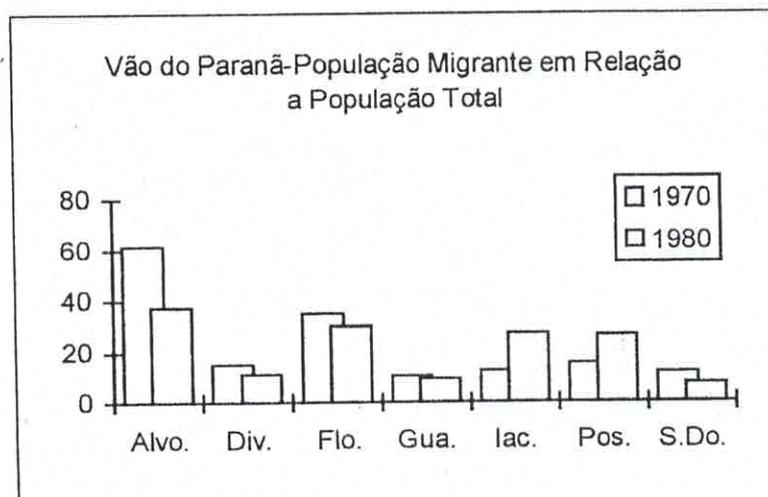


Fonte: IBGE

Do conjunto de população migrante, em 1970 destaca-se a presença de baianos, muito maior do que a dos goianos, sinal da forte ligação com a Bahia e outros estados do Nordeste. O fluxo de migrantes goianos aumentou em 1980, superando assim o de baianos, demonstrando a integração regional interna que se estabeleceu a partir da década de 70.

Concluindo esta avaliação, tem-se no gráfico 43, uma síntese da migração regional, da qual se depreende que alguns municípios receberam mais migrantes, destacando-se dentre eles Alvorada. Município novo, criado num local em que não havia nenhum núcleo, é compreensível que a maior parte de sua população seja constituída de migrantes. A seguir, tem-se o caso de Flores que se revigorou a partir de 1970 e que também recebeu muitos migrantes, e depois. Posse e Iaciara, que receberam migrantes num contexto de atividades mais dinâmicas, durante a década de 1980. Guarani Divinópolis e São Domingos, não receberam muitos migrantes. Nos dois primeiros, as cidades localizam-se no interior da região, e são municípios pequenos; o último é município grande, o maior da região, de estrutura mais sedimentada, em que mudanças ocorreram.

Gráfico 43



Fonte: IBGE

Algumas conclusões podem ser extraídas da dinâmica populacional na região :

— na comparação dos dois resultados censitários houve nítida diminuição de população migrante oriunda dos estados do nordeste e

sobretudo da Bahia, alterando-se desta forma uma característica regional, a de ter sido ocupada por populações nordestinas, desde o século XIX.

— surgiram novos "atores" que afluíram para a região, a partir de Minas E São Paulo; pela observação direta foi possível detectar uma forte presença de sulistas, apesar da ausência de dados censitários recentes;

— um novo fato a ser considerado é o aumento do número de migrantes oriundos do Distrito Federal em 1980;

— houve aumento sensível do número de migrantes do próprio Estado de Goiás, demonstrando a conseqüente integração da região ao resto do estado.

3. A dinâmica de uso do meio natural

Através da demonstração das condições de uso do solo no Vão do Paranã, em 1993, percebe-se que o processo de reocupação já tinha se instalado e, de uma certa forma, se consolidado. Considerando-se a imagem de satélite naquele momento, foi possível obter um quadro da utilização do conjunto natural da ocupação de seus diferentes ambientes. Com a certeza de que esse recurso não é suficiente para a avaliação visual de um grande conjunto natural faz-se necessário uma análise em profundidade de cada um dos ambientes, em uma escala de maior detalhe e com um trabalho de campo mais exaustivo.

Esta foi feita utilizando-se uma base cartográfica executada a partir das cartas topográficas do IBGE na escala de 1:250000, em seguida fez-se a interpretação de imagens LANDSAT em composições coloridas RBG-5/4/3, de 1993 também na escala de 1:250000, associada com observações de campo.

Esta avaliação pretende ser qualitativa, e as classes de uso foram discriminadas em função de atributos espaciais (forma e arranjo textura dos alvos), e variação tonal. Foi feita também uma comparação com os mapas do projeto de Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás elaborados pelo IBGE, com base na interpretação de mosaicos semicontrolados de imagens de radar, atualizados a partir de imagens de 1988.

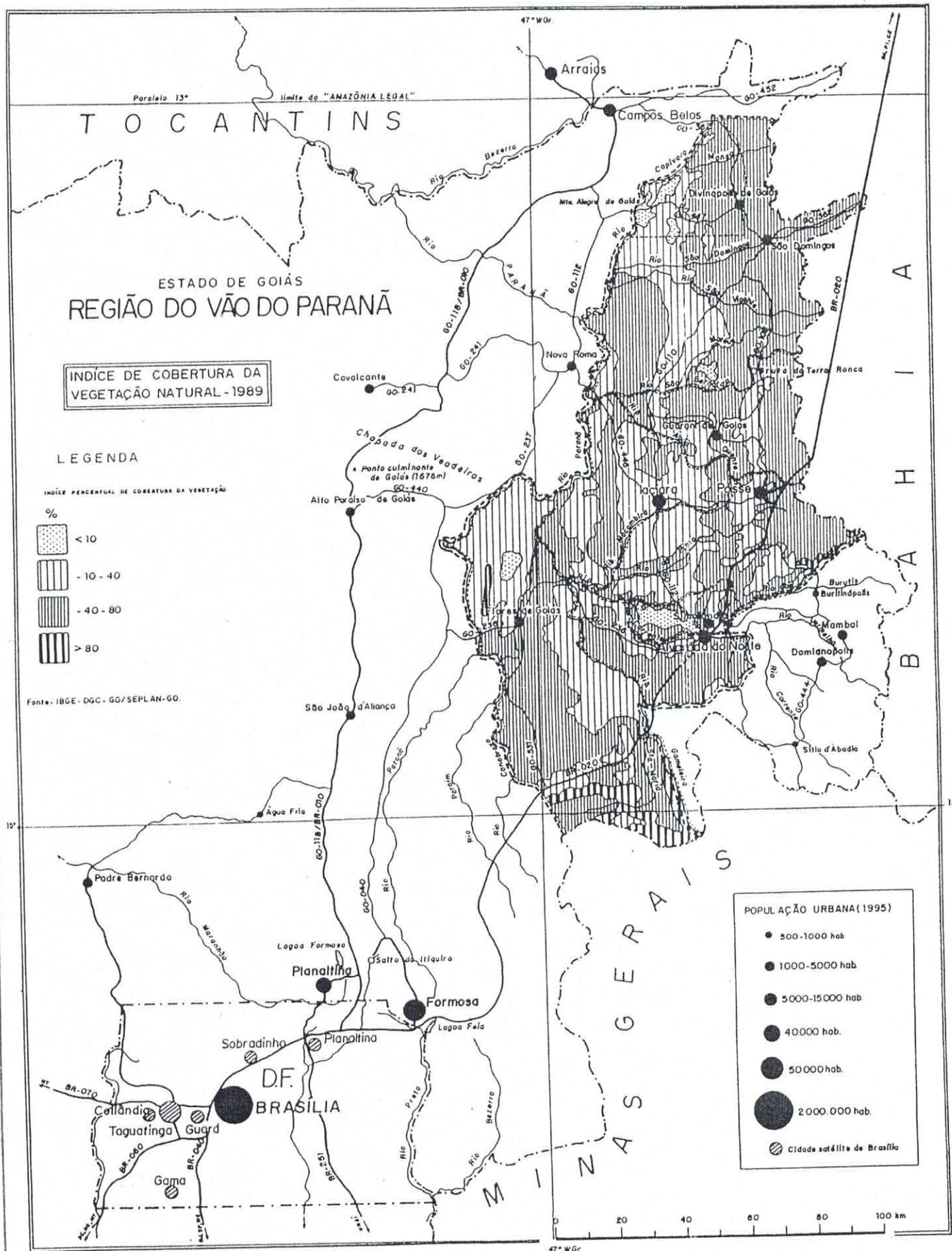


Figura 18 - Mapa do índice de Cobertura Vegetal

A comparação de documentos cartográficos permitiu uma visão da região em dois momentos. No primeiro momento (1988), as transformações ainda não são tão acentuadas, podendo-se afirmar que era uma paisagem bem próxima do natural. No segundo momento (1993), percebeu-se alterações importantes provocadas pela implantação de pastagens cultivadas e exploração madeireira.

Pretendeu-se com esta análise obter uma melhor compreensão da evolução de uso do meio natural na região, por considerar que, esta tem importância para se compreender a organização espacial em qualquer momento. Nesse sentido, entende-se que esta análise não só é pertinente, por dar conta dos processos mais amplos da dinâmica espacial, mas também da situação do lugar, ao qual se tem atribuído pouca importância diante da igualização imposta às paisagens pela modernidade. Acontece que mesmo esta igualização é relativa; em algumas situações, a diferença ainda persiste e é importante compreendê-la.

Pode-se afirmar que o uso do meio natural se relaciona ou está na dependência direta da forma e da intensidade da ocupação, ou seja, os processos sociais que se desenrolam num espaço dado. Neste caso, considerou-se a análise de dois períodos distintos, 1988 e 1993 que combinados com outras informações e processos ocorridos sobre esse espaço revelou as seguintes transformações:

- aumento das áreas ocupadas com pastagens cultivadas;
- diminuição da vegetação natural;
- aumento das áreas destinadas à agricultura;
- redução das matas ciliares;
- aumento da exploração madeireira;
- diminuição das áreas de pastagem natural.

Quanto à área de pastagens cultivadas, percebeu-se que houve um aumento em relação às existentes em 1988 e, mesmo, o surgimento de novas, nas áreas antes ocupadas pela vegetação natural, notadamente no Vão do Paranã Sul e a Oeste do Vão do Paranã Norte. Nestas, surgem associadas às capoeiras, relacionadas a extração madeireira e à produção de carvão, uma vegetação secundária, que é também, via de regra, destinada ao pastoreio. As

áreas de pastagens cultivadas são favorecidas pelas condições de relevo nas áreas planas, e pela menor índice de cobertura vegetal que não ultrapassa 40%, facilitando assim a formação de pastagens.

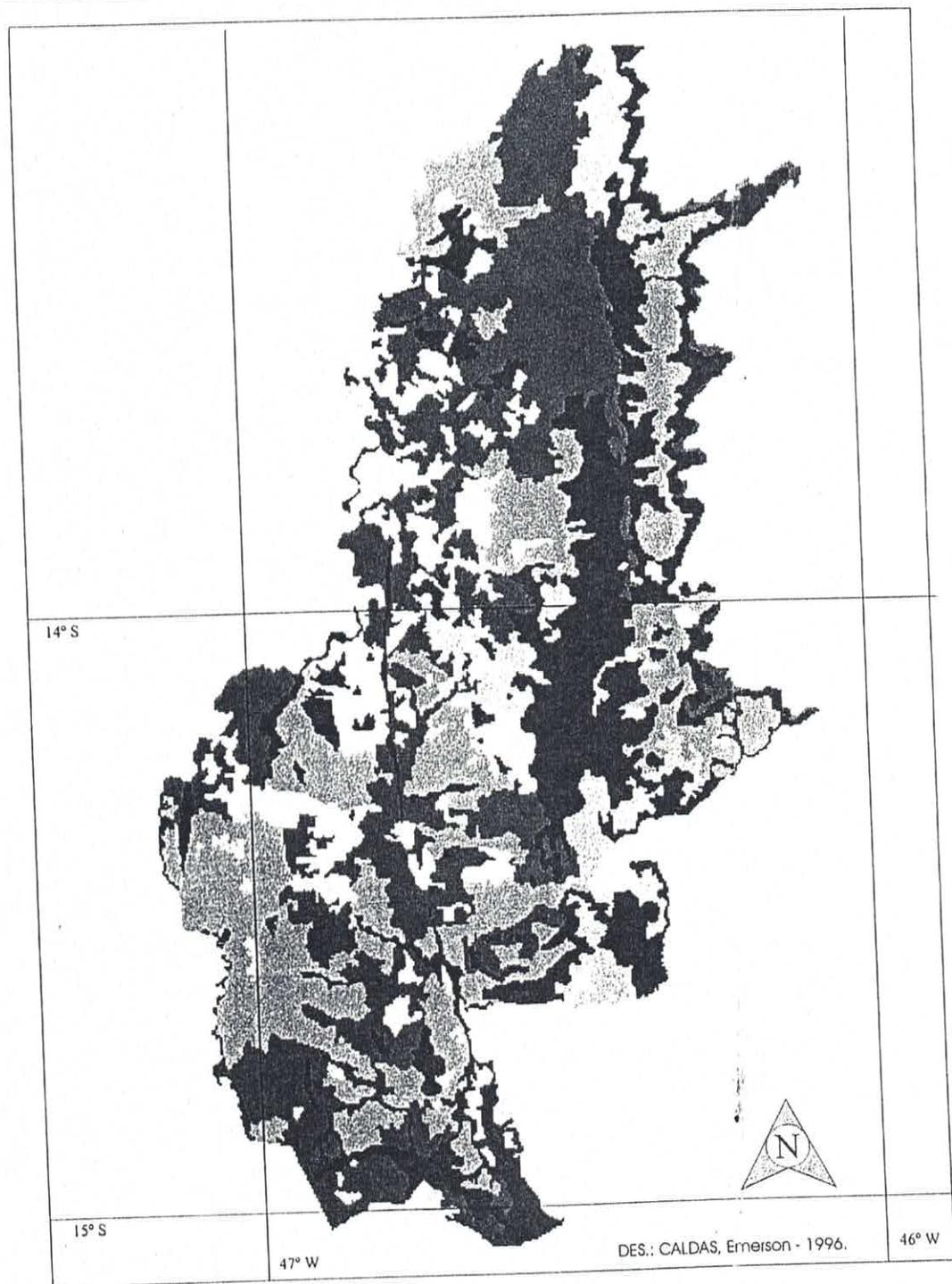
Uma redução significativa foi observada nas áreas de vegetação natural, associada não só à formação de pastagens, mas também à extração de madeira das espécies comerciais, na forma de toras e lascas, feita de maneira indiscriminada e na produção de carvão vegetal, favorecendo assim o aparecimento de uma vegetação secundária. Como resultado, deu-se uma redução das matas que apresentavam em 1988 (vide figura 18), um índice de recobrimento de até 80% de vegetação natural, e na maior parte dos casos, das áreas com índice de até 40%. Esse último caso refere-se a regiões fitoecológicas da floresta estacional semidecidual, localizada dentro do Vão do Paranã. Um aspecto que chama a atenção é a redução das matas ciliares, também relacionadas à formação de pastagens.

As áreas destinadas à agricultura também apresentam um aumento, embora pequeno, e o que chama mais atenção é a presença de pivôs centrais, no extremo sul do município de Flores de Goiás¹⁴⁹; a Leste de Posse; ao Sul de Alvorada do norte; a Leste de São Domingos. Esses pivôs localizam-se nas áreas planas do Vão do Paranã propriamente dito.

As áreas de pastagens naturais diminuem, dando lugar a uma diversificação de usos que tanto pode ser de cultivos, carvoeiras ou pastagens no Vão do Paranã Sul. No Vão do Paranã Norte, as pastagens naturais cederam lugar às pastagens cultivadas. O uso semi-intensivo áreas de pastagens naturais presente em todo o Vão, tipicamente nas de topografia baixa e plana e de baixo índice de cobertura natural, têm contribuído para a sua redução; portanto, não apenas a transformação em pastagens plantadas, mas também o seu uso intensivo provocam um desgaste das mesmas.

¹⁴⁹ Atualmente esses pivôs estão desativados.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - VÃO DO PARANÃ (1993- Classes Agrupadas)



LEGENDA

-  ÁREA ANTRÓPICA
-  USO EXTENSIVO / VEG. NAT
-  VEG. NAT. / PAST. SEMI-INTENSIVA
-  VEGETAÇÃO NATURAL/PAST. NAT.
-  VEGETAÇÃO NATURAL

ESCALA

10 0 10 20 30 40 Km



FUNTE

IMAGEM LANDAST-5 TM - 1993

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



Figura 19- Mapa de Uso do Solo

O mapa de uso digitalizado (figura 19), elaborado a partir da base cartográfica de 1:250.000 e interpretação de imagem de satélite na mesma escala, permitiu um cálculo das diferentes áreas definidas na interpretação, que constituem as classes da legenda do mapa (classes agrupadas). O cálculo de área apresenta uma margem de erro, se comparado com a área total da região obtida de outras fontes, como o IBGE, que aponta uma área total da região de 15.491 Km², ao passo que o cálculo realizado no SGI resultou numa área total de 14.250 Km². Apesar desta diferença, considerou-se importante utilizar tal relação, pois permite perceber a dimensão não só visual, mas também quantitativa do uso do solo.

Tabela 34
ÁREA DAS CLASSES CONFORME IMAGEM INTERPRETADA DE
1993

CLASSES	Área (Km ²)	% da área total
Área Antrópica	1.886,7	13,17
Uso Extensivo/Veg. Natural	898,7	6,28
Veg. Natural/Past. Semi-intensiva	3.605,7	25,23
Veg. Natural/Past. Natural	4.342,5	30,39
Vegetação natural	3.518,0	24,63
TOTAL	14.250,5	100,0

Obs. Tam. do pixel 80/80, n° de colunas 1539, n° de linhas 2821.

As classes foram definidas, a partir da interpretação e de um reconhecimento no campo; representam a leitura feita dos atributos da imagem naquele momento. A Classe denominada Área Antrópica, que abrange 13,17% da região, está localizada quase que totalmente dentro do Vão do Paranã. Foi assim considerada, devido ao contraste revelado pelas intervenções feitas nesses locais. A vegetação natural, via de regra, foi substituída ou não existe. No terreno, corresponde a áreas de cultivo anual, pastagens cultivadas¹⁵⁰, pivôs central, capoeiras, queimadas e áreas urbanas.

¹⁵⁰ Estas podem ser consideradas pastagens intensivas que na sua formação utilizam processos de mecanização como aração, destocamento, etc. fazendo com que o terreno fique limpo.

A classe considerada como de Uso Extensivo/Vegetação Natural, corresponde a 6,28% da área total da região. Constitui-se de uma vegetação mista, com matas, pastagens naturais e plantadas¹⁵¹. Ocorre dentro do Vão do Paranã e em alguns trechos dos Patamares de Chapadão. Esta sutileza na interpretação da imagem só foi possível perceber pela confrontação na observação de campo. A área também já sofreu algum tipo de intervenção, através da exploração seletiva de madeira, como da aroeira e outras espécies e, mais recentemente, para a produção de carvão. Aparentemente, na imagem, a área parece não ter sido muito alterada, mas na verdade percebeu-se um grau importante de intervenção. Efetivamente, são utilizadas para pastagens de capins tradicionais da região, como o jaraguá, e o agreste.



Foto 43 - Capim provisório natural na região

As áreas de Vegetação Natural/Pastagens semi-intensivas correspondem a 25,23% da região, uma proporção considerável. Nestas, ocorre um situação na qual estão misturados diferentes tipos de formações

¹⁵¹ Na região, existe uma prática antiga de semear, melhor dizer "jogar semente" de capim, o chamado provisório no meio da vegetação de campo cerrado, sem fazer nenhum preparo do solo, pois a semente é jogada sob a vegetação natural. O depoimento de H.C.P. 89 anos, natural de São Domingos aponta esta situação singular: *"No lugar que tivesse pasto, sempre tinha pasto, tinha capim provisório, que encobria a gente nas águas. Então colhia a semente toda e guardava. Quando era no tempo das primeiras águas semeava ali tudo. Os fazendeiros pagavam gente prá semear aquele capim todo, quando brotava vinha*

vegetais. São comuns os contatos entre a savana (cerrado) e floresta, o que torna difícil discernir tanto na imagem, quanto no campo, os limites precisos face à complexa interpenetração delas. Esse fato revela como o manejo do gado era feito tradicionalmente na região — ora o gado estava no campo aberto, ora na mata. A mata fornecia o abrigo para os momentos mais quentes do dia. Ainda hoje percorrendo a região nas áreas de mata, lá está o gado escondido. Nestas áreas, já existem plantados os capins típicos do manejo intensivo de gado; são as novas fazendas formadas a partir do *brachiaria*, do *brachiarão* e, mais recentemente, foi introduzido o *andropogom*. Estas pastagens já formam um paisagem uniforme e contínua, muito bem arrumada. Localizam-se em toda a extensão do Vão do Paranã, sendo mais acentuada na porção sul. Está também no sentido longitudinal, entre as escarpas da Serra Geral e os alinhamentos mais elevados do Geossistema Pelítico Cárstico, numa área rebaixada entre as duas formações.



Foto 44. Pastagem em Área de mata

A Classe denominada Vegetação Natural/ Pastagem Natural representa 30,39% da área total. Uma parte considerável da região inclui-se nesta categoria, concentrada na porção Norte, Nesta ocorre também um mistura de formações naturais ou seja, a floresta e savanas em suas variações, e

tudo, aí tinha pasto pro gado comer". Esse capim provisório, tudo indica ser o jaraguá. Esse sistema ainda subsiste na região nos pontos mais isolados.

gramíneas. A principal diferença aqui é que as pastagens plantadas são raras, portanto não formam um conjunto uniforme, e não sofreram pelo menos até aquele momento, uma intervenção muito acentuada, suficiente para desfigurar totalmente o meio. Existe também aí o desmatamento seletivo, que avança na direção norte da região, para extrair espécies comerciais.

A Vegetação Natural representa 24, 63% da região. Caracteriza-se por apresentar uma cobertura vegetal uniforme e mais densa, formada por florestas nas áreas de relevo mais movimentado e elevado, com poucas alterações visíveis. Concentra-se no leste da região, alongando-se no sentido longitudinal. Apesar da denominação dada, não significa que seja uma área preservada, intocada. Na verdade, percebeu-se os sinais de desmatamento seletivo que torna as espécies menos comerciais. É uma forma sutil e pouco visível de intervenção. Pode-se supor que os carvoeiros serão os próximos a agir sobre esta vegetação, pois conforme se observou, sucedem à exploração seletiva, nessa região.

Concluindo, pode-se afirmar que a intervenção em maior ou menor grau já ocorreu em toda a extensão da região. Em todos os diferentes ambientes, existe algum tipo de intervenção. As condições ambientais diversificadas são favoráveis a um tipo de uso, o pastoreio, daí que é possível aproveitar o que o meio oferece, sem necessidade de fazer grandes alterações. Pelo menos até o momento em que a criação de gado não se intensifique ao ponto de exigir maiores mudanças.

Há que se considerar que as imagens revelam uma situação presente em 1993. Nesses últimos anos, a situação pouco mudou, pois conforme depoimentos, diminuiu muito o "movimento" na região. Um dos sinais disto é a queda do preço da terra, conforme atesta um morador¹⁵²: "*chegou a valer 5.000 o alqueire, hoje o preço aqui é 2.000 e é difícil vender*".

Percebe-se esta situação com a saída dos gaúchos que deixaram de produzir arroz irrigado, como também na diminuição do número de serrarias e carvoeiras. Enfim, os investimentos na região parecem estar diminuindo de intensidade, o que pode estar ligado à conjuntura econômica, ou, por outro

¹⁵² Depoimento de J.ª, sexo masculino, 58 anos

lado, o esgotamento dos recursos mais rentáveis oferecidos pelo meio, como também o fechamento do processo de apropriação das terras; ou mesmo, da conjugações de todos esses.

O fato de ter diminuído o movimento pode ter outra face, a da intensificação do uso dos recursos da região, podendo significar uma efetiva incorporação das terras.

CAPITULO III

VÃO DO PARANÃ - O ESPAÇO ATUAL, UMA CONVIVÊNCIA DO VELHO E DO NOVO

1. O velho e o novo um confronto ou submissão?

Após percorrer todo um caminho na busca das explicações para um quadro regional, em sua configuração atual, pode-se afirmar com certeza que esse, do ponto de vista geográfico, vai se revelando através dos recursos utilizados e adequados a uma abordagem geográfica, quais sejam: os cartográficos, os textos históricos, as entrevistas, a observação de campo, etc. Isso não significa que não existam outras explicações. Elas existem, e podem ser múltiplas, pois depende de quem olha e como se olha. Como quem está olhando nesse momento é uma geógrafa, é óbvio que se trata de um olhar geográfico. E como é esse olhar? Esse olhar sem dúvida inicia-se pela paisagem que é ofertada ao pesquisador, que é observada e também nela termina. Só que ao terminar oferece explicações, pois o que é a Geografia senão a apreensão da paisagem, de uma forma científica e sistemática? Todos os fenômenos, de qualquer natureza, inicialmente são banais, se olhados de relance. Caso se observe uma favela, um mendigo, um sem-terra, ou um (prédio inteligente) esses, num primeiro olhar, são banais, pois se inserem no cotidiano, se diluem na massificação de pensamento, no costume. Os mesmos fenômenos podem ser vistos sob óticas diversas, se tomados como problemas próprios do sociólogo ou de um economista, como também de um geógrafo.

Mas pergunta-se, qual é o cientista que tem como sua a especificidade de tratar a paisagem no seu sentido amplo? A paisagem tem sido, ao longo do tempo, objeto de desejo, fonte de inspiração. Objeto de desejo, no sentido de serem apropriadas, fonte de inspiração para artistas plásticos, ou escritores; via de regra, os dramas desenrolam-se e se inscrevem-se em cenários. Os cenários são montagens, mas também se inspiram em uma paisagem, de um

tempo de um lugar, cujo espelho é via de regra, uma paisagem considerada em diferentes escalas.

Então, paisagem e cenário confundem-se, pois o último é o espelho do outro, será então a paisagem atual também um cenário, à medida que se vai ajuntando coisas sobre o território para representarem, jogarem uma função, terem uma utilidade? Da mesma forma que se arranja uma casa para nela viver e trabalhar também se faz isto com a paisagem.

Isto é tão verdade que as teorias econômicas, que tratam de uma igualização dos espaços ou sua homogeneização, quando avaliam os arranjos espaciais, os reduzem, os condenam à igualdade; não existem diferenças em situações onde não se pode resistir. Diante disto, aparentemente, não há mais necessidade de uma ciência cujas análises possam resultar na percepção das diferenças. Assim, a Geografia perderia o seu poder explicativo. As novas abordagens, que norteiam a ciência em geral, atualmente são um sinal de que as coisas não são bem assim. Quando se iguala de um lado, aparecem as diferenças de outro¹⁵³.

Retomando o exemplo da casa que, para ser construída, necessita do solo sobre o qual vai pousar, numa escala mais ampla todas as atividades humanas necessitam do substrato material, como suporte, como fonte de riqueza, como fonte de trabalho, e até como deleite. Esse suporte é a natureza, seja de que forma esteja organizada. As formas se inscrevem-se na paisagem como um testemunho, ou como diz M.Santos (1979:9), "se cristalizam no espaço" ou como para C. Vallaux (1929:170), "se cristalizam na paisagem". Grande controvérsia para se referir à mesma coisa. Colocam-se coisas dentro da casa pronta, para que ela funcione a contento, criando-se

¹⁵³ Vale a pena destacar aqui a excelente reflexão de José de Souza Martins (1996:45) sobre o papel histórico frente pioneira e frente de expansão, que se enquadra nos processos aqui analisados, apesar de não se tratar especificamente disto. Ele afirma que: "*A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a diferença apareça, na verdade, como atraso. As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corroem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição e nela como um dos componentes do possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas. Seria muito ingênuo imaginar que elas constituem uma receita de tendência histórica.* A região enfocada, não é parte da área enfocada pela histórica análise de Martins, mas considerou-se importante a concepção de diferença por ele formulada.

assim um cenário para a vida cotidiana, que tem um uso, uma utilidade, mas não deixa de ser um cenário.

Um dos maiores cientistas sociais Lévi-Strauss (1996) da época contemporânea, em entrevista, faz referência sobre o Brasil, assim se expressa :

Mas, se eu devesse ser absolutamente franco e quase cínico, diria que aquilo que o Brasil essencialmente me deu não foi o que os paulistas, os cariocas, os bororos, os cadieus e os nabiquarasma deram, mas sim a natureza. A natureza virgem, uma coisa que na Europa não se pode conhecer."

Esta resposta certamente pode dar o que pensar, e principalmente pode-se dela extrair, o que às vezes é necessário que "os de fora" apontem, que ainda existe a natureza e que esta é parte fundamental da paisagem no Brasil. Pode não ser tão visível nos grandes centros, mas é uma realidade na maior parte do território brasileiro, ainda.

Então, se a Geografia é a ciência da paisagem, porque não conferir a ela competência de desvendar a paisagem e a compreendê-la, do ponto de vista eminentemente geográfico? A resposta é óbvia; não existe um método suficientemente adequado para tratar disso. Busca-se sempre nas ciências vizinhas, uma legitimidade na sua reconhecida competência. Na própria fala do grande antropólogo, está colocada uma questão muito interessante. Ele não se preocupou em explicar teoricamente a natureza, ele apenas "sentiu" e assimilou os efeitos da sua presença. Pode-se então refletir sobre o que o Geógrafo pode fazer, sentir, assimilar e sobretudo explicar. Parece tão óbvio, explicar o que é parte integrante da paisagem, que acaba se tornando parte do cotidiano, uma coisa tão banal. Será então importante tratar disso? Pensa-se que sim pois percorrer e conhecer a paisagem, permite que se relacione forma e função que, na concepção de Milton Santos, constitui-se num método geográfico.

Dominar o conhecimento da paisagem e tudo que ela contém a forma, o relevo, a hidrografia, a vegetação, as construções, as transformações, as atividades humanas e a sua função em um contexto dado, parece ser tarefa mais do que suficiente para a Geografia enfrentar, mesmo correndo o risco de

ser considerada extremamente descritiva ou política. E porque não descritiva, qual é o problema de descrever se outras ciências o fazem? Retomando o exemplo da Antropologia, em sua via estruturalista, a observação e a descrição dos povos, dos hábitos, das práticas sociais, são partes fundamentais de seu método. Mais uma vez é necessário recorrer às ciências vizinhas para se reconhecer uma necessidade geográfica. Triste destino esse da Geografia, de estar sendo sempre necessário ser referenciada por outras disciplinas.

Por ser extremamente política, e ter um uso utilitarista, estratégico mesmo, talvez esteja aqui a principal fragilidade da Geografia e, ao mesmo, tempo a sua força, ao contrário do que se disse no passado, sobre a serventia da Geografia. Esse antagonismo latente, não é privilégio só da Geografia. Se tomarmos a trajetória da Sociologia, paralela à Geografia, esse perigo e uso também foi atribuído àquela ciência. Durante um grande período retirou-se da Geografia o seu caráter utilitarista, e, surpreendentemente caiu-se num vácuo, num vazio, ao ponto de levá-la a ser confundida com as ciências vizinhas. Perdeu sua identidade.

Vale a pena fazer uma reflexão hoje, diante das transformações tecnológicas, que subverteram a ordem de tempo e relativizaram a noção do espaço e território e, em certo sentido de dominação. Parece não haver mais sentido em condenar ciências que, de alguma forma, são utilitárias ou facilitam, no sentido mais radical, a dominação. Tudo isto perdeu o sentido, pois já não é ~~está~~ mais tão claro quem é o dominador. Quem sabe não é hora e o lugar para se retomar a matriz original da Geografia como uma ciência da paisagem? Deixemos o nosso espírito percorrer as paisagens, e talvez assim se possa preencher as lacunas, se possa retomar o sentido geográfico de compreender o território.

Tomando aqui as referências que o senso comum faz da Geografia, como por exemplo: "a Geografia de tal lugar se modificou devido a ," a "Geografia desta região é", "a Geografia atual do mundo", percebe-se que se tratam de referências que, na maioria dos casos remetem à paisagem de um lugar, de um país, ou do mundo. Se isto continua a ser utilizado, mesmo que desagrade a muitos de nós, indica que pode existir um uso para tais conceitos.

Geografia é sem dúvida, sinônimo de forma, de arranjo, por que então não incorporar esses conceitos e acrescentar o de função?

O momento é o de parar de buscar em outros conceitos de outras ciências a sua face geográfica. Muito esforço tem sido despendido nesse sentido, com bons resultados; muito pouco tem sido feito para recuperar e recolocar em discussão os conceitos geográficos básicos.

O real permite uma gama infinita de abordagens, dentre elas a geográfica. Isto pode ser feito descrevendo, explicando, contextualizando; isto significa que se deve situar o fato, considerando-se a escala do fenômeno abordado, seja o local, o urbano, o rural ou mesmo, situações e processos.

Na região enfocada foi possível situar geograficamente, no passado e no presente, a sua organização e, ao mesmo tempo, a forma como esta se inseriu e se insere numa totalidade mais ampla.

Existe uma situação no Vão do Paranã, uma diferença percebida visualmente na paisagem e que foi compreendida no desenrolar desse trabalho. Desenhada por um lado pelas condições naturais e históricas, e por outro, por fatores ligados à apropriação atual através da criação de gado. Resultando assim, numa compreensão da articulação do geral com o particular, que contém uma unidade (formas produtivas) e uma singularidade, na medida que tais combinações só se efetivaram nesse local determinado. Desta forma pode-se lançar mão da afirmação de Castro (1994:168): "*a região será justamente um acumulador espacial de causalidades sucessivas perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira "estrutura-sujeito na relação histórica do homem com o seu território"*."

O Vão do Paranã tem funcionado no contexto de uma economia globalizada, como uma, (Gomes, 1996: 35), "*nova relação espacial entre os centros hegemônicos e as áreas sob sua influências*". Uma região que foi renovada, ou seja, uma antiga região de pecuária que se atualizou face às novas demandas.

Finalmente cabe considerar que o recorte regional aqui analisado constitui um dentre os vários possíveis, diante das mutações a que estão sujeitas as formações espaciais. A região do Vão do Paranã pode sofrer a

curto prazo modificações importantes se se concretizar um projeto recente de criar o Estado do Planalto Central¹⁵⁴

2. Organização regional

Pretende-se fazer aqui uma espécie de síntese, à medida que um esboço da estruturação geográfica interna pode funcionar como uma síntese que explicita a sua articulação interna, ao mesmo tempo que pode esclarecer quanto ao papel externo da região, no contexto mais amplo.

Ao longo do desenvolvimento e do aprofundamento da pesquisa foi se percebendo que internamente, a região apresenta nuances, não só as físicas, as de Geografia Natural (Girão, 1946), que são mais óbvias e evidentes, e se prendem à natureza histórica dos usos anteriores, mas também à utilização atual, ao uso a que tem se destinado no momento. Percebeu-se a existência de diferenças, e ao buscar as convergências, ou a sua extensão, chegou-se a uma regionalização interna. Uma regionalização percebida, em primeiro lugar, a partir da intensidade das alterações verificadas na imagem de satélite. A partir daí, buscou-se avaliar os elementos que demonstrassem as transformações e a intensidade delas. Considerou-se também o papel das condicionantes históricas, desde as mais recuadas no tempo até as mais recentes.

O resultado é que, quando se traçou no mapa o resultado desta avaliação percebeu-se, numa posterior superposição, que havia uma coincidência com os traços das unidades ambientais definidas anteriormente, os geossistemas. Esta coincidência não é fortuita, pois tem a ver com o uso e as possibilidades oferecidas pelos ambientes. Aqui parece estar explicitada uma heresia, ou seja fazer esse tipo de relação, no momento atual, em

¹⁵⁴ O projeto de criação do Estado do Planalto Central já está em tramitação no Congresso desde 1996, composto por municípios de Goiás localizados no "em torno do DF" e municípios mineiro da Chapada do Paracatu. Propõe incorporar três dos municípios da região do Vão do Paranã, Flores de Goiás, Alvorada do Norte e Posse. Tem-se aqui um fator que a curto prazo pode alterar a situação aqui analisada. Um fato de cunho político de controle e gestão, alicerçada sob uma suposta identidade existente entre os municípios que constituem o "em torno do DF"

Geografia parece ser um sacrilégio, diante dos avanços teóricos que, na verdade, conduziram a um distanciamento do território, à medida que abriu mão de se envolver com o concreto, seja na forma de uma região, ou mesmo de cidades¹⁵⁵. Felizmente não é isto que demonstra a prática — o território existe numa situação concreta num dado momento.

No caso do Vão do Paranã, o desenvolvimento da pesquisa mostrou que o meio não pode ser ignorado.

É possível que, num curto espaço de tempo, todo esse quadro revelado se altere, e a relação não aconteça, mas para o momento, é impossível dela fugir, uma vez que se buscou foi uma compreensão da organização espacial de uma região, vista como um todo, articulado com uma totalidade mais ampla. Isto não significa que totalidade seja sinônimo de igualdade, de homogeneidade. Pelo contrário, o traço unificador na situação analisada é dado pela atividade criatória, a pecuária, que só tem sentido no momento atual, articulada como um todo mais amplo. Da mesma forma que, no passado a mesma região, também estava articulada a um todo mais amplo (a economia do gado baiano). Ainda assim, internamente, existem diferenças e nuances associadas às necessidades econômicas, à exploração de madeira, à existência de pastagens naturais ou às condições para se formar pastos, ou às condições para se plantar de forma irrigada.

Todas estas atividades são diretamente ligadas às condições do meio à medida que existem associações humanas com esse meio. Por outro lado, existem as relações entre os homens, através da mediação do meio, que, na paisagem, se manifestam entre os que possuem e os que não possuem o meio. Daí que é pertinente que esta relação exista; empiricamente, o senso comum sempre soube reconhecer esta relação. Esta deve ser tarefa da Geografia, saber reconhecer isto¹⁵⁶ e, sem receio, explicar, pois assim ~~se~~ passa a ter um verdadeiro sentido social, à medida que pode esclarecer, pelo viés geográfico como as coisas acontecem espacialmente.

¹⁵⁵ Esta reflexão deve-se à constatação de que na busca de novas alternativas teóricas, a geografia se distanciou de seu objeto, o espaço, uma vez que se abstraiu o território. O território é um instância política, mas é também físico.

¹⁵⁶ Esta tarefa pode ser diferente e utilizar outros referenciais se está em presença de um meio que seja essencialmente técnico, ou complementemente técnico, conforme tão bem recomenda Milton Santos.

Partindo do princípio de que todas as obras humanas, com maior ou menor intensidade, com mediação da técnica, mais ou menos intensamente se incorporam no meio natural, tem-se a necessidade de descrição do meio ou do estudo da paisagem ou cenário, não só como simples objeto de uma ciência, no caso a geográfica, mas principalmente porque ao fazê-lo, está assumindo um lugar no rol de ciências que buscam explicar a sociedade numa faceta que é a organização espacial.

Considerando que se está trabalhando com um espaço definido e que esse possui uma dinâmica interna, o reconhecimento destas regiões internas nada mais é do que uma tentativa de apreender seu movimento interior, mesmo sendo esse espaço circunscrito, mas não fechado e desarticulado. Na verdade, é uma forma mais didática de compreender os espaços, um recurso próprio da Geografia, que está na sua origem, na sua gênese, na sua epistemologia.

A regionalidade percebida (pode ser utilizado o termo espacialidade para se atualizar mais o discurso, mas o sentido é mesmo o de região), é um recurso para compreender o espaço por partes, mas partes articuladas¹⁵⁷ e coerentes. Como enxergar isto? Regionalizando, obtendo ao final do processo a percepção de uma dinâmica espacial geograficamente falando, pois isto permite compreender as partes, e para remeter a uma questão atual, os fragmentos.

Chegou-se então a percepção de uma dinâmica que está se chamando de organização espacial, que resultou em quatro diferentes áreas, conforme explicitado no mapa, que espelham as transformações ocorridas na região decorrentes de um processo de incorporação desencadeada na década de 70. Esta ordem prende-se a intensidade das transformações, tem portanto uma certa hierarquia.

Utilizou-se a expressão "alterações espaciais" para demonstrar a intensidade da ocupação, que implica em maior ou menor efeito espacial, ou

¹⁵⁷ Pode-se fazer aqui uma reflexão sobre o caráter não concreto do espaço, na medida que espaço fica sendo genérico o todo, mas para ter sentido ele tem que ter uma definição, ou seja uma casa é reconhecida por seus limites e suas características e sobretudo por sua utilidade, ela não é genérica, porque então não tornar mais compreensível um espaço determinado?

seja, a formação de pastagens, desmatamentos, expansão urbana, construções rurais (casas, cercas, aguadas, pivôs, sistemas de irrigação), estradas, usinas de calcário, enfim, tudo que denote graus vários de intervenção. A alteração não traz embutido um sentido negativo tal como desequilíbrio ecológico, que pode até já existir¹⁵⁸, mas a intenção foi a de avaliar criticamente o revelado pela paisagem ao primeiro olhar.

O segundo olhar ou o olhar instrumentalizado, resultou numa compreensão da organização espacial no momento atual. É importante enfatizar a preocupação em preservar o caráter dinâmico das conclusões, uma vez que as condições atuais podem mudar. É importante então a demonstração do atual, considerando os elementos que constituem uma situação concreta, a evolução e a dinâmica que a movem.

Chegou-se à percepção de que os processos ocorridos na região não se deram envolvendo a região, da mesma maneira e ao mesmo tempo. Existem as diferenças, as particularidades, seja de ordem natural, histórica ou econômica, das quais decorreram diferentes arranjos espaciais, num contexto mais amplo.

Estas constatações podem parecer sutis e na verdade o são, pois a aparência de um conjunto articulado de situações pode perfeitamente ser generalizado. Mas não aqui. Sutilezas existem, foram descobertas, e se prendem a detalhes que só o aprofundamento da pesquisa pode revelar. Não é simplesmente uma região de pecuária. Ela o é efetivamente, mas para além disto, existem questões e situações que podem passar despercebidas, comprometendo a interpretação.

¹⁵⁸ Existem sinais evidentes desse desequilíbrio, pois num conjunto ambiental no qual a interdependência entre eles é evidente, intervenções acentuadas em um, pode afetar o equilíbrio de outro. Através dos pesquisador do DIGEO/GO-IBGE, responsáveis pelos estudos realizados no Chapadão Bahia a leste da região do Vão do Paranã, constatou-se que o uso intensivo dos recursos hídricos pelos cultivos intensivos feitos naquela região, poderão afetar, se já não estiver afetando a curto prazo, os rios da margem direita do Paranã, exatamente a região enfocada nesta pesquisa. O fato de se utilizarem os poços artesianos para irrigar as lavouras de soja, milho, etc., pode diminuir a vazão do lençol freático do Chapadão Ocidental, cuja vertente forma a Serra Geral, onde nascem os rios desse lado do Paranã. Os poços que antes tinham a profundidade média de 50 metros agora já estão em 150 metros. Poderão provocar dificuldades de abastecimento e alterações sem precedentes nos ambientes que ficam abaixo da Serra na depressão do Vão do Paranã. No ano de 1996 a região já passou por problemas de abastecimento no período da seca, que foi bem longa.

Percebeu-se então que a criação de gado, dominante em toda a região, não é determinante a ponto de transformar esse espaço num todo homogêneo.

O processo de avaliação do conjunto de variáveis envolvidos na análise conduziram, quase que naturalmente, à constatação das diferenças internas¹⁵⁹ que são sutis e cujos limites não são precisos, podendo usar-se a conotação de interface (Virílio, 1993). Esse conceito expressa o fato de nas sub-regiões e suas interfaces acontecer uma transferência entre dois meios, não sendo tão clara a linha divisória e onde as trocas são incessantes. Na verdade o que se fez foi uma separação, didaticamente colocada do uso do meio, pois esse uso qualifica os ambientes, não sendo possível delinear limites precisos.

O mapa (Figura 20) apresenta um traçado aproximado dos sub-espços internos demonstrando, desta forma, a organização espacial resultante da longa evolução de uso, nesta região. Esta deve ser uma das tarefas de Geografia — produzir um conhecimento que permita apreender uma paisagem. O resultado dever ser a possibilidade de fornecer explicações do arranjo espacial, ou seja, o conteúdo de uma região, pois o concreto é feito de conteúdos.

— A sub-região caracterizada e denominada de Alterações Espaciais Acentuadas e Diversificadas tem esta configuração, devido a um intenso processo de ocupação desenvolvido a partir da década de 60, em um território que conheceu no passado, no século XIX e início desse, um intenso fluxo comercial, ponto de passagem para a Bahia e Minas. Constitui também a zona onde a pecuária foi mais intensa, pois possuía os melhores pastos, em relação ao Norte da região. Daí que a reocupação, a partir de 1960, encontrou um terreno favorável para toda a sorte de recursos na apropriação das terras, numa área que não era um vazio.

Compreende o território dos municípios de Flores, Alvorada e Simolândia e parte do Posse. Foi a área a sofrer o impacto inicial das mudanças, tanto no que se refere ao processo de apropriação, ou reapropriação de terras, como os efeitos da implantação da estrada (BR-020),

¹⁵⁹ O interno está sendo utilizado no sentido de que se trata de um espaço que foi limitado devido às particularidades que o diferenciam do seu entorno imediato e num segundo momento às necessidades operacionais de uma pesquisa desta natureza.

movimento que se reflete no fato de os municípios novos da região nela se localizarem, o que vem revelar uma maior intensificação de processo de incorporação. Os núcleos urbanos maiores também estão nesta área, como Alvorada/Simolândia e Posse. Atualmente, deve ser destacada também uma tendência de diminuição da concentração fundiária, principalmente em Posse, cujas terras não são as mais adequadas para a pecuária. Na parte mais ao sul do município de Flores e Alvorada, também é possível notar essa tendência.

Uma situação singular, nesta parte da região, é o estreito relacionamento com o oeste da Bahia, o que não é novo; o novo é a forma desse relacionamento. A cidade de Posse serve de base para os empresários rurais, os sulistas, que desenvolvem suas atividades no Chapadão. O resultado é que difere totalmente das outras cidades da região, pois se transformou para suprir as necessidades dos empresários. Na esteira deles, vem um infinidade de migrantes, a maioria do sul para desenvolver atividades urbanas de serviços. De outro lado, aparece o aparato financeiro e tecnológico que as atividades de agricultura intensiva requerem. O efeito disto é surpreendente numa região como esta.

Nesta área, concentra-se o maior número de carvoeiras do Vão do Paranã (eram 60, em 1993), resultado de um desmatamento já em fase final, ou seja, as fazendas estão formadas, as matas ou a vegetação de maior valor comercial já foram retiradas; o que resta, é tarefa para produtores da carvão.

A ocupação mais antiga e a conseqüente sedimentação desse processo fica evidente na análise das imagens de satélite. A maior parte das pastagens são cultivadas, apesar de possuir extensas áreas cobertas com vegetação natural, nas áreas de relevo mais movimentado, principalmente em Posse, onde a criação de gado é menos importante. Além disso, existe o fato de que a área antrópica, considerada na análise da imagem, mostra que houve alguma forma de intervenção recente como desmatamento e formação de pastos. Nesse trecho, não é muito frequente esta forma de ocorrência, o que se deve ao fato de as pastagens serem de formação antiga, provavelmente das décadas de 70 e 80.

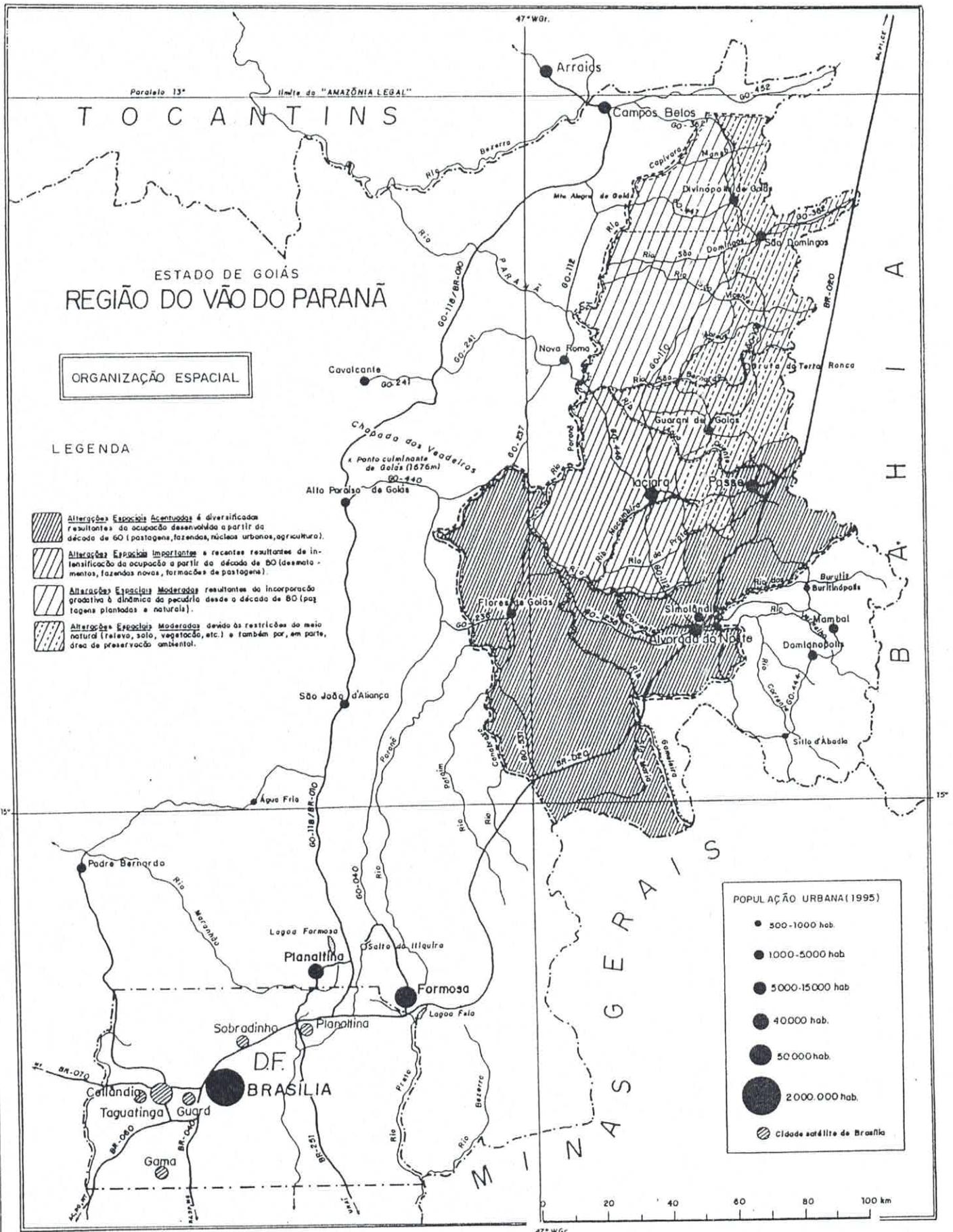


Figura 20. Mapa da organização Espacial do Vão do Paraná

—A sub-região, que na legenda do mapa foi caracterizada como de Alterações Espaciais Importantes e Recentes, resultou do processo de intensificação da ocupação, a partir da década de 80. Possuía, originalmente, matas tipo Floresta Estacional Decidual e Semidecidual e um cerradão denso tipo Savana Arbórea Aberta, envolvendo todo o município de Iaciara, a parte Oeste do Posse e Oeste de Guarani inclusive a sede municipal. Está circunscrita, grosso modo, entre a margem direita do Rio Corrente e a margem esquerda do Rio São Bernardo.

Considerando o revelado pela imagem de satélite, nesta parte da região, proporcionalmente, as transformações oriundas da retirada da cobertura vegetal são as mais acentuadas. Aí o desmatamento é recente, intenso e acelerado. Dada a rapidez com que vem sendo feito o desmatamento supõe-se que os seus efeitos sejam mais nefastos do que na sub-região anterior, onde ocorreu de forma mais lenta.

No momento, esta é a parte mais dinâmica do ponto de vista da expansão da fronteira, fato visível tanto na cidade de Iaciara, quanto nos campos de pastagens recém formadas e matas rasgadas pelo desmatamento. Já foi considerado como um eldorado, dado a quantidade de madeira, principalmente a aroeira. A exploração de madeira pode ter funcionado como um atrativo maior do que a criação de gado, pelo menos num primeiro momento. Nas outras cidades da região, é comum referir-se ao movimento em direção a Iaciara, como a "corrida do ouro" da aroeira.

O resultado é que hoje nesse trecho, abundam fazendas novas, cercas, pastagens, serrarias; tudo muito novo. Área mais representativa da fronteira efervescente, em movimento, uma característica própria desta parte da região.

—A sub-região identificada na legenda como a de Alterações Espaciais Moderadas resultantes da incorporação gradativa à dinâmica da pecuária teve alterações importantes, mas não a ponto de desfigurar totalmente sua feição original, conseqüências de um gradativo processo de incorporação a uma nova dinâmica, cujo objetivo é a pecuária. Compreende a maior parte dos municípios de São Domingos e todo o município de Divinópolis e localiza-se dentro do Geossistema Vão do Paranã Norte.

Apesar da história regional estar ligada à pecuária, o fato é que o Vão do Paranã nesse trecho, é menor, e pela sua localização mais ao Norte, tornou-se quase natural que sua incorporação acontecesse mais tardiamente. São Domingos tem a menor taxa de densidade de rebanho, apesar de ser o maior município em área, dado relevante. Por outro lado, constitui a área, que no mapa de uso do solo, revela uma cobertura vegetal pouco alterada em 1993, principalmente as áreas de pastagens naturais(Savanas) as matas (Floresta Estacional Decidual).

— A sub-região caracterizada como de Alterações Espaciais Moderadas devido às restrições do meio, apresenta o domínio dos relevos mais elevados e movimentados da região. Corresponde aos Geossistemas Cárstico Pelítico e ao da Vertente da Serra Geral. As altitudes aí variam de 600 a 800 metros, ao passo que no Vão do Paranã estas são de 400 a 500 metros. As alterações foram consideradas moderadas devido à predominância de vegetação natural, na forma de pastagens naturais e contatos de matas e cerrados (encraves). Isto não significa a inexistência de intervenções; estas existem e são seletivas. O processo de formação de fazendas nos moldes modernos, ou seja de pastagens plantadas para um manejo semi-intensivo, resulta menos acentuado. Talvez até pela presença de pastagens naturais isto não seja tão necessário, mas o fato é que não se percebe nesse trecho alongado, a efervescência de outras áreas da região, apesar de haver exploração de calcário nesse trecho, e destinada a abastecer as lavouras do Chapadão baiano.

Uma parte da área constitui-se, atualmente, em área de preservação ambiental, decisão que pode diminuir ou atenuar, futuramente, a intensidade do uso, à medida que restringe as atividades.

Concluindo pode-se fazer a seguinte reflexão: à medida que a região incorpora-se a uma nova dinâmica, percebe-se que aos poucos vai se distanciando do meio, apesar da estreita dependência verificada nas atividades econômicas, pelo menos até o momento. Isto pode acontecer, devido à intensificação dos processos produtivos, e, principalmente, pelo

consumo dos recursos oferecidos pelo meio. Eles esgotam-se ou perdem sentido e função.

Tem-se aqui um sutil processo de modificação que se manifesta no espaço, à medida que esse incorpora elementos tecnológicos e/ou financeiros. O meio foi um fator determinante inicialmente, diga-se historicamente e pode deixar de sê-lo. Ou ser redefinido de novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, pode ser dito que as dificuldades para realizá-lo foram muitas, mas também foram numerosos os recursos para superá-las. Tal como no final de uma viagem a multiplicidade de percepção chegou a embaralhar a mente, os olhos, a vista, porém à medida que se analisou e se organizou o visível imediato, conforme a opção metodológica, o caos inicial começou a fazer sentido.

E ao fazer sentido, foi possível explicar a paisagem observada pois, conforme já dizia Monbeig (1984.232) "*há um comportamento geográfico dos investimentos que depende das condições naturais e das circunstâncias políticas e sociais ao mesmo tempo*". Esta pode ser a síntese explicativa do que foi observado no Vão do Paranã. Existiu um momento no qual as circunstâncias se combinaram — condições naturais, políticas e sociais, econômicas, das quais resultaram as transformações identificadas no curso deste trabalho.

A paisagem do Vão do Paranã é conforme se verificou singular, tanto pelo meio ambiente como pelas atividades desenvolvidas e pelos arranjos espaciais existentes. Essas singularidades, ao articularem-se através de processos atuais que aí atuam, resultam em particularidades, ou seja, em espaço com características definidas e únicas, uma região.

Dessa forma, passou-se a entender, após a realização deste trabalho, que, em certo sentido, a Geografia Regional deve ser o coroamento e não o princípio de uma investigação geográfica, uma vez que os critérios para construir um conceito de uma região derivam de parâmetros do efetivamente observado. Assim, só é possível ter clareza dele ao final, quando já se examinaram os elementos que constituem o real. Talvez se encontre-se aqui um dos problemas que afligem a abordagem regional, a necessidade de se definir *a priori* a região, ou seja define-se primeiro e depois estuda-se. Assim procedendo, cria-se uma camisa de força que tem feito com que os estudos

regionais sejam desprezados, pois conduzem a uma ordenação imposta, considerada, na maioria da vezes, artificial e autoritária.

A recorrência à História permitiu que se compreendesse a gênese de um espaço atual, que não perdeu os traços originais; o novo, implantado a partir de um momento no século XX, não fez tábula rasa do território regional. Ao contrário, foi incorporado com as suas marcas e, num certo sentido, a partir de uma mesma matriz de potencial, favorável à pecuária. Houve uma transposição para um momento no qual as condições objetivas são outras, mas que foram adequadas para o desenvolvimento de atividade pastoril.

A pecuária utilizou grandes espaços no passado e continua assim no presente, só que agora as fazendas têm cercas, mudaram de donos, mas continuam extensas e para se efetivarem, transformaram o meio ambiente de uma forma mais acentuada e acelerada. A paisagem atual herdou do passado a atividade pecuária, formas cristalizadas, o meio natural ainda pouco alterado e, de uma certa forma, os homens que conhecem esta paisagem fizeram sua história.

Ao detectar os elementos fundamentais de reestruturação regional, a partir de um determinado momento, foi possível perceber com clareza não só as condições historicamente dadas mas também, a sua articulação com as condições ambientais e, principalmente o que moveu as transformações regionais e as suas conseqüências. Esses elementos podem ser sintetizados no conjunto de mudanças observadas em Goiás e no Brasil durante as décadas de 70 e 80, ligadas a um contexto geopolítico explicitamente definido nas políticas públicas dos governos militares, e nas ingerências impostas a determinadas partes do território brasileiro, notadamente às áreas de cerrado.

As propriedades naturais da região tiveram um papel, foram um atrativo, mas só fizeram sentido em momento e contexto específico, resultando numa articulação ampla. O impulso veio de fora, na forma de capital e populações que constituíram o fator geográfico da reestruturação no momento e no contexto dado.

O desenrolar das etapas que compõem este trabalho permitiu compreender a organização espacial básica do Vão do Paranã. Ao mesmo

tempo, revelou processo de ocupação deste espaço, considerado como uma região, porquanto constituída de elementos que se articulam entre si e apresentam particularidades que se refletem numa paisagem organizada.

Durante o desenvolvimento do trabalho, surgiram questões espera-se tenha sido respondidas. Uma primeira questão, inquietação de longa data, refere-se às relações humanas estabelecidas com o meio natural. Nesta região, a natureza impõe-se e é dominante tanto na paisagem, como pela função econômica que dela decorre. Isto implicou em rever conceitos geográficos, na busca de compreender tão delicada relação.

Uma outra questão refere-se ao efeito provocado pela incorporação de espaços vazios no Brasil e principalmente no Estado de Goiás, durante esta última metade de século. Esse tema já constitui preocupação da Geografia, hoje nem tanto. Trata-se de efeito múltiplo e suas manifestações são ambientais e territoriais num primeiro momento, sem deixar de ser sociais. Daí a uma discussão de frentes pioneiras é um pulo, e mostra-se pertinente no caso goiano, pois o seu território foi construído nesse século por frentes que avançaram e se consolidaram no território.

O terceiro ponto é o do papel histórico da pecuária no processo de incorporação e construção de territórios, que se deu tanto no passado, quanto agora, de uma forma rápida, embora pouco evidente e silenciosa. A função da pecuária tem tido interpretações diferentes, pois muitos estudos não a consideram capaz de gerar uma frente de ocupação no sentido clássico. Porém isto tem que ser revisto pois em algumas regiões do Brasil, a pecuária funciona como um elemento estruturador de regiões.

O quarto ponto importante detectado durante a pesquisa foi a constatação de que diferentes ambientes implicam e resultam em usos diferenciados, até da mesma atividade. A questão é como tratar esse ponto sem preconceitos deterministas, para falar num linguagem geográfica, e sem incorrer em uma visão mecanicista do território.

Um quinto ponto refere-se à uma questão urbana em áreas isoladas. Qual é a função de cidades tão pequenas, a ponto de ficar difícil se falar do urbano convencional, mas que por outro lado se modificam tão rapidamente à medida em que são introduzidas inovações e o seu entorno também se

transforma. Aliás elas se modificam devido ao seu entorno, ou seja a região. Sem contar a criação de novos núcleos que se estruturam rapidamente em função das necessidades novas. Nesse sentido tal como no passado, é quase natural que na esteira do desenvolvimento de uma ocupação ou reocupação, também ocorra uma modificação no urbano, um urbano redefinido.

E, finalmente uma questão de ordem metodológica — à utilização de imagens de satélite como uma das fontes de pesquisa. Elas potencializam o olhar, ao mesmo tempo que oferecem a segurança de não se estar enxergando no escuro, pois é possível obter um retrato que não é propriamente um mapa, que necessita ser interpretado, ou seja, existe uma aparência que pode ser desvendada, e que ao final, mostra-se reveladora. Como recurso metodológico em Geografia, as imagens de satélite, quando se trata de grandes áreas, como uma região por exemplo, podem auxiliar na abstração, por vezes penosa, quando o esforço se dá apenas como produto das interrelações, no nível do pensamento. Elas fornecem uma "visão" limitada, é certo, e combinadas a outras fontes, tornam-se um recurso imensamente rico, do ponto de vista da análise geográfica.

Vale ainda ressaltar que, do ponto de vista de metodologia ~~de trabalho~~, e do ponto de vista teórico, foi um exercício que permitiu experimentar uma forma de trabalho que respondesse adequadamente à questão geográfica, permitindo compreender amplamente a paisagem e, no limite, o espaço.

A região do Vão do Paranã, cuja primeira impressão é de um vazio com ocupação esparsa e rarefeita, com traços de ocupação pretérita, e de uma outra novíssima, é um espaço articulado com um todo maior, pela via da criação de gado e exploração vegetal, pois o mercado para essas atividades é externo à região. O que mais se destaca regionalmente é, sem dúvida, a pecuária, posto que mais articulada com o mercado externo. A exploração madeireira tem também uma função econômica importante, pois o seu potencial e a sua exploração estão ligados a uma enorme disponibilidade dos recursos vegetais. Constitui, um traço marcante, pois trata-se das últimas reservas de matas expressivas em Goiás.

A atividade madeireira não revela sua importância de imediato, pois na maior parte das vezes é feito de forma velada, em muitas vezes sem qualquer

fiscalização ou controle. Pode ter sido, durante a fase mais intensa de abertura de fazendas, décadas de 70 e 80, a atividade mais importante para os empresários que chegaram à região. A criação de gado funcionou como um véu a se interpor entre o uso real e o declarado, e embora aparecesse como atividade "oficial" e importante.

Entre a atividade madeireira e a criação de gado existe inicialmente uma interrelação, pois é necessário retirar a cobertura vegetal para implantar pastagem cultivada nos terrenos favoráveis. Essa combinação tem acompanhado as frentes de expansão nas áreas suscetíveis a esse processo, como as frentes do Oeste paulista, Norte do Paraná, Sul do Mato Grosso, Goiás, Pará e vale do Xingu. Com a formação de fazendas de criar, desenvolve-se a atividade madeireira, em locais mais distantes dos centros consumidores, limitando à produção de madeira em tora. Em locais mais próximos do Sudeste, como é o caso do Vão do Paranã, concomitantemente ou mesmo sucedendo à exploração de madeira em tora, há a produção de carvão vegetal para abastecer as indústrias de Minas Gerais. Esta atividade é uma forma de aproveitar ao máximo os recursos vegetais restantes do desmatamento seletivo — o produto de "queimadas", o carvão vegetal, economicamente rentável. Parafraseando a expressão, "do boi só se perde o berro", parece que dos recursos vegetais só se perde a fumaça das carvoarias.

Existem outras possibilidades no Vão do Paranã, referentes aos recursos da natureza, que são as terras favoráveis à irrigação, não só pela existência de recursos hídricos, mas pela topografia plana da várzea, em grandes extensões, bem como o solo favorável, rico em materiais orgânicos. Uma atividade que até já se iniciou, mas que, aparentemente, devido a questões conjunturais ¹⁶⁰, foi abandonada, apesar da existência de alguns incentivos governamentais para o desenvolvimento de tais atividades. As terras adequadas para irrigação do Vale do Paranã, pelo menos até agora apresentam um valor virtual, ou seja, potencial.

¹⁶⁰ - Estas questões, ao que tudo indica, devem² ao volume de investimentos feitos com financiamentos, pelos sulistas, os quais não estão suportando a pressão do sistema financeiro. Portanto uma economia agrícola que envolve grande produtividade e capital, pelo menos por enquanto não aparece ter muito futuro na região. Os fazendeiros de fora que estão lá estabelecidos, se limitam até o momento a criação de gado.

Ao final deste trabalho seria inevitável especular sobre o futuro da região, uma tarefa difícil uma vez que se perceberam processos em curso, as possibilidades estão abertas. Pode-se afirmar que se trata de um espaço que deixou de ser marginal e isolado, e se integrou a um contexto no qual tudo é possível. Mais do que isso, a região passou a constituir-se como uma área de oportunidades latentes.

Esta condição pode ser aferida não só pelo interesse dos órgãos de administração do território, mas também pelo senso comum, que nela vê uma terra de oportunidades, um espaço em que já existe uma articulação, e por isso não encontra-se isolado. Recentemente, foi proposta emenda constitucional que pretende dividir novamente o Estado de Goiás, criando o Estado do Planalto Central, envolvendo o entorno do Distrito Federal e uma parte considerável, cerca de 40% da área da região, do Vão do Paranã, constituída pelos municípios de Flores e Alvorada do Norte¹⁶¹. Essa proposta é polêmica e deverá gerar muitos debates, mas o Governo Federal parece apoiar semelhante iniciativa, já que permitiria ~~(preservas)~~ preservar o Distrito federal como centro administrativo do País.

Esse é um sinal inequívoco de uma reestruturação territorial que pode estar em curso e que envolve diretamente a região do Vão do Paranã, podendo, no futuro, mudar completamente o real detectado e analisado.

¹⁶¹ - Conforme divulgado no jornal "O Popular" de 20 de janeiro de 1997: "A Câmara dos Deputados já começou a discutir uma proposta de emenda constitucional que poderá dividir, de novo, o Estado de Goiás. ... A idéia é criar o Estado do Planalto Central, juntando as cidades órfãs do Entorno do Distrito Federal com uma parte de Brasília, um pedaço de Minas e 26 cidades de Goiás. "

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Maria do Amparo. **Terras de Goiás a questão fundiária de 1850 a 1930**. São Paulo, 1996. [projeto de tese de doutoramento]
- ALLIÈS, Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble. 1980.
- AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: **Passando dos Limites**. Goiânia: Ed. UFG, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Paisagens e problemas do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- ARTIAGA, Zoroastro. História de Goiás — Bandeiras, devassamento povoação e pesquisa do ouro. **O Popular**. Goiânia: 18 de jan. 1976, suplemento cultural; texto inédito.
- _____. **Geografia Econômica Histórica e Descritiva do Estado de Goiaz**. Goiânia: Tipografia Triângulo, 1951.
- ATAÍDES, Heloísa Selma F. **Flores de Goiás: tradição e transformação**. Goiânia: ICHL/UFG, 1990. [Dissertação de mestrado]
- AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB, 1988.
- BALLESTEROS, Aurora Garcia. **Geografia y Humanismo**. Barcelona: Oikostau, 1992.
- _____. **Geografia y Marxismo**. Madrid: Editorial Universidade Complutense, 1986.
- BAREL, Yves. Le Social et ses territoires, in **Espaces, Jeux et Enjeux**. [p-129-140]. Paris: Fayard, 1986.
- BARREIRA, Celene Cunha M. A . O Papel de Pierre Monbeig na análise da ocupação da frente pioneira do Centro-Oeste. (1930-1940). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: Editora UFG, 15(1), p. 89-107, 1985.
- _____. **Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: ICHL/UFG, 1989. [Dissertação de Mestrado]
- BECKER, B. K. (org) **Ordenação do território: uma questão política?**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

- _____. e MIRANDA, M. e MACHADO, L. **Fronteira Amazônica — questões sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. UNB, 1990.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. **Caderno de Ciências da Terra**. São Paulo: USP, 13, 1971.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**. Brasília: Solo, 1994.
- BORGES, B. G. Expansão da fronteira agrícola em Goiás. **Estudos — Revista da Universidade Católica**. Goiânia: UCG, (22), p.159-170. 1995.
- _____. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: ICHL/UFG, 1982.
[Dissertação de Mestrado]
- BOURDELAIS, Patrice e LEPETIT, Bernard. Histoire et Espace in **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard, 1986, p.15-26.
- BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamentos Sistemáticos 1986-1996.
- BRASIL. Vocabulário Geográfico — Estado de Goiás (contribuição para o Dicionário Geográfico Brasileiro). Rio de Janeiro: 1957.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás — Região Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração e Colonização. **Goiás — uma nova fronteira humana**. Rio de Janeiro: 1949.
- BRASIL. Censo Demográfico de 1991.
- BRASIL. Recenseamento Geral do Império do Brasil de 31/12/1872.
- BRASIL. Recenseamentos Gerais de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.
- BRASIL. Censo Agrícola de 1985.
- BRASIL. **A localização da nova capital da República**. Rio de Janeiro: 1948.
- IPEA/ SUDECO. SEPLAN-GO. **Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília — avaliação e proposições**. Brasília: 1981.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- CAMPOS, Francisco Itami. Política Agrária: uma proposta de análise. **Revista do ICHL**. Goiânia: 2(1) jan./jun. 1982, p.127-158.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1964.
- CASTRO, I. E. Visibilidade da Região e do Regionalismo. *In: — Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.
- CASTRO, I. E. e G HOMES, P.C.C. e CORRÊIA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1992.
- CHAUL, Nasr, F. **A construção de Goiânia e a transferencia da capital**. Goiânia: CECEP/UFG, 1987.
- _____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. [Tese de Doutorado]
- CLAVAL, Paul. **Géographie Sociale**. Paris: Techniques, 1973.
- _____. **Principes de Géographie Sociale**. Paris: Éditions M-Th Génin, 1973.
- CORRÊA Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 49(3), p. 39-68, 1987.
- _____. Algumas considerações sobre a análise regional. **Revista brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 49, (4), p. 47-52.
- _____. **Urbanização nas áreas de cerrado**. Rio de Janeiro: 1993. [mimeo.]
- CRULS, Luiz. **Relatório da comissão exploradora do Planalto Central: Relatório Cruls**. Brasília: Codeplan, 1967.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José. **Chorographia Histórica da Província de Goiás**. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix/MEC, 1973.
- DAYRELL.E.G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste**. Goiânia: UFG, 1974. [Dissertação de mestrado]

- DERREAU, Max. **Tratado de Geografia Humana**. Barcelona: Ed. Vicens-vives, 1964.
- . **Geografia Humana I**. Lisboa: Ed. Presença/Martins Fontes, Portugal/Brasil, 1977.
- DOLES, Dalísia, *et. alii*. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**. Goiânia: 3, (1/2), p. 71-118, 1992.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. O conceito de totalidade aplicado à identificação de região. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 2, p. 99-124, 1988.
- ÉLIS, Bernardo. **O tronco**. 6 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979.
- ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao Estado — Psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FEBVRE, L. **La Tierra y la Evolución Humana**. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Edusp, 1993.
- FERRO, Gaetano. **Sociedade humana e ambiente no tempo — temas e problemas de Geografia Histórica**. Fundação. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1979.
- FRANÇA, Maria de Sousa. **Terra, Trabalho e História**. São Paulo, FFLCH/USP, 1985. [Tese de Doutorado]
- FRÉMONT, A CHEVALIER; J. HÉRIN, R. e RENARD, J. **Geographie Sociale**. Paris: Masson, 1984.
- FUNES, Eurípedes A. **Goiás 1800-1850 — um período de transição da mineração à pecuária**. Goiânia: Ed..UFG, 1986.
- GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975.

- GILBERT, Anne. The New Regional Geography in English and French-Speaking Countries. In: — **Progress in Human Geography**. London: Edward Arnold, 1988.
- GIRÃO, Amorin. **Geografia Humana**. Porto: Portucalense Editora, 1946.
- GOIÁS. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Cenário Sócio Econômico do Estado de Goiás** : Messorregião Entorno de Brasília. Goiânia, 1996.
- . **Cenário Sócio Econômico do Estado de Goiás: Região Nordeste Goiano**, Goiânia: SEPLAN, 1996.
- . **Anuário Estatístico do Estado de Goiás/1989**. Goiânia: 1989.
- . **Anuário Estatístico do Estado de Goiás/1992**. Goiânia: 1992.
- . **Cenário Sócio Econômico do Estado de Goiás: Messorregião Sul Goiano**. Goiânia, 1995.
- . **Nordeste Goiano — Planejamento do desenvolvimento Regional**. Goiânia: 1990.
- . **Projeto Básico de Irrigação "Flores de Goiás"**. Goiânia: 1993.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL (INDUR). **Projeto de Política Urbana**. Goiânia: 1984.
- INDUR. **Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília — uma análise elaborada pelo INDUR**. Goiânia: 1979.
- GOIÁS. Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos. Goiânia, 1972.
- GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1996.
- GOMES, Horieste. **Introdução à Geografia de Goiás (a terra)**. Goiânia: [s.ed.]. 1969.
- GOMES, Horieste, e NETO, Antônio Teixeira. **Geografia de Goiás/Tocantins**. Goiânia: CEGRAF, 1993.
- GUERRA, Inês Teixeira. Mapa da densidade do Rebanho Bovino no Estado da Bahia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: 12 (122), p.294-297, 1954.
- GUMIERO, Maristela Porfírio da Paz. **Os Tropeiros na História de Goiás-séc. XVIII e XIX**. Goiânia: UFG, 1991. [Dissertação de Mestrado]

- HAESBAERT, da COSTA, R. **Gaúchos no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. [Tese de Doutorado]
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HESS, Dora R. e AGUIAR, Tereza Coni. A apropriação do espaço agrário pela pecuária no Centro-Oeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 50(1), p. 41-60, 1988 .
- ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- JUNQUEIRA, Claudette B. **A rede de lugares — por uma epistemologia do espaço reticular**. São Paulo: ANPEG, 1994.
- LA BLACHE, Vidal. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.
- LAVINAS, Lena *et alii.* (org.). **Integração região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.
- LÉVI-STRAUS, Claude. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais. (entrevista) São Paulo: 8, 8 set. 1996.
- _____. **O olhar distanciado**. Rio de Janeiro, Edições 70, 1986.
- _____. Natureza e Cultura. *In: — As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Tristes tropiques**. Paris : Plon, 1955.
- LOBATO, Roberto Corrêia. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. Curitiba: Anais da AGB, 1994.
- LUCARELLI, Helena Zarur, *et alii.* Impactos da construção de Brasília na organização do espaço. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: (51)2 , p.99-128, 1989.
- MALDI, Denise. Pantanaís, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços Brasileiros. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: (31) p. 43-63, 1993.
- MARIÉ, Michel . Penser son territoire; pour une épistémologie de l'espace local. **Espaces, Jeux et Enjeux**, p.141-158, Paris: Fayard, 1986.

- MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira. **Tempo Social**. São Paulo: 8(1), 1996.
- _____. Os camponeses e política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MENDOZA, Josefina G; JIMÉNEZ J. M e CANTERO, N.º El Pensamiento Geográfico. Alianza Editorial, Madrid, 1984.
- MIRANDA, Avelino Fernandes. **Tradicionalismo e modernização em Correntina, no contexto do Além São-Francisco**. Goiânia: UFG, 1994. [Dissertação de Mestrado]
- MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1940.
- _____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- _____. **O Brasil**. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1940.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. À sombra do ouro. **Revista do ICHL**. Goiânia: Ed. 2(2), p.261-269, 1982.
- _____. Os marginais do século XVII. **Diário da Manhã**. Goiânia, 22 maio 81.
- ORTÊNCIO, Bariane. **Dicionário do Brasil Central Subsídios à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1983.
- PALACIN, Pe. Luiz. **Flores: da comunidade negra à dissolução acelerada**. Goiânia: 1986. [mimeo]
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- PLATT, Robert. S. A Ascensão da Geografia Cultural na América. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: 2, p. 1-7, 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PUDUP, Mary Beth. **Arguments within regional geography. Progress in Human Geography**. London: Edward Arnold, 12 (3), 1988.

- RABELO, Francisco C. E. **Governo Mauro Borges: tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás**. Belo Horizonte: UFMG, 1978. [Dissertação de mestrado]
- RAFESTIN, Claude. *Ecogénèse territoriale et territorialité*. **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard, 1986, p. 173-186.
- _____. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *et alii* (dir.) **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- _____. *et alii* (dir.) . **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- _____. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec. 1996.
- SHAMA, Simon . **Paisagem e memória**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da. **O Descobrimento da Capitania de Goyas (Govêrno, População e Coisas mais Notáveis), 30 de setembro de 1812**. Goiânia: UFG, 1967.
- SILVA, Henrique. A Bandeira do Anhangüera a Goiás em 1722. **Memórias Goianas I**. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1982.
- SMALL, J. *et alii* . **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.
- SORRE, Max. **Les Fondementes de la Géographie Humaine**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952, t. 1-3.
- SOUZA, M.A *et alii* (dir.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. *In: — Geografia Humana: sociedade espaço e ciência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1996.
- TIBALLI, Elianda F. A. **A expansão do povoamento em Goiás (séc.XIX)**. Goiânia: ICHL/UFG, 1991. [Dissertação de Mestrado]

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Bacia do Paranã**. Goiânia, 1977.
- VALLAUX, Camille. **Les Sciences Géographiques**. Paris: Librairie Félix Alcan., 1929.
- VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- VIEIRA, Emílio. **Intersecção: Goiás-Bahia**. Goiânia: Gráfica Oriente, 1971.
- VIRILIO, Paul. **Espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- WAIBEL, Leo. A vegetação e o uso da terra no Planalto Central. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 10(3), p. 335-380, 1949. [Separata]
- WAIBEL. **Capítulos de Geografia Tropical**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- ZEMELLA, M. P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

CARTAS— IMAGENS — MAPAS

CARTAS: Esc. 1:250.000. IBGE Folhas:

SD-23-Y-C - Campos belos

SD-23-Y-A - Iaciara

SD-23-V-D - São Domingos

SD-23-Y-B - Posse

SD-23-Y-C - Brasília

IMAGENS DE SATÉLITE

Imagens Landsat TM-5 - R5-6R4-B3, órbita ponto 220-1993

Composições Coloridas RBG - 5/4/3, cenas de órbita/ponto: 220/070; 221/070; 221/069 e 220/069 datadas respectivamente de 28/05/93; 06/07/93 e 15/07/93, tomadas na escala de 1:250.000.

MAPAS

Projeto Radambrasil, Esc. 1:1.000.000, Mapas temáticos, Folha Brasília, 1982. Geomorfológico, Capacidade de uso dos recursos naturais, solos, vegetação, e geologia.

Mapa do Estado de Goiás, 1950, Esc. 1:1.1.000 000 CNG.

Mapa Rodoviário de Goiás, 1968, esc. 1: 1.500 000, DERGO.

Mapa Rodoviário de Goiás, 1995, Esc. 1:1.000.000, DERGO.